

EVANDER RUTHIERI DA SILVA

Na terra dos lírios azuis



Literatura e colonialismo no sul da África

EDUNILA

Evander Ruthieri da Silva

Na terra dos lírios azuis

literatura e colonialismo no sul da África

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2023

Evander Ruthieri da Silva

Na terra dos lírios azuis

literatura e colonialismo no sul da África

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2023

© 2023 EDUNILA – Editora Universitária

Catálogo na Publicação (CIP)

S586n Silva, Evander Ruthieri da.
Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da
África / Evander Ruthieri da Silva: EDUNILA, 2024.
PDF (312 p.).

ISBN: 978-65-86342-40-6

1. Literatura africana. 2. História africana. 3. África. 4.
Colonialismo. I. Silva, Evander Ruthieri da. II. Título.

CDU

821:94(6)

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB11/753

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

EDUNILA
Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

EDUNILA – Editora Universitária
Campus Integração - Av. Tancredo Neves,
3147 - Porto Belo
Caixa Postal: 2044
Foz do Iguaçu – PR – Brasil
CEP: 85867-970
editora@unila.edu.br
<https://portal.unila.edu.br/editora>

Editora associada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diana Araújo Pereira *Reitora*
Rodne de Oliveira Lima *Vice-reitor*

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Andréia Moassab *Chefa da EDUNILA*
Ailda Santos dos Prazeres *Assistente em administração*
Claudinéia Pires *Assistente em administração*
Francieli Padilha Bras Costa *Programadora visual*
Leonel Gandi dos Santos *Bibliotecário-documentalista*
Natalia de Almeida Velozo *Revisora de textos*
Ricardo Fernando da Silva Ramos *Assistente em administração*
Wladimir Geraldo Rodrigues Antunes *Tradutor e intérprete de língua espanhola*

CONSELHO EDITORIAL

Andréia Moassab *Presidenta do Conselho*
Leonel Gandi dos Santos *Representante do Órgão Executivo da EDUNILA*
João Abner Santos Bezerra *Representante dos técnico-administrativos em educação da UNILA*
Mackenson Beauvais *Representante dos discentes de graduação da UNILA*
Deny Sávía Martins da Silva *Representante dos discentes de pós-graduação da UNILA*
Diego Moraes Flores *Representante do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT – UNILA)*
Débora Cota *Representante do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH – UNILA)*
Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior *Representante do Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN – UNILA)*
Patricia Nakayama *Representante do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP – UNILA)*
Fabio Luis Barbosa dos Santos *Representante externo - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)*
Joice Berth *Representante externa - Arquiteta e urbanista e escritora*
Alai García Diniz *Representante externa - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)*
Neide Jallageas de Lima *Representante externa - Curadora, ensaísta e produtora editorial*
Luis Eduardo Aragon Vaca *Representante externo - Universidade Federal do Pará (UFPA)*

EQUIPE EDITORIAL

Francieli Padilha Bras Costa *Projeto gráfico, capa e diagramação*
Leonel Gandi dos Santos *Normalização bibliográfica*
Natalia de Almeida Velozo *Revisão de textos*
Nelson Figueira Sobrinho *Preparação e edição de textos*
Cleise Vidal (www.cleisevidal.com.br) *Ilustração “Lírio sobre mão” compoendo a capa*

*À noite, você vê outro sonho
Branco e monstruoso
Caindo do céu da terra
Caiando seu próprio sonho negro.*

Mafika Gwala, poeta sul-africano

Agradecimentos

.....

Ainda que a pesquisa se constitua, de um modo geral, em uma atividade solitária, num emaranhado de textos e contextos, de fontes históricas e arquivos empoeirados, há marcas presentes e contribuições importantes das inúmeras pessoas que convivi ou encontrei ao longo do percurso de escrita deste livro. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, especialmente aos meus pais, Arlete e Célio, e aos meus avós, Dorvalina e Vicente: sou filho e neto de operários e lavradores, o primeiro doutor na família, e isso foi possível graças à paciência, ao incentivo e ao amparo familiar para continuar os estudos – somado a políticas públicas voltadas ao incentivo à pesquisa e à formação de profissionais no ensino superior.

Assim, este livro resulta de uma pesquisa que foi possível graças ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES); soma-se ainda a bolsa de estágio em pesquisa no exterior (doutorado sanduíche), a qual possibilitou o acesso aos arquivos europeus e a interlocução com a University of Exeter (Reino Unido).

A pesquisa que deu origem a este livro foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, e, por isso, registro meus agradecimentos aos seus coordenadores neste íterim (2016-2020), e, especialmente, à secretária Maria Cristina Parzowski. Agradeço também ao prof. dr. Clóvis Gruner, que decidiu aceitar o desafio de orientar minhas pesquisas de mestrado e de doutorado. Por todo o seu apoio, dedicação e atenção, por todas as conversas e recomendações de leituras, bem como as críticas, sou muito grato.

Da University of Exeter, agradeço imensamente ao prof. dr. Paul Young, que me recebeu calorosamente no primeiro semestre de 2019 e, desde o nosso primeiro contato, sempre foi extremamente solícito e atencioso, sem desanimar em meio a todas as burocracias envolvidas no íterim. Também agradeço aos seus estudantes e orientandos, que me receberam e tornaram a experiência de morar em um país distante mais leve, menos solitária.

Aos funcionários e arquivistas do Norfolk Record Office e à Annie Price, bibliotecária responsável pelas coleções de obras raras da Old Library na University of Exeter, por todo o auxílio no processo de coleta de parte da documentação.

Aos professores do Departamento de História e do PPGHIS-UFPR, em especial à Ana Paula Vosne Martins, ao Artur Freitas, à Karina Kosicki Belloti, ao Magnus Roberto de Mello Pereira, à Roseli Boschilia e ao Vinicius Honesko, pelas disciplinas cursadas e pelo diálogo ao longo destes quatro anos de doutorado. Um agradecimento especial à Rosane Kaminski, por todo o apoio e pela acolhida, pelas aulas, conversas, trocas de ideias e conselhos.

Às professoras Ana Paula Wagner e Marilene Weinhardt e ao professor Silvio Marcus de Souza Correa, pela leitura atenciosa do texto que resultou neste livro em sua versão original. À professora Raquel Gryszczenko Alves Gomes agradeço não apenas a leitura cuidadosa do texto, mas também por ter, gentilmente, contribuído com o prefácio que introduz este livro. Além disso, precisa-se destacar, as pesquisas da prof. Raquel, em especial as sobre as trajetórias de Olive Schreiner e de Solomon Plaatje, intelectuais sul-africanos da virada do século XIX, foram de extrema importância e inspiração para a pesquisa na construção deste livro.

À Cristina Ferreira, infinitos agradecimentos: pela orientação nos tempos de graduação e que, com muita atenção e apoio, ensinou-me lições valiosas a respeito da seriedade e da dedicação que a pesquisa em História requer, o cuidado metodológico indispensável às fontes, a crítica inerente ao ofício; pelas suas leituras cuidadosas de meus projetos de pesquisa subsequentes, por todas as críticas, diálogos e interlocuções, pelos convites aos seminários na Universidade Regional de Blumenau e no Centro de Memória Oral e Pesquisa (Cemope); e, finalmente, pela amizade e pela cumplicidade, pelas conversas descontraídas e pelos cafés, tanto nos momentos difíceis quanto nos dias triunfantes.

Aos amigos de Curitiba: Alice Freyesleben, Alloma Modzelewski, Amanda Ribeiro Coutinho, Anne Moraes, André Malinski (*in memoriam*), Carlos Eduardo Zlatic, Carolina Nunes da Motta, Felipe Tkáč, Flavia Bortolon, Flávia da Rosa Melo, Gilvani Alves de Araújo, Larissa Guedes Busnardo, Leonardo Bento de Andrade, Noemia Cordeiro, Maria Elisa Sonda, Thayla Walzburger Neto, Rhuan Zaleski Trindade, entre

tantos outros, pelo companheirismo e amizade, por todo o apoio nos últimos anos, pelas conversas e cervejas no Casa Verde, Baba Salim e outros espaços de sociabilidades acadêmicas e étlicas. Aos amigos do Rio: Ana Carolina de Azevedo Guedes, Edson Silva de Lima e Maycon da Silva Tannis, por todas as nossas aventuras nos eventos em Belo Horizonte e pelos planos ambiciosos de conquista mundial, muito obrigado!

Às amigas de longa data: Jessica Pinheiro, por ter me ensinado, nos momentos mais difíceis e críticos desses últimos anos, o valor da confiança, a importância da amizade, a leveza dos risos e das conversas, mesmo que à distância; e à Lari Brum, uma das intelectuais e artistas mais brilhantes que conheço, e uma das amigas que mais estimo: obrigado por estar presente em todos os momentos, obrigado por sua sensibilidade, pelo ombro para chorar, pelo apoio incondicional, por todas as aventuras pela vida boêmia de Curitiba. À Flora Morena Martini de Araújo, amiga e historiadora que muito admiro, agradeço a amizade e o companheirismo, as trocas intelectuais e recomendações de leituras, os cafés, cervejas e conversas, os almoços no Restaurante Universitário da UFPR.

Ao Ale Cozer, Benjamim Brum, Matheus Vieira: faltam-me palavras para agradecer o quanto vocês foram importantes, e continuam sendo, na minha vida. Obrigado por tudo: pelas conversas, pelo carinho, pelos abraços, pelos conselhos.

Ao Felipe Condi, pelas estórias e também pelas histórias.

À Natascha Eggers, pela cumplicidade e amizade ímpar, por ter tornado esses últimos anos do doutorado muito mais leves com seu apoio e carinho. Amiga, você é maravilhosa e te admiro muito. Muito obrigado por tudo! À Amanda Tortato, uma das melhores pessoas que tive a oportunidade de conhecer nessa vida de pesquisas e pós-graduação, obrigado por sua amizade e pelo companheirismo, pela parceria nos jogos de vôlei, pelo bom humor e por todos os rolês. Aos membros da “Diretoria”: André Balão, Gabi Vasconcelos, Higor Klank, Luce Catalá, Sissi Valente. Obrigado por estarem por perto nos momentos de descontração, obrigado pela companhia nas sextas-feiras à noite, pelas festas nas madrugadas curitibanas, pelo apoio e pelo carinho. Vocês foram meu porto seguro em muitos momentos e a presença de vocês na minha vida me ajudou a superar várias ansiedades.

Ao Amurabi Oliveira, por todo o afetuoso apoio no momento de finalização deste livro. Pela gentileza, encorajamento, e pela paciência, obrigado.

Aos acadêmicos e acadêmicas das turmas de Teoria da História I (2017/1) na Universidade Regional de Blumenau (FURB) e das turmas de História da Educação I e II, entre os anos de 2017 e 2018, na Universidade Federal do Paraná (UFPR); agradeço a recepção calorosa às aulas, por todas as noites de teoria e história da historiografia, de Carlo Ginzburg a Arnaldo Momigliano, por discussões sobre Jean-Jacques Rousseau e Mary Wollstonecraft. Saibam que aprendi muito com vocês, e sempre lembrarei com muito carinho de nossas aulas. De forma mais recente, registro meu agradecimento aos meus colegas docentes da área de História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e aos alunos e alunas das disciplinas de África Contemporânea e História da África, cuja companhia cotidiana e convívio fizeram parte do processo de finalização deste livro.

Aos editores e revisores da Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (EDUNILA), agradeço pelo atencioso cuidado com o manuscrito que originou esse livro.

Ao Nick e Thérèse Ash, por terem me acolhido em sua residência durante o período em Exeter. Às amizades feitas na Inglaterra, especialmente Alex Everett, por ter me mostrado as maravilhas de Devon, os castelos, os parques e as florestas: sentirei muitas saudades das road-trips e de nossas conversas sobre a fabulosa biografia de Mary Anning! Ademais, ao Harry, Callum, ao Alexander e ao Brandon, agradeço pela companhia cotidiana.

Ao Matheus, *in memoriam*.

Enfim, os agradecimentos estendem-se a todos os amigos e amigas que fiz em Curitiba: essa vida de leituras e escritas não seria a mesma sem vocês. *Grazie*.

Prefácio

.....

Talvez não pareça ao leitor ou à leitora que está prestes a iniciar as páginas de *Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África*, mas o texto deste breve prefácio foi escrito com alguma dificuldade. Em primeiro lugar, porque a responsabilidade de apresentar um trabalho e seu autor exige um tênue equilíbrio entre diplomacia e sensibilidade crítica. Em segundo lugar, e em uma perspectiva mais pessoal, estas linhas tornam-se difíceis porque o trabalho de Evander Ruthieri da Silva dialoga com um movimento de ampliação dos estudos da História da África, no Brasil, que tornou possível também meu próprio trabalho, anos antes.

No momento em que escrevo estas linhas, estamos às vésperas de completar vinte anos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. A lei é fundamental para pensar em como os campos do ensino e da pesquisa em História Africana e Afro-Brasileira se (re)organizaram, ganharam força, visibilidade e circulação nos diversos níveis do ensino brasileiro. Sei também que, nesses vinte anos, tornou-se lugar-comum, em muitos textos, esse movimento de menção à lei de 2003 para apresentar trabalhos dedicados – direta ou indiretamente – à História da África. Mas talvez nunca seja excessivo lembrar de momentos em que as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para o ensino e a pesquisa, mostraram-se inclusivas, democráticas e engajadas no combate ao racismo e à discriminação racial.

Mas não apenas desta renovação democrática dos campos de pesquisa em História da África beneficiou-se o trabalho de Evander Ruthieri. Como as próximas páginas demonstram, *Na terra dos lírios azuis* é também um exercício formado por referências da História Política, da História das Ideias e pelos debates sempre muito plurais sobre as relações possíveis entre História e Literatura. É, afinal, um exercício de “imaginação histórica” voltado a pensar os impactos da experiência colonial a partir do caso particular do romancista britânico H. Rider Haggard (1856-1925). É na literatura produzida a partir das experiências coloniais que ganhamos a possibilidade de compreender as convergências e tensões que marcam também as grandes transformações do século XIX,

com suas novas organizações sociais e culturais, suas novas teorias políticas, econômicas e científicas. Com um olhar sensível e ampliado, que entende que as *experiências coloniais* não necessariamente vinculam-se a uma presença física no espaço das colônias, mas também às profundas transformações das dinâmicas metropolitanas a partir das relações e circulações coloniais, chegamos, afinal, ao mundo que tornou possível acreditar no “fardo do homem branco” da poética de Rudyard Kipling (1865-1936).

Incorporando um debate que passa por clássicos consolidados da historiografia ao debate de pesquisas recentes sobre os campos do imperialismo e do colonialismo na África, introduzindo importantes referenciais ao público brasileiro, Evander Ruthieri apresenta também um primoroso exercício analítico da produção de Haggard, permitindo ponderar a construção e manutenção daquilo que Laura Chrisman (1990) chamou de “inconsciente imperial”.

É desta forma que acessamos, também, uma história do território que hoje conhecemos como África do Sul que ainda é pouco conhecida ou abordada no Brasil. A experiência de ser um “homem do império”, formado em uma *masculinidade colonial* que permite pensar em muitas das dinâmicas de gênero de finais do século XIX e início do XX, mais do que atravessa as obras de Haggard: é parte fundamental do que as constitui, alimentando imaginários metropolitanos e coloniais, flertando com vocabulários e expressões que, com os significados que carregavam então, se prolongariam para muito além das obras de suposta ficção (e, quem sabe, mesmo para além do século XIX) – falamos de termos como “selvagem”, “civilização”, “barbárie”, “guerra”, “domínio”, por exemplo. O vocabulário político-cultural que marca a própria experiência colonial imperialista na África é ainda constantemente mobilizado em nosso cotidiano com significados muito próximos àqueles de mais de cem anos atrás, e abre possibilidade para que se pense nos imaginários que passam também o racismo estrutural que marca sociedades como a brasileira. No caso sul-africano, é interessante ponderar como as heranças legadas pela violência colonial – da agressão direta à permanência das palavras, das práticas aos discursos – vão ganhar forma na materialização da política de *apartheid* e de todos os horrores que ela promoveu sistematicamente a partir de 1948.

Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África amplia o campo dos estudos de História da África e do imperialismo no Brasil, possibilitando o repensar de práticas e políticas das dinâmicas coloniais e seus legados para a contemporaneidade.

Raquel Gryszczenko Alves Gomes
Campinas, 5 de agosto de 2022

Palavras da Editora

.....

Há muito tempo a escrita da História deixou de ser feita exclusivamente a partir de documentos oficiais, abrindo-se à miríade de fontes por meio das quais fragmentos do passado permitem vislumbrar outras épocas históricas. A ampliação da noção de fonte, permitiu ao historiador ou historiadora não apenas cotejar fontes diversas entre si, mas também confrontar novos *corpus* documentais com discursos historiográficos já consagrados. Esse é um dos elementos que encontramos no livro *Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África*.

Na obra, Evander Ruthieri da Silva oferece ao leitor e à leitora um denso estudo a partir de fontes literárias produzidas pelo colonialismo inglês do século XIX. Tendo como objeto de análise a produção literário-intelectual de H. Rider Haggard, o autor problematiza as visões construídas pela historiografia imperialista que sustentavam a dominação colonial inglesa no Sul da África a partir de discursos racistas, recuperando algumas dimensões da construção de sensibilidades por meio da produção cultural, em geral, e literária, em particular, que ajudam a entender algumas das maneiras de difusão dos discursos biologizantes, justificadores das desigualdades.

Entendendo que a literatura não é mero reflexo da sociedade, mas também instrumento que pode servir de reforço e produção de sensibilidades e imaginários, o autor parte da produção Haggard tanto de sua ensaística quanto da produção ficcional para discutir o colonialismo. Entretanto, dedica-se principalmente à análise de quatro romances de aventura: *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) e *Marie* (1912), nos quais alguns episódios históricos são apropriados ou ressignificados, construindo uma visão do passado ao sul da África afinada aos projetos coloniais do período.

Tais romances, demonstra Evander Ruthieri da Silva, mobilizando as emoções de seus leitores e leitoras, naturalizavam o colonialismo, tendo como heróis de suas narrativas homens brancos, britânicos ou europeus, apresentados como conquistadores e civilizadores de “raças inferiores” e violentas. Contudo, os romances de aventura também apresentam evidências da violência colonial, dos segregacionismos,

dos extermínios e epistemicídios, temas que permitem adensar os estudos em História da África, tanto aprofundando debates sobre questões étnico-raciais quanto territoriais, tratando do contexto que precede e cria as condições para a institucionalização das políticas segregacionistas que marcariam o que viria a ser o território da África do Sul no século XX.

Desta forma, integrando o **Selo Nãnde**, o livro de Evander Ruthieri da Silva, é uma publicação de caráter técnico-científico que conversa com facilidade com o público em geral. Ainda, como parte da **coleção Diálogos do Sul**, o autor traz o continente africano para o debate, em sintonia com um tema central da perspectiva crítica da comunidade unileira: o colonialismo.

Finalmente, a artista iguaçuense Cleise Vidal generosamente cede seu trabalho **Lírio sobre Mão** para compor a capa do livro. Seu traço fluido e colorido instiga os sentidos, convidando à leitura. Os interessados e interessadas em história da África contemporânea, do Imperialismo, das intersecções entre história e literatura, do debate racial, entre outros temas, alguns deles de difícil acesso em Língua Portuguesa, encontram neste livro um excelente material de estudo.

Sumário

.....

Introdução – Sonhos coloniais: imaginação literária e sensibilidades políticas	16
---	-----------

CAPÍTULO 1

O contexto sul-africano: colonialismo, historiografia e literatura em fins do século XIX	29
---	-----------

Azagaias, carroças e espingardas: o sul da África entre as décadas de 1870 e 1880	30
---	----

Zulus, britânicos e bôeres	42
----------------------------------	----

Narrar o passado: políticas da historiografia colonial sul-africana.....	53
--	----

“A história da nossa terra na língua de nosso povo”	63
---	----

As “guerras de extermínio” e a “Grande Jornada”: a construção do discurso zulucêntrico.....	68
---	----

Romances aventurecos e a África do Sul.....	80
---	----

CAPÍTULO 2

Dos baluartes do barbarismo: H. Rider Haggard, a política colonial e a fase sul-africana	93
---	-----------

A “herança imaterial” de H. Rider Haggard: a força do paternalismo	96
--	----

A política colonial e a “nuvem sombria da questão nativa”	111
---	-----

<i>Cetywayo and his White Neighbours</i> : a Guerra Anglo-Zulu ressignificada .	124
---	-----

A “perda” do Transvaal entre a imaginação e o ressentimento	137
---	-----

CAPÍTULO 3

A questão sul-africana: literatura e história política no embate colonial	152
<i>Jess</i> ou a gestão dos ressentimentos políticos	156
<i>Nada the Lily</i> : usos políticos do passado e imaginação literária	169
Utopias raciais em <i>Swallow, A Tale of the Great Trek</i>	182
A “questão nativa” em <i>Marie</i>	200

CAPÍTULO 4

Na terra dos lírios azuis: domesticidade, colonialismo e ansiedades raciais	220
A escolha de Bessie: domesticidade e feminilidade colonial	222
“O amor se ergue como o vento sobre o seio tácito de algum mar distante”: o coração partido de Jess Croft	234
“Natureza doce, perspicaz e de bom coração”: Suzanne e Sihamba, ou a bondade enquanto virtude colonial	245
“Cães mestiços são difíceis de lidar”: mestiçagem e ansiedades político-raciais	259
Rider Haggard e seu coração das trevas: literatura, colonialismo, racismo	281
Referências	295
Sobre o autor	313

Introdução

Sonhos coloniais: imaginação literária e sensibilidades políticas

.....

Formalizado sobretudo a partir da década de 1880, com a chamada “Conferência de Berlim”, a implantação do colonialismo europeu na África promoveu violências concretas e simbólicas, o esfacelamento de formas ancestrais de organização social e política, extermínios de grupos étnico-culturais e a ocupação generalizada de diversos espaços geopolíticos por invasores europeus. Ao lado de fatores econômicos, exemplificados pela competição internacional entre os países europeus, a formação do Estado colonial na África promoveu uma série de códigos jurídicos e leis estruturadas no racismo, em um esforço político de controlar as terras ancestrais e a mão de obra africana. Assim, como enfatizou Achille Mbembe, “[...] na implementação dessa política das raças, esses Estados promoveram a segregação, a crueldade e a expropriação econômica dos africanos a elementos decisivos de seus modos de governo” (MBEMBE, 2019, p. 235).

O colonialismo na África ao longo do século XIX gerou uma relação direta entre práticas políticas e representações discursivas que lhe conferiam legitimidade pública, aproximando e sobrepondo as condições pragmáticas de conquista e exploração com suas formas de justificação (HERNANDEZ, 2008). Recentemente, a historiografia tem demonstrado o modo como esses mecanismos de legitimação de políticas de exploração colonial estavam presentes no cotidiano de homens e mulheres, tanto nas metrópoles quanto nas colônias. Sobretudo no colonialismo britânico exercido na África do Sul, as sendas do Império se faziam sentir, explícita ou implicitamente, nas práticas corriqueiras e cotidianas, naturalizando visões de mundo e informando o arcabouço imaginativo de indivíduos e grupos a respeito dos territórios ultramarinos. Nesse movimento, as distâncias encurtavam-se, as colônias tornavam-se familiares e, em vários casos, lugares que proporcionavam resoluções para muitas das ansiedades, incertezas e temores experienciados na metrópole. No campo das políticas coloniais e sua relação

com as vivências cotidianas, a Literatura, especialmente os romances de aventura ambientados em terras distantes e popularizados no último quartel do século XIX, desempenhavam um papel fundamental.

Londres, outubro de 1886: os leitores que folheavam o jornal *The Graphic* deparavam-se com o primeiro capítulo de *She: A History of Adventure*, uma trama aventuresca do romancista britânico H. Rider Haggard (1856-1925), publicada em 28 capítulos até janeiro de 1887. Ao lado de publicidades que anunciavam tônicos restauradores, produtos alimentícios importados das distantes colônias, novos espetáculos nos *music halls*, notícias políticas e escândalos sociais, o público leitor deleitava-se com uma trama repleta de cenários exóticos e episódios perigosos, de heróis bravos e ousados que se embrenhavam pelas profundezas da África, daquele que era considerado como o “continente negro”.

Rider Haggard não era necessariamente um nome desconhecido naquele momento, afinal, no ano anterior, havia publicado as aventuras do caçador Allan Quatermain no estrondoso *King Solomon’s Mines*, anunciado pelos editores em portentosas publicidades que o classificavam como “o mais maravilhoso livro já escrito”. O romance, que narrava as peripécias de um caçador branco, Allan Quatermain, em busca de um tesouro no interior da África Meridional, tornou-se o protótipo para uma profusão de outras histórias de aventuras publicadas naquele período. Com um pouco de imaginação histórica, pode-se até vislumbrar a ânsia dos leitores e leitoras, de todas as idades e origens sociais, esperando a próxima edição da revista e a resolução das aventuras dos protagonistas, engajando-se afetivamente com uma narrativa literária que se refestelava com civilizações perdidas, rainhas imortais e canibais perigosos, informando seu arcabouço imaginativo com imagens e descrições de terras longínquas, quicá desconhecidas, mas que eram apresentadas a partir dos sentimentos de heróis ficcionais.

Haggard não estava sozinho. *King Solomon’s Mines* e outras miríades de romances escoavam pelo mercado editorial britânico ao *fin-de-siècle*, momento em que tramas de aventura, uma literatura ligeira e trivial voltada ao entretenimento, ganhavam notória popularidade. Publicados em formato folhetinesco, em volumes produzidos a baixo custo, ou até mesmo em “edições coloniais”, que circulavam por todos os cantos do globo, os romances de aventura, comumente direcionados a um público infanto-juvenil, alcançaram o *status* de *best-sellers*

e, no processo, contribuíram para a formação das atitudes e afetos de parte de seu público, em especial diante a expansão colonial na África. Marcadas pela sensibilidade romântica, tais narrativas apresentavam descrições exóticas e assombrosas do interior da África, de animais selvagens e riscos inevitáveis, garantias de vivências aventurosas e desenfreadas, repletas de perigos e paixões proibidas. Tingidos pelas marcas de preconceitos e teorias raciais, de vertentes poligenistas ou monogenistas, essas obras literárias narravam as ameaças representadas pelas chamadas “raças inferiores”, descrevendo nativos perigosos e incompreensíveis, naturalmente movidos à violência e ao extermínio, traduzindo suas formas de resistência como atos de agressividade descomedida e autodestrutiva. Ou, por outro lado, evocavam o que seus autores entendiam ser o “fardo do homem branco”, como classificou o poeta Rudyard Kipling em fins do século XIX: a crença na missão civilizadora dos homens europeus, a necessidade de civilizar e subjugar as outras raças, em nome de práticas políticas coloniais vistas naquele momento, pelos seus articulistas, como justas e benevolentes.

Segundo Anne McClintock, essas produções literárias se entrelaçavam às ansiedades sociais e políticas de seus produtores e de parte do seu público leitor nas metrópoles. A literatura aventureira, nessa perspectiva, estava diretamente vinculada ao projeto do colonialismo, ao culto da domesticidade e à exaltação do progresso industrial. Elementos de classe, raça e gênero encontravam-se em complexa interação nesse contexto, tornando-se centrais nos processos de autodefinição de grupos sociais, sobretudo das classes médias e das elites vitorianas, direta ou indiretamente engajadas com a expansão colonial. Ademais, o embate colonial foi marcado pelo reordenamento do trabalho sexual, por esforços constantes de controle da mão de obra nativa e de fontes de exploração de matéria-prima, por instâncias de conflito, negociação e resistências a esses processos. Em suma, “[...] o imperialismo europeu foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder que tomou forma não como um desdobramento de seu próprio destino, mas como interferência oportunista e desordenada com outros regimes de poder” (MCCLINTOCK, 2010, p. 21). Dessa forma, o colonialismo resultou de uma rede intrincada de processos e encontros com “[...] formas alternativas de autoridade, conhecimento e poder” (MCCLINTOCK, 2010, p. 21), os quais também promoveram “[...] processos de mutação cultural e inquieta (des)continuidade

que ultrapassam o discurso racial e evitam a captura por seus agentes” (GILROY, 2001, p. 35). Enfim, uma situação histórica contestada, em conflito, mesmo que em um contexto de fortes hierarquias e desigualdades de poder político.

A historiografia tem demonstrado que o colonialismo britânico, entre as décadas de 1870 e 1890, não foi apenas um fenômeno socioeconômico, mas também um processo político e cultural marcado por constantes oscilações entre o entusiasmo pela expansão colonial e as ansiedades diante as perdas territoriais e as resistências locais. Ademais, tratou-se de um momento no qual uma multiplicidade de atores históricos continuou a fazer uso da cultura escrita e literária para reivindicar seu protagonismo nas colônias ou nas metrópoles, para demarcar seus lugares enquanto partícipes de processos macropolíticos. Por esse motivo, torna-se pertinente a realização de investigações históricas a respeito do modo como literatos e romancistas, observadores atentos de tensões e conflitos sociais, interpretavam esse universo de relações por meio da cultura escrita, espaço de constantes embates, disputas, apropriações e ressignificações. Atenção redobrada tem sido concedida às vias pelas quais as narrativas ficcionais, tecidas a partir de experiências concretas enredadas no cotidiano desses sujeitos históricos, contribuía para interpretações políticas do colonialismo e seus articulistas e, ao mesmo tempo, reverberavam tensões e ansiedades concernentes à presença europeia na África.

Essa perspectiva norteia o objetivo desses capítulos de história política do literário, os quais consistem em um estudo articulado da produção literário-intelectual de H. Rider Haggard, com especificidade para a formulação de representações textuais da nação sul-africana e do processo histórico de sua ocupação territorial e unificação política, sobretudo no contexto das práticas políticas coloniais. A ênfase recai sobre quatro romances aventurecos, *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) e *Marie* (1912), os quais contrapõem as trajetórias de personagens ficcionais a eventos históricos considerados por Haggard como formativos da expansão econômica e política da África do Sul que, em retratos de papel e letras, apresentavam aos seus leitores descrições apaixonadas e comumente estereotipadas dos embates interétnicos e das resistências nativas tramadas naquela região.

Dividido entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal, os protetorados e territórios nativos (como, por exemplo, o Reino Zulu), as repúblicas bôeres do Transvaal (República Sul-Africana, Zuid-Afrikaansche Republiek) e o Estado Livre de Orange, o extremo sul da África atraiu o interesse do público leitor na metrópole por uma série de fatores, sobretudo devido à descoberta das minas de diamante e de ouro entre as décadas de 1860 e 1870, o que provocou intenso escoamento populacional de trabalhadores rumo às áreas de mineração, processos de industrialização e de modernização (a exemplo da construção de vias ferroviárias) e disputas geopolíticas pelo controle dos territórios. Nesse momento, que culminou na formação da União Sul-Africana em 1910, observam-se, ainda, os debates acerca da criação de políticas de tratamento aos nativos, “[...] ou seja, a instituição de práticas de controle daquele socialmente definido como nativo” (GOMES, 2010, p. 25), relacionados também à formação de uma identidade nacional estruturada a partir de paradigmas de exclusão e inclusão, que imaginavam uma África do Sul liderada pela união das elites coloniais e do colonato branco, sustentada pela exploração da mão de obra negra.

Ao longo do século XIX, diversos conflitos e negociações marcaram as regiões fronteiriças, intensificando-se no último quartel do século, momento em que os agentes do colonialismo mobilizaram múltiplos esforços para segregar os nativos e controlar a terra e a mão de obra africana. A conjuntura desses conflitos e embates políticos recebeu a designação na imprensa do período de “questão sul-africana”. A descoberta das jazidas minerais promoveu reestruturações políticas e levou ao fim a independência política de diversas comunidades africanas. As minas de diamantes estavam localizadas em uma região contestada pelo Estado Livre de Orange, pelo Transvaal, pelos griqua, liderados por Nicolaas Waterboer, e por chefes tswana. O governador de Natal decidiu em favor do líder griqua, o qual requisitou proteção britânica contra os bôeres; como resultado, o território foi anexado pelos britânicos e incorporado à Colônia do Cabo em 1880. A região conhecida no período colonial como “Griqualândia Ocidental”, localizada em uma área montanhosa entre o Cabo e Natal, encontrava-se ocupada por um chefe griqua rival, Adam Kok, e foi rapidamente invadida por colonos brancos. Os fazendeiros xhosa e thembu, que habitavam a região das fronteiras orientais do Cabo, defenderam seus territórios nas chamadas “guerras das fronteiras”, que perduraram até 1877-1878, quando o último território independente, a

Gcalekalândia, foi formalmente anexado como área britânica (VIDRO-VITCH, 2009). Tratava-se, portanto, de um cenário de profundas alterações político-sociais, marcado por embates, negociações e resistências nativas.

Esse contexto conectava-se com a trajetória e com a produção literário-intelectual de H. Rider Haggard. Enviado para a Colônia de Natal em 1875, aos 19 anos, para assumir um cargo não comissionado na administração local, o jovem posteriormente passou a integrar a equipe de Theophilus Shepstone, oficial responsável pela anexação do Transvaal. Em seus escritos autobiográficos, Haggard vangloriava-se de seu engajamento direto com a ação político-militar, interpretando-a como um movimento necessário para a proteção de bôeres e nativos. Ressentido e amargurado com a devolução do território aos bôeres após a guerra de 1880-1881, Haggard retornou à Inglaterra onde, casado com uma herdeira, passou a atuar no campo da jurisprudência, função que logo deixaria de lado para seguir a carreira literária. Com a publicação do aventureiro *King Solomon's Mines*, Haggard tornou-se um nome familiar no campo literário. Após candidatar-se, sem êxito, ao Parlamento Britânico pelo Partido Conservador, em 1895, o letrado envolveu-se em campanhas sociais e nos debates pela reforma na agricultura, os quais coexistiam com sua profícua e incessante produção literária, que totaliza cerca de 40 romances e contos.

À exceção de algumas novelas domésticas e sentimentais, Haggard popularizou-se enquanto um autor do gênero aventureiro. Essas produções literárias associavam-se ao recrudescimento das práticas políticas coloniais entre as décadas de 1870 e 1880 e desencadearam uma nova semântica em torno da ideia de aventura e da figura do aventureiro (VENAYRE, 2001). Desempenhavam um papel nada desprezível na formação de gostos estéticos e sensibilidades políticas de seu público leitor, na medida em que, por meio de suas tramas e personagens, cingiam razões e sentimentos associados às práticas políticas coloniais e, ao mobilizar preceitos raciais ou racistas na construção de seus personagens, sobretudo de nativos africanos, formulavam alteridades convenientes que visavam legitimar a conquista imperialista de novos territórios.

Afinal, a “[...] literatura exerceu um papel significativo no desenvolvimento do imaginário imperial – imagens e mitos sobre o império que atuavam em conjunção com ‘fatos’ advindos das colônias – que eram

necessárias para garantir o apoio do público para o projeto econômico” (KREBS, 1999, p. 8, tradução nossa). Os romances de aventura atuavam no processo de engajamento político e envolvimento sentimental de seus leitores com as sendas do colonialismo na África do Sul a partir da década de 1870, momento em que diversos grupos sociais rejeitavam as fronteiras nacionais como barreiras à expansão econômica. Assim, movidos pela “expansão por amor à expansão”, tais indivíduos construíram em torno de si autorrepresentações de desbravadores e aventureiros, conquistadores em outras terras – até mesmo como uma forma de compensação emocional para suas próprias limitações sociais, políticas e econômicas.

Por isso, esses romances atuavam na formação daquilo que Laura Chrisman designou de “inconsciente imperial” (CHRISMAN, 1990, tradução nossa), um conjunto de práticas e discursos de representação e autorrepresentação no embate colonial dotado de suas próprias contradições, paradoxos e ambiguidades. Ademais, contribuíam para que as insidiosas sendas do colonialismo se fizessem sentir, mesmo quando não fossem perceptíveis, afinal, a “[...] influência do Império [Britânico] sobre a metrópole era indubitavelmente assimétrica. Por vezes, quando estava simplesmente lá, não era objeto de uma crítica popular e consciente [...], embora o cotidiano das pessoas fosse permeado pela presença colonial” (HALL; ROSE, 2007, p. 8, tradução nossa). Como resultado, as ficções aventureiras articulavam investimentos afetivos às questões coloniais, especialmente nas últimas décadas do século XIX, momento de acirramento das tensões internacionais, de formação de movimentos nacionalistas nas colônias e de ansiedades geradas pelas transformações sociais e pelos discursos degeneracionistas nas metrópoles.

Os romances de aventura contribuíam para a formação das visões de mundo de muitos dos seus leitores e eram construídos a partir de circunstâncias concretas vivenciadas pelos seus romancistas. Faziam parte, portanto, dos contextos de experiência e de visão política dos sujeitos históricos, considerando-os como “[...] lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentidos ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; [...] e onde eles produzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo” (DUTRA, 2002, p. 18). E, por seu aspecto ficcional, conjugavam dimensões de afetividade e de sensibilidade, investimentos no campo simbólico e na memória

coletiva, afinal, “[...] o ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade” (BERNSTEIN, 1998, p. 157). Assim, compreende-se que as figurações literárias se colocam no centro das problemáticas em torno da consolidação, da interiorização e da difusão de vivências do político, conjugando fenômenos individuais e coletivos, sentimentos e sensibilidades, por meio das paixões políticas e dos engajamentos afetivos.

Os romances de aventura, comumente ambientados nos territórios coloniais, contribuía para a produção de estereótipos raciais, repetidos e reiterados em imagens e textos que elaboravam formas de classificação e hierarquização das diferentes “raças” (BHABHA, 2013, p. 118-119). Como afirmou Stuart Hall (2016, p. 191), o estereótipo racial “[...] reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença”, apropriando-se de determinadas características e reduzindo-as, por meio de simplificações ou exageros. Esses estereótipos relacionavam as populações africanas à ideia de povos “primitivos” ou “selvagens” em contraposição aos europeus, idealizados como símbolos de civilização e de progresso. Adicionalmente, o continente africano era descrito e representado como repleto de oportunidades econômicas para a exploração de terras e recursos naturais, recorrendo-se, com certa frequência, ao “mito das terras vazias” (expressão de Anne McClintock): a ideia de que os territórios coloniais estariam fundamentalmente vazios de gente, aguardando a chegada do colonizador europeu.

Diante desses pressupostos, este livro discute a trajetória e a produção literário-intelectual de H. Rider Haggard para compreender sua relação com os discursos coloniais e racistas do final do século XIX. Em um vaivém entre vida e escrita, o ângulo de problematização do *corpus* documental compreende que subjacentes ao crivo imposto pela visão de Haggard encontravam-se as marcas dos encontros interétnicos nos territórios sul-africanos e que, sob sua constante apologia e engajamento fervoroso com o colonialismo, escapavam dissonâncias que remetem às formas táticas de resistência à conquista colonial, em especial por parte das comunidades negras. Afinal, os romances aventureiros, gestados a partir da experiência colonial de Haggard, apresentam evidências do modo como os territórios sul-africanos tornaram-se o teatro para a exibição de suas ansiedades políticas, de seu engajamento com

o colonialismo, bem como das variadas formas de resistência a esses processos macropolíticos.

A dimensão política apresenta-se como uma das chaves de leitura para a compreensão da relação entre Literatura e colonialismo, a partir daquilo que Christophe Prochasson definiu como “[...] a parte emocional que governa a atividade social, [...] o papel dos sentimentos e dos afetos na vida política” (PROCHASSON, 2005, p. 306). Essa perspectiva, tributária às contribuições da nova história política, deslindou no estudo dos “[...] mecanismos simbólicos que impulsionam a vida política [...], os motores emocionais destas práticas, e mesmo os fenômenos de apropriação ou de recepção de que são objeto” (PROCHASSON, 2005, p. 306-309). Afinal, os romances produzidos em interação com a expansão ultramarina na África do Sul, por tocarem nos sentimentos ao abordarem os amores e ódios, os medos e as esperanças de personagens comuns, visavam engajar seus leitores e leitoras com as inflexões do colonialismo britânico, traduzindo a conquista de outros territórios em uma linguagem intimista, carregada de sensibilidade. Tais produções textuais atuavam, em muitos aspectos, no âmago das autorrepresentações políticas, pois partiam das experiências autobiográficas e fomentavam fulcros de identificação coletiva, os quais “têm efeitos nos comportamentos políticos” e fomentam “sensibilidades particulares” (ANSART, 2019, p. 17).

O escopo dessa investigação histórica, que recai sobre as construções culturais promovidas pelos sujeitos históricos em foco, suas visões e percepções de mundo traduzidas em sensibilidades e imaginários, assenta-se sobre um *corpus* documental constituído por fontes pertencentes ao campo da cultura escrita e literária. Os quatro romances supramencionados constituem o objetivo de análise deste livro, particularmente no que se refere ao estudo crítico de episódios históricos apropriados ou ressignificados pelo letrado para compor uma versão do passado sul-africano interligada aos projetos coloniais em voga no contexto histórico.

Trata-se dos seguintes textos: publicado em 1887, *Jess* aborda o triângulo amoroso formado pelo britânico John Neil e as irmãs Jessica (Jess) e Elizabeth (Bessie) Croft, duas jovens de origem inglesa que vivem em uma fazenda no Transvaal com seu tio, Silas Croft. O romance ambienta-se durante a Primeira Guerra Sul-Africana, a qual serve como

plano de fundo para as ações e sentimentos de seus personagens. Nesse romance, Haggard escoia muitos dos seus ressentimentos com relação à devolução do Transvaal e certo senso de humilhação política e mágoa pessoal pulula naquelas páginas. O vilão da trama, Frank Muller, metaforizava o que Haggard considerava como o extremismo político dos bôeres e apresentava-se como uma ameaça simultaneamente política e sexual, ao perseguir, enlouquecido, os amores de Bessie.

O interesse de Haggard pelas formas de organização social e política dos zulus ficou demarcado em *Nada the Lily*, romance histórico publicado em 1892 e ambientado na Zululândia durante a chefatura de Shaka kaSenzangakhona (1787-1828), reconhecido na época por introduzir inovações militares, a exemplo do uso da *assegai* (azagaia), um tipo de lança curta e delgada, e da presença de regimentos *amabutho*, grupos de guerreiros organizados em faixas etárias, que teriam resultado na consolidação política e na expansão do Reino Zulu. Além de narrar a ascensão política de Shaka, Haggard também relata o conto do bravo guerreiro Umslopogaas, filho ilegítimo do *inkosi* (rei, chefe) zulu, e seu amor pela jovem Nada, a mais bela entre as mulheres zulus.

Em *Nada the Lily*, Haggard descreve as disputas e as conspirações entre chefes zulus, o assassinato de Shaka e a chefatura de Dingane kaSenzangakhona (1795-1840), considerado pelo letrado como um *inkosi* politicamente ineficaz e entregue aos excessos sexuais cuja paixão desenfreada por Nada levaria ao conflito com Umslopogaas e à sua destruição. Contraposto ao contexto pós-Guerra Anglo-Zulu (1879), à derrota e à desintegração do Reino Zulu e das suas instituições político-militares diante do avanço do colonialismo britânico na região, *Nada the Lily* reescreve o passado pela via da ficção, tentando buscar quadros explicativos para a experiência da derrota zulu.

Swallow, a Tale of the Great Trek, publicado em 1899, é protagonizado por três personagens: o bravo órfão Ralph Kenzie, sua noiva e irmã adotiva, Suzanne Botmar, e a sacerdotisa africana Sihamba Ngenyanga. A trama é ambientada na década de 1830, período do Great Trek, migração dos bôeres que deixaram a Colônia do Cabo rumo ao interior do subcontinente para as regiões próximas do Rio Vaal e de Porto Natal, e do *mfecane*, neologismo cunhado pela historiografia

no século XX e comumente traduzido como “esmagamento”,¹ utilizado para designar uma série de transformações históricas e migrações populacionais transcorridas na África do Sul do início do século XIX.

Em tons aventurecos, *Swallow* narrava a solidariedade entre Suzanne e Sihamba, perseguidas pelo vilanesco Piet van Vooren, e a busca incessante de Ralph para reencontrar sua noiva. Redigido e publicado em um período marcado por tensões crescentes entre britânicos e bôeres ao sul da África, o romance apresentava uma visão muito mais empática desse último elemento, imaginando a formação étnica da África do Sul a partir da união de elementos brancos e do sacrifício da protagonista negra. Ao lado da bondade feminina, vista nesse romance como uma virtude colonialista, Haggard imaginava um herói viril que apresentava uma característica de difícil acesso nos discursos masculinos: o sofrimento amoroso e a separação dos amantes.

A juventude e o ingresso na vida adulta de seu personagem mais famoso, o caçador Allan Quatermain, são narrados no romance *Marie*, publicado em 1912. A narrativa literária descreve o relacionamento do jovem Quatermain com sua primeira esposa, a bôer huguenote Marie Marais, e o destino trágico que aguardava sua família após migrar durante o Great Trek. Ademais, o literato trata longamente da questão zulu nessa obra, apresentando seu *inkosi*, Dingane, como um tirano despótico e responsável pelo extermínio étnico nas regiões em torno da Zululândia. *Marie* evidencia os modos pelos quais Haggard, em sua escrita literária, se apropria dos paradigmas zulucêntricos da *mfecane* desenvolvidos pela historiografia anglo-africana ao final do século XIX e que culpabilizavam os zulus pelo esvaziamento étnico nos territórios posteriormente ocupados por britânicos e bôeres.

Do entrecruzamento entre fontes e problemas deriva a percepção de que os textos literários constituem entrelaces com o mundo social, para inscrever, em seu âmago narrativo, indícios fragmentários das razões e dos sentimentos partilhados por romancistas e muitos dos seus contemporâneos. De um ponto de vista histórico, a literatura encontra-se

1 O neologismo *mfecane* foi introduzido pelo historiador Eric Walker em 1928. A respeito dos debates em torno do conceito de *mfecane* na historiografia sul-africana e dos usos políticos do passado, ver: ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks: the transformation of Southern Africa (1815-1854)*. Londres: Longman, 2001; GUMP, James. *Origins of the Zulu Kingdom. The Historian*, v. 50, n. 4, p. 521-534, 1988; COBBING, Julian. *The Mfecane as Alibi: Thoughts on Dithakong and Mbolompo*, *Journal of African History*, v. 29, p. 487-519, 1988.

permeada por formas de traduções sensíveis das vivências de seus produtores e contemporâneos e torna-se um guia insuperável para a problematização da experiência humana no tempo, por localizar-se na intersecção entre o terreno individual e seus contextos de referências culturais. Afinal, a ficção não se aparta dos movimentos da sociedade e estabelece conexões com as trajetórias de seus produtores e leitores em boa parte da literatura produzida no século XIX, preocupada com os dramas individuais e suas dimensões sociais e culturais. Elaborações ficcionais, nas quais predominavam certa perspectiva autobiográfica, cuja maleabilidade permitiu acolher múltiplas vozes e valores morais e expressar certa visão de mundo que os romancistas da época visavam traduzir (VASCONCELOS, 2007, p. 23).

O estudo em questão visa compreender a força do colonialismo a partir da produção ensaística e ficcional de H. Rider Haggard, com ênfase ao lugar das sensibilidades e da imaginação literária na legitimação pública das práticas políticas coloniais. Afinal, essas produções aventurescas encontravam-se amparadas em preceitos raciais e racistas, “paradigmas de desigualdade e de exclusão [...], uma das formas mais insidiosas de discriminação” (BREPOHL, 2013, p. 13). Romances que, ao conjugar os sentimentos e as emoções de seus leitores, tornavam o colonialismo algo como que familiar ou mesmo naturalizado, embasado nas premissas de que era o destino do homem britânico ou europeu conquistar outros territórios e civilizar ou subjugar as “raças inferiores”.

Sabe-se que essas ideias contribuíram para legitimar vastas ações repressivas e violentas no contexto colonial, genocídios étnicos e experiências de segregacionismo, em especial na África do Sul, que viveu boa parte do século XX em um regime de *apartheid*. As políticas coloniais na África ao longo do século XIX e no início do século XX legaram, aos territórios almejados, cicatrizes históricas, exploração e violência colonial. Somado à desarticulação de formas complexas de organização sociocultural e política africana, bem como ao extermínio étnico, o colonialismo promoveu a estigmatização dos africanos enquanto selvagens ou primitivos (ANTONACCI, 2014, p. 238), além de recusar “[...] considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuam, através dos séculos, por vias que lhes são próprias” (M’BOW, 2010, p. 21). A efetivação de um Estado segregacionista por intermédio da política do *apartheid*, institucionalizada pelo governo sul-africano na segunda metade do século

XX, estruturou-se a partir de um modelo racial em voga no período precedente e legitimou inúmeras formas de violência a grupos étnicos e sociais (VIDROVITCH, 2004, p. 766).

A violência colonial e a legislação segregacionista acarretaram a violação de direitos humanos, os extermínios e epistemicídios, a repressão contra movimentos de resistência, a suspensão de liberdades públicas e as perseguições arbitrárias. Devido a essas complexidades, a produção acadêmica não pode negligenciar as imagens e textos que informam os processos de implantação dos sistemas coloniais na África oitocentista para exercer o imprescindível desafio de desnaturalização e problematização dos usos de discursos biologizantes (como o racismo) traduzidos para outros campos discursivos, a exemplo do literário, para estabelecer distinções claras entre experiências democráticas e práticas autoritárias, violências institucionalizadas e segregacionismos. Por isso, este livro visa inserir-se em um esforço, inspirado nos estudos em História da África, para atentar-se às discussões sobre questões étnico-raciais e territoriais no momento imediatamente anterior à institucionalização das políticas segregacionistas, sobretudo entre as décadas de 1870-1910 (LEGASSIK, 1995, p. 43-59).

CAPÍTULO 1

O contexto sul-africano: colonialismo, historiografia e literatura em fins do século XIX



Azagaias, carroças e espingardas: o sul da África entre as décadas de 1870 e 1880

No início da década de 1870, o centro de poder zulu (ou Reino Zulu) abrangia uma área que se estendia da costa do oceano Índico ao rio Tukhela, no sul, ao rio Pongola, no norte. Seu território adensou-se especialmente na primeira metade do século XIX, em particular devido a um processo de expansão política e à incorporação de outras comunidades linhageiras na região ao sul da baía de Maputo. O centro de poder zulu foi estabelecido na década de 1820 por Shaka kaSenzangakhona, em um contexto demarcado por significativas transformações sociais e políticas na região, em especial pela expansão das áreas de influência de novas linhagens dominantes, principalmente de povos de língua e cultura nguni. A força política e militar dos zulus, mormente durante a chefatura de Cetshwayo kaMpande (1826-1884), representava um obstáculo para a formalização das anexações territoriais orquestradas pelo então secretário de Estado das Colônias, Lord Carnarvon, que, em 1877, defendeu junto ao Parlamento Britânico o Ato de Confederação Permissiva, o qual visava autorizar a criação de uma confederação de colônias e estados na África do Sul.

Cetshwayo ascendeu ao poder no Reino Zulu como resultado, entre outros fatores, de conflitos referentes às formas de transmissão de poder. Em 1839, o *inkosi* Mpande kaSenzangakhona reconheceu a legitimidade de seu filho Cetshwayo como herdeiro; contudo, passou a temer sua crescente influência política e militar. No início da década de 1850, Mpande redirecionou seus favoritismos a outro filho, Mbuyazi kaMpande e, em um esforço para evitar rivalidades, tentou realocar Mbuyazi e seus seguidores, os izGqoza, ao norte do território zulu, e Cetshwayo e seus seguidores uSuthu na região ao sul. Diferentes signos de transmissão de poder perpassavam as aspirações à chefatura: no caso de Mbuyazi, o fator da senioridade, por ser filho de Mpande e de uma das viúvas de Shaka. Em 1856, as tensões entre os grupos rivais escalaram em uma guerra civil, que levou à destruição dos izGqoza e de seus aliados izNqobo pelas forças de Cetshwayo na batalha de Ndongakusuka. A morte de Mbuyazi levou à legitimação de Cetshwayo como herdeiro e, na década de 1870, as redes de poder e a independência do Reino Zulu eram vistas

pelos britânicos como ameaças para a expansão colonial e a unificação dos territórios ao sul da África (ELDREDGE, 2014).

A presença britânica em território sul-africano remonta ao início do século XIX, momento em que parte daquela região havia sido formalmente ocupada pela Companhia Holandesa das Índias Orientais (Verenigde Oostindische Compagnie, ou VOC). Entre 1795 e 1803, as tropas britânicas foram mobilizadas e tomaram o território denominado posteriormente de “Colônia do Cabo”, com o pretexto de impedir que a capital, lugar estratégico na passagem de rotas comerciais marítimas à Índia, fosse ocupada pela França napoleônica, a qual havia invadido a Holanda. As levas imigratórias de britânicos ao sul da África intensificaram-se na década de 1820, concomitantemente aos deslocamentos internos de bôeres insatisfeitos com a presença imperial britânica na região (Great Trek) e com o crescimento e a expansão do Reino Zulu, governado por Shaka, contexto designado posteriormente pelo neologismo *mfecane*.

A formalização do domínio colonial no subcontinente sul-africano também ocorreu por meio das ações missionárias, estabelecidas no interior desde os primeiros decênios do século, a exemplo da Missão Bethelsdorp, vinculada à London Missionary Society, fundada em 1803 na parte oriental do Cabo, e da Missão Lovedale, ligada à Glasgow Missionary Society e estabelecida em 1824. Muitos desses missionários atuavam com as populações bantos e, a despeito de seus esforços em transformar práticas culturais e costumeiras entre os africanos, os avanços eram restringidos devido às limitações de recursos materiais e às resistências africanas (HUTCHINSON, 1957).

Contudo, em princípios da década de 1870, com a descoberta de jazidas auríferas e diamantíferas na região, o sul da África adquiriu maior relevância econômica do ponto de vista das políticas coloniais. Naquele contexto, a África do Sul abarcava um conceito geográfico, que incluía, sobretudo, quatro entidades geopolíticas ao sul do Rio Zambezi: além de territórios e protetorados nativos, incluía a Colônia do Cabo e Colônia de Natal, sob domínio britânico, e duas repúblicas bôeres, o Estado Livre de Orange e o Transvaal. Tratava-se, também, de uma ideia política, já que, pelo menos desde a década de 1850, diversos esforços foram mobilizados para promover a unificação desses corpos geopolíticos. A política britânica nas colônias baseava-se mormente no

Relatório de Durham (1839), com a intenção de promover paulatinamente o desenvolvimento do que se denominava no período de “governos responsáveis”, isto é, parcialmente autônomos e com seus próprios órgãos parlamentares.

O primeiro passo nessa direção consistiu na eleição de uma assembleia representativa na Colônia do Cabo em 1853, seguido pelo estabelecimento de sua condição autônoma em 1872. Na prática, o Cabo passou a ter uma administração própria e um primeiro-ministro responsável pelo seu Parlamento, de modo que a posição de governador britânico, algo próximo a um chefe de Estado constitucional, possuía pouca voz na política interna. Portanto, de um lado, configuravam-se interesses majoritariamente baseados na política local do Cabo e, de outro, as demandas imperialistas, advindas da metrópole britânica e do secretariado de colônias em Londres (WESSELING, 2008).

Predominava na Colônia do Cabo um sistema eleitoral que visava conferir direito ao voto de modo igualitário, independentemente da cor de pele do eleitor, sob a condição de que ele fosse detentor de renda anual ou de posses equivalentes a £25. Porém, a despeito dos apologistas à “tradição liberal do Cabo”, cumpre enfatizar que uma série de medidas legislativas foram tomadas, entre as décadas de 1870 e 1890, com o fito de restringir os direitos políticos dos eleitores negros, o que culminou com o registro de raça no título de eleitor em 1893 e, no ano seguinte, o estabelecimento do Glen Grey Act,² idealizado pelo então primeiro-ministro do Cabo, o “magnata da mineração” Cecil Rhodes, num ato legislativo que deixou muitos nativos desprovidos de terras e de trabalho e que, ao estabelecer um sistema de propriedades privadas, pôs fim às formas comunais de acesso às terras (GOMES, 2010, p. 120-122).

Quanto à Colônia de Natal, convém mencionar que a região se tornou território colonial a partir de maio de 1843, momento em que o Império Britânico anexou a República de Natália, de breve existência, estabelecida por emigrantes bôeres em uma área outrora pertencente

2 Promulgado em julho de 1894, na Colônia do Cabo, pelo então primeiro-ministro Cecil Rhodes, o Glen Grey Act estabelecia um sistema de terras individuais (e não mais comunais), além de criar uma taxa de trabalho para forçar os xhosas a buscarem empregos em fazendas comerciais ou em indústrias. Na prática, o ato legislativo deixou inúmeros africanos negros sem terras e visava controlar a mão de trabalho negra, forçando-a a trabalhar para fazendeiros brancos na região do Cabo Oriental.

aos zulus. Em 1856, separou-se da Colônia do Cabo e tornou-se um importante centro da administração britânica na região. Ponto de destino de muitos colonos que deixaram a Europa e a Colônia do Cabo, Natal configurava-se por uma economia largamente agrária e sua anexação esteve associada aos interesses britânicos pelo controle do porto de Durban. A colônia recebeu um número expressivo de operários estrangeiros, sobretudo indianos e chineses, os quais serviam de mão de obra nas plantações de cana-de-açúcar, café e algodão, devido à dificuldade em atrair trabalhadores locais.

Nesse ponto, talvez seja importante estabelecer algumas questões mais gerais acerca do modelo de administração e institucionalização de leis concernentes à população nativa adotado nas duas colônias. Segundo Mahmood Mamdani, desde a anexação de Natal, diversas práticas costumeiras e leis nativas foram toleradas pela administração colonial com a intenção de promover um governo indireto, porém mais eficaz, da população nativa. Em 1891, foi aprovado o Code of Native Law, um estatuto draconiano que estabelecia o governador da Colônia como “chefe supremo”, com atributos para exercer amplo número de intervenções sociopolíticas nas chefias africanas, além de “designar todos os chefes ou remover qualquer um por ofensa política, ou por incompetência, ou outra justa causa” (MAMDANI, 1996, p. 62, tradução nossa). No Cabo, a política nativa mudou drasticamente a partir de 1871, quando a Basutolândia foi anexada. Com base na crença de que os nativos não estavam “suficientemente avançados em progresso civilizatório e social” para serem integrados enquanto cidadãos, as autoridades do Cabo rejeitaram a assimilação legal dos africanos da Basutolândia, o que então havia sido comum no modelo “liberal” da colônia (MAMDANI, 1996, p. 71, tradução nossa).

As resistências armadas de africanos nesse contexto, especialmente dos xhosa gcaleka e Ngqika, em 1877-1878, e dos basotos, em 1880-1881, levaram os administradores no Cabo a preservar traços da autoridade das lideranças nativas na forma de conselhos locais, com a intenção de manter, mesmo que indiretamente, o controle colonial. O governo indireto sobre os nativos foi estabelecido no final do século e o “dualismo legal obtido; relações entre os *peasants* foram regulamentadas por meio da lei costumeira” (MAMDANI, 1996, p. 71, tradução nossa). No Cabo, os parâmetros da sociedade civil visavam incluir uma

minoria de nativos, embora, assim como em Natal, a segregação e a lei costumeira atuavam para separar brancos e negros: em Natal, entre nativos e não nativos; no Cabo, entre aqueles considerados “civilizados” e “incivilizados” (MAMDANI, 1996, p. 71, tradução nossa).

As repúblicas do Estado Livre de Orange e do Transvaal estabeleceram governos independentes após a Convenção de Bloemfontein (1854), que acarretou o reconhecimento formal da sua independência e da sua legitimidade. Ocupadas, em parte, por fazendeiros bôeres, descendentes de holandeses, franceses e alemães que se estabeleceram no extremo sul da África desde o século XVII e migraram para aquelas regiões nas décadas de 1830 e 1840, estavam regidas por uma constituição que concedia o direito ao voto aos homens brancos com mais de 18 anos, responsáveis pela eleição de um *Volksraad* (assembleia legislativa) e um chefe de Estado. O Transvaal era administrado em linhas próximas, com a exceção de que, além de um presidente eleito, era regido por um general comandante e configurava-se como um estado de fronteira, de perfil agrário e em constante conflito com as comunidades tswana.

No final da década de 1870, era crescente a influência de Paul Kruger (1825-1904), liderança incontestada entre os bôeres do Transvaal, filho de fazendeiros migrantes, homem das armas e da religião, além de um obstinado opositor à anexação da República pelos britânicos em 1877. Ao final do século, as demandas pela extensão de direitos políticos a estrangeiros (*uitlanders*) nas repúblicas bôeres levaram a conflitos entre a autoridade britânica na região e o Transvaal e o Estado Livre de Orange. Além disso, as repúblicas bôeres eram conhecidas por sua resistência em reconhecer os direitos das populações nativas, pelo aspecto segregacionista de suas instituições e por sua forte resistência diante do avanço das políticas confederacionistas propostas pela administração colonial britânica.

A execução dessas políticas ficou nas mãos do governador-geral da Colônia do Cabo e alto-comissário para a África do Sul, Bartle Frere, imperialista convicto e plenamente convencido de que a questão sul-africana seria resolvida apenas quando todos os povos que ocupavam a região, sobretudo os zulus, reconhecessem a soberania britânica. É no âmago desse clima de tensões entre zulus, britânicos e transvaalenses que eclodem a Guerra Anglo-Zulu (1879), a qual resultou no colapso da independência zulu, e a chamada “Primeira Guerra Sul-Africana” (ou

Guerra Sul-Africana) entre 1880 e 1881, ocasionando a devolução do Transvaal aos bóeres após uma concordata de paz.

Quando Benjamin Disraeli assumiu seu segundo mandato como primeiro-ministro britânico, em fevereiro de 1874, os debates em torno da expansão ou da consolidação de territórios coloniais, bem como as propostas de confederação para a África do Sul, circulavam entre políticos e intelectuais. Seu antecessor, o liberal William Gladstone, adotara uma política externa baseada num esforço de consolidar os territórios coloniais, em vez de desmembrá-los ou expandi-los. Ao longo da administração de Disraeli, a ênfase dos discursos de políticos e intelectuais recaía sobre a necessidade de expansão e manutenção das colônias. Predominava, na tonalidade dos apologistas ao Império Britânico, a necessidade de uma confederação imperial e de representação das colônias no Parlamento, questão amplamente difundida em livros, panfletos, cartas abertas e discursos políticos. Em comum a todos esses posicionamentos estava a demanda pela regulamentação das relações entre a metrópole e suas colônias, a qual partia da crença de que os vínculos existentes até então eram demasiadamente precários e com poucas chances de durabilidade.

Os esquemas de confederação eram vistos como soluções para a manutenção dos territórios coloniais que, para muitos parlamentares da época, forneciam um vasto leque de vantagens, a exemplo da revitalização da defesa imperial e do comércio, dos investimentos financeiros e da emigração, além de revogar tarifas coloniais e gastos excessivos sobre as administrações locais. As propostas apresentadas ao Parlamento Britânico eram múltiplas: desde incluir emissários coloniais em Westminster, centro do governo britânico, constituir um conselho privado, estabelecer um conselho de assistência e criar um parlamento federal supremo. O conceito de confederação era comumente utilizado em termos vagos, com pouco consenso entre os parlamentares britânicos acerca de sua formação e de suas funções. Contudo, os usos da noção política de “confederação” apontam para uma preocupação renovada com as colônias na década de 1870 (ELDRIDGE, 1973, p. 128-132).

A gestão de Disraeli foi perpassada por diversos impasses relacionados à política colonial, em específico o controle sobre o canal de Suez, no Egito, e as crescentes tensões diplomáticas nos Bálcãs devido à Guerra Turco-Russa (1877-1878). Os territórios sul-africanos tornaram-se

foco das práticas políticas coloniais, sobretudo após a descoberta de diamantes perto da fronteira da Colônia do Cabo em 1867, o que levou a disputas pelo domínio desses territórios. O secretário colonial Lord Carnarvon, que havia criado com sucesso a confederação do Canadá, acreditava que o mesmo método poderia solucionar os impasses na África do Sul. Para tanto, propôs a realização de uma conferência composta pelos representantes das várias entidades da região, com a intenção de alavancar seu projeto, o qual também incluía dividir a Colônia do Cabo em Cabo Oriental e Cabo Ocidental.

A recusa dos representantes do Cabo, devido aos custos elevados que a proposta acarretaria, somava-se à oposição bôer, situação que inviabilizou o projeto confederacionista. Carnarvon optou pela alternativa militar, propondo a anexação do Transvaal em setembro de 1876, logo após a derrota dos transvaalenses em uma guerra contra o Reino bapedi, liderado por Sekhukhune. O secretário colonial decidiu agir nessa direção e ordenou a Theophilus Shepstone, comissário especial encarregado das relações com os zulus e funcionário de destaque na Colônia de Natal, mobilizar tropas de cavalaria e avançar sobre Pretória, capital transvaalense, em janeiro de 1877. A pouca resistência do governo do Transvaal levou à sua anexação ao Império Britânico, situação que se configurou até o início da década de 1880, quando a Primeira Guerra Sul-Africana resultou na devolução do território aos bôeres.

Após a anexação do Transvaal em 1877, Carnarvon tentou introduzir um decreto de lei no Parlamento Britânico com o afã de preparar o terreno para o estabelecimento de uma confederação sul-africana. Entretanto, seus esforços foram barrados pela própria anexação do território, afinal, os britânicos haviam se isolado politicamente das lideranças transvaalenses, a exemplo de Paul Kruger, defensor da independência bôer. Ademais, os britânicos haviam herdado os problemas de disputas nas fronteiras do Transvaal com o Reino Zulu, situação que eclodiu em 1879 na Guerra Anglo-Zulu. A insistência de Carnarvon no projeto confederacionista inseria-se numa acepção de imperialismo gestada na segunda metade da década de 1870 entre os setores conservadores da política britânica, e mais bem ilustrados com sua intervenção nos assuntos diplomáticos dos Bálcãs: a visão de um império centralizado e militarizado, capaz de assegurar o lugar da Inglaterra enquanto potência mundial, garantindo recursos e exércitos para além do controle do

Parlamento. Nesse sentido, Disraeli contribuiu para uma nova visão de imperialismo baseado em um império em expansão e militarizado, constituinte da crença na “missão da Inglaterra” enquanto potência mundial (ELDRIDGE, 1973, p. 233-241, tradução nossa).

Contudo, não havia necessariamente novidades no projeto confederacionista de Carnarvon, afinal, em 1858, o governador da Colônia do Cabo, George Grey, havia proposto ao Gabinete Colonial que todas as colônias e repúblicas bôeres, bem como alguns territórios e protetorados nativos, fossem cingidos em uma confederação,

[...] com governador indicado pela rainha e legisladores eleitos através do voto popular censitário. [...] O Gabinete Colonial, porém, tinha planos distintos para suas colônias sul-africanas, e Grey não obteve o apoio necessário para fortalecer e implementar sua política (GOMES, 2010, p. 25).

O que mudara, no ínterim, dizia respeito às condições político-sociais nos territórios coloniais decorrentes das descobertas de jazidas auríferas e carboníferas na segunda metade do século. Esse processo levou à industrialização e a um esforço de modernização, bem como ao escoamento populacional e levas migratórias ao interior sul-africano, o que gerou fortes tensões entre ingleses e bôeres. Nesse jogo de tensões, enquadravam-se os conflitos com os bapedi, na região nordeste do território, nas proximidades da Suazilândia (Eswatini), e as guerras contra os zulus, liderados pelo *inkosi* Cetshwayo no final da década de 1870. Na metrópole, esses e outros episódios apoquentavam as discussões em torno da manutenção do Império e alimentavam os opositores à política de Disraeli e Carnarvon com argumentos que reverberavam em disputas parlamentares, sobretudo entre liberais e conservadores.

A chamada “historiografia liberal-imperialista” consagrou certas interpretações de que a proposta de confederação de Carnarvon partia de um desejo de proteger a população negra da África do Sul, especialmente dos bôeres. Contudo, o texto original do South African Act de 1877, redigido por Carnarvon e seus conselheiros, era profundamente restritivo e excluía os africanos negros de direitos políticos e de representação na proposta de Assembleia Federal. Ademais, uma das objeções do primeiro-ministro do Cabo frente ao esquema confederacionista dizia respeito ao

seu aspecto retrógrado e contrário ao liberalismo praticado na colônia. Mais recentemente, alguns historiadores demonstraram que os interesses por trás do projeto eram sobretudo socioeconômicos, intensificados após a descoberta dos diamantes. Além da necessidade de fortalecer a autoridade da elite branca diante de uma maioria populacional negra, o contexto posterior à descoberta das jazidas demandava mão de obra e, do ponto de vista dos administradores coloniais britânicos, a obrigação de remover os obstáculos representados pelas repúblicas bôeres e pelas linhagens e reinos africanos independentes para modernizar os aparatos estatais e alinhavá-los ao desenvolvimento econômico capitalista. A Colônia de Natal provavelmente abrigava a maior parte dos apoiadores da confederação e mesmo assim alguns dos seus dirigentes responderam ao projeto com certa apatia e indiferença (COPE, 1987).

De acordo com Ngwabi Bhebe, o projeto confederacionista ainda tinha como pilar a intenção de suprir mão de obra para a Griqualândia Ocidental, região que concentrava a extração de diamantes e, mesmo após sua anexação às posses britânicas em 1871, continuava sendo contestada pelo Estado Livre de Orange e pelas chefias griqua que habitavam a região. Quando a metrópole concedeu o *status* de governo autônomo para a Colônia do Cabo, havia a esperança de que a colônia assumisse o controle sobre o reservatório de mão de obra do Lesoto e da Griqualândia Ocidental, tornando-se o Estado mais poderoso da região. A elite dirigente do Cabo manteve controle sobre o Lesoto, mas recusou-se a anexar a Griqualândia devido ao alto número de habitantes bôeres que simpatizavam com a causa republicana. Do ponto de vista de Carnarvon, o modelo de confederação seria o único antídoto para escoar mão de obra à Griqualândia Ocidental, além de resolver os litígios territoriais da região e controlar, de forma mais eficaz, a circulação de armas de fogo entre as populações negras. Somava-se, nesse contexto, a resistência de Langelibalele, chefe dos hlubi, o qual se recusou a declarar ao Governo da Colônia de Natal as armas de fogo que seus súditos haviam adquirido. Influenciado por Theophilus Shepstone, Carnarvon compreendia que a criação de uma confederação seria a única solução possível para a “questão sul-africana” (BHEBHE, 2010).

Enquanto Shepstone ficou responsável pela anexação territorial do Transvaal, o governador-geral da Colônia do Cabo, Bartle Frere, foi incumbido da responsabilidade de executar o esquema confederacionista

idealizado por Carnarvon. Após uma longa carreira em cargos coloniais, Frere chegou à Cidade do Cabo no início de 1877 e, desde que se estabelecera no cargo de governador, estava convencido da necessidade de subjugar os reinos africanos que ainda mantinham sua independência, em especial os zulus (SCHREUDER, 1980).

Desde 1856, após derrotar Mbuyazi na batalha de Ndongakusuka, Cetshwayo legitimou-se como sucessor na chefatura zulu. Em sua chefatura, Cetshwayo tentou consolidar o poder real que havia sido subvertido pelos *amakhosi* (chefes de linhagem), bem como revitalizar o sistema de regimentos *amabutho*, modelo de formação militar profundamente enraizado na organização sociocultural zulu e baseado em redes de interdependência e fidelidade de guerreiros distribuídos em regimentos etários. Embora as políticas de Cetshwayo seguissem originalmente certa cordialidade diplomática com os britânicos de Natal, a anexação do Transvaal cujo território avançava sobre as fronteiras com o centro de poder zulu, tornou as relações muito mais hostis e as negociações foram infrutíferas, culminando na Guerra Anglo-Zulu em 1879.

Da perspectiva de Bartle Frere, a subjugação dos africanos implicava “[...] essencialmente a transformação das sociedades africanas em reservatórios de mão de obra para as empresas britânicas e coloniais, e em mercados para os produtos da metrópole, ao passo que o ‘governo autônomo europeu’ garantiria a segurança dos investimentos britânicos” (BHEBHE, 2010, p. 202). Dentro desse projeto, todos os reinos e estados africanos independentes (a exemplo dos ndebele e dos Shona) seriam eventualmente anexados sob a forma de protetorados ou por meio da conquista militar. O território ocupado pelo Reino Zulu era de interesse vital ao plano, afinal englobava partes da Colônia de Natal e do Transvaal, além de fazer parte dos planos de Theophilus Shepstone, que desde a década de 1850 intencionava fundar um grande reino de africanos gestado por uma administração branca, um território capaz de se autofinanciar e, simultaneamente, ser uma reserva de mão de obra africana.

Muitos dos posicionamentos de Carnarvon foram expressos em seu artigo “Imperial Administration”, publicado em 1878. No documento, Carnarvon alude a certa polissemia e ineditismo em torno do conceito de “imperialismo”, descrevendo-o como:

[...] uma nova palavra [...] que se infiltrou entre nós [...]. Eu já ouvi falar de política Imperial, e interesses imperiais, mas [...] em certo sentido, a Constituição Britânica nada sabe de Imperialismo. Seria injusto, contudo, negar que a Constituição Britânica reconhece muito do que compõe um caráter Imperial (CARNARVON, 1878, p. 760, tradução nossa).

A questão associava-se às discussões em torno da ambiguidade do termo “imperialismo”, fonte de contendas para historiadores, literatos, políticos e jornalistas que, ao longo do século XIX, engajaram-se na consolidação do moderno Império Britânico.

Originalmente associado, em tons negativos, ao expansionismo militar francês do início do século XIX, nas últimas décadas deste o termo passou a abranger uma vasta gama semântica que incluía, mas não se limitava à, a participação estatal no estabelecimento formal de colônias e um conjunto de posicionamentos ideológicos, demarcados pelo ímpeto militar, por sentimentos vagos de patriotismo e pela crença na superioridade racial (BRANTLINGER, 1990). Ademais, a referência ao termo demonstra que, mesmo antes da Conferência de Berlim (1884-1885), a qual formalizou a divisão territorial da África entre as potências europeias, o imperialismo enquanto prática política já ganhara forma, sobretudo desde a emergência do jingoísmo na metade do século, conceito que referenciava a devoção inequívoca ao militarismo britânico e à expansão colonial, sentimento que, distinto e similar ao patriotismo, era comumente associado às classes operárias (BRANTLINGER, 2009).

Ao lado das funções administrativas que recaíam sobre o Gabinete Colonial, Carnarvon ainda destacava a codificação de “sistemas de lei nativa” nos territórios coloniais, funções que eram exercidas em nome do que o secretário e muitos de seus contemporâneos compreendiam como sua função civilizadora, isto é, “gradualmente conduzindo-os [os nativos] na escala do conhecimento humano e da felicidade” (CARNARVON, 1878, p. 754, tradução nossa). A exemplo dos africanos no Cabo, descritos por ele como “[...] tribos selvagens, dos quais ouvimos falar muito ultimamente” (CARNARVON, 1878, p. 755, tradução nossa), as populações nativas eram vistas pelo colonialista como destituídas de agência e, dentro dessa visão de mundo, requereriam a ação supostamente benevolente do homem branco e de suas instituições para civilizarem-se.

A anexação do Transvaal, questão delicada devido às crescentes insatisfações dos bôeres e à inadimplência do governo estabelecido na nova colônia, era justificada com base na “condição crítica de toda a fronteira sul-africana, mas quando adotada, foi executada sem oposição ativa ou a menor desordem” (JENKINS, 1996, p. 112, tradução nossa). A retórica adotada estava alinhavada à perspectiva de muitos políticos do Partido Conservador na metade da década de 1870: a crença de que a intervenção estatal seria aceitável quando o objetivo fosse encorajar a responsabilidade individual (JENKINS, 1996, tradução nossa). O imperialismo, na visão de muitos políticos britânicos como Carnarvon, seria uma força aglutinadora, capaz de “[...] atribuir no conjunto daquela grandiosa massa [...], uma unidade em comum; para encontrar para ela aquele princípio unificador e revigorador que é o mais próximo do espírito de patriotismo que se procura em um indivíduo” (CARNARVON, 1878, p. 762-763, tradução nossa). A ideia imperial em Carnarvon aparecia como um apelo ao que considerava como dever ou fardo da metrópole para desenvolver a autonomia em territórios coloniais, misturado a certo senso de *Machtpolitik*, quando essas medidas não fossem possíveis por vias parlamentares, tal qual ilustrado pela anexação do Transvaal.

A anexação ainda se torna evocativa das relações políticas entre as forças coloniais e o Reino Zulu, sobretudo no momento de nomeação de Theophilus Shepstone para o cargo de secretário de Assuntos Nativos. Em outubro de 1872, Shepstone participou de uma das cerimônias de coroação de Cetshwayo, para o qual, a aproximação com o governo de Natal “[...] representava uma busca de reforço junto às disputas de terras com a República Sul-Africana, em particular a região do rio Ncome” (SANTOS, 2017, p. 203). Como muitos dos seus contemporâneos em Natal, Shepstone acreditava que a expansão territorial dos domínios britânicos seria capaz de garantir o controle da mão de obra africana, ameaçado pelos centros independentes de poder africano, pelas colônias rivais e pelas repúblicas bôeres. A anexação do Transvaal só fez crescer as expectativas de domínio sobre os territórios zulus e, após 1876, Cetshwayo passou ser associado ao despotismo militar e representado como um risco ao Transvaal. Com o ultimato apresentado por Bartle Frere em dezembro de 1878, indicando a Cetshwayo que dissolvesse o sistema militar zulu em curto prazo, as ofensivas militares tiveram início no ano seguinte.

Zulus, britânicos e bôeres

Entre 1846 e 1852, o *inkosi* zulu Mpande empreendeu diversos ataques ao território swazi, com a intenção de conquistar terras e cabeças de gado – tal qual seu antecessor, seu meio-irmão Dingane, havia feito contra o *inkosi* swazi, Sobhuza, entre 1836 e 1839. De todas essas ofensivas, aquela realizada em julho de 1852 impactou de forma mais profunda, ameaçando desintegrar o poder swazi e forçando seu *inkosi*, Mswati II, a recorrer ao auxílio da administração colonial de Natal. Associado ao sucesso da campanha encontrava-se o príncipe Cetshwayo, que integra o regimento Tulwana, formado no ano anterior. A ofensiva contra Mswati II ficou conhecida como *Ukufunda ka Tulwana* (“o aprendizado de Tulwana”) e possibilitou a ascensão política e o prestígio militar de Cetshwayo, ameaçando o próprio Mpande, que passou a adotar uma política mais cautelosa quanto à manutenção de sua posição (SANTOS, 2017, p. 183). Somados a esses episódios, os conflitos entre os príncipes Cetshwayo e Mbuyazi pela sucessão, ocorridos poucos anos depois, intensificaram o sentido da guerra e das próprias arregimentações, como elementos de sobredeterminação.

Em sua tese de doutorado, a historiadora Gabriela Aparecida dos Santos descreve um contato estabelecido entre Cetshwayo e Muzila, o *inkosi* do Reino de Gaza, localizado ao sul do atual Moçambique, pouco antes da eclosão da guerra contra os britânicos. Bikwayo kaNoziwawa, oriundo de uma linhagem de mensageiros oficiais do Reino Zulu e parte do regimento *Ngobamakosi*, o primeiro composto por Cetshwayo após assumir o poder, relatou os três encontros que teve com Muzila em suas viagens pelo território do *inkosi*. Durante um desses encontros, encaminhou uma mensagem enviada pelo *inkosi* zulu, na qual solicitava “peles de macaco azul, de geneta, de leopardo e lontra” (SANTOS, 2017, p. 202) para a confecção de insígnias e escudos, “e pólvora, cápsulas e chumbo, pouco antes da guerra contra os brancos” (SANTOS, 2017, p. 203). A guerra mencionada pelo mensageiro eclodiu no início de 1879.

A incorporação do Transvaal às posses britânicas integrava as ambições políticas de uma confederação sul-africana e, como resultado, tornou crescentes as expectativas de que os domínios coloniais se estendessem aos territórios de Cetshwayo. Ao final de 1878, o Transvaal era

assolado por instabilidades políticas e econômicas e Cetshwayo compreendeu que as táticas de aproximação diplomáticas, iniciadas no começo daquela década, estavam ruindo. O ultimato enviado por Bartle Frere, que exigia a dissolução da organização militar zulu, a entrega de homens procurados pelas autoridades das colônias e o pagamento de multas equivalentes a seiscentas cabeças de gado, levou a tensões acirradas e à eclosão da guerra entre britânicos e zulus no ano seguinte. A expectativa de Frere era de que os conflitos fossem breves e marcados pela vitória britânica, por meio de um plano militar de invasão em cinco frentes que marchavam rumo a Ulundi, o principal assentamento de Cetshwayo. As restrições financeiras do comissariado de guerra reduziram o plano para três colunas: uma partiu para os territórios próximos ao rio Tukhela, a segunda para as margens do rio Black Mfolozi e a terceira atravessou o rio Búfalo até a região de Isandhlwana.

A batalha de Isandhlwana, em janeiro de 1879, durou poucas horas e levou à vitória dos zulus contra as tropas britânicas. Era possível “que as insígnias guerreiras pedidas por Bikwayo, [...] peles de macaco azul [usadas em tiras ao lado do rosto], de geneta [para os cintos] e de leopardo e lontra [para a confecção da fita que era posta no entorno da cabeça] – se agitassem com a explosão da pólvora, cápsulas e chumbo” (SANTOS, 2017, p. 206). Esses símbolos do poder militar zulu inscreviam-se em um campo de alianças políticas e forças em interação, remetendo às experiências compartilhadas culturalmente em torno do uso de armas de fogo pelo menos desde a época de Shaka, na década de 1820.

A aquisição de armas de fogo por parte dos zulus intensificara-se desde 1860 devido a fatores econômicos e a avanços tecnológicos na produção de armamento na Europa e estava associada à movimentação dos africanos pelo extremo sul do continente. Isso porque inúmeros africanos adquiriam armas e munição por compra ou em troca de trabalho nas minas de ouro e diamante, de modo que “[...] a posse de armas redimensionava a própria força em meio ao frágil equilíbrio de poderes regionais, constantemente tensionado pelo avanço colonial” (SANTOS, 2017, p. 210). Havia, portanto, uma relação intrínseca entre os deslocamentos migratórios, as respostas dos africanos às demandas de trabalho e a aquisição de armas de fogo a partir de relações de conflito e de alianças interétnicas, mesmo que tais armamentos tivessem um papel secundário no manejo da *assegai* (azagaia) (DELIUS, 1977, p. 41-47). Além

disso, as disputas dinásticas envolvendo a sucessão de Mpande, travadas entre Cetshwayo e Mbuyazi, bem como os conflitos com o Transvaal, contribuíram para a importação de armas de fogo, sobretudo pela Baía de Delagoa (atualmente Baía de Maputo).

A historiografia colonial produzida no final do século XIX e início do século XX categorizou o processo de formação do Reino Zulu na década de 1820 como *mfecane*, termo utilizado para descrever um período de violências extremas e genocídios que partiam do centro de poder zulu e de seu primeiro rei, Shaka kaSenzangakhona. Esses relatos do passado, fortemente embasados em pressupostos raciais, culpabilizavam os zulus por romper um equilíbrio político anterior e causar extermínios e numerosas levas de migrações forçadas entre os africanos. O esvaziamento territorial supostamente causado pelo avanço zulu justificaria a ocupação dessas áreas pelos colonos europeus.

Contudo, desde a década de 1970, a historiografia tem questionado essas representações da *mfecane* como “[...] parte de um discurso racista, estruturado pelos historiadores coloniais de modo a absolver o capitalismo das responsabilidades pelas violentas convulsões sociais no sudeste da África oriental na primeira metade do século XIX” (SANTOS, 2017, p. 25). Pesquisas recentes têm demonstrado que, nas primeiras décadas do século, muitos grupos africanos recorreram a centros maiores de poder para sua própria defesa, em um momento no qual a demanda pelo controle e escravização da mão de obra africana estimulava a invasão e a conquista colonial. Como resultado, quatro principais centros de poder emergiram na época: os bapedi, liderados por Sekwati, no vale Steelpoort; os ngwane (swazi), liderados por Sobhuza, na região oriental do Transvaal; os bamokoteli (basoto), liderados por Moshoeshe, na região da Basutolândia; e os zulus, liderados por Shaka e responsáveis pela assimilação de diversos grupos: amaChunu, mthethwa, qwabe, mkhize, cele, entre outros. O período em questão foi marcado por mudanças nas relações políticas e sociais nos reinos africanos, pelo crescimento da autoridade dos *amakhosi* (chefes) e pela formação dos *amabutho*, regimentos masculinos responsabilizados pela defesa do território.

A despeito disso, os observadores europeus do século XIX construíram narrativas em torno do Reino Zulu e do *mfecane* que enfatizavam Shaka e seus guerreiros como forças violentas e incontroláveis, mesmo que admiráveis em sua organização militar. Os primeiros relatos a estabelecerem essa imagem partiram de missionários e de viajantes, os

quais, muito possivelmente coletando informações transmitidas oralmente por africanos conquistados pelos zulus ou por inimigos políticos do rei, impuseram filtros de observação que destacavam a crueldade de Shaka e de seus exércitos. Tome-se, a título de exemplo, o relato do engenheiro Cowper Rose, *Four Years in Southern Africa*, publicado em Londres em 1829, o qual apresenta “Chaka” como o “incansável Alexandre do sudoeste africano [...], chefe de uma pequena tribo de guerreiros nas proximidades de Delagoa Bay, chamados Zoolas” (ROSE, 1829, p. 64, tradução nossa). O viajante atribui aos exércitos zulus a “[...] conquista de todas as pequenas tribos em volta, e seu nome é pronunciado em terror até nas mais distantes partes da Kafirlândia; pois se sabe que ele ameaçou destruir tudo que há entre ele e a fronteira da colônia” (ROSE, 1829, p. 64).

Por volta do mesmo período, o colono George Thompson publicava *Travels and Adventures in Southern Africa*, onde alertava seus leitores a respeito do “progresso destrutivo dos Zoolas comandados pelo rei Chaka” (THOMPSON, 1827, p. 353, tradução nossa), responsável por ter “[...] conquistado ou extirpado todas as tribos nativas de Delagoa Bay até Hambona; e estabelecido um reino bárbaro de ampla extensão, governado em um sistema de despotismo militar” (THOMPSON, 1827, p. 355, tradução nossa). Com maiores ou menores variações, essas representações dos zulus como bárbaros foram retomadas com ênfase no final da década de 1870, justamente no período em que Cetshwayo e a independência zulu passaram a ser vistos como um risco para as empreitadas coloniais.

A vitória dos zulus em Isandhlwana apontava para algumas questões centrais na organização social e política dos zulus. A aquisição cumulativa de armas de fogo estava relacionada ao trabalho migrante a partir das décadas de 1860 e 1870, sobretudo com a descoberta dos campos diamantíferos em Kimberley. Estima-se que, por volta dessa época, cerca de 50 mil africanos foram empregados naquela região, atraídos pela possibilidade de trabalho temporário por períodos de seis meses e pelo pagamento em armas e munições. Parte expressiva desse contingente de mão de obra africana vinha de sociedades independentes e as autoridades dos chefes dos regimentos ou de outras formas de organizações de jovens desempenhavam um papel importante na mobilização de grandes grupos de migrantes. Além disso, as estruturas dessas sociedades africanas e a divisão do trabalho baseada em questões de gênero demarcaram

a predominância de jovens africanos nos campos de trabalho e um baixo envolvimento de mulheres nas migrações internas (DELIUS, 2017).

Nos meses após a batalha de Isandhlwana, o governo britânico reuniu tropas e encarregou Garnet Wolseley com a autoridade necessária para combater as forças de Cetshwayo. Assim, com a derrota de Cetshwayo em julho de 1879 e sua posterior captura, a região do Reino Zulu foi dividida em 13 pequenos reinos, todos em conflito uns contra os outros e designados a lideranças tuteladas pelo governo colonial. Esse modelo de fragmentação territorial e designação de *amakhosi* (chefes) evidencia um dos aspectos insidiosos do colonialismo: afinal, como destacou Mahmood Mamdani, trata-se do momento em que as autoridades nativas passam a ser mobilizadas como instrumentos das potências europeias para manter seu controle político na região. Nessa lógica, as lideranças locais são incorporadas na base das estruturas de gestão colonial, atuando como intermediárias entre as populações nativas e a administração das colônias (MAMDANI, 1996).

Os uSuthu, seguidores leais a Cetshwayo, a exemplo de Mnyamana kaNgqengelele e Ndabuko kaMpande (conselheiro e irmão de Cetshwayo, respectivamente), foram privados de suas terras e de seu gado e diversas das novas províncias criadas foram distribuídas entre nativos aliados dos britânicos, como Hamu kaNzibe, o meio-irmão do rei, responsável pelo território de Qulusi, e o chefe hlubi, a quem foi atribuído o distrito de Nqutu (SCHREUDER, 1980). Segundo John Laband (2009), os britânicos não anexaram imediatamente o Reino Zulu, pois compreendiam que a incorporação do território acarretaria mais gastos financeiros. A abolição da monarquia e a desarticulação dos exércitos zulus foram seguidas pela repartição de seu território. Em 1882, Cetshwayo rumou a Londres, onde, após negociações com a rainha Vitória e o secretariado de colônias, decidiu-se pelo seu retorno, embora em termos muito diferentes daqueles anteriores à guerra. Seu antigo território foi dividido agora em três zonas principais. Ao nordeste, uma chefia independente governada por um aliado dos britânicos, o *inkosi* Mandlakazi, Zibhebhu kaMaphitha, o qual buscara ampliar os próprios poderes antes mesmo da guerra. Ao sul, entre os rios Mhlathuze e Tukhela, foi criada uma reserva administrada pelos britânicos, atuando como uma zona intermediária entre os territórios zulus e a Colônia de Natal. No meio, uma faixa central designada a Cetshwayo, ladeada por grupos hostis ao seu

retorno. Os conflitos entre os uSuthu e os Mandlakazi levaram à guerra civil entre 1883 e 1884, que resultou na morte ou fuga das lideranças leais a Cetshwayo e na sua morte em fevereiro de 1884.

O herdeiro à chefatura zulu, Dinuzulu kaCetshwayo, recorreu ao auxílio militar dos bôeres transvaalenses contra as forças britânicas e os Mandlakazi. Como resultado, Dinuzulu derrotou Zibhebhu em junho de 1884 e, em retribuição ao auxílio do Transvaal, cedeu cerca de dois milhões e 700 mil acres aos bôeres no noroeste da Zululândia, formando a “Nova República” (*Nieuwe Republik*), e que foi eventualmente incorporada pelo Transvaal em julho de 1888 como Distrito de Vryheid. Os zulus que habitavam essa região, incluindo alguns aliados de Dinuzulu, foram reduzidos a trabalhadores submetidos aos fazendeiros bôeres. No ínterim, as autoridades britânicas anexaram a Zululândia em 1887 e restituíram a autoridade de Zibhebhu, o que causou resistências e insurreições armadas com os uSuthu, cujas lideranças foram eventualmente derrotadas e condenadas por alta traição em abril de 1889. O processo anexacionista promoveu profundas transformações na organização social e política dos zulus, na medida em que antigos membros dos regimentos *amabutho* foram forçadamente convertidos em mão de obra para as fazendas de britânicos e de bôeres, ou ainda em trabalhadores temporários a serviço das minas de ouro e de diamantes.

A resolução da campanha contra os zulus foi seguida pela destituição simbólica de Cetshwayo, por meio da ênfase na tirania como justificativa para a invasão britânica em seu território. Com a dissolução do Reino Zulu, o Gabinete Colonial Britânico agora enfrentava outros problemas graves nos territórios sul-africanos. Isso porque, naquele período, era crescente a insatisfação dos bôeres transvaalenses com a anexação e, liderados pelo político Paul Kruger, eles iniciaram um movimento de resistência armada que eclodiu na Guerra Sul-Africana de 1880-1881 (GILIOMEE, 2011).

Naquelas décadas, o nacionalismo *afrikaner* começava a ganhar força cultural e política, integrado por remanescentes das dispersas comunidades bôeres que, liderados por setores da política e da intelectualidade, visavam produzir um sistema de figurações culturais capaz de resistir à crescente influência britânica na região. A formação do nacionalismo *afrikaner* estava interligada à valorização de elementos culturais e linguísticos e, sobretudo após a reconquista da independência do Transvaal

na guerra de 1880-1881, à emergência de um sentimento de missão nacional entre os colonos bôeres (SUZMAN, 1999).

Embora incapazes de traduzir esses ideais em um movimento político coerente, Mark Suzman enfatiza a publicação de manuais de gramática, a criação de periódicos em *afrikaans*, a exemplo do *Die Patriot* (1876), e de associações culturais como espaços de expressão desse protonacionalismo *afrikaner* (SUZMAN, 1999). Além disso, o movimento estava destituído originalmente de um objetivo histórico e político definido e carecia de uma linguagem unificada, falando um misto de holandês e dialetos locais, em especial de línguas nguni e do khoekhoen. Sua singularidade parecia estar fortemente centrada na religiosidade, considerando-se como o povo em busca da “terra prometida”; posteriormente, assumiu um forte caráter excludente com base étnico-racial, visando distanciar-se do elemento negro ou britânico.

A emergência do *afrikaner* enquanto um sistema de identificação política e cultural relaciona-se a um contexto de acirramento das hostilidades entre bôeres e britânicos que se seguiu à anexação do Transvaal no final da década de 1870, espalhando-se território adentro e revitalizando antigos ressentimentos atribuídos ao início do século, sobretudo com a expansão da esfera política britânica na região. No Estado Livre de Orange, por exemplo, muitos bôeres cultivavam forte ressentimento pelo modo como os britânicos haviam anexado a Basutolândia em 1868, em resposta aos apelos de Moshoeshoe, chefe dos Sothos. A indignação entre os bôeres tornara-se ainda mais intensa após a anexação dos campos de diamantes na Griqualândia, integrada à Colônia do Cabo em 1871 (MEREDITH, 2017).

O processo anexacionista deixou o Estado Livre de Orange cercado por territórios britânicos, circunstância que representava um risco para sua independência. Entretanto, foi no Cabo que a esfera de influência política do regime colonial deu um impulso significativo para o movimento *afrikaner*, liderado por intelectuais que se sentiam prejudicados pela presença britânica, sobretudo pela obrigatoriedade do uso do inglês enquanto língua oficial da colônia. Em 1875, Stephanus du Toit, um clérigo da Igreja Holandesa Reformada, ao lado de outros intelectuais, fundou uma sociedade denominada Die Genootskap Van Regte Afrikaners (Irmandade dos Verdadeiros Afrikaners), dedicada à valorização do uso do *afrikaans* – associação considerada como uma das bases fundacionais do movimento nacionalista (MEREDITH, 2017).

O cenário da política colonial britânica parecia prestes a mudar no início da década de 1880. Durante a campanha pelas eleições parlamentares, o liberal William Gladstone atacou veementemente as políticas coloniais adotadas na África do Sul e, de modo específico, a anexação do Transvaal. Em novembro de 1879, durante seus discursos em Midlothian, na Escócia, Gladstone criticou a política externa adotada por Disraeli e pelo Partido Conservador, ao sugerir que apenas a força do descontentamento popular seria capaz de derrubar um sistema corrupto de governo. Para Gladstone, parte significativa das empreitadas coloniais era financeiramente excessiva e politicamente desnecessária, resultando na aniquilação de reinos nativos, a exemplo dos zulus entre 1878 e 1880. Gladstone contrastava essa culpabilidade moral com outros deveres e direitos que deveriam estruturar a política britânica, sobretudo evitar envoltimentos desnecessários com a política externa em favor do “amor pela liberdade”, a qual teria gerado a autoridade moral do Império Britânico diante da opinião internacional (HAWKINS, 2015). Gladstone defendia a continuidade de relações livres entre colônias autônomas, idealizando um império unificado por laços de afeição e cordialidade (ELDRIDGE, 1996).

A política colonial mobilizada por Gladstone durante seu ministério e o desfecho da Guerra Sul-Africana de 1880-1881, por meio da devolução do Transvaal aos bôeres, evidenciava o idealismo liberal adotado com os territórios coloniais. A reconciliação adotada no período visava minimizar os gastos do Gabinete Colonial com a manutenção desses territórios, de modo que os custos da expansão ficassem a cargo da Colônia do Cabo, caso houvesse interesse ou oportunidade. Para os bôeres transvaalenses, a retórica adotada durante a campanha eleitoral parecia sinalizar um futuro de independência ao seu país. Contudo, após ser eleito ao cargo de primeiro-ministro, em 1880, Gladstone informou ao governo do Transvaal a continuidade de seu *status* enquanto colônia, baseado em um modelo de autogoverno sob a soberania britânica; na prática, as propostas não foram capazes de satisfazer o lado bôer da questão (ELDRIDGE, 1996).

Ao final de 1880, Paul Kruger e seus partidários bôeres iniciaram uma rebelião armada contra a presença britânica no Transvaal, imediatamente declarando sua independência. Além de derrotar as forças britânicas em Laing's Nek e Majuba Hill, os bôeres sitiaram diversas cidades e guarnições coloniais, sobretudo em Pretória, Potchefstroom e Lydenburg.

A vitória bôer em Majuba Hill passou a ser vista, desde então, como um símbolo de humilhação aos britânicos e parte dos mitos fundacionais do movimento *afrikaner*. Além do apoio do Estado Livre de Orange, os representantes do movimento *afrikaner* na Colônia do Cabo posicionaram-se favoráveis à independência do Transvaal pela concessão de um governo autônomo, mesmo que parte da confederação sul-africana (LABAND, 2014).

Diante dos riscos em logo prazo, o ministério de Gladstone optou por negociações diplomáticas que resultaram na Convenção de Pretória, assinada em abril de 1881, na qual a Inglaterra reconheceu a independência do Transvaal, proibiu a sua expansão e manteve um residente britânico em Pretória, para assinalar a suserania do território. A opção pelo regime de suserania sustentava-se na premissa de que era dever do Gabinete Colonial proteger a população nativa na região dos abusos bôeres, sobretudo do uso de trabalho servil. Desde a abolição da escravidão nos territórios coloniais britânicos, em 1833, os bôeres eram comumente associados à escravização da mão de obra africana e diversos panfletos e *blue books* foram emitidos em tom de denúncia (SCHREUDER, 1980).

Insatisfeito com a cláusula, Kruger, eleito presidente do Transvaal em abril de 1883, viajou para Londres com o objetivo de negociar a independência. Com a Convenção de Londres, assinada em fevereiro de 1884, eliminava-se a suserania e, em troca, o governo britânico anexaria dois pequenos estados bôeres, Stellaland e Goschen, localizados a oeste do Transvaal, na região da Bechuanalândia. A incorporação desses dois microestados integrava as premissas coloniais desenvolvidas no período gladstoniano, a saber, que a expansão dos territórios ficaria a cargo das próprias colônias, de modo que a única possibilidade de ampliação da Colônia do Cabo seria rumo ao norte (LABAND, 2014).

Como resultado, em maio de 1884 o Gabinete Colonial firmou diversos tratados com os chefes locais ao sul de Bechuanalândia, garantindo, assim, o *status* de protetorado britânico para aquela região. O primeiro vice-comissário designado para a Bechuanalândia foi o missionário John Mackenzie que, em questão de poucos meses, foi substituído pelo “magnata da mineração” Cecil Rhodes, o qual representava uma força política em ascensão no cenário sul-africano e que garantiu a anexação da região. Poucos anos depois, ao final da década de 1880,

Rhodes formou a British South Africa Company, uma companhia de mineração constituída a partir das ambições de seus articulistas em estender a influência britânica do Cabo ao Cairo (SCHREUDER, 1980).

Para muitos dos seus observadores contemporâneos, críticos ou favoráveis, Rhodes personificava as atitudes e os valores associados ao colonialismo no seu modelo mais voraz. Filho de um vigário do interior da Inglaterra, partiu para a África do Sul na juventude e logo inseriu-se no lucrativo ramo da mineração de diamantes em Kimberley. Em 1888, Rhodes formou a De Beers, uma companhia particular especializada na extração de diamantes e, poucos anos depois, adentrou no campo da política, eleito ao Parlamento do Cabo e, em 1890, ao posto de primeiro-ministro daquela colônia. Logo após assumir o cargo, Rhodes forneceu seu apoio ao chamado Strop Bill (oficialmente conhecida como Masters and Servants Act, de 1891), o qual permitia o livre açoitamento de nativos africanos pelos magistrados rurais quando os fazendeiros se queixassem de desobediência por parte dos seus trabalhadores negros. A emenda constitucional causou grandes furores entre políticos e intelectuais na Colônia do Cabo, especialmente porque o projeto de lei não especificava que tipos de ofensas seriam passíveis de punição e também porque a proposta não excluía castigos corporais em crianças (MEREDITH, 2017). Por fim, a lei não foi aprovada, mas demarcou um elemento que frequentemente era associado à trajetória política e profissional de Cecil Rhodes: a violência arbitrária contra a população negra.

Descrito no período como um empreendedor implacável e até mesmo cruel, munido de um exército de tropas particulares, Rhodes não hesitou em utilizar suas fortunas oriundas da exploração de ouro e diamantes para expandir as posses do Império Britânico. Por meio de concessões e tratados, a British South Africa Company expandiu rumo a uma vasta região entre o Rio Limpopo e o Lago Tanganyika, posteriormente designada de Rodésia do Sul. Em 1888, os interesses geopolíticos de Rhodes sobre a Matabelelândia entraram em conflito com os da Austral Africa Exploration Company, representada por John Fellowes Wallop e Alfred W. Haggard – irmão de H. Rider Haggard. A questão foi resolvida por meio de ações financeiras concedidas a Wallop e Alfred Haggard e a posse da Matabelelândia foi negociada por meio de um acordo com Lobengula, *inkosi* dos ndebele, o qual posteriormente questionaria a validade da concessão territorial (ROTBERG, 1988; JONES, 1983).

Entre as décadas de 1870 e 1890, Lobengula exerceu uma estratégia diplomática favorável aos interesses da nação ndebele. Lobengula informara aos estrangeiros que não tinha a intenção de abrir o país para a caça ou para a exploração de minérios. Segundo David Chanaiwa, sua estratégia “[...] consistia em procurar uma aliança militar e o estatuto de protetorado junto do governo britânico, a fim de se opor aos alemães, portugueses e aos *afrikaners*” (CHANAIWA, 2010, p. 229). Essa resistência diplomática perdurou até 1888, quando Cecil Rhodes passou a apoiar os esforços do missionário John Smith Moffat, o qual, após fracassar no processo de conversão dos ndebele, passou a advogar o esfacelamento daquela chefatura. Assim, Moffat “aconselhou” Lobengula a aliar-se aos britânicos e a assinar um acordo que, na prática, submetia-o à autoridade dos administradores coloniais na África do Sul. Miríades de concessionários e companhias britânicas recorreram a Lobengula, reclamando direitos territoriais sobre a Matabelelândia e a Mashonalândia. Nesse ponto, Rhodes firmou um acordo com Lobengula que expulsaria os outros concessionários britânicos e submeteria a Mashonalândia aos auspícios da sua Company.

Não demorou muito para Lobengula ser informado do fato de que o acordo havia colocado os ndebele em desvantagem, que as suas reivindicações não haviam sido inclusas no texto do contrato e que, apesar de ter enviado emissários para recorrer à rainha Vitória, o tratado não foi anulado. Sob muitos aspectos, a guerra Anglo-ndebele de 1893 era similar aos conflitos entre britânicos e zulus em 1879. Assim como Cetshwayo, Lobengula tentou impedir a guerra por vias diplomáticas, em vão, já que não contava com o apoio entre brancos e entre outras chefias e reinos africanos. No momento de invasão das tropas de Rhodes, Lobengula preferiu evacuar a Mashonalândia e realocar seus exércitos e súditos na Rodésia do Norte. Lobengula desapareceu no trajeto. A chefatura ndebele, sem sua principal liderança, aos poucos se desfez e alguns dos seus comandantes renderam-se às forças britânicas (LINDGREN, 2002). Além do confisco de 280 mil cabeças de gado pela companhia de Rhodes, o governo britânico promulgou um decreto que autorizava a Company a estabelecer impostos e criar um departamento de assuntos nativos para controlar toda a região da Rodésia do Sul.

Como se vê, o período foi marcado por transformações significativas nas políticas coloniais, que oscilavam entre uma atitude de manutenção das posses coloniais e uma perspectiva expansionista. Não há

dúvidas de que essas mudanças foram decorrentes de um clima de rivalidades internacionais entre as potências europeias pela “partilha da África”, justificadas, na época, pela crença na integração das chamadas “raças inferiores” na “marcha” pelo progresso. Contudo, na esteira das revisões propostas pela historiografia contemporânea, destaca-se que os interesses econômicos, exemplificados pelas descobertas das minas de diamante e de ouro, também foram forças motrizes nas transformações sociopolíticas no extremo sul da África, provocando reorganizações de ordem geopolítica, na demanda por terras ou nas formas de distribuição e exploração da mão de obra negra (WORDEN, 2012).

Narrar o passado: políticas da historiografia colonial sul-africana

Embora o sul da África permanecesse territorialmente dividido entre colônias, repúblicas, reinos africanos e protetorados nas últimas décadas do século XIX, diversos intelectuais começaram a produzir tratados histórico-geográficos que visavam fornecer coesão e unidade territorial a partir dos usos políticos do passado. Parte dessas narrativas do passado sul-africano se voltava ao período do Great Trek da década de 1830, a “Grande Jornada” dos bôeres, descendentes de holandeses e huguenotes franceses, rumo ao interior do continente africano, processo considerado, em particular pela intelectualidade *afrikaner*, como um mito de origem e instância fundacional da nação em formação. Esses relatos, produzidos tanto por historiadores coloniais quanto por literatos no último quartel do século XIX, visavam promover sentidos explicativos para a contemporaneidade sul-africana a partir de um olhar voltado ao passado, para engendrar representações identitárias estruturadas a partir de sentimentos de pertencimento ou de paradigmas de exclusão.

Essas narrativas histórico-geográficas associam-se ao que Saul Dubow (2006) caracteriza como a emergência do “sul-africanismo” na metade do século XIX, sentimento de pertencimento que almejava promover a ideia de uma África do Sul simbolicamente unificada pela via de identificações étnicas carregadas de paradigmas de exclusão. Em

linhas gerais, o “sul-africanismo” assumiu a expressão de uma sociedade colonial em desenvolvimento, atendia às demandas de uma elite branca, anglo-bôer e, portanto, visava marginalizar ou negar os direitos políticos da população negra. Além disso, o “sul-africanismo” estava encarnado em valores como razão, progresso e civilização e, por esse motivo, o conhecimento científico e tecnológico e as instituições de saberes históricos e geográficos passam a ser valorizados como elementos estruturantes da ideia de nação sul-africana no último quartel do século, definidores de sua identidade nacional e simultaneamente voltados aos impasses derivados da política colonial (DUBOW, 2006).

Da perspectiva de inúmeros observadores externos, a região permaneceu em relativa obscuridade pelo menos até princípios da década de 1870. As colônias sul-africanas eram consideradas por muitos como os domínios ultramarinos mais impopulares no período. Não obstante, foi nesse período que a ideia de uma África do Sul unificada começou a ser gestada e o termo “África do Sul” passou a adquirir novos significados articulados à sua relevância política. A concessão de parcial autonomia política à Colônia do Cabo em 1872, a descoberta de jazidas diamantíferas na mesma década e a elaboração das propostas de uma South African Bill pelo Parlamento Britânico em 1877, legislação que fomentaria a unificação ou a confederação dos estados e colônias na região, atraíram um novo interesse pela integração do subcontinente. Nesse momento, proliferaram-se tratados histórico-geográficos, relatos de viajantes e romances que visavam retratar episódios e personagens históricos considerados como representativos da formação da África do Sul (DUBOW, 2006).

Apesar das publicações de relatos de viajantes e missionários, ou mesmo de periódicos de institutos histórico-geográficos sul-africanos, a exemplo do *South African Quarterly Journal*, pertencente à South African Literary and Scientific Institution, fundada em 1832, os primeiros registros da historiografia colonial remontam ao final da década de 1860, quando Alexander Wilmot e John Chase publicam *History of the Colony of the Cape of Good Hope* (1869). A obra foi publicada em um momento de acentuada preocupação com as regiões fronteiriças da Colônia do Cabo e, inserida em um contexto de acirramento das tensões entre europeus e africanos, reforçou preceitos racialistas, em especial na simultânea idealização e exclusão dos africanos negros. Além disso, no prólogo da obra os autores enfatizam o seu ineditismo

alegando que, até então, a escrita do passado sul-africano era lacunar e pouco sistematizada.

A tonalidade da escrita sugere que os autores visavam integrar a história da Colônia do Cabo às sendas de sucessivos projetos coloniais e, por isso, a *History* apresentava certa dimensão laudatória ao reforçar a identificação dos “progressos” da região com a esfera de influência política britânica. As contribuições de holandeses e de seus descendentes, em especial pela ação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (Verenigde Oostindische Compagnie, VOC), instituição responsável pelo estabelecimento de núcleos de colonização holandesa no Cabo até o final do século XVIII, eram interpretadas como retrógradas, sobretudo no desenvolvimento econômico da região.

A primeira parte da obra, escrita por Alexander Wilmot (1836-1923), um imigrante escocês e funcionário civil na Cidade do Cabo desde meados da década de 1850, inicia-se com relatos de geógrafos e navegadores da Antiguidade a respeito do sul da África; em seguida, concentra-se na expansão ultramarina portuguesa nos séculos XVI e XVII, momento em que, na ótica de Wilmot, ocorreu a ocupação efetiva do subcontinente. Na parte final, Wilmot descreve a ocupação holandesa do Cabo, as ações políticas de seus governantes e os conflitos gerados na demarcação de suas fronteiras. Nessas leituras do passado sul-africano, a ênfase recaía sobre as elites coloniais, caracterizadas pelo autor como forças motrizes de transformação histórica. Ao mesmo tempo, Wilmot adjetiva os governantes holandeses, caracterizando-os frequentemente como tiranos ou autoritários, uma estratégia narrativa que reforçava a legitimidade da ocupação britânica na virada do século XIX.

Na esteira das discussões raciais do período, informadas por um crescente racialismo considerado na época como científico, Wilmot trata sobre os “hotentotes” e “bosquímanos”, termos hoje considerados pejorativos, porém utilizados para se referir aos povos khoekhoen e San na região da Colônia do Cabo. O autor apoia-se em preceitos evolucionistas que enfatizavam que “de todas as espécies, [a raça hotentote], aproximando em sua forma ao segundo *genus* de animais bímanos, é ainda mais próxima dos orangotangos por meio da inferioridade de suas capacidades intelectuais” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 58, tradução nossa). Sobre os “bosquímanos”, as descrições orbitam em torno de certo vocábulo de degeneração, afinal “[...] sua constituição é demasiadamente danificada por seus hábitos dissolutos, e o constante fumo de *durha*, de

modo que tanto velhos quanto jovens parecem enrugados e decrépitos” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 64, tradução nossa). No ímpeto de categorização na hierarquia racial em vigência, Wilmot refuta as classificações do naturalista Johann Friedrich Blumenbach, em favor da proposta do etnólogo e poligenista Robert Gordom Latham, possivelmente em seu *The Natural History of the Varieties of Man* (1850), no qual enredou a hipótese de uma relação simbiótica entre o desenvolvimento das línguas e a diferenciação racial (LATHAM, 1850, p. 492-496).

Pelo menos desde o século XVII, os relatos das viagens de naturalistas europeus e americanos pelo Novo Mundo resultaram na constituição de modelos de classificação da humanidade embasados em níveis hierárquicos que levavam em consideração aspectos físicos, como a cor da pele. Atentos às variações climáticas e geográficas, esses viajantes visavam explicar e interpretar o aparente estado de degeneração encontrado nos corpos das populações nativas na América (SILVA, 2015). A partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, com a colonização europeia na África, os interesses etnográficos pela variação racial tornaram-se cada vez mais adensados e revestidos por um vocabulário científico. Filósofos, cientistas e naturalistas, sobretudo desde o Iluminismo, tinham acesso a uma vasta gama de informações protoetnográficas, as quais contribuíam para suas especulações a respeito da variação humana, frequentemente observando africanos negros ora como “bons selvagens”, ora como retrocessos na escala evolutiva.

De acordo com Andrew Curran, as discussões em torno da escravidão levantadas pelas campanhas abolicionistas na virada do século XIX intensificaram os debates, traduzindo especulações filosófico-científicas ao campo político (CURRAN, 2013). A presença nativa na África do Sul, vista como um impasse para as políticas colonialistas, recebeu atenção de muitos pesquisadores que, partindo do registro etnográfico, visavam fornecer um sistema classificatório das “raças” na região. É desse período, por exemplo, o estudo do geólogo e etnólogo George William Stow, *The Native Races of South Africa*, editado e publicado postumamente pelo historiador George McCall Theal. Além de “hotentotes” e “bosquímanos” – termos utilizados para se referir às populações khoekhoen e San, e hoje considerados pejorativos – Stow dedicou capítulos aos Barolongs e aos Bakwena, povos de língua e cultura tswana, considerados demasiadamente agressivos e violentos ou fadados à

destruição mútua, a exemplo dos povos griqua, responsabilizados nessa obra pela extinção dos “bosquímanos”.

As considerações acerca das “raças nativas” no território sul-africano possuíam implicações políticas na medida em que, operacionalizando-se no registro do racismo poligenista em vigência nas discussões antropológicas do final do século XIX, enfatizavam o papel civilizador do colono branco, apto a dar continuidade ao processo civilizatório que teria sido instaurado, mesmo que por linhas tortuosas, pela ação colonial holandesa no século XVII. Dessa forma, ao voltar seus olhos ao passado e procurar representar a ocupação do território sul-africano, Wilmot visa registrar o eventual declínio e extinção de “hotentotes” e “bosquímanos” para enaltecer a presença europeia na região, sobretudo a colonização britânica. Assim, reforça que:

[...] desde um período muito remoto, várias causas começaram a resultar em uma diminuição das raças nativas. Variola e outras doenças frequentemente infestavam furiosamente feito pragas entre eles, e o amor pelos espíritos ardentes [*ardent spirits*, i.e., álcool] causavam um efeito ainda mais destrutivo (WILMOT; CHASE, 1869, p. 90, tradução nossa).

As resistências e reações nativas, parte integrante das complexas dinâmicas de política, agência e protagonismo histórico no território sul-africano, são formuladas por Wilmot e Chase como resultantes de determinações raciais e obstáculos ao progresso colonial. Ao buscar fornecer explicações para os conflitos com os zulus, em *History of the Zulu War* (1880), concernente à Guerra Anglo-Zulu em 1879, Wilmot destaca aos leitores a necessidade de

[...] manter em mente que as guerras nativas sul-africanas constituem uma tragédia em muitos atos. As campanhas zulus são meramente os últimos elos em uma corrente. A onda de selvageria foi periodicamente revertida, e isso necessariamente deveria ser feito, ou os homens brancos deveriam abandonar a África do Sul” (WILMOT, 1880, p. v, tradução nossa).

Devidamente descaracterizados de seu caráter político enquanto formas de agenciamento e resistências diante da violência colonial, os conflitos históricos, a exemplo das guerras xhosa ou da Guerra Anglo-Zulu, são interpretados por esses autores a partir de uma ótica colonial, considerados como movimentos de contínua depredação e agressão sem motivo por parte das chamadas “raças selvagens” (DUBOW, 2006, p. 136, tradução nossa), e não do que realmente eram: movimentos de resistência ou protesto social diante da violência colonial, iniciativas contrárias à perda das suas terras ou à desarticulação de suas formas de organização sociocultural ameaçadas pelo colonialismo.

A segunda parte do *History* foi escrita por John Centlivres Chase e aborda a história política da Colônia do Cabo entre 1819 e 1868, com ênfase no Great Trek da década de 1830. A demonstração de empatia com a causa dos *trekkers* fica evidente ao tratar, no que diz respeito aos trâmites de legislação de terras no ano de 1842, do descaso da administração do Cabo com o destino dos migrantes. Diante da recusa do governador George Napier em conceder autonomia política a uma faixa de terras ocupadas pelos bôeres em Colesberg, nas fronteiras ao norte da colônia, o autor afirma que o ato “confundia os infelizes emigrantes, os quais eram deixados em total perda em saber onde eles estavam ou o que eram – colonos e súditos ou estrangeiros e livres” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 368, tradução nossa). O movimento migratório dos bôeres é resultado, segundo Chase, da “má administração”, o que levou os migrantes bôeres a “[...] estabelecerem-se em Natal, o qual foi tomado em posse pelos britânicos à força, e agora se encontravam em asilo, onde poderiam se proteger contra a agressão nativa” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 368, tradução nossa).

Assim como outros autores do período, Chase retratava a jornada dos *trekkers* rumo ao interior do subcontinente como resultado de insatisfações diante da crescente influência britânica na região e, entre outros fatores, da proibição do trabalho servil. A historiografia contemporânea tem demonstrado que, com efeito, dois movimentos principais de migrantes deixaram a colônia entre as décadas de 1830 e 1840: os primeiros, designados de *trekboers*, constituíam um grupo que já compartilhava experiências culturais vinculadas aos deslocamentos geográficos e, formados por indivíduos ou famílias isoladas, estavam em busca de terras para agricultura e pastoreio; os segundos, designados de *voortrekkers*, eram caracterizados por insatisfações de natureza política e

deslocavam-se em grupos maiores. As causas eram múltiplas e incluíam escassez de terras para pastoreio e de mão de obra africana, especialmente após a abolição do trabalho escravo, além de elementos religiosos e culturais, tais como a força de lideranças patriarcais entre os grupos migrantes. Sabe-se que vários líderes *trekkers*, a exemplo de Piet Retief e Hendrik Potgieter, já haviam enfrentado problemas judiciais envolvendo maus-tratos e abusos contra trabalhadores nativos (GILIOMEE, 2011).

Diversos bôeres também se sentiam marginalizados pela administração britânica, especialmente em um contexto demarcado pela dissolução de várias instituições socioeconômicas às quais estavam até então acostumados. As perdas sofridas durante a chamada “sexta guerra de fronteira” entre 1834 e 1835, ocasionadas pelo avanço das fronteiras coloniais sobre os territórios das chefaturas xhosa, intensificaram esse sentimento de humilhação e exclusão política. Nas regiões fronteiriças, o temor do *gelykstelling*, isto é, a nivelação social de indivíduos pertencentes a grupos de diferentes *status* – mestres e ex-escravos, cristãos e não cristãos, brancos e negros – era outro fator nas insatisfações bôeres. Os primeiros grupos de *voortrekkers* partiram em setembro de 1835 e, em dois anos, cerca de dois mil migrantes já estavam a caminho da região entre os rios Orange e Vaal. Ao final de 1836, diversos ataques ocorreram entre os *trekkers* e os ndebele e as negociações entre Retief e o *inkosi* Dingane conduziram a desentendimentos e conflitos. Além das resistências dos potentados africanos, os migrantes enfrentaram escassez de alimentos, doenças, epidemias, além de cisões internas entre as lideranças (GILIOMEE, 2011, p. 161-170).

A insegurança nas fronteiras era outro elemento presente nas narrativas do período. Chase relata os “rumores” de que “uma massa imensa de selvagens, supostamente canibais, avançava por Kaffirlândia rumo à fronteira colonial” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 295, tradução nossa). A intensificação da violência nativa no período também era atribuída à “cupidez natural da mente selvagem” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 328, tradução nossa) e representava uma ameaça ao “centro de civilização” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 307, tradução nossa) em formação na Colônia do Cabo, sobretudo após a chegada de colonos britânicos nas primeiras décadas após a anexação. O autor referia-se aos “Mantantee ou Fetcani”, um grupo de “canibais” que havia avançado rumo à Baía

Delagoa “pelas conquistas do chefe zulu Chaka”, o “monstruoso chefe assassino dos zulus” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 296, tradução nossa). Nesse ponto, o autor reforçava um lugar comum na historiografia colonial, a saber, a ideia de que o expansionismo militar dos zulus teria forçado a migração de chefaturas africanas ao sul que, para sobreviver, haviam recorrido ao canibalismo. As narrativas do período enfatizavam o perigo representado pelos “Mantatees” (Tlokwa), os quais, liderados pela rainha ‘Ma Nthisi (c. 1784-1847) na metade da década de 1820, avançaram rumo ao sudeste do atual território da Zâmbia. Posteriormente, teriam retornado à área do Vale Caledon e, para muitos observadores no Cabo, invadiriam a colônia se não fosse por suas derrotas em conflitos contra os griqua e os Thlaping em meados de 1823.

É importante lembrar que o que Chase e outros historiadores do período entendiam como um “efeito dominó” iniciado pelo expansionismo zulu tratava-se de um contexto de transformações sociais e políticas entre povos de língua e cultura nguni na região ao sul da Baía de Maputo, momento em que a formação de centros de poder “[...] estimulou o espírito inventivo dos chefes políticos africanos e os obrigou a se adaptarem, tanto no plano da tática militar quanto no que concerne à organização política e à administração dos negócios” (NGCONGCO, 2010, p. 106).

Na virada do século XVIII para os primeiros anos do século XIX, uma conjunção de fatores, a exemplo da busca por terras, participação no comércio de marfim ou de gado no litoral, levou à emergência de novas linhagens dominantes e à formação de centros de poder político e militar ao sul da Baía de Maputo, tais como os ngwane (swazi), governados por Sobhuza, os Ndwandwe, liderados por Zwibe, e a confederação dos mthethwa, governada por Dingiswayo. Nesse contexto, os zulus formavam um pequeno conjunto de chefaturas localizado nas proximidades do rio Black Mfolozi, liderados por Senzangakhona kaJama, cujo filho, Shaka, havia sido incorporado pelos regimentos de Dingiswayo na condição de comandante militar. Em comum, esses três centros de poder – os ngwane, os Ndwandwe e os mthethwa – apoiavam-se na arrecadação de tributos, na mobilização de regimentos *amabutho* categorizados por faixas etárias capazes de suplantiar antigas divisões internas, no simbolismo ritual em torno dos chefes e na reciprocidade das relações comerciais com outras chefias, reinos e linhagens africanas. Seus chefes,

conhecidos como *hosi* ou *inkosi* (plural: *amakhosi*), eram considerados mediadores com a ancestralidade e representavam a capacidade das linhagens se autossustentarem, além de estabelecerem relações de poder e comércio com outras comunidades na região. De fato, até 1818 as ambições rivais de Zwide e Dingiswayo dominavam o contexto político na região do rio Tukhela, pois buscavam assimilar, incorporar ou conquistar as comunidades linhageiras da região (ETHERINGTON, 2001).

Nesse ponto, convém destacar que, até a década de 1970, a função dos *amabutho* era associada por historiadores sobretudo às atividades guerreiras, à rigorosa disciplina, ao expansionismo zulu e à formação de vínculos de interdependência em grupos de jovens unidos por faixas etárias ou por referenciais territoriais. Contudo, a historiografia recente desenvolveu novas perspectivas acerca dos *amabutho*, relacionando-os não apenas às atividades guerreiras entre zulus, mas também às “formações sociais ao sul da Baía de Maputo, em um período anterior à própria ascensão de Shaka e mesmo de seu antecessor, Dingiswayo” (SANTOS, 2017, p. 46). Nessa perspectiva, os *amabutho* constituíam vínculos nos quais diferentes linhagens visavam reproduzir as “[...] condições materiais que lhes permitiram exercer posições de domínio no âmbito da economia política regional, como a participação no comércio de marfim” (SANTOS, 2017, p. 46-47). Justamente em um momento no qual a comercialização de marfim passava a assumir importância nos centros de poder da África banta, a formação dos *amabutho* permitia a dominação de certos chefes de linhagens sobre outros, o que contribuía para reforçar a participação no comércio, a centralização política e a estratificação social (WRIGHT; HAMILTON, 1989).

Desde que era apenas um vassalo de Dingiswayo, Shaka já havia dado os primeiros passos na reorganização do exército, seguindo um processo de racionalização e substituição das longas lanças pela azagaia (*assegai*) curta de lâmina larga, mais eficaz no combate corporal. Além disso, os guerreiros eram sujeitos ao celibato até serem liberados de sua obrigação militar, o que tornava o sistema de casamentos uma questão estatal. Mais recentemente, contudo, o trabalho de diversos historiadores, a exemplo de Norman Etherington e de Carolyn Hamilton, tem demonstrado que várias das inovações e modelos político-militares adotados já circulavam por vários centros de poder da África Bantu havia décadas, se não séculos (ETHERINGTON, 2001).

Após a morte de Dingiswayo, em 1818, Shaka aproveitou-se do vácuo deixado à frente dos mthethwa e tomou o lugar do chefe morto. Como consequência, a confederação mthethwa foi incorporada à chefatura zulu mantendo seu sistema de governo tradicional, agora ocupado por um filho de Dingiswayo e assujeitado a Shaka por meio de uma relação de poder designada de *khonza* ou *ukukhonza*, que pressupunha uma relação de reciprocidade: o reconhecimento da autoridade da linhagem dominante, o pagamento de tributos em troca da proteção e da manutenção das chefaturas assujeitadas. Em diversas circunstâncias, como ocorreu com a chefatura abaqwabe, Shaka frequentemente aniquilava os chefes rivais e substituía-os por membros secundários da linhagem dominante, alinhados ao poder zulu. Seu principal rival, Zigwe, foi derrotado em duas batalhas sucessivas entre 1819 e 1820, o que levou ao desabamento do poder Ndwandwe e à fuga de seus dirigentes rumo ao Norte, na região correspondente ao atual território de Moçambique (NGCONGCO, 2010).

Uma das reformas mais significativas introduzidas por Shaka foi a instituição de um exército permanente, composto por guerreiros armados com azagaias e protegidos com escudos ovais feitos de pele de boi. Até então, as atividades guerreiras eram apenas circunstanciais e Shaka destacou uma parte da população, que passou a ser especializada no manejo de armas. Os jovens, por exemplo, passaram a ser recrutados aos 16 anos e ficavam sujeitos a dois ou três anos de formação militar. Ao lado dos veteranos, foram integrados em regimentos mistos, chamados *impis*, que controlavam posições estratégicas no reino. A bravura dos regimentos poderia ser eventualmente recompensada com o casamento, de modo que pulsões sexuais e fins militares estavam entrelaçados na organização sociopolítica do Reino Zulu (M'BOKOLO, 2011). Após consolidar o território de seu reino, Shaka foi assassinado em 1828, em meio a disputas pelo poder com seus meios-irmãos, Dingane e Mhlangane. Relatos que enfatizavam o despotismo e a crueldade de Shaka começaram a circular logo depois de sua morte, tanto em narrativas orais africanas quanto nos escritos de viajantes europeus e contribuía para o mito da ferocidade zulu.

Na perspectiva dos historiadores coloniais do século XIX, o expansionismo zulu teria causado um esvaziamento populacional e um vácuo territorial a ser ocupado pelos bôeres migrantes nos anos de 1830. Dessa

forma, o Great Trek, na metade da década de 1830, era visto por John Centlivres Chase como o resultado imediato das crescentes tensões no território colonial e se concretizou quando a “mania pela emigração”, característica cultural dos bôeres, “encontrou e reconheceu um líder influente” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 343, tradução nossa), isto é, o *voortrekker* Piet Retief, o qual foi “[...] seguido por uma massa ampla de fazendeiros prósperos e inteligentes, e no final, não menos do que seis mil se expatriaram” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 343, tradução nossa). Retief, executado por ordens de Dingane em fevereiro de 1838, foi considerado pelos historiadores coloniais como uma espécie de “mártir” do Great Trek, sobretudo por seu papel de liderança de parte dos colonos migrantes. O episódio envolvendo a morte de Retief coligia dois pilares do imaginário colonial disseminados por muitos colonos brancos daquele período: o pioneirismo do bôer em busca da liberdade e o aspecto autoritário, traiçoeiro e violento das lideranças zulus do início do século.

“A história da nossa terra na língua de nosso povo”

Segundo Norman Etherington (2001), as narrativas construídas sobre o Great Trek desdobravam-se em três eixos principais: primeiro, a ideia de uma “marcha da civilização”, que enfatizava a jornada dos migrantes que deixavam a Colônia do Cabo e o seu sacrifício em batalhas contra “inimigos selvagens”; segundo, a acepção do Great Trek como parte do processo de construção da nação sul-africana, associando a existência de uma primeira geração, dos colonos vindos com a Companhia Holandesa no século XVI, seguida por uma segunda geração, composta por britânicos, responsáveis pela maturação da comunidade local; e, o terceiro, o avanço do capitalismo, perspectiva que enfatizava as resistências bôeres diante da economia política e o resguardo de um modo de vida pré-industrial. Além dos fatores mencionados previamente, a historiografia tem demonstrado que os deslocamentos na década de 1830 foram incentivados por setores da sociedade colonial que aspiravam manter a posse de escravos e participar da economia escravista, além de ampliar as áreas para a caça e a aquisição de marfim,

somado ao desejo pela “[...] anexação de terras para as famílias mais pobres e também para a especulação” (SANTOS, 2017, p. 103).

A despeito das clivagens entre as lideranças bôeres, a intelectualidade bôer na Colônia do Cabo, em especial por meio da formação de associações como a *Die Genootskap Van Regte Afrikaners* ou a *Afrikaner Bond*, criada no final da década de 1870, produziu narrativas do passado que adquiriram um caráter protonacionalista e antibritânico. Em 1877, o clérigo bôer Stephanus du Toit publicou *Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal van Ons Volk*, a “História de nossa terra na língua de nosso povo”, considerado como o primeiro tratado histórico sob o prisma de observação *afrikaner*. Stephanus du Toit interpretava os bôeres como um povo distinto que, embora disperso pelas colônias britânicas e repúblicas independentes, estava cingido por um destino comum, atribuído pela vontade divina: “[...] governar a África meridional e civilizar seus habitantes pagãos” (MEREDITH, 2017, p. 82). Tratava-se, com efeito, de uma contranarrativa às fórmulas adotadas pela emergente historiografia colonial produzida pelo lado britânico da questão. Por esse motivo, a obra demarcou o início do que se poderia categorizar como uma escrita da história *afrikaner*, que visava justificar a autonomia política e a legitimidade da nação *afrikaner*, vista como oprimida pelo domínio britânico.

A ocupação da Colônia do Cabo pelos britânicos em 1806, a violência política no episódio de Slachter’s Nek, em 1815 – no qual um grupo de fazendeiros bôeres revoltosos foi executado pelo governo colonial –, e os fatores que levaram ao Great Trek da década de 1830 eram considerados evidências da opressão britânica e de suas práticas políticas imperialistas. Nessa lógica, os migrantes de 1834-1836 foram representados por du Toit como pioneiros heroicos e mártires, determinados a proteger a sua liberdade individual e coletiva, fortemente ligados por laços de solidariedade étnico-racial. O martírio rumo ao interior do subcontinente sul-africano aparece nessas narrativas como manifestação de sua obstinação e adquire um sentido profundamente religioso: tal como os israelitas que escaparam do Egito no Antigo Testamento, os bôeres afastavam-se da Colônia do Cabo para fundar novas repúblicas, constantemente perseguidos pelas forças britânicas e pelos potentados africanos (MEREDITH, 2017).

Die Geskiedenis era dividido em quatro capítulos principais, com mais um corpo de anexos, majoritariamente constituído por transcrições de documentos e listas de administradores ou presidentes no Transvaal ou no Estado Livre de Orange. O primeiro capítulo, “Di Kaap in di ou Hollanse Tyd” [“O Cabo na era holandesa”], detalha o período de colonização holandesa na região da Colônia do Cabo entre 1652 e 1806, momento em que o território foi formalmente anexado às posses britânicas. Assim como ocorre em Wilmot e Chase, a presença nativa é abordada, nessa primeira parte da obra, de modo além ou aquém à temporalidade, com atenção especial aos “hotentotes”, “bosquímanos” e “nativos”, sumarizados principalmente nos “sulas, basutos, fingos, makketes e pondos”. O segundo capítulo, intitulado “Di Franse Vlugtelinge” [“Os refugiados franceses”], versa sobre a chegada dos huguenotes franceses à região do Cabo. A terceira parte da obra, “Di Kaap onder di engelse” [“O Cabo sob os ingleses”], trata da história colonial recente, com destaque para a perseguição aos bôeres e o episódio de Slachter’s Nek, em 1815. O quarto capítulo, “Di Uitgeweke Boere” [“Os bôeres exilados”], discorre sobre o desenvolvimento dos bôeres em Natal, no Transvaal, no Estado Livre de Orange e seu papel na formação das áreas de mineração diamantífera. De modo geral, foi nesse capítulo que du Toit tratou sobre o Great Trek, suas principais lideranças e os conflitos gerados com os zulus na segunda metade da década de 1830, sobretudo com Dingane, o “[...] cruel rei dos Sulas [zulus]” (DU TOIT, 1895, p. 95, tradução nossa).

O ponto de partida da “História de nossa terra na língua de nosso povo”, de Stephanus du Toit, diz respeito à chegada dos europeus à região da Colônia do Cabo, particularmente dos navegadores portugueses Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, na segunda metade do século XV, e dos colonizadores holandeses enviados para o extremo sul da África pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. Além desses elementos, du Toit dedica um capítulo à vinda de aproximadamente 200 huguenotes franceses em 1688, em busca de refúgio das perseguições religiosas iniciadas pela revogação do Édito de Nantes. Dessa forma, o historiador *afrikaner* visa apresentar os bôeres como um grupo étnico forjado a partir das ações de mártires aventureiros e persistentes, dadas as condições hostis no subcontinente, mas também ligados por uma sensibilidade religiosa historicamente presente em seus processos migratórios.

Ao voltar seus olhos para o tempo pretérito, du Toit buscou localizar características presentes em si e em seus contemporâneos, entre as quais uma devoção ao seu território e à tradição calvinista, elementos que transformam a identidade *afrikaner* em um misto de sentimentos religiosos e senso de pertencimento à terra.

Ao tomar a presença europeia como instância fundacional da história sul-africana, du Toit minimiza a presença negra no processo de ocupação da África do Sul e reforça o “mito das terras vazias” (MCCLINTOCK, 2010). Essa característica recorrente nos discursos coloniais simbolicamente desloca a população negra para um “espaço anacrônico”, fundamentado na ideia de que “[...] não habitam a história propriamente dita, mas existem num tempo permanentemente anterior no espaço geográfico do império moderno como humanos anacrônicos, irracionais, destituídos de atuação humana” (MCCLINTOCK, 2010, p. 58). Os “nativos” e “hotentotes”, designações utilizadas com frequência no período para categorizar uma multiplicidade de comunidades negras, de línguas e culturas diversas, são descritos por du Toit como povos pertencentes a uma temporalidade que se encontra aquém do processo civilizatório, “povos pobres e infelizes”, “fanáticos supersticiosos” ou ainda “selvagens que gostam de assaltar e roubar os bôeres” (DU TOIT, 1895, p. 9, tradução nossa).

Aqui, percebe-se a força do discurso racial e, por extensão, dos paradigmas de exclusão nos projetos nacionais engendrados pelo movimento *afrikaner* no século XIX. Como demonstrou Hannah Arendt, os bôeres no subcontinente sul-africano foram os primeiros a mobilizar ideias de diferença racial para justificar violências efetivas e simbólicas, as quais acarretaram práticas de escravização e extermínio étnico que, nas interpretações da época, eram vistas como resultado das tendências naturais das “raças inferiores” ao declínio e à extinção. Sobretudo até a primeira metade do século XIX, os bôeres dependiam largamente da escravização de africanos negros ao mobilizarem o racismo como um instrumento de domínio antes mesmo que o colonialismo finissecular o utilizasse enquanto ideia política, tendo como base e justificativa a própria experiência colonial, que resultava em um esforço para negar a condição humana das populações negras africanas (ARENDDT, 1989).

Por isso, caracterizá-los como selvagens e animais adquire um sentido político, pois perniciosamente negava aos africanos qualquer

margem de protagonismo histórico e, por extensão, de atuação política, sobretudo diante do aspecto racial adotado pelos critérios de cidadania nas repúblicas bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange. Daí o caráter convencional dos “mitos das terras vazias” associado ao Great Trek, convertido nas narrativas como um processo histórico protagonizado apenas por populações brancas, em um sentido que desloca simbolicamente as populações nativas a um “espaço anacrônico”, numa temporalidade permanentemente anterior aos espaços geográficos sedimentados pelos impérios modernos (MCCLINTOCK, 2010).

As projeções do pioneirismo dos colonos bôeres também se baseiam nas figuras de um passado capaz de conferir autenticidade às suas ações políticas e, dessa forma, a obra de du Toit apresenta subcapítulos que reforçam elementos da história e da memória coletiva, a exemplo da incorporação de excertos de “diários” de colonos e magistrados, listas com os nomes dos patriarcas bôeres que saíram da Colônia do Cabo em 1836 para se deslocarem ao interior sul-africano e da transcrição do acordo firmado entre uma das lideranças bôeres, Piet Retief, e o *inkosi* Dingane em fevereiro de 1838 (DU TOIT, 1895, p. 199-202, tradução nossa).

Ao resgatar o testemunho de Anna Elizabeth Steenekamp, filha de um dos líderes do Great Trek, du Toit enfatiza as razões que teriam levado os colonos a migrarem, relacionadas à crescente esfera política britânica na Colônia do Cabo no início do século, a qual regulamentou a proibição da posse de escravos – fonte de mão de obra para muitos bôeres –, inviabilizou a utilização dos dialetos bôeres em documentos públicos e em petições, além de ampliar os direitos legais para todas as pessoas livres e com propriedades, independentemente da cor. A proibição do trabalho servil era vista como uma “ação desleal e injusta” e a extensão de direitos para parte dos nativos era interpretada como “contrárias às leis de Deus e às distinções naturais” (DU TOIT, 1895, p. 192, tradução nossa), pois colocava os africanos em “em pé de igualdade com os cristãos” (DU TOIT, 1895, p. 192, tradução nossa). O recrudescimento da violência política por parte do governo colonial, particularmente na memória do episódio da rebelião de Slachter’s Nek, em 1815, no qual cinco insurgentes bôeres foram enforcados (DU TOIT, 1895, tradução nossa), compõe precedentes que, na visão de du Toit, justificariam o deslocamento territorial e contribuiriam para a constituição de uma imagem de martírio e devoção religiosa em torno de seus articulistas.

Além disso, convém atenção à transcrição de documentos históricos na narrativa de du Toit, com o afã de legitimar a saga dos colonos ao escaparem da opressão britânica na região, evidência de que os investimentos nas leituras do passado visam enraizá-las “[...] no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 7), no escopo de garantir um “sentimento de continuidade” (NORA, 1993, p. 9). A ênfase recai sobre a transcrição dos documentos e ofícios emitidos pelas lideranças dos *trekkers* que, nos anos após a migração, foram responsáveis pelo estabelecimento da República de Natália, posteriormente anexada pelos britânicos. A transcrição adquire um sentido fundacional, documento legitimador das sagas históricas dos bôeres em busca da liberdade. Enquanto parte de determinada cultura histórica, *Die Geskiedenis* traduz os projetos de muitos *afrikaners* que, no período em questão, visavam constituir a sua identidade política a partir da recuperação e da valorização de um passado em comum, um mito de origem nacional que reforçasse as desigualdades vistas como naturais entre os colonos de ascendência europeia e os nativos africanos.

As “guerras de extermínio” e a “Grande Jornada”: a construção do discurso zulucêntrico

Além das diversas instituições históricas e culturais previamente mencionadas, bem como a rede de interlocução formada por periódicos impressos e tratados históricos, o processo de formação da historiografia colonial na África do Sul recebeu contribuição do historiador George McCall Theal (1837-1919), com ênfase nas suas representações das “guerras de extermínio”, supostamente promovidas pelos zulus em sua expansão territorial, e do Great Trek, a “Grande Jornada” dos colonos *trekkers* rumo ao interior do subcontinente. Embora fornecessem visões contraditórias do passado sul-africano, seus escritos visavam suplantando as distinções entre bôeres e britânicos para compor uma história em longa duração da cooperação e solidariedade entre brancos, incluindo holandeses, alemães, huguenotes franceses e britânicos. Nessas e noutras narrativas, figuras representativas de períodos históricos eram

eleitas como heróis ou mártires, a exemplo do governador holandês Simon van der Stell, responsável pela administração do Cabo no final do século XVII, o qual foi considerado por muitos nacionalistas como um antecedente histórico da identidade colonial branca que visavam promover. Além disso, a assertiva de George McCall Theal a respeito da migração recente de populações negras para o território sul-africano, movimento localizado por ele no final do século XVI, igualmente almejava legitimar a perniciosa ideia racialista da África do Sul como uma nação branca, ao implicar que os africanos não possuíam mais direitos a terras do que os europeus e seus descendentes (FOSTER, 2008).

Imigrante canadense, McCall Theal exerceu carreira em missões religiosas – em especial na missão Lovedale –, no jornalismo e na docência e, a partir da década de 1880, produziu sua monumental *History of South Africa* em múltiplos volumes, que intencionavam fornecer interpretações do impacto cumulativo das populações europeias no sudoeste da África. Na sua escrita da “História da África do Sul”, Theal representou a experiência colonial nos termos de uma emergente “nova sociedade” protagonizada pelas populações brancas nos territórios sul-africanos. E, embora não tenha negligenciado a presença de africanos nos processos de ocupação territorial da África do Sul, até mesmo por sua utilização de relatos orais, em especial no *Kaffir Folk-Lore* (1882), sua história era frequentemente vista sob uma perspectiva que a apartava do passado branco (SCHREUDER, 1986).

Segundo Deryck Schreuder (1986), os posicionamentos políticos de McCall Theal convergiam em uma visão de mundo que poderia ser descrita em termos de um “nacionalismo colonial”, o qual ganha força no seu projeto de escrita do passado sul-africano a partir de meados da década de 1880, momento em que o historiador se aproxima do *Afrikaner Bond*. Até então, em especial no seu panfleto propagandístico destinado a atrair colonos ao Cabo (*South Africa as it is*, 1871) e no *Compendium of South African History and Geography* (1874), McCall Theal apresentava uma visão empática à tradição cultural africana, marcada por razoável preocupação com os direitos de africanos negros no processo de colonização, mas, simultaneamente, evocava as vantagens da cristianização de nativos.

Uma série de fatores políticos e pessoais fraturou sua lealdade ao Império Britânico e ao humanitarismo de Lovedale, que inclui a inserção

no serviço civil do Departamento de Finanças e, posteriormente, do Departamento de Assuntos Nativos, sua aproximação com a elite colonial no Cabo (nominalmente o *Afrikaner Bond*), bem como o descontentamento, partilhado por muitos bôeres, com as tentativas britânicas de constituir uma confederação sul-africana. Em suma, o historiador “[...] criou uma *History* que oferecia uma força coesiva, legitimadora e intelectual na evolução de uma mitologia da nacionalidade colonial branca” (SCHREUDER, 1986, p. 96, tradução nossa), uma espécie de utopia racial em contraste com o acirramento das hostilidades entre bôeres e britânicos, nominalmente após a Primeira Guerra Sul-Africana de 1881.

Sua produção assume uma dimensão fundamental na constituição de uma cultura histórica da elite colonial devido à “[...] capacidade de ligar sua visão conceitualizante, e altamente evocativa, de uma nova sociedade colonial branca” (SCHREUDER, 1986, p. 96, tradução nossa), somada à inspiração rankeana de produzir uma narrativa histórica a partir de operações de pesquisa envoltas em aura de objetividade e cientificidade. O efeito era produzido não apenas pelo embasamento de uma extensa pesquisa de fôlego em documentos e acervos concernentes à história política sul-africana, mas também pelo esforço em coletar e expor datas e eventos com a mínima intervenção ou interpretação do intelectual. Por fim, sua condição enquanto *outsider* era, com certa frequência, base primária da objetividade que o historiador visava produzir em suas narrativas. Afinal, por ser canadense, estaria supostamente apto a produzir uma versão desapassionada do passado sul-africano. Assim, anuncia no prefácio da *The History of the Emigrant Boers in South Africa*:

Determinação para ser estritamente imparcial, liberdade dos preconceitos que podem involuntariamente afetar aquela determinação, são igualmente necessários. Eu acredito possuir tais qualificações, e de qualquer forma tenho feito o máximo esforço naquela direção. Não tenho interesses a servir com nenhum partido em especial, e estou em termos amigáveis com todos. Embora resida na África do Sul por mais de um quarto de século, sou um canadense por nascimento, o descendente de uma família que se alinhou ao rei durante a época da Revolução Americana, e após isso exilou-se de Nova York para New Brunswick [Canadá] com outros Royalistas. Os

primeiros anos de minha vida após a infância foram passados nos Estados Unidos e em Serra Leoa. Portanto, nenhum vínculo de sangue e nem preconceitos adquiridos na juventude são barreiras para que possa formar um julgamento imparcial dos eventos que ocorreram na África do Sul há uma geração (THEAL, 1888, p. viii-ix, tradução nossa).

A tradição arquivística pode ser vislumbrada na produção de uma série de 36 volumes intitulada *Records of the Cape Colony 1793-1831*, na qual o historiador sul-africano compilou e transcreveu documentos concernentes à administração da Colônia do Cabo no período de transição à esfera de influência ultramarina britânica. Por extensão, Theal ainda publicou outras séries de documentos, tais como os nove volumes da *Records of South-Eastern Africa*, entre 1898 e 1903, e a serção do governo recentemente estabelecido na União Sul-Africana, o *Documents Relating to the Kaffir War of 1835*, publicado em 1912. A vasta documentação compilada por Theal nesses volumes derivava de uma tradição europeia na arquivística, mas também de um interesse ávido pela oralidade, em particular na incorporação das culturas africanas. A utilização de testemunhos orais tornava-se significativa para a produção de interpretações sobre o *mfecane*, fenômeno observado por McCall Theal como resultado do expansionismo zulu e da incorporação de suas estratégias e sistemas militares por outras nações, a exemplo dos ndebele, xhosa e swazi, cuja aniquilação era justificada pelo historiador enquanto medida defensiva para a Colônia do Cabo (RICHNER, 2005).

Em seu monumental *History of South Africa*, publicado entre as décadas de 1880 e 1910, George McCall Theal visou tratar do complexo de forças políticas que levou à constituição do território sul-africano moderno. Seu ponto de partida fundamentou-se na migração de grupos africanos para a região, particularmente os khoekhoen, bem como no impacto causado pelas levas de povos bantos, mormente zulus, ndebeles, xhosas, swazis e basotos. Além desses, Theal dedicou volumes à chegada dos primeiros portugueses no subcontinente sul-africano e à crescente concentração de holandeses, franceses e alemães na região a partir do século XVII. Os volumes finais de sua coletânea privilegiaram a presença crescente dos britânicos no território sul-africano, tomando a década de 1890 como contexto de encerramento de sua obra. Nesses últimos

tomos, a segunda Guerra Sul-Africana ocupou um lugar significativo e foi retratada como um alerta acerca dos efeitos de conflitos entre brancos, bem como das consequências perniciosas da excessiva interferência imperial. Assim, o historiador voltou ao passado na intencionalidade de pavimentar uma ideia de África do Sul branca, formada por uma aliança anglo-bôer, sustentada pelo trabalho nativo e na constituição de “reservas tribais” administradas pela elite colonial (SCHREUDER, 1986).

No que diz respeito à ocupação e expansão do território sul-africano em seu período mais recente, duas chaves de leitura receberam relevância na obra de George McCall Theal: o *Great Trek*, em especial no volume dedicado às migrações internas na África do Sul, particularmente sintomático de sua empatia à causa bôer, e as “guerras de extermínio” associadas ao *mfecane*. Ao tratar sobre esses processos históricos, McCall Theal visou produzir uma narrativa hegemônica, geograficamente coesa, racialmente informada e fortemente zulucêntrica, sobretudo em seu *Compendium* e, com algumas revisões, em *Progress of South Africa in the Century* (1901).

Até a década de 1870, as principais narrativas que tratavam da *mfecane* concentravam-se em áreas geográficas ou grupos populacionais específicos, produzindo, de modo reiterado, um discurso que enfatizava a multiplicidade de atores históricos envolvidos na história da África do Sul das primeiras décadas do século: em linhas gerais, alguns autores destacavam a emergência do Reino Zulu e o suposto esvaziamento populacional da região de Natal, posteriormente ocupada pelos *vootrekkers*; as incursões militares dos “Mantatees” e, mais tarde, dos ndebele, as quais teriam produzido um vazio populacional além das fronteiras da Colônia do Cabo; a travessia dos ngwane, de Natal para o Transkei, pela região do Transgariep, onde foram derrotados por um exército colonial; e, por fim, narrativas sobre os fingo (ou amafengu), oriundos de Natal, supostamente escravizados pelos xhosa gcaleka e libertados pelo governador D’Urban. No período de publicação das obras de McCall Theal, a questão zulu voltava ao debate, nominalmente pelos conflitos gerados pela resistência dos zulus liderados por Cetshwayo em fins dos anos de 1870 (RICHNER, 2005).

Ao tratar sobre o expansionismo zulu em seu *Compendium*, Theal concentrou-se nas regiões costeiras do Cabo Oriental, em Natal e no território zulu, promovendo uma interpretação dos processos de migração do início do século como resultantes da ação expansionista dos

zulus, bem como da adoção de suas estratégias militares por outros grupos étnicos, a exemplo dos ngwane. Como afirma Jürg Richner, o historiador adotou uma forma de periodização tripartite sugerida pelo secretário de assuntos nativos, Theophilus Shepstone, na primeira metade dos anos de 1870: um período inicial, edênico e pacífico, anterior à década de 1810 e marcado pela ausência de conflitos; uma segunda fase, entre 1812 e 1820, caracterizada por “[...] um grande redemoinho de confusão, guerra e massacre” (THEAL, 1878, p. 82, tradução nossa) e promovida pela evasão de diversas lideranças militares africanas que fugiam das forças zulus em direção ao sul; e um período posterior, em que a ação colonial britânica almejava suplantiar a fase de violência e genocídio por meio da cristianização e do processo civilizatório (RICHNER, 2005).

Nessa ótica, o que se observa é uma visão que enfatiza o efeito dominó, na medida em que o *inkosi* Shaka era responsabilizado pela “trajetória de sanguinolência” que teria, eventualmente, promovido a migração de diversos grupos populacionais, “alguns fugitivos selvagens, inconsequentes, buscando apenas ficar para além do controle dos bandos de Tshaka” (THEAL, 1878, p. 82, tradução nossa), outros “furiosos por terem perdido suas posses e determinados a infligir em outros as misérias que eles mesmos passavam” (THEAL, 1878, p. 82, tradução nossa). A violência descomedida era atribuída a elementos raciais presentes entre os zulus, ao anseio de provocar “massacres e roubos [causados pelo] [...] desejo de sangue humano e uma resolução por viver e reinar sozinhos” (THEAL, 1878, p. 83, tradução nossa). Como se sabe, a convergência entre o determinismo biológico e os preceitos raciais tornaram-se predominantes no pensamento social e histórico de muitos intelectuais no último quartel do século, de modo a ecoar, na produção de McCall Theal e de muitos de seus contemporâneos, em um ideário de superioridade racial europeia em detrimento do barbarismo e da selvageria associados às “raças nativas”.

Além disso, persiste nas narrativas do expansionismo zulu formuladas por George McCall Theal um aspecto que o conecta a diversas produções de caráter histórico gestadas na segunda metade do século XIX: a crença de que lideranças político-militares – os “grandes homens” – seriam capazes de irradiar elementos de compreensão para toda a tessitura social e cultural na qual estavam inseridos (LORIGA, 2011, p. 53-61). Daí a ênfase constante, sobretudo no *Compendium*, em torno

das trajetórias de Shaka e seus sucessores, seus meios-irmãos Dingane e Mpande kaSenzangakhona. Contudo, McCall Theal não tem a intenção de transformá-los em heróis: Dingane é descrito como um governante “sem qualquer talento, um mero copista” cujo temperamento refletia em seus exércitos ao demandarem “novas vítimas” (THEAL, 1878, p. 197, tradução nossa); Mpande, seu irmão e sucessor, é visto pelo historiador como “um homem sem nenhuma genialidade”, cuja chefatura demarcou o declínio do expansionismo militar iniciado por Shaka, mesmo que sem a perda de “sua ferocidade” (THEAL, 1878, p. 19, tradução nossa). O discurso racista visa apresentar os zulus como movidos pela violência desmotivada ou, ainda, destituídos de sua própria capacidade de agir, como meros “copistas” sem “genialidade”.

Publicado em 1901, *Progress of South Africa in the Century*, em volume único, pode ser visto como uma sumarização da *magnum opus* de George McCall Theal, *History of South Africa*, pois apresenta de modo conciso os principais argumentos da obra enciclopédica. A julgar pelo título, amplamente sugestivo das utopias de civilização e progresso que perpassam a produção do historiador, persiste uma concepção de tempo linear e progressivo, indicado pela divisão interna do texto: os primeiros capítulos são dedicados aos “antigos habitantes da África do Sul” (THEAL, 1901, p. 506, tradução nossa), isto é, “bosquímanos”, “hotentotes” e “bantos”, enquanto o desfecho de *Progress* assinala que “[...] o grande progresso dos últimos anos se deve a uma quantidade maior de comunidades europeias sendo livres para conduzir seus próprios assuntos da sua própria forma” (THEAL, 1901, p. 506, tradução nossa). Em *Progress of South Africa in the Century*, que foi publicado no contexto da Guerra Sul-Africana de 1899 e embasado na crença da importância de uma aliança anglo-bôer, McCall Theal categorizava o imperialismo britânico, movido por “paixão e derramamento de sangue”, como causa imediata para uma “grande onda de barbarismo” (THEAL, 1901, p. 502), sendo o responsável por “intensos sentimentos de hostilidade e ódio entre povos que precisam continuar a viver juntos no mesmo solo”, isto é, “ingleses e holandeses, tão intimamente ligados por sangue e caráter” (THEAL, 1901, p. 502, tradução nossa).

Em *Progress*, o expansionismo zulu era caracterizado como a “guerra zulu de extermínio”. O *inkosi* Shaka era retratado como um indivíduo tirânico e comparado aos massacres promovidos pelo imperador romano

Júlio César na Gália, embora “[...] aquele número foi grandemente ultrapassado pela carnificina causada direta ou indiretamente por Tshaka na África do Sul” (THEAL, 1901, p. 169, tradução nossa). Além de descrever a trajetória de Shaka e sua ascensão ao poder entre os zulus devido a atos de bravura e crueldade, o período era descrito pelo historiador a partir da retórica do “mito das terras vazias”, isto é, o avanço dos zulus nas primeiras décadas do século teria causado um vazio populacional que facilitou a ocupação posterior da região pelos colonos bôeres. Com efeito, o escoamento causado por Shaka era interpretado como um dos males necessários para sua concepção de progresso no subcontinente, já que

[...] se o terrível exterminador nunca tivesse existido indubitavelmente teríamos progresso na África do Sul, mas não seria aquele tipo de progresso que ocorreu, não existiriam o Estado Livre de Orange, a República do Transvaal ou a Colônia de Rodésia, como existem atualmente (THEAL, 1901, p. 170, tradução nossa).

A ideia de um violento efeito dominó causado pelo Reino Zulu recebe ênfase no capítulo:

Os próximos a fugir foram a grande tribo dos Aman-gwane, os pequenos tigres, que plenamente justificavam seu nome pela conduta que mantinham. Deixando seu antigo lar nas margens do Umzinyati, eles atacaram primeiro os hlubis, que dispersaram, e então atravessaram a [cordilheira] Drakensberg e atacaram o povo que ocupava a região norte do que hoje é a Basutolândia e a parte oriental do Estado Livre de Orange. Estes, incapazes de resistir ao choque da horda de Matiwane, que tinham parcialmente adotado as armas zulus, fugiram por sua vez, e sob a liderança de uma mulher chamada Ma Xtatisi atravessaram o rio Vaal e dirigiram-se ao noroeste. A região diante deles era densamente habitada, mas as populações não eram suficientemente inteligentes para se unir a tempo de um perigo em comum. Uma região foi assim destruída, seu gado e grãos devora-

dos, e então a horda assassina movia-se para a próxima (THEAL, 1901, p. 174, tradução nossa).

Entre os sobreviventes da “guerra de extermínio” promovida pelas azagaias de Shaka, McCall Theal ainda relatava a proliferação de práticas de canibalismo. As narrativas de canibalismo integravam muitos dos relatos de missionários e viajantes que descreveram as regiões de Natal, do Transvaal e do Vale Caledon durante a primeira metade do século XIX e faziam parte do imaginário de muitos europeus a respeito do interior da África do Sul. As práticas de canibalismo e escravidão, com certa frequência inter-relacionadas (RICHNER, 2005, p. 193-194), integravam a imaginação literária e as ficções que definiam a África enquanto um “continente negro”. Essa percepção foi intensificada nas últimas décadas do século com a proliferação de relatos de viajantes e de antropólogos e com o acirramento da corrida colonial. Os relatos de antropofagia reforçavam preceitos evolucionistas que observavam em seus praticantes os estágios mais inferiores da evolução humana e ofereciam uma legitimação política, de base pseudocientífica, para justificar o domínio das terras ultramarinas por europeus, vistos como civilizados ao legitimar o extermínio das chamadas “raças menos desenvolvidas” (BRANTLINGER, 1985, p. 185-186, tradução nossa). Também demonstram o modo como tais discursos eram constituídos a partir de elementos presentes no romance gótico e na literatura aventureira, ao cingirem cenários de violência interétnica e declínio racial, especialmente na obra de Theal, povoada por um simultâneo entusiasmo com o futuro político da África do Sul e por preocupações de âmbito racial, sobretudo com a mestiçagem, vista como uma ameaça ao progresso colonial.

O deslocamento populacional e o genocídio atribuído por Theal ao expansionismo zulu teriam possibilitado a migração dos bôeres para a região entre os rios Vaal e Orange na década de 1830. Além disso, o autor aponta para um importante antecedente de resistência colonial: a rebelião de Slachter’s Nek, em 1815, ocasionada após a morte do fazendeiro bôer Frederik Bezuidenhout, morto por soldados britânicos da Colônia do Cabo ao ser acusado de maus-tratos contra seus escravos de origem Khoi. O movimento, na ótica de McCall Theal, era visto como uma manifestação de resistência dos colonos bôeres perante a crescente autoridade britânica. Um dos líderes da rebelião, Jan Bezuidenhout, era descrito como um fazendeiro iletrado, porém dotado de um “código

de honra [...], que continha pelo menos um dos princípios comuns às mentes mais nobres em todos os setores de sua raça: morrer, em vez de fazer algo degradante” (THEAL, 1901, p. 118, tradução nossa). Para Theal, o imperativo ético e político do historiador era lembrar esses episódios da resistência bôer, legitimá-los enquanto parte do passado colonial e salvaguardá-los para sua geração, pois as prisões e execuções dos membros do movimento deixavam claro “a natureza impiedosa da autoridade inglesa”, e conclui, ao afirmar que a punição não passava de um “grave erro político” (THEAL, 1901, p. 120, tradução nossa).

Ao recuperar o episódio de Slachter’s Nek, McCall Theal representa seus articulistas como mártires injustiçados diante das novas legislações concernentes ao trabalho servil africano estabelecidas pelo governo colonial no Cabo e da mobilização de tropas compostas por khoekhoen. Em favor de suas utopias de pureza racial, McCall Theal ignora o fato de que diversos homens envolvidos na revolta viviam com esposas africanas; que uma de suas lideranças, Cornelis Faber, tentou realizar uma aliança político-militar com os Ngqika; e que, de um modo geral, os fazendeiros bem estabelecidos pouco se interessaram pelo movimento, composto, majoritariamente, por rufiões iletrados das fronteiras, destituídos de terras e com rebanhos pequenos. Nas últimas décadas do século, contudo, o movimento passou a ser caracterizado como um antecedente das grandes migrações na década de 1830 e idealizado por diversos autores, como o supramencionado Stephanus du Toit, como um exemplo do heroísmo e martírio dos bôeres diante da autoridade britânica (GILIOMEE, 2011, p. 84).

Mais do que uma análise detalhada da saga dos *trekkers*, *History of the Emigrant Boers in South Africa* fornece pistas importantes a respeito do método mobilizado por George McCall Theal, já que, no prefácio, o autor enfatiza o caráter arquivístico-documental de seu trabalho. No capítulo dedicado ao Great Trek, Theal categoriza a migração de milhares de bôeres rumo ao interior do subcontinente como uma ânsia por escapar “do que viam como uma opressão intolerável [...], um evento singular na história da colonização moderna” (THEAL, 1888, p. 59, tradução nossa). O episódio possibilitava ao historiador elaborar largamente a respeito da racialidade bôer, aproximando-a aos anglo-saxônicos, pois afirmava que os bôeres na África do Sul eram “homens de [sua] própria raça, daquela vigorosa vertente teutônica holandesa que

ocupou a Inglaterra e a Escócia” a qual, a despeito dos processos históricos de dispersão geográfica, conservou “de modo imutável” a “corrente contumaz” (THEAL, 1888, p. 59, tradução nossa). Os casamentos mistos eram vistos como evidências das relações cordiais cultivadas pelos colonos da região, fraturadas, no início do século XIX, por uma complexidade multicausal: o governo britânico era acusado por sua incapacidade de fornecer proteção em amparo aos colonos, bem como de favorecer as populações nativas em disputas por terras; os missionários da London Society, acusados de abuso de autoridade e de “advogar esquemas diretamente hostis ao progresso da civilização e à manutenção da ordem” (THEAL, 1888, p. 62, tradução nossa). Por fim, a questão nativa, em especial a abolição do trabalho servil nas colônias britânicas e a concessão de “igualdade política” (THEAL, 1888, p. 65, tradução nossa) aos nativos libertos, era categorizada por Theal como outro fator de animosidade entre os colonos brancos.

Mais do que a busca por terras ou riquezas, o Great Trek é apresentado nessas narrativas, em especial se cotejadas com as outras lutas de bôeres e seus descendentes, como uma constante busca por liberdade irrestrita, pela premissa de uma “terra prometida”. McCall Theal também seleciona heróis e mártires, com destaque para uma das principais lideranças *trekkers*, Piet Retief, morto com sua delegação de bôeres por guerreiros de Dingane em 1838. A carta-declaração de Retief, na qual expõe as principais insatisfações e reivindicações dos emigrantes, é resgatada por McCall Theal como um dos documentos que testemunham a origem da identidade *afrikaner*. Além de remeter as origens étnico-raciais aos huguenotes que deixaram a França no final do século XVII em busca de liberdade religiosa, o historiador descreve Retief como “homem de grande valor” que desafiou a autoridade dos governadores do Cabo e, ao aproximar-se dos colonos bôeres da região, conquistou “sua confiança e estima”. O líder *trekker*, que previamente ocupava um cargo militar, ainda recebe destaque quando, ao desafiar o sistema de tratamento nativo estabelecido pelo governo da Colônia do Cabo, foi “[...] oficialmente retirado da lista de comandantes de campo” (THEAL, 1888, p. 81, tradução nossa).

Um último elemento ressaltado das narrativas de McCall Theal acerca das migrações dos bôeres na década de 1830: seu antagonismo quanto à administração colonial e as supostas medidas discriminatórias tomadas

pelo Cabo. Segundo Norman Etherington, até então a responsabilidade pelas migrações não era atribuída à administração do governador D'Urban, o qual possuía relativa admiração pelos bôeres, e um jornal anglófono contemporâneo aos fatos expressava suas esperanças de que “[...] esta migração possa ser a maior benção já vivenciada nesta parte da África do Sul” (ETHERINGTON, 2001, p. 340, tradução nossa). Até mesmo em outros tratados histórico-geográficos, a exemplo do supramencionado *History* de Wilmot e Chase, os *voortrekkers* são descritos em termos amenos, como “fazendeiros prósperos e inteligentes” (WILMOT; CHASE, 1869, p. 343, tradução nossa), e as insatisfações dos bôeres são atribuídas a questões ligadas aos ataques de africanos às suas propriedades. Em *History of the Emigrant Boers*, Theal responsabiliza diretamente o “Governo Imperial” por sua incapacidade de proteger os habitantes do Cabo contra ataques, pela sua parcialidade ao “favorecer os selvagens” e pela “forma injusta” com a qual a escravidão foi abolida (THEAL, 1888, p. 62, tradução nossa). Dessa forma, reforçava a hipótese da opressão britânica, identificada como resultante de seu imperialismo, e demonstrava uma visão empática com os bôeres.

A escrita da história de George McCall Theal deixou reverberações nas leituras do passado sul-africano delineadas pelos projetos políticos anglo-bôeres no final do século XIX. No que diz respeito ao expansionismo de Shaka, o historiador propôs uma narrativa geograficamente coesa, que culpabilizava os zulus, uma força política inegável no final da década de 1870 e ameaça aos projetos expansionistas, como responsáveis pelo genocídio e pela dispersão étnica que supostamente teriam ocasionado um esvaziamento do território posteriormente ocupado pelos bôeres. Por esse motivo, McCall Theal visava legitimar a dispersão dos colonos bôeres na década de 1830 enquanto uma saga em busca pela liberdade, para longe da presença britânica cujo imperialismo era caracterizado na sua escrita como violento e conflituoso. Em um momento no qual a ideia de uma África do Sul unificada estava sendo gestada, o projeto de escrita do passado, elaborado por McCall, partia de pressupostos racialistas, ao enfatizar a legitimidade política de uma comunidade colonial de ascendência europeia que, afastando-se de seu contato inicial com o missionarismo e com o humanitarismo, visava negar o acesso a terras e a direitos políticos aos africanos negros.

Romances aventurecos e a África do Sul

De forma concomitante à emergência da historiografia colonial sul-africana na segunda metade do século XIX, a popularização dos romances aventurecos e das novelas sentimentais atraiu a atenção de muitos leitores e leitoras à situação política e étnico-social no extremo sul da África. Nesse contexto, tanto as narrativas históricas quanto as ficções literárias atuavam na “[...] temporalização e historicização dos eventos, com a definição precisa de meio, tempo e lugar como elementos constitutivos das ações e relações entre os homens” (NAXARA, 2006, p. 39). Essas produções literárias, remetendo-se à sensibilidade, ao imaginário e ao domínio da significação simbólica, contribuíram para a formação de estereótipos que caracterizavam a África como um espaço de seres exóticos e violentos ou de terras inóspitas e inabitadas; simultaneamente, a seleção de personagens e episódios históricos no plano de fundo de muitos dos romances aventurecos produzidos naquele período imaginava a implementação de estados coloniais, a exemplo da África do Sul, que passou a ser alvo de perscrutação de diversos romancistas, tais como George Alfred Henty, Bertram Mitford, Robert Michael Ballantyne, Mary Ann Carey-Hobson e H. Rider Haggard.

No prefácio à reedição de seu *The Story of an African Farm* (1883), a romancista sul-africana Olive Schreiner criticou os modelos altamente estereotipados a partir dos quais diversos escritores coloniais relatavam a África do Sul enquanto um espaço de conquistas de fortunas e vivências aventurecas que se encerravam com um retorno triunfante à metrópole. Para Schreiner, essas “histórias de aventuras selvagens, de gado sendo conduzido a *kranzes* [assentamentos circulares] inacessíveis por bosquímanos, de encontros com leões selvagens e fugas arriscadas” (SCHREINER, 1892, p. viii, tradução nossa) só poderiam ser escritas “[...] em Picadilly ou no Strand, lá onde os dons da imaginação criativa, desimpedida pelo contato com qualquer fato, podem abrir suas asas” (SCHREINER, 1892, p. viii, tradução nossa). Schreiner aludia ao fato de que, entre as décadas de 1870 e 1880, um tipo particularmente popular de ficção de aventura tornou-se *best seller* no mercado editorial britânico, difundido tanto em volumes ilustrados quanto nas páginas de periódicos. Esses romances atuavam como cartilhas do colonialismo,

informando seus leitores e leitoras a respeito das vicissitudes ambientadas nas regiões de fronteira do Império Britânico e, marcados com sensibilidade romântica³ e preceitos racialistas, apresentavam cenários exóticos e nativos incompreensíveis.

A proliferação da literatura aventureasca ocorreu em associação ao recrudescimento das práticas políticas coloniais e desencadeou uma nova semântica em torno da ideia de aventura e da figura do aventureiro. No século XVIII, o aventureiro era visto como um personagem nas margens da legalidade, um criminoso ou usurpador estigmatizado, que evocava certa figura de errância, mas que se acomodava adequadamente ao espaço europeu. Tome-se, a título de exemplos, as vicissitudes do veneziano Giacomo Casanova (1725-1798) ou o Don Juan, imortalizado por Lord Byron em um poema de 1824: heróis românticos, ladinos e quixotescos, famosos por suas aventuras amorosas (VENAYRE, 2001).

Contudo, o aventureiro que domina a ficção na segunda metade do século XIX era capaz de romper com o espaço europeu: longe de ser uma figura intrusa no espaço cotidiano, o aventureiro se torna uma figura de partida cuja representação evocava a idealização de distâncias geográficas e constantes referências a mapas convertiam-se explicitamente em um vetor do imaginário da aventura. Segundo Sylvain Venayre (2001), a definição de aventura no século XIX trouxe consigo uma série de valores difundidos na época: a exaltação do individualismo e da iniciativa individual; a valorização da conquista e do risco mortal, visto como um meio de viver intensamente; e a virilização da aventura, na medida em que esta era entendida como “[...] um meio de se tornar homem, e um homem vigoroso” (VENAYRE, 2001, p. 93-112, tradução nossa). Ademais, a aventura estava enlaçada às sensibilidades políticas porque visava promover a conquista colonial, apresentada como resultante das ações de homens movidos pelo espírito empreendedor.

A fórmula adotada por muitos desses romances aventurecos publicados entre as décadas de 1870 e 1890 pululava de episódios de risco e perigo, missões secretas e perseguições implacáveis, cenas de batalhas,

3 Utiliza-se o termo “sensibilidade romântica” a partir do sentido atribuído por Márcia Naxara, a qual compreende que, a partir do final do século XVIII, determinados sentimentos (o belo, o sublime, o pitoresco) foram mobilizados por artistas e literatos ao buscarem sentidos explicativos para o espaço natural, o campo e a cidade, bem como suas gentes. Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Brasília: UNB, 2004.

caçadas e campanhas militares. Os protagonistas, geralmente adolescentes ou homens jovens, eram retratados como corajosos e bravos, intrépidos e engenhosos; suas ações heroicas importavam muito mais do que o desenvolvimento moral ou intelectual dos personagens e as motivações que os levavam à África variavam, mas, em geral, estavam relacionadas a questões militares, ao comércio ou à exploração das riquezas minerais (RICHARDS, 1989). Essas ficções cingiam o

[...] mito energizante do Imperialismo britânico. Elas eram, coletivamente, a história que a Inglaterra contava a si mesma quando ia dormir à noite; e, na forma de sonhos, elas recarregavam a vontade britânica com a energia para ir ao mundo explorar, conquistar e dominar (GREEN, 1979, p. 3, tradução nossa).

Simultaneamente, os romances de aventura, ao descreverem as paisagens naturais e os territórios coloniais, conjugavam vasto leque de sentimentos, a exemplo da resignação e da submissão do indivíduo perante a grandiosidade do espaço natural, unindo elementos estéticos de caráter romântico, tais como o sublime e o pitoresco. Essas figurações das colônias assumiam um papel central na literatura aventureasca produzida no período, a qual definia os “espaços da aventura” como distantes, ausentes de quaisquer traços de civilização, exóticos e desconhecidos, lugares nos quais o sentimento de risco mortal, essencial nos discursos sobre a aventura, concretizava-se. Assim, o território da aventura era apresentado como “[...] uma natureza perigosa, imensa e sublime” (VENAYRE, 2001, p. 93-112, tradução nossa).

Esses discursos literários desempenhavam um papel político, no sentido de que o conhecimento do espaço natural constituía um “[...] elemento importante e primordial como explicação, justificação e legitimação do poder que se estabelece sobre as regiões consideradas e representadas como atrasadas, selvagens e bárbaras” (NAXARA, 2004, p. 68). Ademais, contribuía para reforçar estereótipos raciais, inseridos em um regime de representação colonialista, o qual, de acordo com Homi Bhabha, promovia simplificações que oscilam entre algo já conhecido e que deve ser reiteradamente repetido (BHABHA, 2013). Portanto, as representações dos territórios longínquos pelos romances aventurecos

não eram frívolas, tampouco inofensivas, pois intencionavam a legitimação pública da conquista colonial, evocando o entusiasmo de seus leitores ao apresentar as regiões limítrofes dos interesses coloniais como virginais e inexploradas, ou ainda habitadas por feras selvagens e seres humanos incompreensíveis.

Por extensão, tais romances contribuía para a vulgarização de preceitos raciais ou racialistas em termos hierárquicos, os quais implicavam na inferioridade, vista como natural, dos africanos negros e na construção de uma imagem altamente estereotipada e negativa do chamado “continente negro”. O desenvolvimento da Antropologia evolucionista, somado a uma boa dose de senso comum e de preconceitos convenientes, informava – e era simultaneamente informado – ficções aventurecas que retratavam cenários de selvageria e canibalismo, de violência descomedida e racialmente motivada por parte das populações nativas, as quais, comumente desumanizadas, eram vistas como pontos retrógrados na escala evolutiva. Se o “continente negro” do romance de aventura era visto como um espaço de possível enriquecimento e protagonismo político pelo engajamento com as práticas políticas coloniais, ao mesmo tempo era retratado como um lugar em que o contato com o nativo poderia degenerar a conduta civilizada dos europeus: os temores da degenerescência racial, do declínio moral e físico transpareciam, por exemplo, em uma das ilustrações anexas ao livro de J. W. Buel, *Heroes of the Dark Continent*, no qual retratava o explorador anglo-americano Henry Morton Stanley “resistindo à tentação” representada pela sexualidade, vista como racialmente exacerbada, de mulheres africanas (BRANTLINGER, 1985, p. 166-203, tradução nossa).

O crescimento do mercado editorial, o desenvolvimento de novas técnicas de impressão, o barateamento dos custos e das taxas sobre impressos, a publicidade na imprensa periódica e a expansão dos índices de letramento garantiram que, ao final do século, romances e revistas literárias se tornassem cada vez mais acessíveis ao público leitor. Dessa forma, esses romances aventurecos foram popularizados na segunda metade do século tanto em tomos quanto nos impressos periódicos especializados, a exemplo da revista *Boy's Own Magazine*, fundada em 1855 por Samuel Beeton, voltada para jovens oriundos das elites e das classes médias. Os contos publicados na revista literária apontavam para um dos elementos centrais na ficção aventureca do período: a ideia de

que a leitura e a literatura seriam capazes de formar homens comprometidos com a grandiosidade do Império Britânico e o papel da Inglaterra enquanto agente civilizador. Segundo Kelly Boyd, as revistas evocavam o otimismo colonial, apresentando peripécias arriscadas e aventureiras nas quais jovens e heroicos protagonistas destilavam atos de bravura e coragem. O período em questão assistiu a uma proliferação dessas revistas literárias, a exemplo da *Boys of England*, *Young Men of Great Britain*, *Union Jack*, *Boys of Our Empire*, entre dezenas de outros títulos impressos aos milhares de cópias, que articulavam uma relação direta entre literatura, virilidade e soberania britânica no domínio de outros territórios (BOYD, 2003).

Em linhas gerais, os romances e periódicos literários voltados para um público masculino infanto-juvenil visavam combater a difusão dos *penny dreadfuls*, repletos de peripécias quixotescas com personagens de moral duvidosa e, mesmo que aventurecos, pouco comprometidos com a expansão dos domínios britânicos. Personagens como Spring Helled Jack, do serial homônimo de Colin Henry Hazlewood, publicado em 1867, ou Dick Turpin, anti-herói de *Black Bess* (1866-1868), eram figuras com notável senso de aventura e perigo, porém responsáveis por atos criminosos ou moralmente condenáveis. Os romances aventurecos redirecionavam a violência e a agressividade presentes nos *penny dreadfuls* para fins vistos como honoráveis, e seus heróis, laureados como viris e patrióticos, não eram opositores da ordem social pois, ao combaterem piratas, corsários e nativos hostis, tornavam-se forças engajadas com a ampliação ou a defesa dos territórios ultramarinos (DUNAE, 1980).

Ao lado dos romances, revistas como a *Boy's Own Paper* divulgavam notícias e artigos concernentes aos acontecimentos nas colônias, às sagas e aos deveres dos missionários. Em 1885, esse periódico reportou os resultados da Conferência de Berlim, enfatizando aos seus leitores as supostas bases humanitárias do acontecimento, isto é, a premissa de que a presença europeia na África conduziria as populações negras para longe da “[...] densa escuridão na qual eles por tanto tempo tiveram de viver” (DUNAE, 1980, p. 109, tradução nossa). Algumas dessas publicações, a exemplo da revista *Boys of Our Empire*, fundada em 1900, reforçavam uma imagem positivada do colonialismo, diferenciando um “verdadeiro imperialismo”, marcado por humildade e fraternidade, e um “falso imperialismo”, marcado por avareza e orgulho; ainda assim, muitos dos

apologistas ao “verdadeiro imperialismo” mobilizavam termos como “a raça conquistadora” e a “nação mestra” ao designarem sua capacidade de conquistar e subjugar outros territórios e outras populações (DUNAE, 1980, tradução nossa).

Embora o interesse por aventuras ao sul da África tenha se intensificado nas últimas décadas do século, um dos primeiros exemplos de literatura ambientada na região foi publicado em três volumes na metade dos anos de 1830: *The English Boy at the Cape: An Anglo-African Story*, por Edward Augustus Kendall. A narrativa literária, que conjugava a sensibilidade e a compaixão enquanto virtudes políticas, denunciava a exploração do trabalho infantil praticado na Colônia do Cabo na década de 1830, momento em que milhares de órfãos britânicos eram enviados ao sul da África. Além do mais, o romance de Kendall apresentava um elemento recorrente na ficção aventuresca, a saber, o amadurecimento físico, intelectual e emocional do protagonista masculino e seus ritos de passagem da adolescência à vida adulta por meio do contato com as vicissitudes nas colônias (KENDALL, 1835).

A obra, redigida e publicada no período imediatamente posterior à abolição do trabalho servil nas colônias britânicas, também fazia coro às denúncias em torno da violência e do extermínio das populações nativas sul-africanas no período. No mesmo período, a viajante Harriet Martineau, em seu *Life in the Wilds* (1832), relatou as consequências desastrosas dos conflitos entre colonos britânicos e os “bosquímanos”, descritos como “[...] os proprietários originais de boa parte do país que inclui o Cabo, o qual os Britânicos e os Holandeses desde então tomaram para si. Os nativos são caçados como tantas feras selvagens. Esta prática naturalmente os torna ferozes e ativos em sua vingança” (BRANTLINGER, 2003, p. 82, tradução nossa). Para parte desses escritores da primeira metade do século, as violências cometidas contra as populações nativas eram consideradas imorais e economicamente inúteis, além de conduzir inevitavelmente ao extermínio étnico-racial.

Em fins do século XIX, diversos fatores, como o recrudescimento das práticas políticas coloniais, o desenvolvimento das teorias racialistas e do racismo pseudocientífico, a concorrência pelo controle das regiões de mineração e da mão de obra africana, somadas à emergência do romance de aventura, levaram à constituição de novas visões sobre o território sul-africano e seus habitantes. Nesse período, no qual a aventura foi ressignificada e associada às ideias de dominação e exploração

de outros territórios, tais romances passaram a informar um imaginário literário das colônias, em especial da África do Sul, ressaltando o seu potencial econômico e as suas diferenças étnico-raciais.

Ao lado das narrativas de viajantes, exploradores e missionários, os romances aventurecos espetacularizavam a vida nos territórios coloniais, retratando-os como espaços de riscos e perigos, mas também como possibilidade de protagonismo político e ascensão social para homens e mulheres que, considerados párias sociais em suas pátrias de origem, deixavam as metrópoles com o afã de revestirem-se com o manto de descobridores e aventureiros em terras estranhas. Os romances de aventura tornavam-se “uma ferramenta pedagógica” (BEGHETTO, 2014, p. 73) para desenvolver os sonhos de jovens que se engajariam direta ou indiretamente na conquista de outros territórios.

A literatura de aventura e entretenimento, voltada às massas de leitores, desempenhava outro papel político, pois se obstinava a demonstrar o que considerava como traços naturais de crueldade e ignorância dos povos a serem conquistados, sobretudo na África. Na literatura do período, o imaginário das colônias enquanto territórios de absoluta liberdade e ausência de restrições morais estava conectado a fantasias de masculinidade revitalizada a partir da violência descomedida e desregrada, ou ainda embasado em certa infantilização da virilidade que legitimaria a agressividade de seus articulistas (DEANE, 2001, p. 689-714, tradução nossa). A literatura também oferecia certa compensação emocional pelas perdas coloniais sofridas naquele período, sobretudo do território do Transvaal, e a falência do projeto confederacionista, pois teciam a ficção com o mito do Império Britânico enquanto força civilizacional. Afinal, como afirmou Mbembe, as práticas e os discursos colonialistas frequentemente inventaram e reinventaram mitos que justificassem a dominação de outros povos, transformando-os em uma existência objetificada: “a África, de um modo geral, e o negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada” (MBEMBE, 2018, p. 29-30).

Tome-se como exemplo o aventureco *The Young Colonists: A Tale of the Zulu and Boer Wars*, publicado em 1885 por G. A. Henty. Prolífico romancista e correspondente de guerra, Henty acumulava uma média de três a quatro romances publicados anualmente, muitos dos quais ambientados nas regiões limítrofes dos interesses coloniais ou em momentos de conflitos armados. Em *The Young Colonists*, transcorrido na

África do Sul entre o final da década de 1870 e a Guerra Sul-Africana de 1880-1881, Henty comprometia-se a apresentar aos leitores um relato literário das duas derrotas sofridas contra os bôeres, em *Lang's Nek* e em *Majuba Hill*, garantindo que, apesar da temática sensível, o “[...] conto será de grande interesse ao leitor por causa da característica coragem britânica e da ousadia de seu herói” (HENTY, 1885, p. iii, tradução nossa). Para Henty, a devolução do Transvaal havia sido um ato de fraqueza por parte do governo britânico, circunstância que apenas encorajou os bôeres e os africanos a intensificarem sua rebeldia e resistência. Além disso, a perda territorial publicamente humilhou os colonos britânicos que “[...] por meses haviam resistido nobremente em cada cidade no Transvaal” (HENTY, 1885, p. 301, tradução nossa).

Ao enfatizar a crença na superioridade britânica e nas hierarquias raciais, Henty descrevia os africanos negros como seres infantilizados e indolentes, de inteligência atrofiada e forte tendência ao barbarismo se apartados das forças civilizatórias representadas pela raça anglo-saxônica. Seus romances destacavam as sendas do Império como esferas de ação, capazes de proporcionar um ambiente adequado para que heróis britânicos, em geral homens jovens ou adolescentes, pudessem exercer atos de agressividade, disciplina, bravura ou eficiência, impossibilitados por convenções sociais ou pelas restrições morais na metrópole (CLARK, 1985, p. 43-51, tradução nossa), ao passo que, na metrópole, muitos dos apologistas da virilidade denunciavam certa sensação de “crise da masculinidade” pela proliferação de homens fracos e moralmente arrefecidos. Esses romances retratavam uma África do Sul onde o potencial viril poderia ser revitalizado e almejavam perpetuar a ideia de que “o imperialismo não era nada menos do que um dever sagrado imposto às raças superiores” (GAY, 1995, p. 92). Assim, evocavam o que Arendt afirmou ser “um mundo que oferecia possibilidades infinitas para crimes em nome da diversão, para uma mistura de horror e de riso” (ARENDDT, 1989, p. 220).

Muitos desses romances visavam difundir e inculcar entre seus leitores diversos valores fortemente associados às classes médias, a exemplo do empreendedorismo, autocontrole e patriotismo (em vez do jingoísmo), em defesa do avanço do Império Britânico e da cristandade. Assim, Henty descreve seu herói em *With Roberts to Pretoria* (1901) como um jovem de “quase dezesseis anos”, “um menino de escola pública

[...] que precisa aprender a pensar por si mesmo, e ser mais independente” (HENTY, 1901, p. 8, tradução nossa), com a aprovação paterna para “avançar em qualquer carreira que possa escolher” (HENTY, 1901, p. 9, tradução nossa). Esses romances continuavam uma tradição iniciada pelos relatos do início do século XIX, os quais colocaram em xeque as ideias setecentistas do “nobre selvagem” ao enfatizarem uma imagem da África como terra de superstição, crueldade, selvageria e canibalismo. A imaginação literária sobre a África e sobre os africanos formulada nesses romances desempenhava uma função política nada desprezível: Henty, como muitos de seus contemporâneos,

[...] endossava imagens que já estavam bem formadas. Assim, quando as gerações mais jovens partiam ao exterior, levavam consigo imagens preconcebidas sobre o mundo, constituídas majoritariamente pela literatura infantil, livros didáticos, textos das escolas dominicais e pela imprensa popular (ELDRIDGE, 1996, p. 57, tradução nossa).

Como se depreende, os romances de aventura produzidos nesse período eram pensados enquanto parte constitutiva das energias viris de meninos e homens engajados com o colonialismo. Contudo, é importante lembrar que, a despeito da ênfase masculina, algumas escritoras enveredaram pelo campo, a exemplo de Mary Ann Carey-Hobson, autora de romances ambientados sobretudo no Transvaal. Em 1883, Carey-Hobson publicou *The Farm in the Karoo*, cuja dedicatória deixa explícita as conexões coloniais: “dedicado aos meninos da Inglaterra e àqueles do ‘Cabo’ e especialmente àqueles que se reconhecerão enquanto parte ativa de muitas das aventuras e incidentes aqui descritos” (CAREY-HOBSON, 1883, s. p., tradução nossa). Publicado após a Guerra Sul-Africana de 1880-1881, Carey Hobson admitia, no prefácio, que tratava de um “momento em que a África do Sul atrai muita atenção” e que, portanto, seus relatos poderiam interessar aos que

[...] têm amigos e familiares entre os colonos do Cabo, ou que talvez esperam um dia encontrar uma vida de aventuras entre serpentes, elefantes, tigres e babuínos do grande continente, o qual atraiu tantos exploradores e se tornou o lar para tantos espíritos

jovens e ardentes (CAREY-HOBSON, 1883, p. i, tradução nossa).

A respeito dos resultados da guerra, seu *At Home in the Transvaal* (1882) anunciava considerar que “[...] a anexação [do Transvaal] foi ruim, pois foi prematura”, mas “o que foi pior foi o retrocesso, executado da forma como foi após duas desastrosas derrotas” (CAREY-HOBSON, 1884, p. v, tradução nossa).

Escritoras e viajantes britânicas que se estabeleceram na África do Sul, especialmente na Colônia do Cabo do final do século XIX, igualmente inseriram-se no campo da literatura aventuresca de forma semelhante a Mary Ann Carey-Hobson. A romancista Anna Howarth, por exemplo, tacitamente admitia que as fronteiras do Cabo Oriental de seu tempo careciam de oportunidades de vivências aventurescas e, portanto, ambientou seus romances no passado, em contextos nos quais as regiões fronteiriças eram territórios contestados e os colonos viviam em constante estado de alarme e incerteza. Seu romance *Katrina: A Tale of the Karoo*, publicado em 1898, era ambientado no final da década de 1850, poucos anos antes da descoberta das minas de ouro e de diamantes que promoveram a industrialização e a urbanização em várias regiões do interior sul-africano. Por sua vez, a trama de *Sword and Assegai* (1899) passava-se na metade dos anos de 1830, momento marcado pelos movimentos migratórios de bôeres e pela “sexta guerra de fronteiras” (1834-1835) decorrente dos conflitos entre as forças coloniais do Cabo e as chefaturas xhosa, estes causados pela perda de terras e roubo de gado, no processo de expansão colonial (FOURIE, 1995).

Bertram Mitford, autor de dezenas de romances ambientados nas regiões coloniais da África e da Ásia, era considerado como um dos principais nomes da literatura aventuresca ao *fin-de-siècle*. Entre 1882 e 1914, Mitford publicou diversos contos na imprensa periódica e aproximadamente 50 romances, muitos dos quais, a exemplo de *The Gun-Runner* (1882) e *The Sign of the Spider* (1896), se passam nos territórios sul-africanos. Assim como diversos historiadores coloniais de seu tempo, Mitford dedicou seus romances às sagas dos ndebele e dos zulus, às dinâmicas internas e aos conflitos pelo poder, bem como à derrota de Cetshwayo na década de 1870. A despeito das escassas informações biográficas a respeito de Mitford, sabe-se que esteve envolvido com a administração na Colônia do Cabo no final dos anos de 1870 e que,

em retorno a Londres, integrou o Anglo-African's Writers' Club, uma associação de cavalheiros engajados com a produção de literatura anglo-africana, reunidos mensalmente para jantares e discussões políticas (MONSMAN, 2006, p. 268-288). Um de seus principais romances, *The King's Assegai: a Matabili Story*, publicado em 1894, era ambientado no período da *mfecane* e relatava as aventuras de um guerreiro zulu, Untuswa, o qual escapa da tirania de Shaka para estabelecer uma nova chefatura assujeitada a Mzilikazi, *inkosi* dos ndebele.

Ao lado da historiografia colonial supramencionada, os romances contribuía para sedimentar na imaginação de seus leitores a imagem do *mfecane* como um fenômeno zulucêntrico, responsabilizando os zulus pelo esvaziamento e pelo genocídio étnico na região, caracterizando seu *inkosi*, Shaka, como uma figura tirânica e cruel. Seguindo os paradigmas estabelecidos por George McCall Theal e outros historiadores do final do século, tais romances contrastavam a idealização de uma “era dourada” de relações pacíficas na África sob dominação colonial com a imagem de barbarismo e sanguinolência associada ao expansionismo zulu. A ênfase na individualidade de personagens como Shaka ou seus sucessores, Dingane e Mpande, seguia uma tendência estabelecida pela historiografia contemporânea, a saber, de que as dinâmicas sociais e políticas da sociedade zulu poderiam ser analisadas e explicadas pelo estudo atencioso aos seus membros mais proeminentes. Ademais, publicados em um período no qual se ambicionava uma África do Sul unificada, os romances de aventura atuavam na construção de representações do passado a partir da ficção narrativa, ressignificando elementos da memória e da historiografia. A incorporação de episódios e personagens históricos nesses romances volta-se ao passado em um esforço de atribuir sentidos explicativos à contemporaneidade. Trata-se de “[...] procedimentos narrativos que contribuem para criar um efeito de verdade, tornando os fatos possíveis de se acreditar” (ABREU, 2001, p. 130) e, talvez até mais do que a historiografia colonial, informavam as imaginações de leitores e leitoras comuns a respeito das regiões coloniais.

Por isso, essas produções culturais, que se voltavam a personagens e episódios históricos associados ao passado recente e remoto dos territórios sul-africanos, evidenciam um esforço político e um conjunto de medidas voltados a fornecer leituras de um tempo pretérito que explicassem ou legitimassem determinadas ações políticas na contemporaneidade das décadas de 1880 e 1890. Assim, os romances aventu-

rescos, ao lado de outros gêneros literários ou historiográficos, visavam a “consolidação de um passado comum” (GOMES, 1998, p. 124) a partir do enquadramento de memórias ligadas à ocupação territorial e aos conflitos deslindados na África do Sul. Essas ficções literárias se aproximavam, de uma forma ou de outra, do romance histórico, gênero que se popularizou entre o público leitor na metrópole na primeira metade do século, apresentando o “[...] passado como algo reconhecível, mas simultânea e autenticamente pouco familiar” e mobilizando elementos como “realismo, desenvolvimento de personagem e autenticidade” (GROOT, 2010, p. 3-4, tradução nossa).

Ademais, os romances relacionam o passado ao campo das sensibilidades, na medida em que personagens e episódios históricos são delineados com sentimentos e emoções, processos afetivos que os aproximam de seus leitores e leitoras no processo de construção dos regimes de verossimilhança. Romances como *The King's Assegai*, entre outros, tornam “o passado reconhecível em termos emocionais” (PINTO, 2010, p. 193, tradução nossa): fictícios ou históricos, seus personagens experienciam amores ternos, explosões de ódios, paixões políticas, medo e terror, episódios de coragem e bravura. Tratava-se, também, de um projeto de classe, na medida em que tais romances contribuía para a modulação dos sentimentos de acordo com valores cultivados pelas classes médias e pelas elites: uma pedagogia dos afetos que não se distanciava de tensões sociais. Portanto, a “[...] interrogação histórica destes textos deve prestar atenção particular às emoções inscritas nela, como uma maneira de examinar a forma e as implicações dos seus projetos e práticas históricas” (PINTO, 2010, p. 200, tradução nossa).

Por esse motivo, as ficções de aventura, ao selecionarem episódios e personagens históricos considerados significativos para a compreensão do passado sul-africano, aproximavam-se dos romances históricos, que se popularizaram a partir da primeira metade do século XIX. Os romances históricos desse período eram marcados por uma “condição fundamental”, isto é, “a especificidade histórica do tempo da ação condicionando o modo de ser e de agir das personagens” (WEINHARDT, 1994, p. 51). Nessas ficções, não interessa tanto a repetição dos grandes acontecimentos, embora eles sirvam de plano de fundo, mas sim “ressuscitar poeticamente os seres humanos que viveram essa experiência”, as “[...] razões sociais e humanas que fizeram com que os homens daquele tempo e daquele espaço pensassem, sentissem e agissem da forma

como o fizeram” (WEINHARDT, 1994, p. 51). Entre a história e a ficção, romancistas como G. A. Henty, Bertram Mitford, H. Rider Haggard, entre tantos outros, contavam tramas que forneciam senso de historicidade aos contatos coloniais derivados do processo de ocupação do território sul-africano e almejavam contribuir com a legitimação das empreitadas colonialistas, localizando-as no tempo e no espaço geográfico.

CAPÍTULO 2

Dos baluartes do barbarismo: H. Rider Haggard, a política colonial e a fase sul-africana



Amargurado e ressentido com a devolução do Transvaal aos bôeres, após a malfadada guerra travada com os britânicos entre dezembro de 1880 e março de 1881, o jovem Henry Rider Haggard abandonou o subcontinente sul-africano e, ao lado da esposa, Marianna Louisa (grávida do primeiro filho, Jock), retornou à Inglaterra em agosto de 1881. Em sua autobiografia, na qual a força da reminiscência visa fornecer vivacidade ao que compreendia como uma verdadeira traição por parte da administração liberal do primeiro ministro William Gladstone, Haggard registrou as reações de homens e mulheres diante dos efeitos da concordata de paz assinada entre britânicos e bôeres:

[...] eu vi homens fortes chorando feito crianças, e ouvi ingleses de nascimento gritando que não eram mais ‘malditos ingleses’. Soldados estavam furiosos e blasfemavam, e ninguém tentava impedi-los; nativos permaneciam estupefatos, observando-os com os braços cruzados sobre o peito (HAGGARD, 1926, p. 194, tradução nossa).

Para o jovem letrado, que nos anos precedentes havia deixado o interior rural inglês rumo à África do Sul para ocupar um cargo no aparato administrativo da Colônia de Natal, ascendido à elite branca colonial e integrado fervorosamente à equipe de Theophilus Shepstone, oficial responsável pela anexação do Transvaal às posses britânicas, a decisão adotada pela administração metropolitana soava como um insulto pessoal, um ultraje aos seus esforços apaixonados pela expansão territorial do Império: “[...] o mais intenso tipo de vergonha, uma vergonha para meu país” (HAGGARD, 1926, p. 201, tradução nossa).

Os escritos autorreferenciais do romancista H. Rider Haggard, em especial suas narrativas autobiográficas, os textos ensaísticos ou narrativas de viagens, produzidos durante seu período de permanência na África do Sul, ou imediatamente posteriores, fornecem evidências a respeito da constituição histórica de suas sensibilidades e de sua trajetória intelectual. Humilhação, ressentimento e paixões políticas convivem nos registros escritos, fornecendo ao observador uma densa rede constitutiva de seus percursos biográficos e de sua formação enquanto letrado envolvido diretamente com o colonialismo na África. Trata-se, portanto, de documentos edulcorados por “práticas culturais do sensível” (PESAVENTO,

2007, p. 14), experiências históricas que possibilitam uma aproximação às “emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos” (PESAVENTO, 2007, p. 15) dos sujeitos históricos.

Dessa forma, o capítulo intenciona acompanhar a circulação de Rider Haggard a partir da complexidade de fatores constitutivos da política colonial sul-africana, mormente aquela adotada nos territórios de Natal e do Transvaal no final da década de 1870. A reconstituição de parte da trajetória intelectual de H. Rider Haggard em sua fase sul-africana decorre, portanto, de uma atenção às “linhas que convergem para o nome e que dela partem, compondo uma espécie de teia de malha fina” (GINZBURG, 1989, p. 175) e que fornecem “[...] a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175), mas que igualmente se atenta às guinadas estratégicas, às “[...] mudanças de rota, [a]os percalços, [a]os acasos, [a]os possíveis de cada existência” (SCHMIDT, 2004, p. 199).

A primeira parte do capítulo visa demonstrar que Haggard, oriundo de um mundo social demarcado pelo esfacelamento de relações paternalistas no universo rural da Inglaterra oitocentista, tentou reconstituir essas mesmas formas de vínculos político-sociais na África do Sul. Considerado como o membro mais incompetente e inapto de sua família, Haggard foi enviado para atuar na administração colonial em Natal, mudança de percurso que o catapultou para uma posição social de relativo destaque no âmbito colonial. Na África, o jovem almejou demarcar sua individualidade e, simultaneamente, ao descrever as relações entre europeus brancos e africanos negros, visou resgatar alguns princípios do paternalismo, até mesmo como uma forma de reforçar seu engajamento afetivo e protagonismo político com as sendas do colonialismo britânico. Os valores sociais associados ao paternalismo podem ser vistos como a “herança imaterial” de sua família, que Haggard talvez se visse impossibilitado de alcançar, embora os tenha interpretado ao seu próprio modo. Essa “herança”, que fazia parte do universo social de sua juventude, em um mundo ruralizado de paróquias e pequenos e grandes proprietários rurais, “[...] não é separável de uma prática social que lhe empresta corpo e eficácia” (LEVI, 2000, p. 7).

Os escritos haggardianos produzidos na fase sul-africana estavam marcados por ambiguidades fundamentais: por um lado, reconheciam a necessidade de amparo tutelar e proteção aos nativos e, por outro, a imperiosidade de controlar a terra e a mão de obra nativa; de um lado, os

aspectos vistos como benevolentes e justos do colonialismo e, de outro, a dimensão destrutiva das práticas políticas coloniais para as sociedades nativas.

Dois episódios tornam-se particularmente significativos na ótica de Haggard: a Guerra Anglo-Zulu de 1879, que resultou na conquista e fragmentação dos territórios zulus, e a Guerra Sul-Africana entre bôeres e britânicos de 1880-1881, a qual levou à “perda” da Colônia do Transvaal. Na segunda parte do capítulo, analisa-se como esses eventos, ligados diretamente às reverberações do colonialismo na África, foram ressignificados e revisitados pelo letrado ao demarcar seus posicionamentos e críticas políticas. Seus escritos ensaísticos em *Cetywayo and his White Neighbours*, publicado logo após seu retorno à metrópole, evidenciam as vias pelas quais o apologista ao imperialismo britânico coexiste com o colonialista ressentido e humilhado, sobretudo pela devolução territorial do Transvaal após a guerra nos debates político-partidários entre liberais e conservadores. As circunstâncias em questão evidenciam, enfim, as reverberações de processos macropolíticos na trajetória individual de Haggard, os modos como as práticas políticas coloniais estiveram associadas aos seus dispositivos de ação e interpretação do mundo social.

A “herança imaterial” de H. Rider Haggard: a força do paternalismo

Até meados da década de 1860, os territórios sul-africanos, em particular as Colônias de Natal e do Cabo, apresentavam-se como postos remotos de limitada atenção sob o ponto de vista das políticas imperiais em vigência. A situação alterou-se drasticamente quando diamantes foram descobertos por acidente na região de Kimberley, ao norte do Cabo, localidade que logo se tornou foco de disputas entre os representantes políticos do subcontinente. A descoberta de diamantes ocasionou um constante escoamento de trabalhadores e imigrantes ao sul da África, muitos dos quais acalentavam sonhos de rápido enriquecimento com a expansão da indústria mineradora e com a incorporação do território das minas, sob a designação de Griqualândia Ocidental, na primeira

metade dos anos de 1870. Entre esses aventureiros que chegaram ao litoral sul-africano, constava Henry Rider Haggard, então com 19 anos, enviado por sua família para atuar na administração de Natal, governada por Henry Bulwer, o qual, à época, já acumulara cargos diplomáticos e funções administrativas em outras colônias e protetorados do Império (COHEN, 1968).

Após permanecer um período na Cidade do Cabo, em 1875, Haggard, integrando a equipe de Bulwer, partiu para a costa de Durban e, então, para Pietermaritzburg, capital da Colônia de Natal, onde desempenhava funções que lidavam com o gerenciamento cotidiano da sede do governo e da residência oficial do governador. A inserção na estrutura burocrática colonial possibilitou sua integração à elite colonial da África do Sul e, a partir de maio de 1876, Haggard passou a acompanhar Henry Bulwer em missões diplomáticas com as lideranças nativas (COHEN, 1968).

Oitavo filho de uma prole de dez crianças, Haggard nasceu em Bradenham, no condado de Norfolk, Inglaterra, em junho de 1856, filho de Ella Doveton, poeta que passou a juventude na Índia colonial britânica, e de William Meybohm Rider Haggard, um proprietário de terras de perfil conservador e com laços na nobreza rural. Haggard nasceu no final de um período de relativa prosperidade econômica para as antigas famílias cujo prestígio social e estabilidade financeira dependiam diretamente das propriedades agrárias. Até então, os preços da produção agrícola interna tinham permanecido relativamente estáveis e o mercado de consumo agrário estava em franco crescimento. Famílias como a dos Haggards mantinham um lugar de destaque na sociedade rural de Norfolk, entre outros motivos, pelos valores altos associados aos contratos de arrendamento de terras e sua demanda constante. O próprio Haggard, em sua autobiografia, detalha o período de sua infância como parte de um “grupo jovial” (HAGGARD, 1926, p. 18, tradução nossa), embora descreva as ações de seu pai em um tom nitidamente tirânico, pois “reinava em Bradenham como um rei” (HAGGARD, 1926, p. 24, tradução nossa), vivendo de sua propriedade aos modos patriarcais e paternalistas das antigas hierarquias associadas à nobreza latifundiária.

No entanto, sua vida e obra tomam forma a partir das contradições que vivenciaria na juventude: o declínio das atividades agrícolas no final dos anos de 1860, que levou ao “[...] enfraquecimento da antiga hierar-

quia do campo com o deslocamento do poder nacional para o setor manufatureiro e a ascensão do novo imperialismo” (MCCLINTOCK, 2010, p. 344). Nesse sentido, Haggard pode ser pensado como representativo de determinado grupo social, em especial daqueles homens que, sem um lugar e uma função social bem definidos, deixam a metrópole para buscar o enriquecimento rápido e o sucesso profissional nas colônias. Contudo, a despeito da tendência à generalização, Haggard individualizou-se em múltiplos contextos de atuação social, pois “[...] somente através de um processo social de moldagem, no contexto de características sociais específicas, é que a pessoa desenvolve as características e estilos comportamentais que a distinguem de todos os demais membros de sua sociedade” (ELIAS, 1994, p. 55-56). O que se busca, portanto, é a compreensão do indivíduo a partir de seus contextos de formação e atuação, das suas ambiguidades e descontinuidades, em consideração aos conflitos e tensões que se escondem por trás das homogeneidades, a saber, as instituições, os grupos sociais, as linhas políticas e geracionais, entre outras (LORIGA, 1998).

Quanto ao mundo social de Rider Haggard, convém atenção redobrada à contextura social em que sua família estava inserida, pois eles integravam a elite rural (*landed gentry*) do interior britânico. A julgar pelas narrativas biográficas, há uma linha em comum que caracteriza seu pai, o *squire* William Meybohm, como um proprietário de perfil político conservador, que legou ao filho o seu próprio “senso dinástico [...], deixar um filho e terras para que ele herdasse”, pois “perpetuar seu nome eram suas fortes predisposições” (HAGGARD, 1951, p. 16, tradução nossa). Tudo parece indicar que, apesar da perpetuação do prestígio familiar por meio da posse de terras e da sucessão de herdeiros ter sido internalizada por Haggard, sua posição enquanto um dos filhos mais jovens o alocava em um lugar de desvantagem, já que estaria inevitavelmente deserdado da “[...] posição patriarcal pelas rígidas leis da primogenitura” (MCCLINTOCK, 2010, p. 344), práticas costumeiras vivenciadas sobretudo pelas famílias de elite do interior rural britânico.

Além disso, na juventude, a família de Haggard testemunhou um momento de acentuada depressão econômica na agricultura britânica ao longo das décadas de 1860 e 1870, caracterizada por colheitas insuficientes e pela crescente competição internacional, em especial com a produção agrícola norte-americana. E, de modo simultâneo, assistiu ao

esfacelamento das relações paternalistas entre a *gentry* britânica, questão que não pode ser ignorada em cotejo à produção letrada do jovem de Norfolk, pois torna-se amplamente sugestiva do modo como as relações sociais são traduzidas e retratadas em sua escrita (MCCLINTOCK, 2010, p. 344-345).

Ao se considerar a escrita autobiográfica de Haggard em *The Days of My Life*, um exercício de reminiscência profundamente sugestivo dos contextos de formação do personagem histórico em questão, sua infância e juventude em Norfolk foram marcadas por experiências de erosão das relações paternalistas, as quais, até mesmo pela configuração social de sua família, devem ser priorizadas ao se problematizar “[...] os elementos e as mudanças significativas de sua vida [...], o peso dos fatos históricos, das práticas sociais, das relações emocionais” (LORIGA; SCHMIDT, 2003, p. 17) nos percursos individuais. De início, as atenções de Haggard, ao narrar sua infância, convergem no esforço de conferir legitimidade à sua linhagem familiar, a partir de um léxico de tradição e respeitabilidade social em associação à posse de terras e a sua transmissão hereditária, elemento central no ideário paternalista da primeira metade do século XIX. Seus ancestrais mais imediatos são referenciados em associação a propriedades rurais em Herfordshire e Norwich, e a casamentos e a alianças matrimoniais com famílias de posse. A infância de Haggard possui como plano de fundo um mundo social ruralizado, de pequenos arrendatários de terras e párocos, de aventuras e rivalidades juvenis entre o literato e seus irmãos, de linhagens familiares e aspirações à nobreza, de relações verticalizadas e de dependência, de influências sociais e políticas por parte de seu pai, William Meybohm, figura autoritária “devotamente ligada” à propriedade da família (HAGGARD, 1926, p. 1-16, tradução nossa).

As impressões da autoridade paternal de William Meybohm convivem com um misto de respeito e benevolência, afinal, se ele reinava de forma tirânica em Bradenham, “gritando com todos e fazendo algazarras intermináveis” (HAGGARD, 1926, p. 17, tradução nossa), também estava certo de que “não havia homem mais popular no condado de Norfolk” (HAGGARD, 1926, p. 17-18, tradução nossa), mesmo entre os empregados, os quais, apesar da forte hierarquia reforçada cotidianamente pela vontade senhorial, “gostavam dele” (HAGGARD, 1926, p. 18, tradução nossa). Contudo, o tom laudatório adotado por Haggard

ao descrever o lugar social ocupado por seu pai não ocupa integralmente suas narrativas juvenis, pois mesmo que respeitado entre seus dependentes por sua “profundeza inata e dignidade” e dotado de forte potencial para a política,

[...] sua mente possuía certas características femininas que acredito terem sido transmitidas para ele por seu sangue russo. Assim, eu não acredito que ele raciocinasse muito. Ele lançava-se a conclusões como uma mulher faz e estas, embora exageradas, eram em essência muito equivocadas (HAGGARD, 1926, p. 17, tradução nossa).

Esse léxico gendrificado de racialidade, ao aludir às “características femininas” hereditariamente condicionadas, partia de um dos elementos estruturantes do paternalismo: a premissa de que os homens estariam naturalmente qualificados para exercer os predicados relacionados à tutela protetora, um discurso de gênero que estabelece a “[...] dicotomia entre os potentes e os impotentes” (MARTINS, 2010, p. 180). Além do mais, cinge certo ressentimento com relação à figura paternal, derivado da condição de Haggard enquanto filho mais jovem de uma vasta prole, portanto impossibilitado de contrair a “herança imaterial” de William Meybohm, e aponta para uma percepção das próprias fraturas no paternalismo britânico na metade do século XIX. Com efeito, se uma das características das relações paternalistas reside na metaforização dos vínculos entre senhores e dependentes enquanto pais protetores e filhos inaptos, uma das causas para as explosões de violência de William Meybohm recai naquilo que Haggard entendia como sua incapacidade de “[...] perceber que as crianças nem sempre permanecem crianças” (HAGGARD, 1926, p. 21, tradução nossa). Em outras palavras, o letrado nasceu em um universo de relações sociais que estavam gradativamente em transformação, questão com a qual muitos detentores de terras oriundos da *gentry* precisavam lidar naquele momento de crise do paternalismo. Foi nesse período que muitos membros das elites agrárias redescobriram a “[...] importância fundamental da política” (MAYER, 1987, p. 42), aproximando-se de cargos estatais ou militares.

A historiografia recente tem se atentado às características de certa visão de mundo paternalista, de seus impactos no cotidiano das comu-

nidades rurais no interior da Inglaterra ao longo do século XIX, bem como de seus elementos de desestabilização a partir das décadas de 1850 e 1860. No cerne dessa chave de leitura, o paternalismo é compreendido como uma crença na ideia de que a sociedade deve ser “autoritária, hierárquica, orgânica e plural” (ROBERTS, 1979, p. 1, tradução nossa). Dentro dessa lógica social, os proprietários de terras pertencentes à nobreza rural deveriam envolver-se, por meio de práticas cotidianas e rituais simbólicos, em um manto de notabilidade e respeitabilidade, pois compreendiam que “a propriedade possui deveres além de direitos”, e que suas principais prerrogativas envolviam “governar, guiar e ajudar” (ROBERTS, 1979, p. 1-5, tradução nossa). Se aceitarmos essa conceitualização do paternalismo enquanto uma forma de organização social que requer a demonstração pública do prestígio senhorial, tornam-se mais claras as menções de Haggard às aparições constantes de seu pai nas missas na paróquia de Norfolk, momentos em que, ao término das cerimônias, “[...] ninguém se aventurava a sair até que ele caminhasse lentamente e assumisse sua posição em um lugar específico no átrio” (HAGGARD, 1926, p. 19, tradução nossa).

O paternalismo, ou a crença no senso inato de dever e benevolência da parte dos proprietários de terras, garantia e reforçava sua autoridade local. Contudo, os desafios apresentados pela crise na economia agrícola a partir do final da década de 1860 provocaram efeitos significativos nas relações sociais entretecidas no meio rural, o que levou, como demonstrou Alexander Guy Dale (2012), a estratégias de adaptação por parte dos representantes da *gentry*. O colapso dos preços na produção agrícola

[...] significava que a renda oriunda das propriedades caiu dramaticamente, e os valores de terra despencaram de modo correspondente. Como resultado, a base territorial da existência patriciana foi desestabilizada, e a posse das terras não era mais a forma segura para preservar a riqueza (CANNADINE, 1992, p. 26-27, tradução nossa).

A deterioração das relações paternalistas entre *landlords* e *tenants* derivava de uma complexidade de fatores, que incluíam a expansão das indústrias ao longo do século XIX, a emergência de movimentos sociais

e a relativa democratização da política britânica por meio da Second Reform Act (1867), que expandiu o direito ao voto para os homens nas províncias com posse de terras e renda anual mínima no valor de £10, fortalecendo, assim, a representatividade política de profissionais liberais e de pequenos arrendatários. Além disso, as medidas intervencionistas adotadas pelo governo britânico contribuíram para desestabilizar a autoridade local da *gentry*.

Entre as alternativas mobilizadas pelos representantes da pequena aristocracia rural para amenizar as consequências da crise, constavam a diversificação de suas fontes de renda e o investimento em atividades fora da agricultura, como na construção de ferrovias em territórios ultramarinos, na mineração ou em companhias bancárias. Essas estratégias talvez auxiliem a entender por que Haggard foi enviado por seu pai para atuar junto à administração colonial na África do Sul em um cargo comissionado e não remunerado. Afinal de contas, além de ser considerado, se acreditarmos em suas palavras, a criança estúpida da família, apto apenas a se tornar um “verdureiro” (HAGGARD, 1926, p. 6, tradução nossa) por sua “reputação à estupidez” (HAGGARD, 1926, p. 28, tradução nossa), de escolaridade limitada, Haggard também reprovou nos exames de admissão ao serviço militar estrangeiro em meados de 1872.

É claro, há algo de intencionalmente jocosos na interpretação da infância, pois enfatiza o inesperado sucesso profissional, a capacidade de prosperar em condições adversas e evoca a imagem de um *self-made man*, figura emblemática nas fantasias de virilidade e de enriquecimento entre muitos homens das classes médias vitorianas. Integra uma das características mais marcantes da escrita autobiográfica, a saber, um esforço de linearidade e de coerência, “[...] a preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final” (BOURDIEU, 1998, p. 184). Todavia, a opção por enviar o filho à África para atuar na burocracia colonial evidencia as marcas das estratégias familiares em tempos de crise, além de exemplificar o aspecto autoritário da vontade senhorial, para o qual Haggard, como se vê, nutria aceitação e ressentimento de modo simultâneo.

Criança “estúpida” e “lunática”; educada com preceptores particulares e sem acesso ao ensino universitário, de modo distinto a todos os seus irmãos, escolarizados em Oxford e em Cambridge; reprovado no serviço militar e sem perspectivas de atuação profissional: após passar uma temporada em Londres, longe da família, foi enviado para integrar a administração de Henry Bulwer, amigo de seu pai e recém-designado tenente-governador da Colônia de Natal, na África do Sul, em 1875. Aqui, convém destaque à expressão de Hannah Arendt (1989) – “homens supérfluos” –, ao referenciar essa estirpe de arrivistas sociais que, tal qual Haggard em sua juventude, criaram para si certa compensação emocional, uma autoimagem de descobridores, aventureiros, conquistadores em terras estranhas, e não do que são: homens supérfluos, sem valor social ou possibilidades de atuação profissional, expulsos de suas pátrias como mão de obra excedente. Eram esses jovens que, tal qual Rider Haggard, alimentavam suas imaginações com leituras de romances aventurecos e quixotescos, constituindo para si a ânsia pela aventura, pelo risco mortal em busca de rápido enriquecimento e estabilidade social.

Se Haggard experienciava a perspectiva imediata de emigrar para as colônias com temor ou ansiedade, com euforia ou antecipação, não é possível discernir. Sua narrativa autobiográfica, redigida já na velhice, descreve a guinada ao subcontinente sul-africano como um momento de passagem da juventude para a vida adulta, de reconhecimento de seu prestígio profissional e aprimoramento do intelecto. Em outras palavras, na imaginação de Haggard e de muitos dos seus contemporâneos, meninos se tornavam homens na África. Aos 19 anos, Haggard descrevia-se como “[...] um rapaz alto, de seis pés de altura [1,82 m] e magro; com olhos azuis, cabelos castanhos, de feições joviais e até bonito. Os zulus me deram o nome de *‘Indanda’*, que significa, creio, aquele que é alto e de natureza agradável” (HAGGARD, 1926, p. 49, tradução nossa). Ambicioso, indolente, sujeito a instâncias de melancolia e com a capacidade de “[...] observar para além da superfície do caráter e dos eventos” (HAGGARD, 1926, p. 49, tradução nossa)”, em sua narrativa da partida à África Haggard teve a possibilidade de demarcar sua individualidade de modo mais refinado, ao coligar razões e sentimentos.

Ademais, o momento em que deixa a metrópole integrava um contexto de intensificação das levas migratórias rumo às colônias, sobretudo de homens jovens com poucos recursos, que observavam as

oportunidades abertas pela mineração de diamantes ou pela atuação no serviço colonial como possibilidades de enriquecimento fácil. A se julgar por esses registros, na Colônia de Natal, Haggard responsabilizava-se por tarefas cotidianas na residência oficial do governador, a exemplo da organização de eventos sociais, contratação de empregados e aquisição de mantimentos. Por seus itinerários, circulava entre centros concêntricos da sociabilidade local, confabulando com funcionários coloniais, juristas e oficiais do exército.

Suas funções profissionais lidavam diretamente com a política de “champanhe e xerez” que a administração britânica tentava manter, em especial com os bôeres. Seu superior imediato, o governador Henry Bulwer, havia sido designado para substituir Garnet Wolseley, apontado pelo secretário de Colônias, Lord Carnarvon, para ocupar o cargo em caráter temporário. Wolseley, por sua vez, detinha suas funções dirigentes em substituição a Benjamin Pine, governador demitido do cargo após uma série de conflitos contra os hlubi, liderados pelo *inkosi* Langalibalele. Os hlubi, ou amahlubi, viviam, pelo menos desde meados do século XVIII, na região do rio Thukela, onde formavam uma das maiores e mais poderosas chefaturas; no início do século XIX, alguns chefes hlubi migraram rumo ao vale do rio Caledon, enquanto outros foram incorporados pela chefatura ngwane ou vincularam-se à chefatura zulu (ELDREDGE, 2014). Desde o final da década de 1840, uma parte das comunidades hlubi, chefiada por Langalibalele, habitava um vasto território na Colônia de Natal, entre Estocourt e a cordilheira Drakensberg, cuja ocupação territorial ocorrera após negociações com o secretário de Assuntos Nativos, Theophilus Shepstone, figura que, como veremos, possui um papel importante na trajetória de Haggard na África do Sul.

A descoberta dos diamantes atraiu milhares de trabalhadores negros para a região de Natal, muitos dos quais jovens hlubi remunerados com armas e munição pelo seu trabalho, prática considerada legal na Griqualândia Ocidental. Em 1873, o governador Pine ordenara a prisão de Langalibalele após resistência e recusa de sua comunidade em registrar a posse das armas e as tratativas de paz entre as partes envolvidas foram entrecortadas por conflitos armados entre as forças hlubi e a guarda colonial. A prisão e o julgamento de Langalibalele em 1874, presidido por Benjamin Pine e Theophilus Shepstone, dividiu opiniões a respeito da legitimidade da jurisprudência adotada e da inconstância das políticas de tratamento dos nativos empregadas nas diferentes

colônias britânicas. A questão tornara-se ainda mais acirrada com a intervenção do bispo de Natal, John Colenso, que acusava a administração colonial de promover grave injustiça e falsas acusações contra Langalibalele. Logo após chegar a Natal, Haggard confidenciou ao pai, em missiva redigida em 18 de agosto de 1875, que se encontrava “[...] atualizando-se no caso Langalibalele e extraíndo a parte essencial de um monte de *blue-books*. Não é fácil alcançar a verdade quando se encontra cercada por uma massa de evidência contraditória” (HAGGARD, 1926, p. 47, tradução nossa).

De acordo com Norman Etherington, a Colônia de Natal distinguia-se pela existência de partidários do “expansionismo imperial”, isto é, um esforço conjunto da elite político-econômica local em expandir suas áreas de influência, sobretudo para territórios ocupados por comunidades linhageiras e chefias africanas, com o afã de controlar a mão de obra e o acesso às terras (ETHERINGTON, 1979, tradução nossa). Em Natal, “[...] os esforços empregados para obrigar os africanos a fornecerem essa força de trabalho foram em vão, devido às condições de trabalho medíocre e aos baixos salários oferecidos pelos plantadores” (BHEBHE, 2010, p. 183). Por isso, o crescimento da lavoura açucareira na região dependia fortemente das migrações de africanos vindos do norte, da África Central e da África Oriental e muitos proprietários de terras envolveram-se com o comércio interno. Quaisquer ameaças às levadas migratórias e às fontes de mão de obra produziam demandas pela intervenção britânica na região.

Na primeira metade da década de 1870, Theophilus Shepstone representava uma das principais forças favoráveis ao expansionismo na região e, por sua experiência prévia enquanto secretário de Assuntos Nativos, defendia que a manutenção do “sistema tribal” e da “lei nativa” era necessária enquanto método de controle capaz de proletarianizar os africanos negros. Apesar de suas diferenças políticas, especialmente no que concerne à questão nativa, a perspectiva de Theophilus Shepstone reverberou no projeto confederacionista de Carnarvon e, em partes, refletia um anseio por controle do território ao norte, pelos dirigentes na Colônia de Natal. Uma confederação dos corpos geopolíticos da África do Sul, governada por brancos e executando uma política africana padronizada, passou a ser vista naquele momento como a solução para os problemas concernentes à mão de obra nativa (ETHERINGTON, 1979).

Do lugar que ocupava na elite branca em Natal e observando os fatos a partir do cerne da administração colonial, mesmo que em um cargo minoritário, Haggard gradativamente passou a entender que aquele era um momento decisivo na história sul-africana e nas relações com a metrópole. Lord Carnarvon promoveu uma campanha expansionista para a África do Sul: baseando-se no modelo confederacionista implementado no Canadá em 1867, Carnarvon pretendia manter a autoridade britânica na África do Sul, considerada a partir daquele momento – até mesmo pela expansão da mineração diamantífera e pela ampliação das atividades portuárias – como uma área estratégica e de vital importância. A estrutura política pretendida visava unir as colônias e os territórios britânicos e bôeres, de modo a criar uma confederação sul-africana. A proposta foi recebida com resistência, em especial pelas elites locais na Colônia do Cabo, as quais, acreditavam, arcaariam com os custos do projeto. Os dirigentes locais haviam acabado de conseguir a garantia de autogoverno e consideravam tais iniciativas da metrópole como uma revogação de seus direitos. Além disso, viam o liberalismo do Cabo como incompatível com o conservadorismo político e econômico das repúblicas bôeres (WESSELING, 2008, p. 298).

Haggard rapidamente tornara-se consciente da precariedade em torno da situação política na África do Sul. Os conflitos entre chefaturas africanas e bôeres eram constantes, principalmente nos territórios de fronteira, e as tensões entre bôeres e britânicos tornavam-se acirradas com a proposta de confederação. Pouco tempo após sua chegada no território sul-africano, Haggard tomou notícia dos conflitos entre o chefe dos bapedi, Sekhukhune, e os bôeres nas fronteiras do Transvaal, os quais resultaram na derrota dos bôeres e na acumulação de pesadas dívidas financeiras e perdas militares. Na condição informal de secretário pessoal de Henry Bulwer, Haggard o acompanhou em viagens rumo ao interior de Natal e às regiões fronteiriças, em especial nas missões diplomáticas com reinos africanos (HAGGARD, 1926). Essas viagens oficiais possibilitaram a Haggard tomar conhecimento das áreas mais afastadas dos centros urbanos da colônia, incrementando seu arcabouço imaginativo com impressões da natureza local e da diversidade étnica; por extensão, essas missões encontravam-se alinhavadas aos desdobramentos dos planos de confederação, na medida em que garantiam aos seus articulistas conhecimento sobre o interior do território sul-africano e sobre as suas fronteiras.

As viagens ao interior da África e a subsequente elaboração de relatos contribuíam para a formação de imaginários dos encontros interétnicos e interculturais ocasionados nas sendas do Império. A chamada literatura de viagem possibilita problematizar “as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais” (MACHADO, 2000, p. 283) e questionar como os sujeitos “[...] são constituídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, em termos de interação e trocas no interior de relações assimétricas de poder” (MACHADO, 2000, p. 283).

Acompanhado de Theophilus Shepstone, Haggard visitou o assentamento (*kraal*) do *inkosi* (chefe) zulu Phakade em 1876, evento que resultou na escrita do artigo intitulado “A zulu War-Dance”, que remeteu à revista londrina *The Gentleman’s Magazine* no ano seguinte. No artigo, observa a presença britânica na África do Sul como parte do “espírito de justiça” (HAGGARD, 1877a, p. 94, tradução nossa) que sempre prevalece quando “[...] a mão forte e agressiva da Inglaterra agarra alguma parte fresca da superfície terrestre” (HAGGARD, 1877a, p. 94, tradução nossa). Em sua primeira incursão ao mundo das letras, autoridade e responsabilidade paternalistas entrelaçam-se na retórica de Haggard, cingidas por uma crença no papel ativo da missão colonial britânica em promover o desenvolvimento das áreas mais distantes dos territórios coloniais. O conhecimento das instituições socioculturais dos zulus, descritas nos ensaios e artigos de Haggard, era visto como essencial na formulação de políticas de controle sobre as populações africanas mais eficazes.

A questão com a qual Haggard depara-se ao descrever as cerimônias religiosas testemunhadas no *kraal* de Phakade reside precisamente naquilo que atordoava a elite branca nas colônias: o tratamento delegado às comunidades africanas, em especial aquelas que, oficialmente alocadas na Colônia de Natal, cresceram quantitativamente nas décadas precedentes. No entanto, subjacente à fervorosa crença no papel benevolente do colonialismo britânico e sua responsabilidade paternal com as chamadas “raças selvagens”, reside um forte senso de que o processo civilizacional pode ser igualmente um processo destrutivo, pois as “várias influências do homem branco tem devorado o sistema nativo feito a ferrugem ao ferro, [...] mesmo o mais descompromissado daqueles que marcham sob a bandeira da civilização” (HAGGARD, 1877a, p. 97,

tradução nossa) precisa hesitar diante dos sistemas de organização política e social das populações nativas. Afinal, Haggard estava certo de que a cerimônia, outrora um símbolo de guerra e coragem, transformara-se em mero divertimento para seus convidados brancos, uma “[...] cerimônia selvagem, metade cômica, metade em ameaçadora diligência” (HAGGARD, 1877a, p. 107, tradução nossa).

O contato com os zulus deixou marcas inegáveis tanto nas missivas trocadas entre Haggard e seus familiares quanto em sua autobiografia redigida na velhice. A se julgar pelo *corpus* documental, o letrado nutria simultaneamente admiração e temor pela organização social, política e militar do centro de poder zulu, naquele período sob a chefatura do *inkosi* Cetshwayo kaMpande, o qual estabeleceu seu assentamento principal em uluNdi (atualmente na província de Kwazulu-Natal). A relação entre as forças britânicas e os zulus tornaram-se tensas por volta daquele período, já que a autonomia destes era interpretada como um obstáculo para os projetos confederacionistas. Em consequência, Haggard escreveu aos familiares em dezembro de 1877, informando-lhes que “os zulus estão ansiando por guerra” (COHEN, 1968, p. 44, tradução nossa), que estavam “[...] nas vésperas de uma vasta guerra nativa”, a qual, “se ocorrer, os resultados serão terrivelmente indescritíveis” (COHEN, 1968, p. 44, tradução nossa).

Entre os zulus, Haggard sentia ter encontrado um senso congênito à obediência e um respeito à autoridade paternal, uma espécie de “instinto” com o qual “eles conhecem o verdadeiro artigo quando o veem, seja qual for a posição em vida ocupada pelo indivíduo em questão” (HAGGARD, 1926, p. 66, tradução nossa). Observando retrospectivamente sua vivência com os africanos, o letrado localizava na visão de mundo deles uma solução para seus dilemas pessoais: se, na metrópole, seria considerado um homem supérfluo, inapto a ocupar uma posição de poder por não se enquadrar na primogenitura e por ser oriundo de um mundo social em crise, aqui, entre os zulus, o jovem teria encontrado uma possibilidade de prestígio e respeitabilidade, já que “[...] muitos daqueles que seriam considerados ‘cavalheiros’ [entre os britânicos], devido à sua riqueza ou posição, não seriam considerados como tais por eles” (HAGGARD, 1926, p. 66, tradução nossa). Haggard deparava-se, portanto, com um lugar que, na sua imaginação, possibilitaria certo senso de ascensão social com base em valores outros: bravura, coragem, obediência.

Em seus relatos, Haggard possivelmente aludia ao sistema *amabutho*: a forma de organização de regimentos de guerreiros que constituía uma das principais instituições entre os zulus. Embora os testemunhos coloniais regularmente caracterizassem o Reino Zulu como despótico ou mesmo arbitrário, a autoridade do *inkosi* era restringida por leis e costumes tradicionais, bem como por uma rede de poder e influências entre o chefe da linhagem dominante e os chefes das outras linhagens, a exemplo de Phakade. A autoridade do *inkosi* era sustentada por uma rede de indivíduos que mantinham funções administrativas, como os *izinduna*, lideranças designadas pelo chefe para comandar os *amabutho* ou mesmo para administrar distritos territoriais onde não houvesse a presença de autoridades indicadas por critério de hereditariedade. Tal qual mencionado, o sistema *amabutho* foi aprimorado por Shaka entre as décadas de 1810 e 1820, sobretudo por meio de regimentos formados por homens da mesma idade e de uma mesma região, treinados em assentamentos designados *amakhanda* (LABAND, 2009, p. 26). O que Haggard categorizava como um senso inato de obediência constituía, com efeito, uma das bases da organização social, política e militar do Reino Zulu.

Em “A Zulu War-Dance”, Haggard igualmente mobiliza traços de sensibilidade romântica ao descrever as paisagens naturais do interior da colônia, movendo-se entre a estetização da paisagem e o relato de seus sentimentos em contato com a flora local: “era como ficar face a face com a grande Natureza primeva, não a Natureza como nós pessoas civilizadas a conhecemos, sorrindo nos milharais, acenando em florestas bem planejadas, mas a Natureza como ela era no dia da Criação” (HAGGARD, 1877a, p. 99, tradução nossa). O cenário que emoldura o vale do rio Mooi é descrito pelo letrado como “tão verde, tão brilhante em raios gloriosos de sol, e ainda tão terrivelmente ausente de vida, tão solenemente silencioso” (HAGGARD, 1877a, p. 99, tradução nossa). Aqui, o jovem parece remeter seus leitores aos efeitos mais devastadores da presença do homem branco no interior sul-africano e do processo civilizador, já que reconhece que as atividades de caça predatória contribuíram para a extinção da vida animal, pois “[...] toda a vida estrangeira deve cessar perante o homem branco, e assim estes moradores selvagens da floresta, dos rios e das planícies, desapareceram para não mais retornar” (HAGGARD, 1877a, p. 99, tradução nossa). A impressão fatalista da civilização convive com a exuberância e a admiração pelo espaço

selvagem, lugar de liberdades irrestritas, capaz de aproximar o homem branco de seus congêneres mais primitivos e, nesse mesmo movimento, evocar aquilo que haveria de mais atávico no coração dos homens. Mas apesar de reconhecer os aspectos mais destrutivos do avanço civilizatório, não restavam dúvidas ao jovem Haggard, pois, em suas palavras, “[...] o caminho do progresso precisa, por necessidade, ser seguido, e os resultados desta direção deixados nas mãos do Destino e do futuro” (HAGGARD, 1877a, p. 107, tradução nossa).

Naquele momento, Haggard interpretava o colonialismo britânico e sua “missão civilizadora” na África do Sul como uma forma de tutela paternal, traduzida em termos de respeito e de autoritarismo, de reconhecimento das leis e dos costumes nativos, mas também de necessidade de expurgar seus aspectos mais perniciosos, nominalmente a prática da poligamia e o sistema de organização político em chefias locais (HAGGARD, 1877a). Ademais, o jovem não estava sozinho em sua crença fervorosa na ideia imperial. No início da década de 1870, certa visão separatista a respeito da dissolução do Império Britânico cedeu lugar a perspectivas que visavam promover políticas eficazes na consolidação dos domínios coloniais e as propostas da constituição de uma Confederação Imperial ganharam fôlego nos debates políticos e na imprensa periódica (ELRIDGE, 1996). Nos anos seguintes, o interesse pela continuidade do projeto colonial desencadeou alterações significativas nas discussões parlamentares, bem como a criação de instituições dedicadas à promoção do imperialismo britânico, a exemplo da Colonial Society, fundada em 1868, e que institucionalizou o debate a respeito da consolidação do Império. Durante a administração de Disraeli, o secretariado de colônias adotou o modelo de confederação como uma estratégia para garantir a preservação das colônias e a estabilidade financeira; contudo, a despeito dos inúmeros obstáculos à implantação desse modelo político no território sul-africano, Carnarvon optou pelo uso da força e da anexação militar, situação que culminou na crise do Transvaal no final da década de 1870.

A política colonial e a “nuvem sombria da questão nativa”

O caso de Theophilus Shepstone fornece indícios importantes a respeito do lugar da “questão nativa” na produção escrita de Haggard, particularmente em dois artigos que o letrado remeteu à imprensa britânica entre julho e setembro de 1877: “A Zulu War-Dance” e “A Visit to the Chief Secocœni”. Shepstone, que era filho de um missionário britânico do Transkei, ocupava o cargo de encarregado especial das relações com os zulus em Natal, o que, em termos práticos, tornava-o uma espécie de diplomata e, por seu conhecimento dos costumes e da linguagem zulu, uma referência na elaboração de políticas de tratamento dos nativos. Desde a década de 1840, havia sido um dos articulistas da criação de reservas para as populações nativas e, entre 1876 e 1877, um dos responsáveis pela malfadada anexação do Transvaal às posses britânicas, questões que se sobrepõem à trajetória de Haggard na África do Sul. A se julgar pelas narrativas autobiográficas, Shepstone incluía Haggard em sua comissão para o Transvaal devido à experiência do jovem em Natal, afinal, a organização de jantares e de eventos sociais desempenhava um papel importante na manutenção das relações cordiais entre políticos britânicos e bôeres e “[...] haverá boa dose do que é denominado de política do champanhe e xerez em Pretória, e ele quer que alguém cuide do entretenimento” (HAGGARD, 1926, p. 62, tradução nossa).

Em 1876, aos 20 anos, Haggard partiu para o Transvaal acompanhando Shepstone, em uma jornada ladeada pela paisagem do interior sul-africano, tecida por laços de homossociabilidade e um senso de dever com a manutenção dos domínios coloniais. No caso da anexação do Transvaal, a questão estava, para Haggard, diretamente ligada com os assuntos nativos, já que “[...] a única coisa que poderia permitir a anexação de terras, pertencentes por natureza e direito às raças selvagens, é a introdução de uma política justa e piedosa com relação aos seus proprietários originais” (HAGGARD, 1877b, p. 84, tradução nossa). Coexiste, na ideia colonial de Rider Haggard, um reconhecimento da legitimidade das leis e dos costumes africanos, mas, ao mesmo tempo, a demanda pela tutela paternal do Império Britânico para protegê-los e coagi-los, sobretudo se necessário para o fornecimento de mão de obra

nativa. Com efeito, o controle do Transvaal era visto, da perspectiva de Shepstone e de outros dirigentes na Colônia de Natal, como uma das vias necessárias para a manutenção do fluxo de migrantes africanos do norte a serem empregados nas plantações de cana-de-açúcar e no trabalho com a mineração.

Em *The Days of My Life*, Shepstone era descrito por Haggard em um tom paternal e respeitoso, com destaque ao seu conhecimento dos idiomas nativos e à sua gradual escalada profissional até ocupar o cargo de secretário de Assuntos Nativos, fundamentado em uma “[...] política que visava manter o sistema tribal dos nativos sobre a supremacia da Coroa Britânica, e civilizá-los gradativamente” (HAGGARD, 1926, p. 69, tradução nossa). Haggard remetia seus leitores ao que alguns historiadores definiram como “sistema Shepstone” (ETHERINGTON, 1989), um esquema de distribuição de terras que, na metade do século XIX, visava organizar e controlar a população nativa na Colônia de Natal, a qual ultrapassava a marca dos 100 mil africanos. O sistema, criado pela Comissão de Localização dos Nativos em 1847, marcaria a carreira política de Shepstone em Natal, mas seria profundamente questionado e desmantelado pelo governador Benjamin Pine na década seguinte. O esquema estava embasado na ideia de que as reservas de nativos manteriam o sistema tradicional de chefias locais, embora submetidas à autoridade da Coroa Britânica com a intenção de “civilizar” gradualmente as populações africanas (IVEY, 2008): na prática, a formação de reservas visava garantir um reservatório constante e um controle da mão de obra africana a serviço do colonato branco.

O sistema implementado por Shepstone resultava da crença de que a população nativa de Natal, e os africanos em um modo geral, estariam incapacitados para integrarem a sociedade colonial e, portanto, necessitavam ser devidamente civilizados. A questão nativa, referente à elaboração de políticas de tratamento da população negra nos territórios sul-africanos, tornara-se particularmente complexa para os administradores coloniais, que reverberavam as ansiedades de muitos colonos brancos com o crescimento quantitativo da população nativa em Natal nas décadas de 1840 e 1850. O fato era associado, na época, ao movimento expansionista zulu que, na perspectiva dos administradores coloniais, teria resultado na dispersão étnica e na migração forçada de milhares de nativos que cruzaram as fronteiras rumo a Natal. Além

disso, alianças políticas realizadas entre bôeres e zulus naquele mesmo período resultaram no deslocamento de aproximadamente 17 mil zulus para a região de Natal após o exílio do *inkosi* Mpande, em 1838. Antes de Natal ser incorporada às posses britânicas, o *volksraad* bôer já havia proposto um sistema segregacionista para as populações nativas, com a intenção de criar uma vasta reserva nativa entre os rios Umtamfuna e Umzimvubu. Com a anexação, a administração colonial optou pela descentralização, por intermédio da criação de múltiplas reservas, pelo envolvimento de missionários e pela indicação de oficiais do governo para supervisionar o desenvolvimento e a segurança dos nativos em cada território. Shepstone foi designado agente diplomático para os nativos e assumiu as rédeas da organização das reservas, possíveis graças às suas relações interpessoais de negociação com os chefes locais (IVEY, 2008, p. 18-38).

Shepstone considerava que a política de reservas nativas, desenvolvida e implementada entre 1846 e 1852, resolveria os choques advindos dos conflitos em torno da posse de terras, especialmente entre os bôeres e os zulus. Nas reservas, a população africana estaria submetida à vigilância de magistrados brancos, conservando as autoridades locais das chefias africanas e “[...] tornando a *lei nativa* um princípio orientador das sentenças e deliberações” (SANTOS, 2017, p. 188, grifo da autora). A política nativa idealizada por Shepstone sustentava-se na premissa de que as sociedades africanas estavam constituídas de modo estático, “[...] em linhagens identificáveis que ocupavam áreas circunscritas” (ETHERINGTON, 1989, p. 181, tradução nossa). Contudo, ao mesmo tempo, elementos de origem europeia seriam aos poucos incorporados na sociedade nativa, a exemplo de escolas e missionários que atuariam como agentes de cristianização e de aculturação.

Embora a determinação pessoal de Shepstone tenha levado parte da historiografia colonial a retratá-lo como um defensor das culturas africanas e um ávido opositor aos esquemas de exploração de africanos pelos colonos brancos, essa imagem tem sido recentemente problematizada. Isso porque as evidências demonstram que, nos momentos precedentes ao estabelecimento das reservas, Shepstone manifestou apoio aos interesses de exploração dos recursos humanos e minerais do continente e que a própria política de distribuição de terras nativas facilitaria o cerceamento da mão de obra africana. Não obstante, após o desmantelamento do seu sistema de reservas, em 1852, Shepstone apoiou a Lei

de Refugiados de 1854, a qual obrigava todos os imigrantes africanos recém-chegados a Natal a cumprirem três anos de serviço em obras públicas ou nas fazendas a um salário fixo. Finalmente, os interesses de Shepstone por territórios mais afastados do litoral entrecruzavam ambições pessoais e políticas oficiais, já que sua família e alguns de seus associados estavam envolvidos em projetos de exploração da mão de obra nativa e de recursos africanos (ETHERINGTON, 1979, p. 237-238; SANTOS, 2017, p. 187-190).

Por extensão, há que se atentar à marca do segregacionismo étnico-racial que revestia os projetos de administração dos assuntos nativos enredados por Shepstone naquele período. Afinal, com a abolição do Locations System por Benjamin Pine, governador de Natal no início da década de 1850, Shepstone propôs o estabelecimento de um vasto território ao sul do rio Umkomanzi, com o objetivo de abrigar permanentemente as populações nativas que ocupavam as reservas instituídas pelo esquema. Na sua perspectiva, a abolição do esquema de reservas daria início a um processo de reintegração étnica forçada entre brancos e africanos negros, os quais, julgava, estariam ainda despreparados. Dessa forma, Shepstone idealizou propostas daquilo que Jacob Mckinnon Ivey denomina de Grand Removal Scheme, mediante o qual a população nativa de Natal seria forçadamente realocada a um novo território fora das fronteiras ao sul da colônia. No mesmo período, iniciou uma série de negociações com Faku, chefe dos Mpondo, no afã de garantir acesso às terras necessárias ao esquema e assegurar a autoridade do administrador sobre as populações nativas a serem realocadas. Os esquemas de Shepstone assumiram feições segregacionistas, ancoradas no que observava como uma desigualdade natural entre as diferentes raças e que justificaria a criação de territórios apartados para brancos e negros no intento de civilizá-los. Embora o plano tenha sido preliminarmente aceito pelo governador Pine, seu sucessor, George Grey, designado ao cargo em 1854, opôs-se ao esquema sob a alegação dos custos excessivos, decisão que inviabilizou a sua implantação (IVEY, 2008, p. 66-72).

A política nativista adotada por Theophilus Shepstone durante sua gestão enquanto secretário de Assuntos Nativos visava gradativamente disseminar ideais e comportamentos considerados como “civilizados” entre a população nativa de Natal na metade do século XIX. O estabelecimento das reservas, elemento-chave em seu sistema territorial, seria

viável graças a acordos com as chefias locais, circunstância sintomática do jogo de coerções e negociações estabelecido entre a administração colonial e as lideranças nativas no período em questão (IVEY, 2008). O reconhecimento da diplomacia e das visitas oficiais às lideranças nativas também transparece na década de 1870, em particular no momento imediatamente anterior à anexação do Transvaal às posses britânicas. Assim, em maio de 1876, Haggard acompanhou o secretário de Assuntos Nativos ao *kraal* do *inkosi* Phakade, líder dos amaChunu, episódio que o jovem relatou em seu artigo “A Zulu War Dance”. O documento, que demarca suas incursões iniciais ao mundo das letras, reveste-se de importância, pois por um lado incorpora posicionamentos de Shepstone a respeito do tratamento de nativos e, por outro, coloca em questão alguns dos elementos estruturantes de seu projeto civilizacional para os nativos sul-africanos.

No que se refere às visitas oficiais aos zulus relatadas em “A Zulu War Dance”, algumas questões contextuais precisam ser devidamente enfatizadas. Em 1872, o *inkosi* zulu Cetshwayo convidou Theophilus Shepstone para participar das cerimônias de coroação, momento em que o secretário de Assuntos Nativos teria firmado uma série de compromissos com o novo *inkosi*. Para Cetshwayo, a aproximação com o governo de Natal “[...] representava uma busca de reforço junto às disputas de terras com a República Sul-Africana [*i.e.* o Transvaal], em particular a região do rio Ncome, e às pretensões de seus irmãos” (SANTOS, 2017, p. 203), enquanto, para Shepstone, o episódio apresentava-se como uma oportunidade de impulsionar sua política expansionista, alinhada com as propostas de confederação que começavam a ser elaboradas.

A presença de Shepstone na coroação, simbolicamente representando a autoridade de Shaka, demonstra uma daquelas instâncias em que, como afirmou Mahmood Mamdani (1996), as autoridades coloniais tentam aglutinar e incorporar as práticas de poder nativo e os costumes tradicionais com a intenção de exercer um controle indireto, mas mais efetivo. Em 1877, após a anexação do Transvaal, Shepstone assumiu o cargo de administrador e, nessa posição, adotou oficialmente “as reivindicações do Transvaal com relação a Cetshwayo, declarando que ‘uma inspeção nos arquivos em Pretória o havia convencido de que o sucessor de Mpande estava errado’” (SANTOS, 2017, p. 204) e que, por isso, a demanda zulu pela posse de terras próximas ao rio Ncome, essenciais no controle da mão de obra africana rumo ao sul e nas rotas de agentes

européus para o interior, era ilegítima. Tratava-se, portanto, de um momento particularmente instável no que se refere às relações diplomáticas entre as lideranças nativas e a administração colonial, de modo que a visita oficial a Phakade, em maio de 1876, encontra-se emoldurada por um quadro maior de negociações diplomáticas, pretensões coloniais e demandas de africanos por acesso a terras.

No momento em que Haggard publica “A Zulu War Dance”, o jovem colonialista apresentava-se aos seus leitores como um adepto fervoroso das funções mais benevolentes atribuídas por ele à expansão ultramarina britânica, compreendendo-a como um manto de proteção e justiça às populações que habitavam os territórios anexados. As colônias serviriam como locais de restituição das relações paternalistas em esfacelamento no interior da metrópole, lugares em que “[...] a forte e agressiva mão da Inglaterra” (HAGGARD, 1877a, p. 94, tradução nossa) estaria provida do senso de responsabilidade paternal, especialmente no caso sul-africano, se levarmos em consideração o fato de que o letrado caracteriza sua população nativa como “[...] crianças dotadas de força e intelecto (em oposição à inteligência) dos homens” (HAGGARD, 1896, p. xliii, tradução nossa).

Entretanto, na “[...] nuvem sombria da Questão Nativa” (HAGGARD, 1877a, p. 96, tradução nossa), Haggard relativiza a força do processo civilizatório entre os nativos, por compreender que a “potência da civilização” produziria efeitos negativos, especialmente entre os zulus, cuja numerosa presença na Colônia de Natal tornava-se preocupante para os colonos brancos na década de 1870:

A civilização, aparentemente, quando aplicada às raças negras, produz efeitos diametricamente opostos àqueles que estamos acostumados a observar nas nações brancas: degrada, antes de poder elevar; e com relação aos nativos, é duvidoso, e ainda precisa ser comprovado, se possui qualquer poder para elevá-los (HAGGARD, 1877a, p. 96, tradução nossa).

O argumento de Haggard sustentava-se na premissa racista de que, em seu estado natural, os zulus estariam dotados de qualidades positivas que contrabalanceariam os seus “vícios” mais perniciosos. O letrado apresenta-os, em tempos de paz, como homens simples e voltados para

atividades agrícolas, “perfeitamente indolentes e perfeitamente felizes” (HAGGARD, 1877a, p. 96, tradução nossa), honestos e confiáveis. Em períodos de conflitos, o calor da batalha produziria nos zulus um “espírito feroz e selvagem”. Entretanto, Haggard destaca elementos valorativos na conduta dos nativos até mesmo quando estes estão em situações de extrema violência:

[...] ao mesmo tempo que é cruel, ele é corajoso na batalha; se ele é imprudente com a vida dos outros, também não se importa com a sua própria; e quando a morte aproxima-se, ele a encontra destemido, e avança aos espíritos de seus ancestrais corajosamente, como um guerreiro deve ser (HAGGARD, 1877a, p. 97, tradução nossa).

Sua crença numa tendência natural do zulu à guerra não estava distante dos posicionamentos adotados por Shepstone por volta daquele período, o qual escreveu que “[...] o estado de guerra é o clamor universal entre os soldados [zulu], ansiosos para vivenciar as suas tradições” (HAGGARD, 1896, p. 22-23, tradução nossa). Para o letrado, a difusão de projetos civilizatórios produziria efeitos colaterais nos zulus na medida em que obliteraria as suas virtudes e intensificaria o seu comportamento vicioso, “acrescentando destreza a sua crueldade, avareza ao seu amor pelas posses, substituindo sua bravura por grosseria e insolência, e sua verdade por mentiras” (HAGGARD, 1877a, p. 74, tradução nossa). O problema encontrava-se nos “[...] efeitos da [...] civilização parcial, quando imperfeitamente e espasmodicamente aplicada sobre a vasta população nativa na África do Sul” (HAGGARD, 1877a, p. 74, tradução nossa), embora reconhecesse que, a despeito de sua ineficácia, eventualmente contribuiria para a desestruturação de “costumes nativos”, em especial o sistema das chefias locais e a poligamia.

O processo civilizacional para o jovem Haggard inevitavelmente desmobilizaria as sociedades africanas, embora estivesse embasado na premissa de que “[...] é nossa missão conquistar e submeter, não pela sede de conquista, mas pelo desejo de lei, justiça e ordem” (HAGGARD, 1877b, p. 78, tradução nossa). Em sua escrita ensaística, o colonialismo teria um potencial destrutivo, capaz de levar a um desequilíbrio de forças entre sujeitos colonizadores e colonizados, afinal a hierarquia “tribal” e

as formas de organização social das populações africanas eram interpretadas como pilares dos “costumes nativos”, de todas as “suas ideias de bondade e justiça; nelas, a história de seu passado está corporificada, e dela originam-se suas esperanças de futuro” (HAGGARD, 1877a, p. 107, tradução nossa). As ações das populações europeias no subcontinente sul-africano são reconhecidas por Haggard como declaradamente corrosivas, as quais “devoraram o sistema nativo feito ferrugem no ferro”, de modo que “[...] os baluartes do barbarismo, seus costumes menores e leis menores, se foram, ou existem apenas em nome” (HAGGARD, 1877a, p. 107, tradução nossa).

A aparente contradição de Haggard em “A Zulu War-Dance” era, com efeito, reveladora das linhas de fuga de seus ideais a respeito da questão nativa: de um lado, os princípios paternalistas de proteção às populações nativas, alicerçados no reconhecimento da perda e do esfacelamento dos sistemas socioculturais africanos diante da presença europeia; de outro lado, sua crença na eficácia das políticas colonialistas, se orientadas por princípios de justiça e civilização, capazes de preservar aquilo que considerava como virtudes naturais dos nativos e, simultaneamente, de dissipar os “baluartes do barbarismo”.

As cerimônias no *kraal* de Phakade foram descritas de forma detalhada, oscilando entre uma interpretação hierarquizada que observava os guerreiros amaChunu enquanto “selvagens” e o apreço por suas poses “graciosas e estatuéscas”, pelo seu canto “[...] tão suave e tão selvagem, tão simples e ainda assim tão expressivo das paixões mais ferozes conhecidas ao coração humano” (HAGGARD, 1877a, p. 103, tradução nossa). Todavia, persistia no tom do relato certo fatalismo, como se o ritual fosse remanescente de uma cultura em extinção em contato com a força inexorável da civilização. Como resultado, uma cerimônia militar, outrora símbolo da potência viril e guerreira dos zulus, estaria se convertendo em mero entretenimento para visitantes brancos. O que Haggard talvez não desse conta de perceber reside no fato de que tais cerimônias, possivelmente repetidas em outros eventos militares e religiosos como instâncias significativas e significantes, revelavam aspectos importantes das relações entre chefes como Phakade, seus guerreiros e suas redes de poder.

Subjacente às narrativas de Haggard, as quais atrairiam as atenções devido “[...] ao magnetismo do contraste por meio do qual o leitor

altamente civilizado é convidado para ir aonde ele ainda pode encontrar-se cara a cara com o bárbaro e testemunhar a cerimônia selvagem” (HAGGARD, 1877a, p. 97, tradução nossa), as evidências demonstram que o episódio narrado integra a textura de negociações diplomáticas e políticas em que Shepstone, e Haggard por consequência, encontravam-se inseridos. Afinal, desde o início do século XIX, os amaChunu formavam uma das chefaturas mais poderosas, ocupavam um território vizinho aos zulus e o pai de Phakade, Macingwane, havia combatido as forças de Shaka. Os avanços militares dos zulus no início do século forçaram os amaChunu para a região do rio Tukhela, onde estabeleceram diversos vilarejos e incorporaram outras chefias locais, a exemplo dos embo e dos ntabo (ELDREDGE, 2014, p. 97-100). Na Guerra Anglo-Zulu de 1879, os chunu, liderados pelo *inkosi* Gabangaye, e os ngwane, liderados por Nyanda kaZikhah (neto de um antigo inimigo de Dingane, Matiwane), lutaram ao lado das tropas britânicas contra Cetshwayo – o que demonstra o modo como as chefias africanas poderiam articular a participação de europeus na resolução de seus conflitos internos.

No período da visita ao assentamento de Phakade, o *inkosi* encontrava-se em idade avançada e, tal qual narrado pelo letrado, seu filho e herdeiro, Gabangaye, exercia na prática as funções políticas de líder dos amaChunu, os quais haviam firmado alianças razoavelmente sólidas com a Colônia de Natal. Devido à proximidade do assentamento ao Reino Zulu e à lealdade dos amaChunu à colônia, a visita de Shepstone era estratégica em um período de crescentes animosidades entre Cetshwayo e a administração colonial. A cordialidade narrada entre Shepstone e Phakade parece reforçar o reconhecimento da autoridade colonial pelos nativos, em especial, ao descrever o secretário de Assuntos Nativos como o “[...] portador do espírito de Chaka” (HAGGARD, 1877a, p. 106, tradução nossa). Entretanto, Haggard igualmente remete seus leitores à superioridade numérica dos zulus, pois semelhante cerimônia no *kraal* de Cetshwayo agregava “30 mil guerreiros [...], e um trágico interesse é acrescido ao feroz espetáculo pelo massacre de muitos homens” (HAGGARD, 1877a, p. 106, tradução nossa), em referência aos inimigos políticos do chefe zulu, supostamente mortos sob a acusação de feitiçaria, no que o letrado descreve como uma “[...] grande oportunidade política para se livrar dos elementos irreconciliáveis” (HAGGARD, 1877a, p. 106, tradução nossa). Se no assentamento de Phakade a cerimônia reveste-se de entretenimento, o mesmo não

poderia ser dito nas breves referências a Cetshwayo, o qual, ladeado por milhares de guerreiros arregimentados e em uma posição pouco amistosa com relação à administração colonial, representava uma ameaça à colônia.

Ao final de março de 1877, Haggard integrava a equipe administrativa de Theophilus Shepstone em Pretória, capital do Transvaal, e foi incumbido de compor uma comissão diplomática que partiu em visita oficial a Matsebe Sekhukhune, chefe dos bapedi, na região entre a cordilheira Drakensberg e as montanhas Leolo. O episódio foi relatado no artigo “A Visit to the Chief Secocœni”, no qual Haggard recorre à sensibilidade romântica ao descrever as paisagens do interior do Transvaal e simultaneamente estrutura-se em preceitos racialistas ao narrar suas populações bôeres. As circunstâncias da visita a Sekhukhune são diferentes daquelas que levaram Shepstone e Haggard ao *kraal* de Pkshade, mas evidenciam a continuidade das negociações entre a administração colonial e as chefias nativas e sugerem a fragilidade que demarcava a anexação do Transvaal. Afinal, no ano precedente, as forças de Sekhukhune haviam derrotado os bôeres e seus aliados swazi após acusações e rumores de que os bapedi haviam provocado roubo de gado bôer. A derrota bôer havia sido utilizada como uma justificativa para a anexação do Transvaal e o apaziguamento das animosidades certamente encontrava-se na agenda da comissão que Haggard, pois ele reconhece que “[...] negociações de paz haviam sido providenciadas, e era em conexão com estes assuntos delicados que a jornada tomou seu rumo” (HAGGARD, 1877c, p. 302, tradução nossa).

Até aquele momento, a administração colonial britânica não demonstrara oposição às políticas territoriais de Sekhukhune. O chefe dos bapedi defendia que seus domínios estavam para além da jurisdição transvaalense, que o território entre os rios Vaal e Limpopo pertencia à sua chefatura e, embora veementemente contrário ao governo bôer, não desconsiderava a possibilidade de assujeitar-se em um protetorado britânico. No entanto, as atitudes coloniais com relação a Sekhukhune alteraram-se drasticamente com a anexação do Transvaal, já que muitos passaram a entender que a agressão bôer contra os bapedi havia sido plenamente justificada e, como resultado, seus territórios foram formalmente anexados às posses britânicas em maio de 1877, questão que o chefe se recusou a reconhecer. A visita de Haggard e da comissão ao

kraal de Sekhukhune enquadrava-se num contexto de instáveis negociações por posse de terras e delimitações das fronteiras do Transvaal, além de evidenciar as pressões políticas por parte de Shepstone em Pretória para coagir os nativos e cercar o campo de ação dos bapedi. Nas descrições da jornada rumo à fortaleza de Sekhukhune, Haggard conjuga atenção à beleza natural do interior transvaalense, mas relembra seus leitores acerca da intensidade da violência interétnica na região: “[...] algumas dessas vilas foram queimadas pelos voluntários [bôeres], e as demais permanecem inteiramente desertas” (HAGGARD, 1877c, p. 311, tradução nossa).

Diferentemente dos zulus, que são apresentados por Haggard enquanto detentores de virtudes louváveis, em especial por sua bravura e ímpeto, os bapedi são descritos pelo letrado como uma raça exaurida e desgastada, a despeito de suas vitórias militares recentes. O jovem, ao descrever as choças ocupadas pelos bapedi, garante que

[...] certamente, estas cabanas são muito superiores àquelas dos zulus, da mesma forma que aqueles que as habitam são inferiores à grande raça. O que os basotos⁴ ganham em arte e praticidade eles perdem em masculinidade e sentimentos cavalheirescos (HAGGARD, 1877c, p. 313, tradução nossa).

Além disso, visa retratar os bapedi como afetados negativamente pelo contato com os europeus, pois o vício do alcoolismo, comumente associado como resultado da influência europeia sobre nativos, estaria difundido entre os nativos e seus chefes. Sekhukhune foi descrito como um homem “inteiramente horrível e de aparência semi-repulsiva” (HAGGARD, 1877c, p. 314, tradução nossa), o qual, apesar de manter-se no poder, encontra-se em estado de pauperização devido aos conflitos com os bôeres. Os demais membros da elite bapedi foram apresentados em termos depreciativos, a exemplo do “[...] general de seus exércitos, um sujeito gordo com uma face exatamente como a de um porco” (HAGGARD, 1877c, p. 315, tradução nossa), elemento que visava, a partir de uma perspectiva racial, reforçar sua inferioridade

4 Haggard referencia os bapedi enquanto basotos em seu artigo.

se comparados aos zulus, os quais representavam, na imaginação de Haggard, ideais de beleza e de bravura africanas.

Posteriormente, ao tentar estabelecer uma categorização racial das populações nativas na África do Sul, Haggard classificou os bapedi como uma “raça” inapta à guerra e desprovida de sentimentos viris, sendo, “de fato, tímidos e covardes por natureza, e apenas lutam quando são obrigados. [...] Pessoalmente, os basotos são fracos e franzinos quando comparado ao robusto zulu”, características que, somadas à sua “natural timidez” produziria uma “consciência de sua inferioridade” (HAGGARD, 1896, p. 87, tradução nossa). O letrado admitia que a natureza pacífica e as “capacidades para a civilização” (HAGGARD, 1896, p. 87, tradução nossa) facilitariam o processo de cristianização dos bapedi, porém a narrativa tecida em “A Visit to the Chief Secocœni” parece corroborar com sua perspectiva em “A Zulu War-Dance”, embasada na ideia de que o colonialismo produziria efeitos destrutivos e desarticuladores nas populações nativas.

A adjetivação negativa dos bapedi também não estava desconectada da dinamicidade dos fenômenos políticos entre as populações que, ao longo do século XIX, disputavam o controle territorial sobre a região do rio Limpopo. No início do século, quando a esfera de influência britânica começou a se ampliar ao sul da África, os bapedi formavam um dos mais importantes grupos étnicos na região, mas a partir das décadas de 1820 e 1830, em decorrência da intensificação da violência e da crescente força político-militar dos ndebele, foram forçados a migrar e engajaram-se em lutas para manter sua autonomia política. Sekwati, o antecessor de Sekhukhune, lançou-se a uma política de apaziguamento tributário e de diplomacia com os zulus, os quais passaram a compreender os bapedi como seus súditos. Os swazi, que desde a década de 1840 mantinham relações diplomáticas com os bôeres transvaalenses, igualmente classificavam os bapedi como seus vassalos e, portanto, consideravam-se no direito de ceder ou vender parte dos territórios bapedi à República Sul-Africana (SMITH, 1969, p. 237-252). A despeito de sua independência e força militar no momento da anexação, Haggard parecia ater-se à convicção de que os bapedi eram naturalmente inferiores e com uma tendência à submissão, “[...] tanto ao homem branco quanto aos seus irmãos negros” (HAGGARD, 1896, p. 87, tradução nossa). Por esse motivo, plenamente compatível com o ideário paternalista e de

coerção dos nativos que se deslinda em seus textos, o que Haggard ignora é o fato de que essas relações de “submissão” eram, com frequência, baseadas em vínculos de assujeitamento voluntário (*ukukhonza*) e relações recíprocas de reconhecimento de autoridade e de proteção.

Em suma, as primeiras incursões de Haggard ao mundo das letras, por intermédio de suas atividades jornalísticas, foram estruturadas a partir da percepção de que as tensões interétnicas no território sul-africano atingiam um momento de pico na segunda metade da década de 1870. Esses escritos enquadram-se no que Mary Louise Pratt classifica como um complexo de laços interculturais gestados a partir das “zonas de contato”, isto é, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT, 1999, p. 27), a exemplo do “[...] colonialismo, o escravismo ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27). Pelo lugar que o letrado ocupava na administração colonial, tanto em Natal quanto em Transvaal, Haggard tomou contato direto com a “questão nativa” e, por meio de seus artigos, enredou ideias e visões de mundo a respeito dos nativos sul-africanos, as quais estavam claramente marcadas pelo contato com Theophilus Shepstone. Em “A Zulu War-Dance”, construiu uma imagem dos zulus que oscila entre a admiração e o anátema, cingidos pela sua crença no que considerava como dimensões benevolentes do colonialismo, visto como uma força necessária para proteger, amparar e coagir as populações nativas. Ao mesmo tempo, evoca os efeitos mais destrutivos do processo civilizacional, sua capacidade de ruir os sistemas de organização social e cultural desses grupos étnicos.

Nesse sentido, “A Visit to the Chief Secocœni” incorpora, ao lado do senso de insegurança, representações de um grupo nativo exaurido e desgastado e ainda inferior aos zulus, imagens de extinção racial que integravam o ideário racialista e racista de muitos europeus naquele período. Na visão de mundo de Haggard a respeito dos nativos, aninhava-se sua perspectiva paternalista, que demandava a tutela justa e benevolente para proteção e amparo e, da parte dos africanos, a obediência constituída em certo senso de afeição e respeito. Assim, ao voltar para Pretória da missão no *kraal* de Sekhukhune, Haggard afirma que foi efusivamente recebido por seu lacaios, um “menino” zulu – com efeito, um africano adulto – chamado Masooku, que emotivamente proclamava:

Estou muito feliz que você voltou, senhor! Eu não gosto de viver sem você, Inkosi [chefe]. Pobre Masooku! Ele desapontou-se terrivelmente por não poder me acompanhar. ‘Certamente’, ele disse, ‘onde meu chefe for, eu também irei’. Há algo muito tocante na afeição que estes camaradas carregam (HAGGARD, 1877c, p. 318, tradução nossa).

Cetywayo and his White Neighbours: a Guerra Anglo-Zulu ressignificada

Bartle Frere, recém-designado governador-geral da Colônia do Cabo e alto-comissário para a África do Sul, chegou à Cidade do Cabo no início de abril de 1877, pouco antes da anexação do Transvaal por Theophilus Shepstone. Na ótica de Frere, um dos principais articuladores dos projetos confederacionistas promovidos pelo secretariado colonial, Lord Carnarvon, a anexação tornara-se necessária. O governador da colônia estava convencido de que a garantia de paz na África do Sul, bem como a solidificação da sua unificação territorial, só estaria assegurada quando o reconhecimento da soberania britânica fosse unânime. Para Frere, a independência do Reino Zulu representava uma constante ameaça ao estabelecimento das políticas expansionistas na região, categorizando Cetshwayo não mais como um aliado natural dos britânicos, e sim como um “tirano ignorante e sanguinário” (WORDEN, 2012, p. 23, tradução nossa). Quando Cetshwayo recusou-se a obedecer ao ultimato que demandava a dissolução dos seus exércitos e o estabelecimento de um oficial britânico na capital, as tropas coloniais invadiram os territórios zulus.

O esforço da elite colonial em desarticular as instituições zulus fazia parte das tendências mais gerais adotadas pelo colonialismo britânico. Segundo Jane Burbank e Frederick Cooper, após derrotar reinos e chefias africanas, os colonizadores geralmente se esforçavam para desestabilizar as autoridades e as lideranças nativas, substituindo-as por intermediários que colaborassem com a administração colonial,

mesmo que sua autoridade fosse “inventada” para atingir esses objetivos. Os articulistas do colonialismo passaram a atribuir autoridade política e a depender de alguns nativos, sobretudo aqueles que ocupavam cargos de policiamento ou de intérpretes. A burocratização e a institucionalização dos costumes e das leis nativas possibilitavam à administração colonial, tanto no Cabo quanto em Natal, a prerrogativa de apontar ou “demitir” chefes nativos, sobretudo com o apoio das guardas e tropas coloniais. É certo que houve revoltas e movimentos de resistência a esse modelo de colonização, alguns em larga escala, mas o modelo assumido pela colonização britânica, embasado na premissa de “dividir para conquistar”, geralmente reprimia essas articulações político-militares africanas por meio do uso da violência (BURBANK; COOPER, 2010, p. 316, tradução nossa).

Até princípios da década de 1870, os zulus, os ndebele, os Bemba e os Yao (Ajauas) haviam conseguido manter a soberania e a independência de seus reinos. Os zulus constituíam um dos maiores centros de poder político estabelecido ao sul do rio Limpopo; os ndebele habitavam a região limítrofe ao Zambezi; os Bemba, na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), e os povos Yao permaneciam geopoliticamente dispersos pelo norte e sul da Niassalândia (atual Moçambique). No que diz respeito às relações com britânicos e bôeres, Cetshwayo, *inkosi* zulu, e Lobengula, *inkosi* ndebele, haviam adotado inicialmente uma estratégia diplomática e, posteriormente, a resistência armada. Cetshwayo conduziu uma política externa pacifista já adotada por seu antecessor, Mpande, posicionamento que rapidamente desmoronou quando Shepstone anexou o Transvaal e passou a apoiar os bôeres que avançavam sobre o território zulu na região do rio Buffalo. Para Shepstone e Frere, o desmantelamento da potência militar zulu garantiria a concretização da confederação na África Austral e simultaneamente demonstraria às repúblicas bôeres a capacidade do governo britânico em mobilizar uma política nativa eficaz (CHANAIWA, 2010).

No ínterim, Cetshwayo recorreu ao vice-governador de Natal, Henry Bulwer, para articular os conflitos por terras entre zulus e bôeres, ação que resultou na constituição de uma comissão encarregada do exame do litígio e que declarou a ilegalidade das pretensões bôeres. Os relatórios da comissão foram sumariamente confiscados por Frere, para inviabilizar a divulgação das conclusões até assegurar o pretexto político

para invadir o território zulu, bem como assegurar reforços militares para levar a cabo seu projeto anexacionista. As justificativas circunscreveram-se a eventos decorridos em julho de 1878, quando os filhos do chefe zulu Sirayo – Mehlokazulu, Kuzulu e Tshekwana – atravessaram o rio Buffalo com as esposas do chefe, que haviam migrado para Natal: o deslocamento foi interpretado pelas autoridades coloniais como uma evidência da iminente invasão zulu a Natal (CHANAIWA, 2010, p. 227).

Em dezembro daquele mesmo ano, Bartle Frere enviou um ultimato a Cetshwayo, que, na prática, se converteu em uma declaração de guerra. A chamada “Guerra Anglo-Zulu”, que se estendeu até julho de 1879, iniciou-se com uma vitória inesperada do exército zulu em Isandhlwana, repelindo os invasores britânicos. Contudo, as represálias coloniais concretizaram-se ao final da guerra, com a derrota de Cetshwayo e o desmantelamento do Reino Zulu, dividido em 13 territórios governados por chefes de linhagens que se alinharam aos britânicos durante a guerra. Os dirigentes dos territórios haviam sido encarregados de dissolver as instituições militares criadas por Cetshwayo, que viajou para Londres em 1882 para solicitar apoio do governo contra seus rivais e morreu, possivelmente assassinado, dois anos depois, em meio aos conflitos internos. Esse período foi marcado por uma sangrenta guerra civil entre as novas chefaturas designadas pelos britânicos, situação que resultou na anexação do território zulu em 1877 (WORDEN, 2012; SCHREUDER, 1980).

A derrota de Cetshwayo e a divisão da Zululândia acarretaram significativas transformações no quadro político da África Austral. As alianças formadas entre Dinuzulu e os dirigentes bôeres do Transvaal levaram a um escoamento populacional para o noroeste da Zululândia a partir de 1884 e milhares de acres de terras foram gradualmente ocupados por colonos bôeres e comerciantes alemães. As concordatas realizadas entre britânicos e bôeres nos anos seguintes levaram a um reconhecimento formal da Zululândia enquanto protetorado em fevereiro de 1887 e os códigos de legislação nativa, promulgados na Colônia de Natal, passaram a vigorar naquela região (MORRIS, 1989, p. 597-601). A despeito do resultado dos conflitos, que efetivamente desmobilizaram a força militar zulu e esfacelaram o reino, a Guerra Anglo-Zulu integrava o multifacetado mapa das resistências promovidas pelas sociedades africanas em tempos coloniais. Na ótica de muitos apologistas do colonialismo, o suposto caráter irracional das resistências armadas constituía

um impasse malogradamente fatal, sintomático do atavismo e da incivilidade frequentemente atribuídos às populações africanas. Ademais, a resistência gerou, entre parte da historiografia colonial, uma tendência à generalização e à categorização das sociedades africanas entre “maus selvagens” e “bons selvagens”: africanos belicosos, que resistiam à exploração colonial, e populações pacíficas, que não ofereciam resistência (RANGER, 2010). No entanto, a produção historiográfica recente tem problematizado a tese da generalização, a exemplo do estudo de Shula Marks (1972), que demonstrou, em sua análise sobre a resistência dos khoekhoen entre os séculos XVII e XVIII, as táticas mobilizadas por povos politicamente descentralizados para combater o avanço colonial europeu; além disso, têm-se ampliado a noção de “resistência” diante do colonialismo para incluir outras formas de resistência além da luta armada, a exemplo dos agenciamentos cotidianos e de práticas culturais que marcariam microrresistências.

Para Haggard, que deixara a administração colonial em 1879, logo após a demissão de Shepstone no Transvaal, a Guerra Anglo-Zulu e os conflitos entre bôeres e britânicos, no ano seguinte, representaram um momento crucial da história política sul-africana. Ao retornar para a Inglaterra logo após o desfecho dos conflitos, tais acontecimentos perduraram com ávido interesse entre o público leitor e as decisões políticas tomadas no ínterim eram fontes de controvérsias em muitos dos círculos de sociabilidades letradas, bem como na imprensa. Toma-se, a título de exemplo, a popular revista *Punch*, periódico ilustrado criado por um coletivo de intelectuais na década de 1860 e que, em janeiro de 1879, estampava suas páginas com uma caricatura representando um guerreiro zulu, devidamente letrado, ensinando John Bull, figura representativa da nação inglesa, a “[...] não detestar seu inimigo” (PUNCH, 1879, p. 91, tradução nossa). A imagem reúne uma série de estereótipos raciais que orientavam as percepções de parte expressiva dos leitores na metrópole a respeito das populações africanas: a descrição do crânio alongado do zulu associa-se às teorias da Antropologia e da Frenologia que, naquele período, amparavam-se em métodos antropométricos para reforçar as distinções entre as raças “superiores” e “inferiores”. A ilustração comporta uma potência política embasada em um misto de admiração e horror, já que se o zulu tenta ensinar ao inglês uma lição de pacifismo, ele continua armado com seus escudos e azagaias, remanescente, portanto, da derrota britânica em Isandhlwana.

É muito possível que o teor incandescente dos debates a respeito dos resultados da Guerra Anglo-Zulu, bem como das manobras políticas de seu líder, Cetshwayo, tenham incentivado Haggard a redigir *Cetywayo and his White Neighbours*, publicado originalmente em 1882. Um relato testemunhal da situação sul-africana, *Cetywayo* também deve ser lido como uma manifestação do ressentimento de Haggard com relação à devolução do Transvaal e dos posicionamentos do letrado quanto ao esfacelamento de projetos expansionistas nos quais ele se engajara fervorosamente. Trata-se, também, de uma tentativa de constituir certo senso de protagonismo quanto aos eventos decorridos, na medida em que Haggard, até mesmo por sua experiência pessoal com a questão sul-africana, visava envolver-se com uma aura de autoridade intelectual sobre os assuntos coloniais. Assim, a análise e a problematização de *Cetywayo*, com ênfase nas narrativas da Guerra Anglo-Zulu e na caracterização de seus articulistas africanos, levam em consideração o fato de que, por sua escrita estar associada a circunstâncias políticas, isso possibilita o “estudo das lógicas de ação e de situação” (DUTRA, 2002, p. 19), passíveis de desvelar “[...] a coerência da movimentação dos atores presentes na produção de sentidos, nas suas tentativas de se compreenderem nas suas controvérsias, disputas e compromissos, na resolução de seus problemas” (DUTRA, 2002, p. 19).

O prefácio da edição original de *Cetywayo* fornece substratos para a inquirição das intencionalidades de Haggard ao redigir sua obra para o público leitor na metrópole e, simultaneamente, instrumentaliza uma espécie de enquadramento a partir do qual sua narrativa supostamente se constituiria e como esperava que fosse interpretada por seus leitores.

Em sua perspectiva, a opinião pública a respeito dos territórios coloniais sul-africanos na “Pátria Mãe” distinguia-se de suas outras poses coloniais e a África do Sul era considerada “não tanto com apatia tingida com despeito, mas mais com desgosto explícito” (HAGGARD, 1896, p. lxxiv, tradução nossa). O problema ao qual Haggard parece ater-se nessa conformação da opinião pública deriva de sua percepção sobre o modo como a questão colonial havia sido incorporada nas políticas partidárias, em especial sobre como a anexação do Transvaal havia sido utilizada nos ataques do liberal William Gladstone à política colonial adotada pelo conservador Disraeli nas eleições gerais de 1880. Embora preservasse simpatias com o Partido Conservador, Haggard afirma que “escreveu este livro sem interesse de nenhum partido” e suas páginas

estariam intocadas por “[...] colorações indevidas ou interesses políticos” (HAGGARD, 1896, p. lxxiv-lxxviii, tradução nossa). Contudo, o apartidarismo de Haggard e sua pretensão de neutralidade devem ser problematizadas à luz de “um interesse pela maneira como os textos dizem o que dizem: pelo como e não apenas pelo que” (PROST, 2003, p. 312). Afinal, “[...] as maneiras de falar não são inocentes; para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e organizar a realidade” (PROST, 2003, p. 312).

A construção de representações visuais e escritas sobre os zulus transformou-se significativamente a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Catherine Andersen, as lideranças zulus entre as décadas de 1820 e 1830, a exemplo de Shaka e Dingane, eram representadas como combativas e sanguinolentas, mas vistas pelos observadores europeus como ameaças maiores às próprias populações africanas do que à presença europeia na região. Por isso, na iconografia das décadas de 1830 e 1840, os zulus eram retratados como curiosidades etnográficas e não necessariamente como inimigos do Império Britânico. Contudo, o acirramento das tensões nas décadas de 1860 e 1870 e o desenvolvimento das teorias pseudocientíficas a respeito da variação racial resultaram em acepções polissêmicas sobre os zulus: alguns os distinguiam dos demais africanos, localizando as origens raciais no nordeste africano para enfatizar o processo de degenerescência racial ao deslocarem-se rumo ao sul; outros circunscreviam os zulus a uma racialidade simultaneamente atrofiada e degenerada, por isso sua destruição representaria um processo natural de extinção. Entretanto, características como a bravura e a disciplina física, a obediência leal às lideranças militares e o destemor eram sublinhadas por alguns vitorianos, que observavam nos guerreiros zulus um reflexo distante, embora distorcido e problemático, de seus próprios códigos de virilidade (ANDERSON, 2008).

A caracterização das lideranças zulus em *Cetywayo and his White Neighbours* transita em torno desses elementos. Shaka, por exemplo, era representado por Haggard de forma relativamente positivada, informando aos seus leitores que se tratava de “um dos homens mais destacáveis que já se sentaram em um trono”, capaz de transformar um pequeno contingente nativo em um “terror vivente, e eles eram a maior potência negra na África do Sul” (HAGGARD, 1896, p. 2, tradução nossa). Shaka é ainda descrito como um “Átila Africano”, responsabilizado por Haggard

pelo extermínio étnico de milhares de africanos, reinando “[...] como uma Morte deslumbrante, a genialidade dirigente de uma saturnália de massacres” (HAGGARD, 1896, p. 3, tradução nossa). Atenção especial era delegada aos métodos de governo e de guerra mobilizados por Shaka, classificados pelo literato como drásticos e eficientes, pois incorporava em seus exércitos os membros remanescentes dos batalhões inimigos derrotados.

Na narrativa, a admiração pela capacidade de organização militar e pela sistematicidade política de Shaka articula-se de modo simbiótico à admiração pelo emprego da violência étnica na mobilização de seus projetos expansionistas, fornecendo uma interpretação zulucêntrica da *mfecane* muito próxima daquela proposta pelo historiador George McCall Theal. Ademais, esse aspecto aproxima a perspectiva de Haggard à historiografia colonial no mesmo período, que ressaltava a violência dos embates militares e as ações dos exércitos de Shaka como alicerces das justificativas da conquista europeia naqueles territórios, as quais se legitimariam enquanto garantias contra as práticas de ferocidade, contra o despotismo e contra a devastação associados às chamadas “guerras de extermínio”, supostamente provocadas pelos zulus (WYLIE, 2006; GOMES, 2016, p. 39).

As ambiguidades que revestem o imaginário social construído ao longo do século XIX em torno da figura de Shaka são particularmente significativas para a interpretação das circunstâncias da escrita de Haggard. Na década de 1870, Theophilus Shepstone, encarregado dos assuntos nativos em Natal, contribuiu para a popularização da imagem de Shaka enquanto um líder autocrático, porém efetivo, com o afã de justificar as ações autoritárias de seu departamento em nome de uma tradição costumeira, isto é, uma política nativa centralizada e autoritária. Shepstone mobilizou esse modelo político no momento de instauração de Cetshwayo como *inkosi* zulu em 1873, já que, como relatou Haggard,

[...] ele foi solenemente anunciado como um rei zulu, para permanecer no lugar do grande fundador da nação deles, Chaka [...]. Por mais estranho que pareça, investiu-se no Sr. Shepstone todos os atributos de um rei zulu, como o poder de estabelecer leis, ou ordenar execuções” (HAGGARD, 1896, p. 10, tradução nossa).

Segundo Carolyn Hamilton, Shepstone interpretava o sistema militar-administrativo de Shaka como um paradigma exemplar de administração nativa, o que exigia amplo conhecimento das práticas culturais e das instituições zulus, desafio que Haggard, por meio de sua escrita ensaística, parece tentar contemplar em maior ou menor medida. Contudo, a Guerra Anglo-Zulu esfacelou o modelo shepstoniano de interpretação paternalista de Shaka, inspirando ressignificações simbólicas do personagem histórico que enfatizavam a dimensão violenta e autoritária da chefatura zulu estabelecida nas primeiras décadas do século XIX (HAMILTON, 1998).

A ambivalência entre o anátema e a admiração desdobra-se no modo como Haggard observa as ações políticas e militares de Cetshwayo. A despeito do alto grau de violência associado à presença dos zulus nas fronteiras da Colônia de Natal, ele reconhece em Cetshwayo uma espécie de mal necessário cuja competência em arregimentar militarmente os zulus se contrapõe ao estado de calamidade e incertezas que se instaurou na Zululândia após o desmantelamento de seu reino: “[...] o governo de Cetywayo, por mais terrível que fosse, era talvez preferível ao reino de terror que estabelecemos sob o nome de assentamento” (HAGGARD, 1896, p. 57, tradução nossa). O prenúncio da vinda de Cetshwayo para a Inglaterra em 1882 permite ao letrado expressar certo tom de admiração pelo *inkosi* deposto, afirmando que ele “[...] sem dúvidas causará uma boa impressão, pois sua aparência é dignificada, suas maneiras, como é comum entre os zulus de alta estirpe, são aquelas de um cavalheiro” (HAGGARD, 1896, p. 2, tradução nossa). Como se vê, as ações políticas de Cetshwayo eram interpretadas a partir de um filtro de elementos de gênero e classe social, atribuindo ao chefe deposto características que o aproximariam de um *gentleman* britânico. Contudo, apesar das semelhanças, o letrado esforçava-se para se desassociar do que categoriza como um “[...] público adorador de Cetywayo” (HAGGARD, 1896, p. 15, tradução nossa), que teria em Frances Colenso e em Florence Dixie suas principais articulistas, contra as quais Haggard direciona suas críticas.

Na ótica de Haggard reside uma nítida admiração pela organização das forças bélicas zulus durante o governo de Cetshwayo, cuja ascensão à chefatura zulu, após a morte de seu pai, Mpande, representou uma “esperança generalizada e uma expectativa geral do exército” na retomada da

expansão militar da “potência negra” (HAGGARD, 1896, p. 21, tradução nossa). Para ele, a propensão ao conflito precisava ser entendida em termos culturais, pois o letrado expõe a necessidade de compreender que “todos os homens capazes da nação zulu eram membros de um regimento, até mesmo os mais jovens, ligados aos regimentos como carregadores”, constituindo assim um “sistema militar universal [...] em absoluta perfeição, obtido ao subordinar todos os deveres e vínculos da vida civil aos objetivos militares” (HAGGARD, 1896, p. 21, tradução nossa). A disciplina dos soldados, na visão de Haggard, seria apenas reforçada pela proibição de casamentos sem a autorização formal do chefe zulu. Por esse motivo, nas narrativas da organicidade das forças militares zulus se torna possível circunscrever as evidências mais marcantes das subjetividades de gênero de Haggard e da construção da masculinidade: o heroísmo dos soldados se constitui a partir do distanciamento com a domesticidade, o que resultaria em

[...] soldados melhores e mais ferozes, vivendo sob a sombra de uma disciplina selvagem [...]. Seu lar era a trilha da guerra com seu regimento, sua religião a fervorosa denúncia dos *isanusi*,⁵ e seus afetos eram atrelados ao repentino clamor da batalha, o massacre em vermelho e os espólios da mortandade (HAGGARD, 1896, p. 21-22, tradução nossa).

Embora o racismo científico instrumentalizasse os intérpretes europeus a observarem os zulus e, de um modo geral, os demais africanos como “raças inferiores”, sua força física e proezas militares desestabilizavam tais noções preconcebidas. Com efeito, parte dos observadores na metrópole relatava as ações de Cetshwayo com um senso de respeito e reverência, sintomático da fluidez e ambiguidade dos estereótipos raciais, informados por variações de gênero e classe social. Alguns antropólogos da época entendiam que as elites africanas possuíam com-

5 Em uma nota explicativa ao seu texto, Haggard afirma que os *isanusi* seriam adivinhos zulus, responsáveis por denunciar outros feiticeiros que, por utilizarem suas forças para fins destrutivos, seriam sumariamente executados. Haggard utiliza esses exemplos como sintomáticos do modo como “o quão terrível e sombrio é a superstição zulu” (HAGGARD, 1896, p. 22, tradução nossa) e da forma como tais denúncias poderiam ser utilizadas como estratégias políticas por chefes para eliminar rivais.

portamentos e atitudes equiparáveis à aristocracia britânica e, portanto, passíveis de estima e admiração, sobrepondo posições de classe social às categorizações raciais.

As descrições contemporâneas sobre Cetshwayo, tanto na escrita de viajantes e antropólogos quanto na imprensa periódica, sugeriam que o *inkosi* personificava noções tradicionais de realeza, encarnando qualidades vistas como naturais: liderança, intelecto e autoridade (ANDERSON, 2008, p. 24). Outros, a exemplo do médico inglês Robert James Mann, em seu *The Zulus and Boers of South Africa* (1879), esforçavam-se para distinguir Cetshwayo do tipo mais comum de zulus a partir de leituras fisiognômicas ou antropométricas: tratava-se de um “[...] rei entre seu povo [...], cujas feições diferenciavam-se consideravelmente do tipo mais comum da raça zulu” (MANN, 1879, p. 76-77, tradução nossa). Em um panfleto datado do início da década de 1890, a missionária Harriette Colenso, atuando junto ao filho de Cetshwayo, o chefe Dinuzulu, reforçava algumas dessas ideias ao enfatizar que se tratava de um poder político legítimo, liderado “[...] não por um déspota, mas por um homem governando constitucionalmente” (COLENSO, 1893, p. 11, tradução nossa).

Essa caracterização positiva de Cetshwayo não passou despercebida por Haggard. Com efeito, aponta, no início do capítulo dedicado a Cetshwayo e ao Reino Zulu, seu reconhecimento ao fato de que

alguns escritores, influenciados pelo sentimentalismo e pelo espírito de partidarismo que a realeza em perigo sempre incita, o pintam com uma forma tão persistente que seus leitores têm a impressão de que o ex-rei é um modelo de inocência ferida e de virtude (HAGGARD, 1896, p. 2, tradução nossa).

Por outro lado, Haggard admite que opiniões diametricamente opostas foram elaboradas, resultando, “por razões políticas”, em uma imagem extremamente depreciativa do *inkosi*, “[...] e prevendo que sua restauração iria resultar na destruição, ou, pelo menos, na desorganização, de nosso império sul-africano” (HAGGARD, 1896, p. 2, tradução nossa). Assim, Haggard rejeita uma das justificativas coloniais utilizadas para legitimar a invasão: a premissa de que Cetshwayo havia violado seu acordo de não agressão com o governo colonial, firmado com

Theophilus Shepstone no momento de sua coroação. Além disso, enfatiza a incapacidade do governo da Colônia de Natal em estabelecer “negociações amistosas para dar um fim à mortandade zulu” e o reconhecimento de que “o governo de Natal não possuía direitos para ditar os termos com os quais um rei zulu mantém o seu trono” (HAGGARD, 1896, p. 10, tradução nossa). Finalmente, Haggard destaca o aspecto defensivo dos zulus e observa que, pelo menos em partes, as ações de Cetshwayo não partiam de escolhas pessoais, pois foram movidas pela pressão militar de seus guerreiros, “[...] o tempestuoso e incerto Caríbdis de seus regimentos clamorosos” (HAGGARD, 1896, p. 24, tradução nossa).

No entanto, subjacente a essa perspectiva encontram-se preocupações de aspecto colonialista, que compreendem os riscos apresentados por Cetshwayo e seus regimentos durante a guerra, bem como as implicações de seu possível retorno ao poder. Dessa forma, o autor caracteriza o Reino Zulu como “uma abominação e uma desgraça para a Inglaterra” (HAGGARD, 1896, p. 33, tradução nossa) e descreve as razões que levaram ao ultimato de guerra como um ato “[...] realizado sem consulta com as autoridades coloniais, em termos imperiais, isto é, porque Cetywayo ameaçava o poder de Vossa Majestade na África do Sul” (HAGGARD, 1896, p. 42, tradução nossa). E se a devolução da chefatura zulu para Cetshwayo fosse concretizada – uma questão em aberto quando Haggard publicou a primeira edição de *Cetywayo* – com a garantia de um “sólido aliado” para o Império, a restauração do *inkosi* não era garantia de estabilidade política. Afinal, “[...] o quanto demoraria antes que uma revolução, ou a mão de um assassino [...] colocasse um fim nele, e como podemos saber se seu sucessor compartilharia de suas visões?” (HAGGARD, 1896, p. 56, tradução nossa).

A interpretação das políticas coloniais aproximava Haggard simultaneamente ao colonialismo de vertente shepstoniana, ao defender a instituição de taxas e de um magistrado europeu para administrar a Zululândia, e ao colonialismo de Henry Bulwer, que compreendia que a obediência dos zulus seria garantida pelo fortalecimento da autoridade britânica na região. Aliado a esses fatores, o desmantelamento do Reino Zulu teria gerado uma ineficácia administrativa generalizada, argumentava Haggard, portanto sua predileção por um governo centralizado estava alinhavada às perspectivas políticas de anexação da Zululândia e de controle total de seus territórios (CHRISMAN, 2000, p. 94). Na

perspectiva de Haggard, a divisão do território zulu em 13 territórios, organizada por Garnet Wolseley após o desfecho da guerra, teria sido realizada por alguém que “não compreende o caráter e as aspirações dos zulus” (HAGGARD, 1896, p. 43, tradução nossa), o que resultou em um clima de desconfiança mútua e rivalidades entre as novas lideranças. Como consequência, “[...] o massacre é algo de ocorrência cotidiana, e todo o país encontra-se dividido por medo, incerteza e carestia” (HAGGARD, 1896, p. 46, tradução nossa). Para Haggard, a solução da questão nativa residiria em um terreno intermediário entre o protecionismo paternalista e a “[...] responsabilidade [britânica] com os infelizes zulus” (HAGGARD, 1896, p. 52, tradução nossa), cingidos pelo reconhecimento das suas particularidades políticas, os quais estariam, de acordo com o letrado, condicionados à obediência a uma autoridade forte e centralizada.

As menções e referências que Haggard perfaz às batalhas travadas ao longo da Guerra Anglo-Zulu são breves e pontuais em *Cetywayo*, mas apontam ao que ele entendia como um conturbado cenário político no início da década de 1880. Assim, por exemplo, a batalha de Isandhlwana, que resultou em uma inesperada derrota das forças britânicas, era interpretada pelo letrado como um “terrível desastre”, mas não necessariamente uma surpresa “para aqueles familiares com as táticas zulus” (HAGGARD, 1896, p. 192, tradução nossa). Ademais, enfatizava o modo como o avanço de Cetshwayo teria sido tomado como uma oportunidade para muitos bôeres insatisfeitos com a anexação do Transvaal, os quais teriam enviado emissários para as lideranças nativas para incitá-los a seguir o exemplo do chefe zulu. Contudo, “[...] os nativos, não obstante as ameaças direcionadas a eles, recusaram integralmente o convite” (HAGGARD, 1896, p. 193, tradução nossa). Aqui, Haggard parece chegar ao ponto crítico de sua narrativa: a compreensão da perda do Transvaal enquanto resultado de múltiplos fatores entrelaçados à instabilidade das políticas coloniais adotadas no período em questão, em especial a escolha malfadada de dividir o território zulu logo após a derrota de Cetshwayo.

As representações dos zulus e, de modo mais específico, dos conflitos com as forças britânicas em *Cetywayo and his White Neighbours* são reveladoras dos paradigmas ideológicos e políticos nos quais Haggard se inseria no início da década de 1880. Enquanto populações nativas

mantidas sob o controle britânico, a exemplo dos xhosa na Colônia do Cabo, poderiam ser facilmente retratadas como passivas ou enfraquecidas, os zulus, por outro lado, atraíam um significativo – ainda que limitado – respeito entre os seus observadores europeus, em especial devido ao vigor que caracterizava sua resistência ao avanço britânico. A derrota em Isandhlwana gerou medo e respeito entre muitos dos soldados que registraram suas impressões dos acontecimentos e a ferocidade e a violência produzidas nas batalhas seguintes, em Khambula, Gingidlovu e Ulundi, entre março e julho de 1879, podem ser vistas como uma manifestação imediata desses ressentimentos. Embora o Reino Zulu tenha sido derrotado e desmantelado no desfecho dos conflitos, a resistência armada intensificou temores e ansiedades partilhados por muitos britânicos no que concerne à manutenção dos projetos expansionistas do Império (ANNIS, 2008).

A despeito dos resultados, os esforços financeiros direcionados para a guerra contra os zulus repercutiram no cenário político do Parlamento em Londres, em especial na desestabilização do gabinete conservador de Disraeli. Ao final de 1879, o líder liberal William Gladstone criticou as decisões políticas tomadas por Disraeli nos últimos anos. Gladstone, que havia apresentado sua candidatura ao cargo de primeiro-ministro nas eleições para o ano seguinte, alegava que os inúmeros equívocos ministeriais não se tratava de casos isolados, mas sim da consequência inevitável de um pernicioso sistema de governo que intitulava de “beaconsfieldismo”, em referência ao título de Disraeli, conde de Beaconsfield. O candidato do Partido Liberal responsabilizava o governo de Disraeli por atrocidades militares cometidas contra populações inocentes tanto no Afeganistão quanto na África do Sul, em conflitos categorizados como desnecessários e imorais, resultantes de uma urgência incansável em interferir na política externa (JENKINS, 1996).

Gladstone condenava diretamente a Realpolitik do colonialismo tal qual praticada pelos conservadores, pois acarretava dispendiosos gastos militares, responsáveis pela produção de um orçamento nacional deficitário e, em consequência, por um aumento de impostos sobre a população e pela desregularização da economia. Disraeli era, nos discursos gladstonianos, acusado de permitir uma política imperial irresponsável, com o mero objetivo de glorificação nacional e engrandecimento pessoal, pelos quais o Império agora pagava o preço. Os resultados das eleições

de março de 1880 evidenciaram um aumento significativo de liberais no Parlamento e conduziram Gladstone ao cargo de primeiro-ministro (JENKINS, 1996). A situação levou a transformações significativas nas políticas coloniais e resultou na questão do Transvaal, vivenciada como uma nota pessoal para Haggard.

Para o jovem colono, o Transvaal parecia tornar-se acrimonioso nos meses após o desfecho da guerra contra os zulus. As animosidades entre britânicos e bôeres cresciam e Shepstone, que foi acusado de ser o responsável por todos os problemas causados pela Guerra Anglo-Zulu, resignou seu cargo e retornou para Londres. Possivelmente tomando as dores de seu mentor, Haggard enviou seu pedido de demissão à administração transvaalense em maio de 1879 e retornou para Londres por aproximadamente um ano. Após casar-se com Louisa Margitson, filha de um militar e herdeira de propriedades rurais, retornou à África do Sul no final de 1880. O jovem estabeleceu-se no Transvaal britânico e associou-se a um antigo camarada do serviço civil transvaalense, Arthur Cochrane, em atividades agrícolas: a criação de avestruzes em Hilldrop, uma fazenda próxima a Newcastle, onde Haggard presenciaria a eclosão da guerra entre britânicos e bôeres poucas semanas depois. Seria em Hilldrop que, ironicamente, a comissão real, liderada por Hercule Robinson, iria se reunir no início de 1881 para negociar aquilo que Haggard consideraria como um dos principais golpes de humilhação de sua experiência colonial: a devolução do território do Transvaal aos bôeres (COHEN, 1968).

A “perda” do Transvaal entre a imaginação e o ressentimento

Em janeiro de 1877, quando a comissão de Theophilus Shepstone avançou sobre Pretória, capital da República Sul-Africana (Transvaal), para efetuar o processo de anexação às posses do Império Britânico, a reputação do secretário de Assuntos Nativos da administração colonial de Lord Carnarvon o precedia. Desde sua nomeação ao cargo de agente

diplomático das populações nativas em Natal, em meados da década de 1840, seu nome havia sido frequentemente associado ao “sistema Shepstone”, o qual visava o estabelecimento de um domínio indireto sobre as lideranças africanas, por intermédio do reconhecimento das leis e práticas costumeiras e da criação de reservas que possibilitassem o acesso às terras sob estrito controle colonial. Embora tal sistema tenha sido arquitetado pelo secretariado colonial com o objetivo de redução de gastos administrativos, Shepstone foi, na prática, seu articulador, revestindo-se, como se pode ver pelas narrativas de Haggard, com as prerrogativas de chefes tribais a ponto de receber a denominação de *Somtsewu*, o “pai” dos zulus. Para alavancar o projeto confederacionista, Lord Carnarvon incumbiu a Shepstone a responsabilidade de estabelecer o domínio britânico sobre o território do Transvaal, embasado na premissa de que a República se encontrava perpassada por uma crise estrutural nas suas instituições econômicas e sociais e na expectativa de que, se a anexação fosse concretizada, seria uma questão de tempo para o Estado Livre de Orange ser incorporado ao Império Britânico (THERON, 2002, p. 104-106).

O estabelecimento da confederação provocou forte oposição na metrópole e nas colônias, em especial entre a elite do Cabo, crente de que os custos do projeto recairiam sobre si. Por isso, a administração de Carnarvon intensificou o nível de conflitos na região com o fito de enfraquecer as forças locais. No período, o Transvaal entrou em guerra com os bapedi em 1876 que, liderados por Matsebe Sekhukhune, efetivamente derrotaram os *burghers* e seus aliados swazi, deixando a República profundamente endividada por gastos militares. A derrota pelos bapedi e o caos administrativo gerado durante a impopular gestão do presidente Thomas François Burgers facilitaram a articulação política de Shepstone, em especial após uma coalizão entre britânicos e swazis derrotar os bapedi em novembro de 1879. A despeito disso, a anexação não era unanimidade e a transformação do Transvaal em colônia apenas intensificou os antagonismos entre britânicos e bôeres na região, sobretudo com a emergência do movimento *afrikaner*. Na metrópole, de modo similar, a anexação não era plenamente considerada como um movimento recomendável: o jornal londrino *The Spectator* noticiou, em maio de 1877, que embora

[...] uma geração passada receberia [a anexação territorial] como um ganho sólido para a raça inglesa e uma prova de nossas qualidades imperiais [...], não estamos mais naqueles dias em que o poder é medido meramente pela extensão das posses de uma nação (THE SPECTATOR, 1877, p. 8, tradução nossa).

Atenção especial recai sobre a produção escrita de Rider Haggard, nominalmente *Cetywayo and his White Neighbours* e *The Days of My Life*, pois tornam-se sugestivas dos posicionamentos políticos do letrado ao narrar a anexação e a perda do Transvaal após o desfecho da guerra. A rede formada por esses *corpora* documentais possibilita localizar na produção ensaística e autorreferencial de Rider Haggard os rastros fragmentários de seus sentimentos de pertencimento à comunidade formada pelo Império, em especial a partir do engajamento fervoroso com a campanha anexacionista de Theophilus Shepstone, vínculo edulcorado, a se julgar pelos relatos, por um senso paternalista de dever e justiça. Contudo, subjacente a essa dimensão afetiva residem outras, tão sensíveis quanto: a humilhação e o ressentimento gerados com a perda territorial e a derrota ao fim da Guerra Sul-Africana de 1881, sentimentos que possibilitam demarcar “[...] relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas” (ANSART, 2004, p. 15).

Com o objetivo de discorrer a respeito do processo de anexação da república bôer, Haggard inicialmente recorre aos antecedentes históricos que teriam resultado no caos administrativo no Transvaal. No entanto, admite que, pelo menos até meados da década de 1880, “o Transvaal é um país sem história. Sua existência era dificilmente conhecida até cerca de cinquenta anos atrás. De seu passado, não sabemos nada” (HAGGARD, 1896, p. 87, tradução nossa). A temporalidade daquele território, para Haggard, se faz efetivamente com a chegada dos primeiros bôeres nas décadas de 1830-1840, os quais, em rota de fuga da autoridade britânica na Colônia do Cabo, teriam fundado as primeiras cidades na região do rio Vaal. Se na primeira parte de *Cetywayo* Haggard reforça, mesmo que de modo ambíguo, o protagonismo histórico das lideranças zulus e o papel dos africanos negros nos processos de ocupação territorial da África do Sul, nos capítulos referentes ao Transvaal o letrado alinha-se aos setores que, naquele período, interpretavam

o Great Trek como um edificante mito de origem nacional branca, uma marcha triunfal de descendentes de europeus ao fundarem novos estados e nações. Ao narrar a paisagem natural do Transvaal, Haggard oscila entre a razão e a emoção, descrevendo-o como um paraíso perdido tingido por sua sensibilidade romântica: “[...] se um país bonito e fértil fosse o suficiente para tornar uma nação e seus habitantes felizes e prósperos, felicidade e prosperidade choveria no Transvaal e nos bôeres holandeses” (HAGGARD, 1896, p. 87-96, tradução nossa). É no Transvaal, e não em Natal, que os sentimentos de Haggard florescem, estetizando a natureza local enquanto simulacro de planos ambiciosos para o Império e no ínterim de enobrecimento do próprio letrado, que acreditava ter alcançado sua virilidade, seu protagonismo político e sua autonomia financeira naquela região.

As descrições das paisagens naturais indubitavelmente desempenhavam um papel importantíssimo na construção de olhares e imaginários a respeito do interior do continente africano, e cingiam um misto de sentimentos de engrandecimento e anátema, ladeados por “[...] um certo complexo ressentido, mesclando a inferioridade com relação ao que se considera civilizado” (NAXARA, 2004, p. 429). As primeiras experiências de Rider Haggard com as paisagens africanas foram particularmente encorajadoras para o jovem recém-ingressado na administração colonial, compelindo-o a acompanhar Henry Bulwer em suas funções oficiais em Natal por longas viagens a cavalo e em caçadas. Na rota de aproximadamente 35 dias de Pietermaritzburg para Pretória, pouco antes da anexação do Transvaal, Haggard passou jornadas em acampamento com os demais membros da comissão, lembrando posteriormente “as noites enluaradas de insuperável brilho nas quais observávamos, para além das fogueiras, o nosso campo” (HAGGARD, 1926, p. 76, tradução nossa). Ao lado das chamas crepitantes das fogueiras, Haggard lembra ouvir muitas histórias da “África selvagem” (HAGGARD, 1926, p. 76, tradução nossa) e esse filtro da tradição oral, embora referenciado de modo vago e pontual em suas memórias, não pode ser desconsiderado na constituição de seu arcabouço imaginativo. Imagens de nostalgia por uma África desconhecida e indomável, repleta de potencial para a ação e a aventura, convivem com certo senso de civilização atrelado ao estabelecimento de colônias britânicas (STIEBEL, 2001, p. 23), algo que Haggard anuncia, de modo mais aperfeiçoado, no prefácio de um dos seus romances posteriores:

Talvez elas [as páginas do livro] trarão de volta os dias passados de romance que já estão perdidos para nós. O país [Transvaal] [...] está agora, em sua maior parte, conhecido e explorado como os campos de Norfolk. [...] A sombra da bandeira da Bretanha cessou de recair sobre as planícies do Transvaal; a caça acabou; o encanto enevoado da manhã tornou-se o brilho do dia. Tudo mudou (HAGGARD, 1899, p. 5, tradução nossa).

Como se vê nesse e noutros registros escritos, o Transvaal era interpretado por Haggard como um paraíso perdido, depositário de suas expectativas frustradas a respeito de engrandecimento pessoal, sonhos de triunfo social e econômico e aspirações políticas com o crescimento do Império. Tanto em seus escritos ensaísticos quanto nos textos literários, Haggard descreve a paisagem natural do Transvaal com um misto de apreciação pelo exótico e pitoresco, algo alusivo a uma “beleza indomada” (HAGGARD, 1887, p. 21, tradução nossa), repleta de “[...] tardes gloriosas, como por vezes ocorre na primavera africana, embora tão intensamente estática. [...] O inverno havia terminado e agora, da tristeza e esterilidade de sua época ressecada, emergia o verão jovem e amável, revestido em luz do sol” (HAGGARD, 1887, p. 50, tradução nossa). Ao lado da natureza do Transvaal, nesse mesmo contexto, Haggard insere a questão racial, arcabouço ideológico frequentemente mobilizado entre seus contemporâneos para a compreensão das particularidades socioculturais dos bôeres no interior do subcontinente sul-africano, um grupo étnico que, sob a ótica do letrado, não correspondia a muitas das confabulações produzidas na imaginação política e literária da época, a saber, a utopia de uma nação branca e civilizada no “continente negro”.

Nos bôeres, Haggard observa, assim como muitos de seus contemporâneos, os efeitos nefastos produzidos pelo isolamento cultural e pela exposição prolongada a períodos nas colônias, além de um misto de comportamentos políticos radicais e fanatismos religiosos. Os bôeres “são muito religiosos, mas sua religião adquire sua tonalidade das partes mais sombrias do Antigo Testamento” (HAGGARD, 1896, p. 96, tradução nossa), produzindo, assim, uma raça destituída de quaisquer traços de piedade e gentileza, mormente no que diz respeito ao tratamento das populações nativas. Além disso, os bôeres do Transvaal são marcados

por uma “característica desagradável”, isto é, “a ausência de zelo pela verdade, especialmente quando o assunto for [posse de] terras”, de modo a afirmar que “há pouco que eles não fariam para satisfazer seu desejo” (HAGGARD, 1896, p. 96, tradução nossa). O letrado não hesita em destacar a total ausência dos “refinamentos da civilização” na “vida de um bôer comum do Transvaal”, descrevendo a carência de educação formal e o atrofiamento intelectual, o aspecto esquelético de suas habitações, a irresponsabilidade com impostos e deveres fiscais, bem como a falta de “romance, ou de qualquer sentimento e aspiração superior que são encontrados em quase todas as raças; em resumo, diferentemente do zulu que ele detesta, há pouco de cavalheiresco em sua condição” (HAGGARD, 1896, p. 99, tradução nossa). Além do ódio permanente pelas populações nativas, Haggard acreditava que, em seu estado natural, os bôeres desprezavam qualquer forma de governo institucionalizado, estando “sempre mais ou menos em rebelião” (HAGGARD, 1896, p. 99, tradução nossa). A busca pela liberdade por parte dos bôeres desvelava a ambição de “executar e escravizar” a “criatura negra” que, de acordo com o letrado, não era considerada como plenamente humana pelos bôeres transvaalenses (HAGGARD, 1896, p. 100, tradução nossa).

Com efeito, desde o reconhecimento de sua independência política e territorial na década de 1850, o Transvaal era conhecido como a região que “[...] dispunha das políticas mais rigorosas em relação aos nativos sul-africanos” (GOMES, 2015, p. 119). A *grondwet* (Constituição) do Transvaal, outorgada em 1858, explicitamente estabelecia que “o povo não deseja permitir igualdade entre a população de cor e os habitantes brancos do país, seja na Igreja ou no Estado” (WORDEN, 2008, p. 78, tradução nossa). Como consequência da implementação dessas políticas raciais na república bôer, a Dutch Reformed Church rapidamente aderiu aos princípios de segregação por volta do mesmo período, culminando, em princípios da década de 1880, na completa separação entre a instituição e a *Sendingkerk* para todos os adeptos que não fossem bôeres. Outros atos discriminatórios contra nativos e *uitlanders* (estrangeiros brancos) foram aprovados nas repúblicas bôeres durante o mesmo período: nativos africanos foram proibidos de portar armas e submetidos à obrigação de carregar passes a partir de 1886 e tanto no Transvaal quanto no Estado Livre de Orange foram impossibilitados de adquirir terras, embora muitos fizessem uso pleno de propriedades rurais adquiridas em nome de missionários brancos (WORDEN, 2008).

Ademais, diversas comunidades continuaram relativamente independentes, principalmente os Vendas e os Tsongas, ao norte, e os bapedi, no nordeste. No entanto, convém lembrar que, mesmo nas colônias do Cabo e de Natal, diversas medidas discriminatórias foram adotadas na segunda metade do século XIX com o fito de minar o espaço de atuação política de nativos, que o “liberalismo do Cabo” estava longe de ser uma doutrina ausente de hierarquizações raciais (MALKIN, 2008, p. 16, tradução nossa) e que o próprio sistema Shepstone, aplicado na Colônia de Natal, implicava em experiências de segregacionismo de terras e cerceamento da mão de obra africana.

De qualquer forma, era sob o prisma do racionalismo e do tratamento violento às populações nativas que Haggard categorizava os bôeres do Transvaal. Talvez pelas origens dos bôeres terem sido associadas ao norte da Europa, o letrado parecia reforçar as consequências danosas da exposição prolongada às colônias, representando-os como um povo que carecia de características civilizadas, degenerado por atrofiamentos morais, preconceitos e incompetência política, embora cercado por uma natureza que, para Haggard, era compreendida como promissora, majestosa e exuberante. Esses estereótipos encontravam-se enraizados em princípios de degenerescência racial e declínio moral e foram gradativamente reforçados no contexto da Guerra Sul-Africana de 1881, com o intento de destacar o papel do colonizador britânico enquanto parte de uma raça sóbria e laboriosa cujo caráter nacional havia conquistado o direito de governar outros povos ou “raças inferiores” (LEE, 1999, tradução nossa).

Sobretudo na imaginação literária do período, o veredicto britânico reforçava duplamente a dimensão negativa sobre os bôeres, pois: a) tratava-se de descendentes de europeus que haviam abandonado as supostas qualidades que os tornavam superiores e aptos a controlar terras e populações no sul da África; b) a permanência prolongada na região resultara na incorporação da violência primitiva e de comportamentos selvagens comumente atribuídos aos africanos negros (LEE, 1999). Em *Cetywayo*, o ressentido Haggard vai ainda mais além, posicionando os bôeres abaixo dos zulus, já que neles estariam ausentes “qualquer sentimento e aspiração superior” (HAGGARD, 1896, p. 99, tradução nossa), portanto afetados pela morbidez das terras distantes da Europa e corrompidos pelo fanatismo religioso e extremismo político.

A comparação entre zulus e bôeres evidencia as complexidades e incongruências das políticas raciais construídas nas narrativas ensaísticas de Haggard, em especial a partir de certa valoração positiva acerca das características primevas e atávicas que o letrado atribuía aos nativos idealizados sob sua ótica racalista e paternalista. Dessa forma, em uma conferência apresentada em Edimburgo, em 1887, nitidamente informada por discursos antropológicos contemporâneos concernentes à evolução e à relação entre distintos grupos étnico-raciais, Haggard reforçava que

do barbarismo viemos, e em direção do barbarismo podemos, algum dia, retornar [...]. Os guerreiros se aproximam, as luzes da manhã iluminam suas lanças e penachos emplumados [...]. Por trás deles, a desolação: *kraals* arruinados, corpos queimados de homens, mulheres e crianças (HAGGARD, 1951, p. 53, tradução nossa).

O que se observa aqui, como demonstrou Ardel Haefele-Thomas (2012), é a defesa a um retorno a formas de vida mais simples, representadas pelos zulus, os quais são ambigualmente aproximados por Haggard aos anglo-saxônicos revestidos por “[...] indumentárias que cobrem uma alma baseada em barbarismo” (HAGGARD, 1951, p. 53, tradução nossa). Não obstante, a nostalgia por um passado mais primitivo, repleto de possibilidades de ação aventureira e de conquista, convive com o temor pela iminente queda do Império Britânico, exemplificado pela perda do Transvaal: “[...] e então, minha vida em Pretória chegou ao fim [...]. Daquele dia em diante, nunca mais vi Pretória ou o Transvaal, e não desejo vê-los. Tudo mudou lá, e encontraria apenas túmulos. Prefiro lembrá-los tal qual eram quando jovem” (HAGGARD, 1926, p. 144, tradução nossa).

Na perspectiva de Haggard, assim como na de alguns de seus contemporâneos, a racialidade degradada dos bôeres, manifesta na falência de suas instituições sociais, no radicalismo político e no antagonismo com relação às populações nativas, justificava a anexação do Transvaal pela comissão de Shepstone, em 1877, tanto em termos ideológicos quanto pragmáticos. Para Haggard, não restavam dúvidas: a anexação tornara-se necessária. Demarcava um ato de tutela paternal

por parte do Império Britânico, com áreas socialmente empobrecidas e economicamente atrasadas da África Austral e também uma garantia de expansão territorial. A anexação, celebrada naquele momento por configurar-se como um ato pacífico, “foi um triunfo da mente sobre a matéria” (HAGGARD, 1896, p. 138, tradução nossa), uma ação que na perspectiva do letrado tornara-se “certa e necessária”, bem recebida pela parte britânica da população do Transvaal e pelos “bôeres mais educados”, crentes de que “[...] não havia esperança para o país a menos que a Inglaterra auxiliasse de alguma forma” (HAGGARD, 1896, p. 140, tradução nossa). Ao estabelecer distinções entre os bôeres, sobretudo no momento da anexação, Haggard incorre a elementos de um “paternalismo social”, o qual compreende a obrigatoriedade de cada indivíduo na manutenção da ordem social, mas reconhece que, de acordo com sua posição, cada indivíduo atua de formas diferentes e predeterminadas. Tal paternalismo estruturava-se a partir de fortes hierarquias sociais, vistas como imanentes e construídas ou determinadas a partir de uma complexa combinação de elementos étnico-raciais, de gênero e de classe social (NASH, 2007, p. 13-15). Ao enfatizar a incompetência política dos bôeres, Haggard remetia os leitores ao âmago do paternalismo, pois nessa perspectiva a debilidade bôer inviabilizaria sua independência, tornando-os necessariamente dependentes, ato que legitimaria de modo simbólico a anexação do território sob propósitos justos e benevolentes.

Os rastros do paternalismo na narrativa de Haggard ficam ainda evidentes no modo como o letrado narra as marcas de distinção de Theophilus Shepstone, o articulista da anexação: o oficial era descrito como um homem de “tato e habilidade, combinado com uma mente largamente aberta e de simplicidade” (HAGGARD, 1896, p. 137, tradução nossa), além de ter convivido durante muitos anos com as populações nativas da África do Sul “e certamente os conhece e conhece seus costumes melhor do que qualquer homem vivo; enquanto [Shepstone] é visto por eles como uma reverência afetuosa e peculiar” (HAGGARD, 1896, p. 137, tradução nossa). A decisão da anexação se deve, para Haggard, não a uma resposta aos desejos da maior parte da população branca do Transvaal, mas sim aos imperativos do dever de Shepstone para com um estado “[...] beirando à anarquia, falido, e prestes a ser destruído pelas tribos nativas” (HAGGARD, 1896, p. 137, tradução nossa).

Além disso, o literato sugere a necessidade de dar voz aos “proprietários originais” daqueles territórios, os “milhões de nativos”, os quais, acreditava, seriam plenamente favoráveis à anexação, já que, durante o “[...] período de governo [britânico] no Transvaal, os nativos tiveram, como previu-se, mais paz do que em qualquer outra época desde que o homem branco colocou seus pés naquele território” (HAGGARD, 1896, p. 150, tradução nossa). Na África do Sul imaginada enquanto *locus* de recuperação de relações demarcadas por um paternalismo latente, a harmonia social e a prosperidade política seriam garantidas pelas ações benevolentes de Shepstone, sobretudo no tratamento das populações nativas. Por isso, reveste-se com importância simbólica o fato de Shepstone ser categorizado como *Somtsewu*, o “pai” dos zulus, pois retoma uma das características mais significativas do paternalismo social: as relações entre a elite latifundiária e seus dependentes ressignificadas em termos de pais e filhos, entre a benevolência paternal e a obediência afetuosa. Nesse ponto, é importante denotar que os motivos para a anexação estavam vinculados diretamente às demandas do colonato branco por um fluxo constante de mão de obra nativa, migrante e sazonal, sobretudo para as regiões de mineração, o que seria garantido pela desobstrução do poder bapedi e pela expropriação das terras de comunidades nativas, forçando-as a uma política fiscal baseada na coleta de impostos (como os impostos de palhota, *hut taxes*) e na proletarização da mão de obra negra (TERREBLANCHE, 2002, p. 228).

Na visão de Haggard, a autoridade forte e centralizada de Shepstone, em seu período de gestão administrativa do Transvaal, teria sido capaz de impedir a desagregação social, a intensificação da violência entre bôeres e nativos e, nessa direção, teria construído relações cordiais com as populações locais a partir de certo senso de obrigações mútuas: os nativos teriam “[...] pago seus impostos alegremente, e não houve conflitos entre eles; mas desde que abandonamos o país, ouvimos uma história muito diferente” (HAGGARD, 1896, p. 151, tradução nossa). Ou assim, Haggard talvez tentasse se convencer e, por extensão, convencer seus leitores, já que a situação tanto na recém-estabelecida Colônia do Transvaal quanto no Parlamento Britânico, tornara-se tensa poucos meses após a anexação. Em janeiro de 1878, com a cisão parlamentar ocasionada pelas decisões políticas do primeiro-ministro

britânico Benjamin Disraeli sobre a questão oriental,⁶ Lord Carnarvon demitiu-se do cargo de secretário de Estado das Colônias e foi substituído por Michael Hicks Beach, ferrenho opositor da campanha confederacionista engendrada no território sul-africano por seu antecessor.

Adicionalmente, apesar da aceitação inicial da anexação por parte dos bôeres, as correspondências trocadas entre Bartle Frere e Hicks Beach em maio daquele ano deixam a ver o estado crítico em que o Transvaal se encontrava sob a administração de Shepstone: a insatisfação bôer era intensificada pela ausência de uma gestão efetiva, pela carência de uma assembleia legislativa ou de órgãos representativos, pela intensificação das tensões nas fronteiras com a Zululândia, pela continuidade da cobrança da *railway tax*, vista como indevida, já que não havia nem sinais da construção de linhas férreas, e pela nomeação de oficiais britânicos de Natal para cargos públicos (THERON, 2002). Haggard não estava alheio a tais problemas e assegura aos seus leitores que Shepstone “[...] indubitavelmente tinha defeitos enquanto governador” (HAGGARD, 1896, p. 138, tradução nossa). Contudo, sua crença na inviolabilidade do poder paternal somada à paixão política pela expansão colonial, corolário de seu prestígio pessoal e profissional, certamente dificultaram a aceitação da “perda” do Transvaal em 1881, fonte de ressentimentos e de humilhação para o jovem de Norfolk.

A Guerra Sul-Africana era descrita por Haggard como um amálgama de derrotas britânicas, heroísmos e resistências de seus soldados comuns, crueldade e violência descomedida por parte dos bôeres, em especial contra os nativos, os quais teriam sido “ou assassinados, ou torturados ou escravizados” (HAGGARD, 1896, p. 208, tradução nossa). A reinstalação da república bôer, do Volksraad e a designação do triunvirato – formado por Paul Kruger, Marthinus Wessel Pretorius e Piet Joubert – teriam rompido com as relações paternalistas estabelecidas cuidadosamente por Shepstone, as quais se fariam sentir, de acordo com Haggard, “[...] na lealdade de todos os chefes nativos sob circunstâncias desafiadoras” (HAGGARD, 1896, p. 208, tradução nossa). O efeito melodramático da narrativa era intensificado pela sensibilidade romântica

6 A “questão oriental” dizia respeito a uma série de conflitos e agravos diplomáticos ocasionados nos Balcãs e no Oriente Médio ao longo do século XIX, demarcados por uma constante tensão entre as zonas de influência política britânica e russa e que eclodiram, entre outras situações, na Guerra da Crimeia (1853-1856) e na Guerra Turco-Russa (1877-1878).

de Haggard, em particular na descrição dos soldados feridos em conflitos noturnos próximos a Newcastle, onde se formava

[...] uma visão para jamais ser esquecida [...]. A noite – lembro-me bem – era fria e chuvosa, a vastidão de colinas e planícies por vezes iluminada por feixes fragmentados de uma lua incerta, e por vezes mergulhada na mais intensa escuridão pela passagem de uma nuvem densa (HAGGARD, 1896, p. 221-231, tradução nossa).

Para Haggard, a “rebelião bôer” era, além de um problema para a manutenção do Império, uma nota pessoal. Em maio de 1879, Haggard demitira-se de suas funções oficiais na administração do Transvaal e, após um breve período na Inglaterra – onde casou-se com a herdeira Mariana Louisa Margitson –, passou a atuar em uma fazenda de avestruzes próximo a Pretória. Durante a guerra, testemunhara o cerco à cidade de Newcastle, em Natal, local que assumira uma posição estratégica nas mobilizações militares dos soldados britânicos. De sua fazenda, Haggard escrevera a Theophilus Shepstone, em meados de 1881, afirmando não poder comentar nada a respeito “desse assunto do Transvaal”, exceto que se tratava do “[...] resultado da mais poderosa combinação entre desonestidade política, covardia e ambição pessoal” (LABAND, 2014, p. 237, tradução nossa).

Os agentes do colonialismo britânico na África do Sul, a exemplo de Shepstone e de Frere, compreendiam que a devolução do Transvaal aos bôeres no final da guerra implicava uma humilhação ao orgulho anglo-saxônico e um grave problema para a hegemonia britânica no extremo sul da África. Garnett Wolseley, um dos proponentes da confederação, acreditava que a concordata de paz assinada entre britânicos e bôeres no final dos conflitos simultaneamente inviabilizaria a força militar britânica contra “os instintos belicosos e as inclinações” dos nativos, ou mesmo contra os bôeres, “novamente numa posição para agir como bem entendem” (LABAND, 2014, p. 237, tradução nossa), em especial no que se refere às políticas de fronteiras com os territórios nativos. A “perda” do Transvaal representava o golpe final contra os sonhos confederacionistas, amparados nas ambições de pleno domínio das populações brancas sobre o território sul-africano, o qual efetivamente não resultou “nem

em lucro, nem em honra” para o Império Britânico (LABAND, 2014, p. 237, tradução nossa).

A assinatura do armistício entre bôeres e britânicos em março de 1881, seguida pela Convenção de Pretória em agosto do mesmo ano, a qual reconhecia a autonomia administrativa da República Sul-Africana em caráter de suserania, eram vistas por Haggard como um resultado lamentável para os conflitos. A solução encontrada era, em sua perspectiva, uma ação tomada pelo gabinete de Gladstone para garantir o apoio popular nas eleições parlamentares, além de resultar da “multidão de visionários com cabeças de hidra e sentimentalistas profissionais que enxameiam este país” (HAGGARD, 1896, p. 250, tradução nossa). Além disso, a devolução do Transvaal afetara aquilo que designava como um “senso de lealdade, um profundo orgulho em sua nacionalidade e no orgulhoso nome da Inglaterra” (HAGGARD, 1896, p. 251, tradução nossa), sentimento intensificado entre os colonos britânicos que habitavam aquele território e que, com a “perda”, tornavam-se expatriados, financeiramente arruinados com a perda de suas terras e investimentos abortivos ou, como no caso dos funcionários civis, demitidos com parcas remunerações. É nesse pequeno herói, o homem comum que deixou a metrópole sob a premissa de estabilidade financeira ou de enriquecimento nas colônias, que Haggard observava a possibilidade de manutenção do “orgulhoso nome da Inglaterra” e, por sua associação com atividades agrícolas no Transvaal, que o letrado evidentemente se identificava. Como se tais perdas não fossem suficientes, os crimes cometidos por bôeres durante os conflitos teriam sido, de modo geral, absolvidos pelas cortes estabelecidas no Transvaal e no Estado Livre de Orange, gerando em Haggard uma impressão de profunda injustiça derivada do “[...] sangue inocente que foi derramado em nome deste país, e as lágrimas das crianças e das viúvas, que apelam a um tribunal superior àquele do governo do sr. Gladstone” (HAGGARD, 1896, p. 257, tradução nossa).

Mas as maiores injustiças, na visão de Haggard, eram infligidas sobre as populações nativas que residiam no Transvaal, cujos territórios, previamente sob a tutela administrativa e supostamente benevolente do Império Britânico, seriam entregues aos bôeres. A questão evidencia as políticas raciais em Haggard, sobretudo sua defesa pelos “direitos às terras e posses do homem negro”, justificadas pelo fato de que ele teria

descoberto “que em todas as qualidades essenciais de mente e corpo eles são muito parecidos com o homem branco, exceto que são, enquanto uma raça, mais rápidos, mais honestos e corajosos que a leva comum de homens brancos” (HAGGARD, 1896, p. 269, tradução nossa). Mesmo sem desprender-se de suas convicções raciais, Haggard relativiza o “avanço da civilização” estabelecendo uma crítica frente aos seus aspectos mais destrutivos, nominalmente, a crença de que os colonizadores brancos estariam dotados de um “direito ou missão de exterminar ou mesmo de roubar e maltratar o outro” (HAGGARD, 1896, p. 269, tradução nossa). O direito ao controle das terras pertencentes aos nativos seria justificável apenas em uma única condição, profundamente remissiva de seus posicionamentos políticos: quando “um governo justo e igualitário” for estabelecido, capaz de impedir “[...] quaisquer maus-tratos sobre eles, seja enquanto indivíduos ou tribos, mas, ao contrário, que façamos o nosso melhor para elevá-los e afastá-los de seus costumes selvagens” (HAGGARD, 1896, p. 270, tradução nossa).

Sabe-se que na República Sul-Africana da segunda metade do século XIX as relações de trabalho e de exploração da mão de obra nativa eram regulamentadas de forma muito incipiente, transformando-se, na prática, em um assunto privado nas mãos do colonato bôer (TERREBLANCHE, 2002). Diante desse quadro, Haggard defende o papel protecionista do governo e a crença em suas instituições sociais, alinhado com o senso de um colonialismo simultaneamente centralizador e paternalista sob a alegação de proteção e amparo dos direitos nativos. Coerção e conciliação parecem ser as medidas políticas propostas por Haggard no que diz respeito ao território sul-africano e à questão nativa, pressupondo ainda a criação de um “[...] secretariado ou conselho [...] composto por membros moderados de ambos os partidos [Liberal e Conservador]” (HAGGARD, 1896, p. lxxvi, tradução nossa), para evitar as inconstâncias derivadas das mudanças partidárias no Parlamento Britânico.

Entretanto, nada disso seria possível com a devolução do Transvaal em 1881. O sepultamento simbólico da Union Jack, a bandeira do Reino Unido, realizado por centenas de expatriados e chefes nativos, era descrito por Haggard como um ato de significância política que demarcava a humilhação, o ressentimento e a perda do território para os bôeres. A deslegitimação da causa bôer se fazia, na retórica do letrado,

pela incorporação dos discursos de lideranças nativas em seu *Cetywayo*, a exemplo de “Umgombarie, Silamba, Sinkanhla e Umyethile”, os quais professavam sua lealdade ao Império Britânico e, simultaneamente, alegavam o direito ancestral às posses de terras: “[...] o país pertence aos bôeres? Ou não pertencia ele aos nossos pais e ancestrais, antes de nós, muito antes dos bôeres chegarem?” (HAGGARD, 1896, p. 273, tradução nossa). Ao retomar os laços paternalistas supostamente internalizados pelas lideranças nativas e confirmar o papel tutelar do Império com aquelas populações, Haggard visa representar os bôeres – e não os britânicos – como uma força invasora, plenamente responsável pelas animosidades na região e pelo alto grau de violência interétnica. O letrado de Norfolk não ignorava o aspecto discriminatório ou explorador resultante da presença britânica na região, mas em *Cetywayo* a ênfase recaía sobre as práticas imorais cometidas pelos bôeres, a exemplo da escravização de africanos.

Para Haggard, nada restava no Transvaal ou em Natal. Ressentido com a perda territorial cuja responsabilidade atribuía plenamente ao modelo de administração adotado pelo gabinete liberal de Gladstone, o letrado deixou a África do Sul e retornou para a metrópole naquele mesmo ano. Para Bartle Frere, Haggard endereçara correspondência em junho de 1881, lamentando o fato de que a devolução do Transvaal aos bôeres acarretaria consequências destrutivas para os nativos, “os verdadeiros herdeiros do solo”, entregues para “[...] uma das raças brancas mais cruéis do mundo” (MARTINEAU, 1895, p. 415, tradução nossa). À sua mãe, Ella Haggard, remetera carta na qual confessava seus temores sobre o fim do estado de paz ou de segurança na África do Sul, de modo a concluir que “[...] a política de Gladstone efetivamente arruinou o país” (HAGGARD, 1951, p. 109, tradução nossa). O Transvaal era retratado, em seus escritos ensaísticos, como um paraíso perdido, repleto de possibilidades de enriquecimento pessoal e de expansão das ações compreendidas como mais tutelares e protecionistas do Império, emoldurado por uma natureza exuberante descrita com tons exóticos e de uma refinada sensibilidade romântica. A devolução do território aos bôeres demarcava a falência dos projetos confederacionistas e, para Haggard, assinalava outra guinada em sua trajetória intelectual: no retorno à Inglaterra, o ressentimento da perda e da humilhação somados à nostalgia pela África abandonada logo se traduziriam na intensidade da escrita literária.

CAPÍTULO 3

A questão sul-africana: literatura e história política no embate colonial



Em uma carta enviada a Henry Bulwer em 1886, Haggard assegurava-lhe jamais ter perdido “o desejo de retornar ao serviço colonial” (HAGGARD, c. 1886, n.p., tradução nossa). A despeito dos ressentimentos gerados pela perda do Transvaal e por seu retorno forçado à Inglaterra, diante do clima de incerteza e insegurança que se estabeleceu no território sul-africano, o jovem ainda vislumbrava as possibilidades de retornar ao aparato administrativo das colônias, mesmo que “em funções jurídicas”. Isso se devia ao fato de que, pouco tempo após retornar à Inglaterra, Haggard assumiu encargos profissionais na advocacia e passou a dedicar parte do seu tempo ao estudo da jurisprudência britânica, sobretudo envolvendo litígios familiares. Com um pouco de imaginação histórica, não seria difícil vislumbrar o aspecto enfadonho que a prática deveria representar para Haggard: em uma mente repleta de lembranças de bôeres e zulus, de caçadas no *veld*, coloridas com imagens de liberdade irrestrita e possibilidades de ascensão social e triunfo econômico, a prática jurídica possivelmente era vista como uma atividade tediosa. Em seu tempo livre, passou a dar continuidade às incursões ao mundo das letras e, assim, em um espaço de quatro anos, publicou *Cetywayo and his White Neighbours* e três obras de ficção: *Dawn* (1884), *The Witch's Head* (1884) e *King Solomon's Mines* (1885). Se as práticas letradas atuavam como válvula de escape à rotina fastidiosa, pode-se apenas especular; ao seu antigo empregador, Haggard garantia que escrevia livros “[...] como um meio de conquistar reputação e dinheiro. Agora, contudo, [...] [Haggard começa] a desejar que tivesse escrito sob um pseudônimo, pois depois de um tempo, torna-se desagradavelmente reconhecido” (HAGGARD, c. 1886, n.p., tradução nossa).

Foi por meio da sua produção literária que Haggard passou a ser considerado, pelo menos por parte de seus contemporâneos na Inglaterra, como uma autoridade em assuntos sul-africanos. Seus romances, ao representarem contatos e conflitos ao sul da África, difundiam entre muitos dos seus leitores e leitoras imagens e estereótipos concernentes ao chamado “continente negro”, frequentemente sob prismas racistas e com doses de sensibilidade romântica. Faziam parte, portanto, do que Achille Mbembe designou de “procedimentos de fabulações” (MBEMBE, 2018, p. 31) do discurso colonial: imaginários literários e políticos voltados a consolidar, de forma objetiva, a exploração colonial da África. Não se tratavam, todavia, de romances com um enfoque escapista

na medida em que, por meio de suas tramas literárias, Haggard visava refletir acerca de questões sociais, econômicas e culturais pertinentes ao seu contexto histórico, apresentando suas críticas e posicionamentos políticos a partir de narrativas que, por tocarem aos sentimentos e aludirem ao imaginário, eram mais acessíveis aos leitores comuns se comparados com textos estritamente políticos, a exemplo dos relatórios oficiais ou dos *bluebooks*.

Este capítulo intenciona acompanhar as relações entre literatura e políticas coloniais em quatro romances de Haggard: *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) e *Marie* (1912). O ponto de partida da análise compreende as obras literárias como objetos culturais inseridos no entrecruzamento de discursos e práticas político-sociais – portanto, evidências dos posicionamentos do letrado no que se refere à expansão colonial em África e à ocupação do território sul-africano. Para tanto, a problematização dessas fontes parte de uma perspectiva teórico-metodológica que observa a literatura como um lugar privilegiado para o estudo crítico da historicidade inerente às sensibilidades e aos afetos, às paixões e às ações políticas ao promover interações entre instâncias micro e macrosociais.

Esse ângulo de observação visa submeter as ficções literárias a uma chave de análise que as entende como suportes materiais de transmissão e constituição dos imaginários políticos por meio da sua capacidade em mobilizar sentimentos, atos e comportamentos coletivos (KALIFA, 2019, p. 13). Trata-se de romances que atuam na constituição dos “universos políticos, onde os autores participam e criam suas maneiras próprias de raciocinar, de julgar, de argumentar”, e que possibilitam “[...] recuperar as várias maneiras de construção da inteligibilidade política” (DUTRA, 2002, p. 20). Por extensão, em um jogo de vai e vem entre circunstâncias sociais e individuais, o escrutínio histórico também considera a ficção como resultado de certa perspectiva autobiográfica, isto é, na interação com as experiências concretas da trajetória do letrado, por sua postura ativa e participante no sistema político colonial, nas suas tomadas de decisões e nas formas de ação política.

A primeira parte do capítulo discute o romance *Jess*, ressaltando-o como uma das vias pelas quais Haggard gestou e destilou seus ressentimentos derivados da devolução do Transvaal aos bôeres após o desfecho da Guerra Sul-Africana em 1881. Por meio de seus personagens, o

letrado visou abordar a humilhação derivada da perda territorial, metaforizada pela morte da heroína no desfecho da trama. Haggard também aderiu ao pensamento racial da época, ao retratar os bôeres como indivíduos degenerados e movidos pelo seu fanatismo religioso e extremismo político. O interesse do letrado por formas de organização política também aparece em *Nada the Lily*, romance histórico ambientado durante as chefaturas de Shaka e de Dingane e que trata das sagas do guerreiro Umslopogaas e de seu amor por Nada, o “lírio” dos zulus. O estudo concentra-se na mobilização de certa imaginação histórica e nos usos políticos do passado ao atribuir a destruição do Reino Zulu a fatores internos, a exemplo do autoritarismo de Shaka e da incompetência de Dingane, para amenizar a responsabilidade do colonialismo britânico no esfacelamento da organização sociopolítica dos zulus.

Em *Swallow*, publicado entre o fracassado golpe militar de Jameson Raid e a eclosão da guerra de 1899, Haggard apresenta uma trama ambientada no período das migrações bôeres da década de 1830 e, por meio do romance entre a bôer Suzanne Botmar e o anglo-escocês Ralph Kenzie, delinea certa utopia racial anglo-bôer na diáspora branca na África Austral. Sem ignorar as distinções entre britânicos e bôeres na África do Sul, o letrado enfatiza as qualidades comuns entre esses grupos e, justamente em um período de crescentes tensões político-militares – sentidas tanto nas colônias quanto na metrópole, nos clubes intelectuais e na imprensa periódica –, oferece um cenário marcado por relações mais harmoniosas na formação de uma elite colonial. Finalmente, em *Marie*, publicado poucos meses após a formação da União Sul-Africana – que estabeleceu a unificação nacional sul-africana –, Haggard retorna ao período do Great Trek e à juventude de Allan Quatermain para discorrer a respeito dos direitos aos usos de terras, das resistências africanas e das relações Anglo-bôeres imaginadas nesse contexto.

Jess ou a gestão dos ressentimentos políticos

Após a devolução do Transvaal aos bôeres, no desfecho da Guerra Sul-Africana de 1880-1881, Haggard enviou uma carta à sua mãe, Ella, relatando que “a cada dia que passa, torna-se mais forte a minha convicção de que não podemos esperar paz ou segurança na África do Sul” (COHEN, 1968, p. 61, tradução nossa). O letrado, recém-casado e aguardando o nascimento do primeiro filho, ansiara estabelecer-se profissionalmente e iniciar uma família na Colônia de Natal, “[...] mas os eventos foram contra nós” (COHEN, 1968, p. 61, tradução nossa). O retorno à metrópole foi marcado por golpes de ressentimento político e nostalgia pela África perdida, sentimentos que se converteram na intensidade da escrita ensaística e literária, especialmente em *Cetywayo and his White Neighbours*. Entre 1886 e 1887, Haggard publicou a versão serializada do romance *Jess* na revista *The Cornhill Magazine*, seguido da publicação em volume único em março de 1887.

Ambientada durante a guerra no Transvaal, e com especial atenção aos impactos da devolução do território aos bôeres e às circunstâncias referentes à humilhação e à perseguição aos britânicos na região, a trama de *Jess* possibilita uma atenção maior às circunstâncias políticas das sensibilidades literárias, sob o âmbito dos “[...] fenômenos difusos das emoções e das paixões sociopolíticas” (ANSART, 2002, p. 215). Trata-se de uma fonte literária estruturada a partir dos mecanismos simbólicos das vivências políticas, em especial, como no caso em questão, de um “[...] ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada” (ANSART, 2004, p. 18).

Algumas pistas a respeito das circunstâncias referentes à gênese de *Jess* podem ser localizadas num artigo publicado por Haggard na *Contemporary Review*, em fevereiro de 1887. Em “About Fiction”, ao identificar elogiosamente exemplos de ficções resultantes do “[...] sofrimento pessoal por parte do escritor” (HAGGARD, 1887, p. 180, tradução nossa), Haggard referencia *The Story of a South African Farm* [sic], de Ralph Iron, pseudônimo utilizado pela escritora sul-africana Olive Schreiner ao publicar seu romance de estreia em 1883. Sabe-se também, a partir

das cartas de Schreiner, que os dois literatos foram correspondentes pelo menos desde 1884, quando a sul-africana afirmava ter “[...] recebido uma carta e uma novela chamada ‘Dawn’ de um Sr. H. Rider Haggard, que leu S.A.F. [*Story of an African Farm*]” (SCHREINER, 1884, n.p., tradução nossa).

Publicado em dois volumes, *The Story of an African Farm* relatava as vidas de três personagens numa fazenda no interior sul-africano, da infância à vida adulta: a jovem inglesa Lyndall, sua prima Em e o filho do capataz, Waldo. Inserido no clima de efervescência cultural e de controvérsias estéticas da década de 1880, o romance foi responsável por projetar Olive Schreiner ao campo intelectual vitoriano. Ela foi alvo de críticas pela conduta moral da personagem Lyndall, que engravida e, para evitar a submissão na vida conjugal, se recusa a casar com seu amante. Por meio da personagem, Schreiner “[...] questiona a dependência econômica e intelectual da mulher, o papel do casamento e da maternidade” (GOMES, 2010, p. 70), enredando críticas à ambição do colonialismo na África. Assim, *The Story of an African Farm* apresenta uma “[...] uma formidável denúncia da trindade profana de império, família e Deus [...], e a significação radical do livro está na convicção de Schreiner de que uma crítica da violência do colonialismo também implica uma crítica da domesticidade e da instituição do casamento” (MCCLINTOCK, 2010, p. 404-405).

Enquanto o romance de Schreiner minava a submissão feminina e as práticas violentas derivadas do colonialismo, *Jess* redireciona o potencial político da literatura e verbaliza as críticas de Haggard ao oportunismo do Partido Liberal no que compete à questão sul-africana. Em *The Days of My Life*, Haggard considerava *Jess* como “[...] um registro vivo de nossa vergonha na África do Sul, escrito por alguém que teve que suportá-la. E assim ela vive, pois é um pouco de história colocada em uma forma tangível e humana” (HAGGARD, 1926, p. 365-366, tradução nossa). A perda do território do Transvaal, que perpassou suas experiências coloniais na África do Sul, tornou-se fonte de humilhação e ressentimento para o letrado, sentimentos que ele visou traduzir e ressignificar por meio de *Jess*, narrativa em que os impasses românticos de um soldado britânico e de duas juvenzinhas transvaalenses são entrecortados pelo acirramento das tensões políticas entre britânicos e bôeres. Os personagens da trama tornam-se representativos de microcosmos de

figuras sociais relacionadas à restituição do Transvaal aos bôeres. Entre razões e sentimentos, Haggard visou fornecer sentidos explicativos para a experiência vivenciada em sua fase sul-africana e, nesse movimento, revestiu sua ficção com formas de interpretação de processos históricos entre a imaginação literária e a política.

A trama inicia-se em meados de 1880, com a chegada do protagonista, John Neil, um capitão do exército britânico (*rooibatje*) que abandonou a carreira militar para tornar-se sócio da Mooifontein, a fazenda de avestruzes de Silas Croft, no interior da então chamada “Colônia do Transvaal”. Ao chegar à fazenda sul-africana, Neil é repentinamente atacado por uma avestruz, mas, com o auxílio de uma jovem, consegue derrotar a ave. A jovem, Elizabeth “Bessie” Croft, acompanha o novo parceiro de seu tio Silas em direção à propriedade; no caminho, ambos se encontram com os empregados nativos da fazenda e com a irmã mais velha de Elizabeth, a intelectual Jess, descrita na trama como uma mulher corajosa e sentimental, que nutre aspirações literárias e sonha em ir à Europa para se tornar uma escritora. Sob muitos aspectos, Jess representava o oposto de sua irmã, pois Bessie era descrita como uma jovem dócil e doméstica cuja garantia de felicidade estava associada ao casamento e à maternidade. Quando crianças, as duas irmãs foram trazidas da Europa pela mãe para escapar do pai alcoólatra. A mãe das garotas faleceu durante a viagem e Silas adotou-as desde então. Eventualmente, o pai de Bessie e Jess viajou ao Transvaal com o objetivo de recuperar suas filhas, mas foi expulso da fazenda por Silas. Humilhado, prometeu vingança, mas morreu durante um de seus estupores alcoólicos, antes de cumprir a vendeta.

Com o passar do tempo, Neil acostuma-se à rotina em Mooifontein, auxiliando Silas. O ex-militar britânico, que se aproxima dos Crofts e de seus empregados nativos, também é apresentado ao abastado vizinho Frank Muller, um anglo-bôer detestado por Silas e suas sobrinhas devido à ganância e à crueldade. Muller pede a mão de Bessie em casamento, mas é rejeitado pela jovem e culpabiliza a presença de Neil pela rejeição. Com o passar das semanas, as duas irmãs apaixonam-se por John Neil sem uma ter conhecimento dos sentimentos da outra. Bessie finalmente admite à irmã que recusara a proposta de casamento de Muller e que, desde então, estava cada vez mais apaixonada por Neil; Jess, apesar das mágoas e do sofrimento amoroso, coloca a felicidade da irmã em primeiro lugar e reage estoicamente às notícias, abandonando a fazenda

sob o pretexto de visitar alguns colegas de escola em Pretória. Antes de partir, porém, Jess pede a Neil que proteja Bessie contra as ações nefastas de Frank Muller, o qual prometera a si mesmo que teria a garota a qualquer custo. A inimizade entre John Neil e Frank Muller torna-se clara quando o britânico encontra o bôer castigando fisicamente Jantje, um empregado africano de Silas Croft, e humilha o vilão espancando-o publicamente diante de uma multidão de africanos.

Neil finalmente pede a mão de Bessie em casamento, mas os instantes de felicidade conjugal são esfacelados com os rumores de crescentes animosidades entre bôeres e britânicos. Muller, ao receber as notícias, vê na guerra uma oportunidade de ascensão social e política; a possibilidade de governar um estado bôer após a expulsão dos britânicos do Transvaal. Com as ameaças de guerra, Muller oferece a Silas Croft proteção para sua família, em troca da mão de Bessie em casamento; o fazendeiro afirma que a decisão daquilo cabia à sobrinha e, ao descobrir que Muller já havia sido rejeitado, Croft o expulsa de sua Mooifontein, mesmo diante de ameaças. Na fuga, Frank encontra-se com Bessie e tenta violentá-la, mas suas ações são impedidas por Jantje. Em dezembro, a guerra eclode e a fazenda Croft recebe notícias de que os bôeres conseguiram derrotar um batalhão britânico. John, ao lado de um homem swazi chamado Mouti, parte para Pretória para trazer Jess em segurança ao lar. Desviando de guarnições bôeres e correndo alto risco de vida, Neil consegue infiltrar-se na cidade sitiada.

Jess, que planejava deixar Pretória, recebe notícias do noivado da irmã e, mesmo que feliz por Bessie, decide jamais ver John Neil novamente. Os dois se reencontram em meio à guerra e permanecem na capital durante o cerco. Acuados, refugiam-se em uma cabana abandonada, enquanto John une forças aos voluntários que lutavam para defender a cidade. Jess recebe falsas notícias de que Neil havia sido morto e desaba em seus braços ao reencontrá-lo vivo, confessando-lhe seus sentimentos. A recíproca era verdadeira, mas a jovem lembra o soldado de seu compromisso com Bessie. Ferido com um tiro na perna, John passa por uma cirurgia e Jess cuida dele até sua recuperação; ambos prometem esquecer-se de seus sentimentos, mas intimamente reconhecem a impossibilidade do gesto.

Com o auxílio de um bôer, Hans Coetzee, Jess consegue passes para ela e John deixarem Pretória. Coetzee informa Muller da fuga do casal e

o anglo-bôer promete executar todos, exceto Bessie. O vilão encontra o casal, dando ordens aos bôeres que os acompanhavam para afogar John e Jess num rio próximo ou atirar neles na travessia noturna. Durante a noite, uma tempestade recai sobre o grupo; a luz dos relâmpagos permite que Jess e John vislumbrem as armas erguidas dos bôeres e o casal foge pela correnteza caudalosa, enquanto os bôeres, com exceção de Muller, são fulminados por um raio. Na fazenda, Silas desafia as ordens dos bôeres e hasteia a bandeira britânica, ato que leva Frank Muller a acusá-lo de alta traição. Algumas semanas mais tarde, Croft é apreendido pelos bôeres e Muller propõe a Bessie que ela o aceite como marido em troca da liberdade e da sobrevivência do tio. Furioso com a recusa, Muller ameaça violentá-la e Silas é condenado à morte.

John e Jess são presos por um grupo de bôeres, mas a garota logo é libertada e consegue alcançar Mooifontein, onde Jantje a informa dos eventos recentes. Os dois tentam libertar Bessie, que estava presa em uma das cabanas, e presenciam a chegada de Muller, o qual informa a juvenzinha sobre a suposta morte da irmã, ação que a leva a finalmente aceitar as propostas do anglo-bôer. Jess, ao lado de Jantje, chega à conclusão de que a única possibilidade de sobrevivência para toda a sua família implicava na morte de Frank Muller. Jantje, cujos pais haviam sido mortos pelo pai de Muller, decide matar o anglo-bôer com as próprias mãos, mas no momento decisivo, perde a coragem. Jess, que o acompanhava, toma a faca para si e assassina Muller. John, que até aquele momento havia sido prisioneiro dos bôeres, consegue escapar para a fazenda Croft e, tomado pelo cansaço, decide dormir em uma caverna. Após escapar do acampamento bôer, Jess também alcança a mesma localidade e, fatalmente acometida pela exaustão, morre após encontrar-se com John. Ao final da trama, Jantje desaparece sob as acusações da morte de Muller, Silas é libertado e os sobreviventes retornam à Inglaterra, onde Neil e Bessie finalmente se casam.

Por meio do texto literário, Haggard sobrepõe os dramas de personagens individuais a um plano de fundo comum: a Guerra Sul-Africana de 1881 e a devolução do Transvaal após a Convenção de Pretória. A humilhação pelo que caracterizava como uma derrota para o Império Britânico, somada às críticas que Haggard direciona à administração liberal do primeiro-ministro britânico William Gladstone, incide na produção de um texto que expressa o ressentimento político do letrado.

Para Haggard, tanto em seus textos ensaísticos quanto na produção literária o Transvaal apresentava-se outrora como um lugar de revitalização política e econômica, de construção do prestígio viril, emoldurado por uma natureza exuberante e sublime, características que intensificam a sensação de um verdadeiro paraíso perdido após deixar seu estatuto de colônia do Império Britânico. Por esse motivo, convém enfatizar as impressões da sensibilidade romântica nas descrições da natureza do Transvaal, pois demonstram o esforço do literato em instrumentalizar um conjunto de ideias e percepções que levam a um enaltecimento de seu espaço natural, em clara oposição ao que entende como o extremismo político dos bôeres.

É o que se observa na descrição da “primavera africana” em uma

[...] tarde gloriosa [...], embora tão intensamente imóvel. Por todos os lados havia evidências da vida. O inverno terminara, e agora, da tristeza e esterilidade de sua estação seca, erguia-se um jovial e amável verão, envolto em luz do sol, adornado com orvalho e perfumado com o sopro das flores (HAGGARD, 1887, p. 50, tradução nossa).

A nostalgia pela África perdida da sua juventude torna-se uma sensibilidade complementar ao ressentimento agravado pelo senso de humilhação política. Haggard, que escrevia após a devolução do Transvaal, remete a um caráter positivo da natureza sul-africana, descrevendo-a em termos nostálgicos, ou ainda como impossível de ser plenamente apreendida pelo domínio racional, com ênfase na pequenez do homem europeu diante do espaço natural. Afinal, o letrado afirma que:

John parou e observou a beleza indomada da cena, sua mente comparando-a com muitas visões cultivadas que ele conhecia, e chegando à conclusão de que, por mais desejável que a presença do homem civilizado fosse no mundo, pode-se dizer que suas ações pouco acrescentam a esta beleza (HAGGARD, 1887, p. 21, tradução nossa).

Em *Jess*, o autor promove certa feminilização da paisagem transvaalense, de modo a abstrair “[...] o corpo feminino como uma geometria

da sexualidade capturada sob a tecnologia da forma imperial” (MCCLINTOCK, 2010, p. 18). As metáforas femininas utilizadas para descrever a natureza do Transvaal relacionam-se ao que Anne McClintock designou de “pornotrópicos”, evocando as ansiedades masculinas pela conquista contrapostas a um território que é feminilizado e, nessa ótica, passível de ser conquistado. Dessa forma, logo na abertura do romance, Haggard afirma que a vegetação sobre o *veldt* “[...] deslocava-se, bifurcava-se e reunia como as veias no braço de uma mulher, completamente coberta com uma espessa camada de poeira avermelhada” (HAGGARD, 1887, p. 1, tradução nossa). E, enquanto Bessie era associada à Mooifontein e aos jardins transvaalenses, Jess era constantemente relacionada à Lion’s Kloof, uma gruta repleta de flores “em pleno desabrochar” (HAGGARD, 1887, p. 44-45, tradução nossa). Adicionalmente, a intensidade dos seus sentimentos era narrada a partir de metáforas geográficas, na medida em que “[...] em naturezas como aquelas, o amor se ergue feito o vento sobre o seio tácito de algum mar distante” (HAGGARD, 1887, p. 62, tradução nossa). Essas descrições do interior do Transvaal transformavam-no em um paraíso perdido, o que reforçava o sentido político da trama – a humilhação e o ressentimento derivado da perda colonial –, mas também se embasavam em um “gesto compensatório” às crises de identidade colonial masculina, na premissa de que “[...] as mulheres são a terra que está para ser descoberta, penetrada, nomeada, inseminada, e acima de tudo, possuída” (MCCLINTOCK, 2010, p. 58).

Ao lado da natureza do Transvaal, Haggard remete seus leitores à questão racial. Os bôeres, de um modo geral, são apresentados na trama como detentores de extremismos políticos e fanatismo religioso, características que Haggard, como muitos de seus contemporâneos, atribuíam a condições raciais derivadas da longa permanência em território colonial. Assim, por exemplo, após escaparem do cerco militar a Pretória, Jess e John encontram dois rebeldes bôeres, descritos em termos fisionômicos que enfatizam, em um deles, “a expressão peculiarmente vilanesca no semblante, e um dente proeminente que se projetava sobre um isolamento horrível no lábio inferior” (HAGGARD, 1887, p. 198, tradução nossa), e no outro, a profusão de cabelos e pelos faciais que o tornam “mais parecido com um grande macaco barbado do que com um ser humano” (HAGGARD, 1887, p. 198, tradução nossa). Esse último, “um bôer do tipo mais selvagem, vindo das fronteiras distantes de Zoutpansberg”, recebe de Jess o apelido de *Vilderbeeste*

(Gnu), em referência “[...] à aparência e ferocidade do animal peludo” (HAGGARD, 1887, p. 198, tradução nossa). A animalização de comportamentos encontrava-se no cerne das metáforas raciais empregadas no período, simultaneamente valendo-se do argumento pseudocientífico para legitimar desigualdades sociais ao enfatizar que as diferenças naturais explicariam os motivos pelos quais alguns grupos eram dotados de maior competência para assumir responsabilidades e comandar. Nos bôeres, Haggard conjugava um misto de características negativas, a exemplo da degenerescência racial e da tendência à insurreição contra a autoridade britânica, a qual era, tal qual apontado previamente, interpretada pelo letrado como um baluarte de proteção paternal e de justiça benevolente.

Nas dinâmicas do ressentimento de Haggard, o ódio e a humilhação, inflamados por preceitos de certo racismo vulgarizado, são movidos primariamente contra os bôeres, descritos como racialmente condicionados à violência. Contudo, o letrado também mobiliza elementos raciais e racistas para descrever os personagens africanos, a exemplo do capataz da fazenda, Jantje, entregue a excessos alcoólicos, atitudes acovardadas e superstições, mas que é igualmente visto como uma vítima de práticas cruéis promovidas por colonos bôeres como Frank Muller. Nessa ótica, que atualiza e vulgariza os preceitos do racismo oitocentista, Jantje, assim como outros africanos, era como uma “criança civilizada”, dotado de “instinto canino” (HAGGARD, 1887, p. 110, tradução nossa) e que “[...] ansiava por feras selvagens e inimigos, e se não houvesse nenhum disponível, ele se satisfazia fingindo a sua presença” (HAGGARD, 1887, p. 298, tradução nossa). Simultaneamente, Haggard denuncia os preconceitos raciais e a violência promovida pelos bôeres, afinal, Frank Muller não hesita em ameaçar “meter uma bala” (HAGGARD, 1887, p. 84, tradução nossa) em Jantje e, após acusá-lo injustamente de roubo, pune de modo severo o africano. Categorizando-o como uma “criança civilizada” e dependente da tutela paternal representada pela administração colonial, o romancista não ignora a consciência de Jantje com relação ao seu estatuto no Transvaal após a anexação: “[...] a terra é britânica agora, e bôeres não podem matar os negros como querem!” (HAGGARD, 1887, p. 75, tradução nossa).

O argumento racial foi mobilizado por Haggard em *Cetywayo and his White Neighbours* para justificar a ocupação do Transvaal pelos britânicos sob o pretexto da proteção benevolente das populações africanas.

As denúncias concernentes à manutenção da escravidão e das práticas de violência arbitrária entre os bôeres eram utilizadas nesse contexto para legitimar a intervenção shepstoniana na República Sul-Africana e, ao sensibilizarem o público leitor, almejavam promover seu engajamento afetivo e compaixão pelas “crianças civilizadas”. Em *Jess*, Haggard avança nessa direção ao relatar o histórico familiar de Jantje: sua família era composta por *bijwoners*, isto é, africanos pobres que receberam autorização para viver em choças na propriedade de Jacob Muller, pai do vilão. Quando o gado deixado aos cuidados do pai de Jantje morreu, Jacob Muller acusou o africano de roubar e revender os animais “[...] e bateu nele com um chicote até que ele estava todo ensanguentado, e embora nós mostrássemos a ele os ossos do gado, ele dizia que tínhamos roubado e vendido” (HAGGARD, 1887, p. 78, tradução nossa). Certo tempo depois, após o desaparecimento de outro rebanho, Jacob e o filho amarraram Jantje e sua família em árvores e, após torturá-los, executaram quase todos a tiros. Jantje foi salvo no último instante, quando o gado reapareceu. A morte de africanos, causada na trama pelas ambições dos bôeres insurgentes e por suas práticas de escravização, intensifica o clima de impunidade que Haggard atribuía à devolução do Transvaal aos grupos revoltosos.

De um modo geral, os africanos são representados em *Jess* como indivíduos em processo de incorporação na sociedade colonial para serem utilizados como mão de obra nas fazendas de britânicos e de bôeres. Esse processo, contudo, era visto por Haggard de forma ambígua, pois como ilustrado por Hendrik, o lacaio africano de Frank Muller e responsável pela destruição da fazenda dos Croft, o contato com a “civilização” corrompera não apenas as formas tradicionais de organização social e cultural dos africanos, mas também traços do caráter, tornando-os subservientes e vilanescos. Hendrik, por exemplo, era comparado por Muller a algo “inferior a um cão” e era descrito por Haggard como o “familiar” de Muller (HAGGARD, 1887, p. 247-248, tradução nossa) – um termo utilizado para categorizar os animais associados à feitiçaria – por utilizar de práticas divinatórias ao serviço do anglo-bôer.

O empregado Jantje, por sua vez, era descrito como um indivíduo de feições degeneradas “cuja idade poderia ser qualquer uma entre vinte e cinco e sessenta; era impossível formar qualquer opinião a respeito”, além de ser dotado de uma “[...] face amarelada feito um macaco, distorcida numa expressão de intensa maldade” (HAGGARD, 1887, p. 27,

tradução nossa). Haggard assegura aos seus leitores que Jantje movia-se “[...] de arbusto em arbusto feito uma pantera, ou arrastando-se pela grama como uma serpente” (HAGGARD, 1887, p. 265, tradução nossa), termos que contrastavam com a bravura, a coragem e a disciplina que o letrado atribuía a africanos pouco integrados à sociedade colonial, a exemplo dos zulus, e que demonstram a extensão do pensamento raciaalista e do racismo na sua produção literária. Afinal, nessa lógica racial e colonialista, os africanos negros estariam desprovidos de qualidades e características humanas – e, por extensão, de direitos políticos – e necessitariam da tutela justa e benevolente do colonialismo britânico. Os termos utilizados por Haggard para descrever seus personagens negros demonstram a força do discurso colonial e a construção de estereótipos raciais com o objetivo de naturalizar e essencializar diferenças entre brancos e negros (HALL, 2016).

É com Silas Croft, o pequeno e injustiçado colono britânico, que Haggard parece escoar com maior constância seu ressentimento. Afinal, ao longo das semanas entre dezembro de 1880 e março de 1881, Silas, um britânico patriótico que deixou a metrópole para tentar o êxito financeiro em atividades agrícolas no Transvaal, permanece fervorosamente confiante na administração britânica, afirmando para sua sobrinha Elizabeth:

A correnteza irá mudar ao final, minha querida, ele disse, e nós teremos nossa oportunidade. Bem, já está na hora, depois de todo o embaraço e perdas e agonias que passamos. [...] Porém, há um fim para isto agora. Eu sabia que eles jamais iriam desistir e nos abandonar (HAGGARD, 1887, p. 255, tradução nossa).

Por manter a flâmula britânica erguida diante de sua fazenda, Silas é eventualmente preso pelos bôeres insurgentes e submetido a um longo e torturante julgamento. É aqui que, ao ser acusado por Muller de traição e revolta contra a república reestabelecida, Silas é alertado da devolução do Transvaal aos bôeres e, por extensão, confinado à sua nova condição de réu apátrida, abandonado pelo governo britânico à própria sorte e descrito por Haggard nos seguintes termos:

[...] era uma visão terrível ver este homem velho, bom e temente a Deus, sua face ferida, os cabelos cinza embebidos em sangue, e as roupas praticamente em trapos no corpo, andar e cambalear de um lado ao outro, blasfemando contra seu criador e o dia em que nasceu; declamando execrações ao seu amado país e ao nome do Inglês, e o governo que o desertara, até que sua natureza lhe tomasse conta, e ele caiu imóvel, lá, à sombra de sua bandeira desonrada (HAGGARD, 1887, p. 263, tradução nossa).

O julgamento, que foi manipulado por Muller com base em suas ambições pessoais, muito possivelmente reverberava a perspectiva do letrado a respeito dos contrastes gerados pela pluralidade de sistemas legais vigentes nas colônias e territórios sul-africanos da década de 1880, em especial, das distinções entre “a *common law* britânica e o direito romano-germânico praticado nas Repúblicas bôeres” – sem contar “[...] os sistemas nativos de regulamentação de suas sociedades” (GOMES, 2015, p. 140). Na perspectiva de muitos juristas britânicos, os sistemas legais bôeres eram retrógrados e atrasados e, por isso, as reações de Silas diante de uma corte marcial formada por bôeres insurgentes parecem derivar dos contrastes resultantes da interação dessas práticas jurídicas: “[...] eu sou um cidadão britânico. Apenas defendi minha casa após vocês terem assassinado um dos meus servos. Eu nego a sua jurisdição sobre mim, e me recuso a me declarar culpado” (HAGGARD, 1887, p. 276-277, tradução nossa). O episódio conjuga uma interlocução entre sentimentos e política, ao enfatizar a humilhação e a mágoa enquanto efeitos imediatos da devolução do Transvaal aos bôeres, sentidos e ressentidos por aqueles que, a exemplo de Haggard (e Silas Croft), viveram o calor do momento em solo sul-africano.

O desfecho da narrativa literária igualmente promove a ideia da colônia enquanto um paraíso perdido, de oportunidades econômicas e sociais que foram, após 1881, destituídas dos colonos britânicos na região. A morte de Jess e o retorno do casal John e Bessie para a metrópole promoviam a sensação de que, a despeito de sua natureza exuberante, o Transvaal dos bôeres nada mais ofereceria aos britânicos. Nesse sentido, Haggard atualizava, em uma forma literária, muitas das suas ideias políticas delineadas originalmente em *Cetywayo and his White*

Neighbours, apresentando em tom de denúncia os danos causados aos colonos prejudicados com a devolução do território transvaalense, de modo a culpabilizar não somente a ação bôer, mas também o descaso do governo britânico na gestão liberal de William Gladstone. Haggard atribuíu o resultado da guerra às políticas de não intervencionismo por parte do primeiro-ministro, causando um efeito de “humilhação nacional [...]” (HAGGARD, 1896, p. 96, tradução nossa) ao devolver o território transvaalense aos bôeres revoltosos.

Tanto em *Jess* quanto em outras documentações do período, a Guerra Sul-Africana de 1880-1881 era apresentada como um conflito entre populações brancas, entre britânicos e bôeres, de modo que os nativos eram comumente vistos como testemunhos passivos ou, tal qual manifesto por Haggard em *Cetywayo and his White Neighbours*, como vítimas da opressão bôer. Tome-se, a título de exemplo, uma caricatura intitulada *The School of Musketry*, publicada na *Punch* em maio de 1881, logo após o desfecho dos conflitos, e que apresentava, em tons satíricos, o despreparo dos britânicos diante da capacidade militar dos bôeres: enquanto o condecorado oficial britânico refestela-se em papéis que ensinam a “teoria da prática de mosqueteiro”, o bôer, com armas em mãos, oferece-se para ensiná-lo na prática.⁷ Sob essa perspectiva, a guerra era vista como um confronto de homens brancos pelo Transvaal, ignorando ou diminuindo a presença histórica e o protagonismo de zulus, xhosas, swazis e Basothos na região. Os africanos são representados em *Jess* sob o prisma do paternalismo social de Haggard enquanto aliados subservientes dos britânicos, a exemplo do lacaio “hotentote” Jantje, ou enquanto servos dos bôeres, tal como Hendrik, um “feiticeiro caolho” de “semblante vilanesco” (HAGGARD, 1887, p. 245, tradução nossa). Ainda assim, o letrado não ignora o papel das “fontes nativas” (HAGGARD, 1887, p. 235, tradução nossa), isto é, dos africanos enquanto informantes durante o período de conflitos, capazes de se deslocarem com mais facilidade em um ambiente hostil e, por isso, vistos por ele como elementos atuantes nas relações de força na guerra.

7 Sobre análises a respeito dessa e de outras caricaturas, ver: SANTOS, Kennya Souza. *As guerras anglo-bôeres através de caricaturas da revista ilustrada Punch Magazine (1881-1902)*. 2014. 60f. TCC (Graduação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Florianópolis: UFSC, 2014.

Traíçoeiros e vilanizados, ou covardes e subservientes, os africanos representados em *Jess* distinguem-se fundamentalmente da nobreza e da bravura atribuídas por Haggard aos zulus em outros de seus romances, sobretudo daqueles ambientados nas primeiras décadas do século XIX, no contexto da expansão do Reino Zulu ou do Great Trek. Aqui, assim como alhures, o letrado parece evidenciar o modo como o contato com a presença colonial europeia ao sul da África não apenas corroe as bases sociopolíticas nativas, mas também corrompeu o caráter dos homens e das mulheres africanas – uma preocupação que já anunciara em seus artigos a respeito da “questão nativa”. Vilanizados ou escravizados, os personagens africanos em *Jess* contrastam com o senso de honra, coragem e obediência às instituições sociais e políticas, elementos que o letrado relacionava fortemente aos zulus em *Nada the Lily*, como se verá adiante.

Em suma, *Jess* configurava-se como um romance produzido a partir da interação com processos macropolíticos, já que, por meio dos martírios de seus personagens, Haggard deu vazão aos sentimentos e às paixões políticas concernentes à questão colonial e à devolução do território do Transvaal aos bôeres, e também à perspectiva de “tempos difíceis” quando “[o Transvaal] não [era] mais um país para os ingleses” (HAGGARD, 1887, p. 241, tradução nossa). Ao lado do ressentimento e da humilhação, como ilustrado pelo personagem de Silas Croft, o letrado igualmente ressaltava a nostalgia pela África perdida de sua juventude, metaforizada pela morte de Jess e pela separação dos amantes. O coração partido de John Neil assume uma dimensão política se contraposto à perda territorial; da mesma forma, suas expectativas de reencontrar Jess podem simbolizar os rastros de certa expectativa, por parte de Haggard, na compensação política pelos resultados da guerra contra os bôeres – e talvez de alguns de seus contemporâneos, já que semelhantes expectativas moveriam o *randlord* Cecil Rhodes a tentar reintegrar o Transvaal às posses britânicas em 1895, de forma malfadada no Jameson Raid.

***Nada the Lily*: usos políticos do passado e imaginação literária**

Intrigado pelo fracasso na política descentralizadora para a Zululândia após a Guerra Anglo-Zulu, Haggard escreveu *Nada the Lily* em torno de duas tramas paralelas: a história de Shaka e sua ascensão ao poder e a trajetória de Umslopogaas, personagem ficcional e filho do *inkosi* zulu. Logo, trata-se de um texto literário construído a partir dos usos políticos da imagem de Shaka para fornecer sentidos explicativos à expansão e à queda do Reino Zulu, utilizando-o como uma alegoria para a experiência da derrota e para os antagonismos políticos na Zululândia. Para tanto, Haggard apropria-se de elementos da perspectiva shepstoniana a respeito dos deslocamentos populacionais e dos movimentos migratórios na África do Sul das décadas de 1820 e 1830, localizando os zulus como o epicentro responsável pela “onda de desolação” no interior do subcontinente.

A incursão ao passado sul-africano na forma de romance histórico povoado por personagens africanos enquadra-se no que pode ser categorizado como uma tentativa de representar “[...] os zulus, de modo a remover os britânicos da responsabilidade sobre a derrocada do Reino Zulu. *Nada the Lily* reescreve os zulus como vítimas, e não como agentes da história” (CHRISMAN, 2000, p. 99, tradução nossa). Entretanto, *Nada the Lily* ainda visa conciliar posicionamentos contraditórios por parte de Haggard: de um lado, um exercício de legitimação da tutela paternal do colonialismo, contraposta à imagem de um Shaka tirânico e irracional e, de outro, um elogio à virilidade e à bravura do homem zulu, em especial pelo personagem Umslopogaas.

A julgar pela data no manuscrito preservado no Norfolk Records Office, *Nada the Lily* foi redigido entre 1889 e 1890, ou seja, logo após a anexação da Zululândia e a publicação da segunda edição de *Cetywayo and his White Neighbours*, o qual apresentava um novo prefácio, atualizado com as perspectivas de Haggard a respeito do futuro dos zulus após a anexação de seu território. Haggard agora considerava plenamente justa a guerra contra Cetshwayo, sob a alegação de que o *inkosi* não havia cumprido com as premissas de convivência diplomática com a Colônia de Natal estabelecidas em acordo com Shepstone pela ocasião de sua

coroação em 1873, além de tratar seus súditos com excessiva crueldade. Sua restauração ao governo de parte do território da Zululândia teria imediatamente levado a atos de vingança política contra os chefes rivais do *inkosi*. A morte de Cetshwayo, na perspectiva de Haggard, não resolveu o impasse, já que seu filho e herdeiro, Dinuzulu, deu continuidade à guerra civil entre os zulus. Com a apropriação de suas terras pelos bôeres, a administração da Colônia de Natal teria optado pela anexação do território zulu: uma garantia, acreditava, da manutenção das terras para os africanos, a despeito das suas desvantagens para Dinuzulu, “[...] reduzido à posição de um chefe comissionado sob a autoridade do Residente Inglês” (HAGGARD, 1896, p. xliv, tradução nossa).

Esses escritos, ao lado dos artigos publicados em sua juventude, evidenciam um ávido interesse pelas formas de organização política dos zulus, a exemplo de sua identidade coletiva, política e sistema militar. A transição de Haggard para a ficção e, em especial, para o formato do romance histórico em *Nada the Lily*, envolve uma “agenda ideológica” anunciada desde o prefácio da obra literária, dedicado a Theophilus Shepstone. Afinal, ao contar uma história destituída de personagens brancos, Haggard visa, ao mesmo tempo, exonerar o colonialismo britânico pela desestruturação da Zululândia e defender seu antigo mentor das acusações promovidas contra ele durante a Guerra Anglo-Zulu. Mas acima de tudo, *Nada the Lily* promove um debate em torno da “[...] autoridade interpretativa: quem é e deve ser empoderado para interpretar o presente e o passado da África do Sul” (CHRISMAN, 2000, p. 99-100, tradução nossa). Em suma, o projeto político de *Nada the Lily* envolve um esforço de apropriação do passado zulu na formulação de um álibi político para o colonialismo britânico.

Em 1875, Theophilus Shepstone, então ocupando o cargo de secretário de Assuntos Nativos nas vésperas da anexação do Transvaal, publicou o artigo “The zulus”, na revista *Cape Monthly Magazine*. Ao descrever a Colônia de Natal, Shepstone remetia-se às primeiras décadas do século XIX, período em que mudanças na Zululândia repercutiriam “em todo o sudeste da África” (SHEPSTONE, 1875, p. 95, tradução nossa). Até então, “o país estava densamente habitado por numerosas tribos, lideradas por chefes independentes”, os quais “viviam em paz com seus vizinhos”, exceto em “[...] conflitos eventuais, os quais não eram então sérios [...]”. Esses povos eram pacíficos e inofensivos, e viviam em felicidade e contentamento um com o outro” (SHEPSTONE,

1875, p. 96, tradução nossa). A partir de 1812, Shepstone conclui, o ambiente edênico e o equilíbrio de forças teriam sido rompidos pelo “gênio sanguinário de Chaka”, ao dar início a uma política expansionista de aniquilação étnica e de incorporação das “tribos vizinhas”, “compelidas a adotar também o novo sistema”. Como resultado, “onda após onda de desolação abateu-se sobre a terra, na forma de tribos em fuga [...], no esforço de estabelecer a maior distância possível entre eles e o inimigo universal Chaka”. O *inkosi*, com a intenção de alcançar a “soberania universal”, teria promovido a expansão da “esfera de suas operações” (SHEPSTONE, 1875, p. 97-98, tradução nossa) pela destruição de grupos rivais ou pela incorporação dos exércitos derrotados em suas forças, gerando a desarticulação das identidades coletivas de outros grupos nativos e implicando no seu deslocamento geográfico.

Na imaginação histórica de Shepstone, o crescimento do poder zulu na chefatura de Shaka teria transformado “[...] milhares de milhas quadradas em um deserto sibilante, derramado rios de sangue, aniquilado comunidades inteiras, tornado os membros de outras em canibais, e causado misérias e sofrimentos” (SHEPSTONE, 1875, p. 103, tradução nossa). Sua perspectiva inseria-se em um quadro mais amplo de narrativas que, pelo menos desde a década de 1820, preocupavam-se em caracterizar as ações político-militares de Shaka kaSenzangakhona e descrever seus impactos sobre o interior sul-africano e as relações interétnicas na região. Segundo Carolyn Hamilton (1998), as primeiras narrativas de europeus acerca de Shaka foram promovidas por comerciantes no Cabo na década de 1820, as quais o caracterizavam como um indivíduo relativamente solícito a estabelecer relações comerciais com os colonos, sobretudo baseadas na comercialização de marfim com o litoral.

Após sua morte em 1828, assassinado em disputas dinásticas por seus meios-irmãos, Dingane e Mhlangane, uma imagem mais negativa e depreciativa começou a circular, associada a um momento em que o monopólio dos comerciantes britânicos sobre a região a ser ocupada pela Colônia de Natal começava a ser desafiado. Tais narrativas igualmente resultavam das interações culturais derivadas do contato com a tradição oral africana, especialmente de comunidades incorporadas pelo centro de poder zulu no período de sua formação: quando o historiador e linguista James Stuart coletou entrevistas com homens e mulheres falantes de isizulu no início da década de 1900, seus entrevistados forneciam visões múltiplas e até mesmo contraditórias a respeito

da natureza da soberania de Shaka. Muitos deles, sobretudo pertencentes às comunidades abaqwabe, que foram forçadas a migrar para o sul do rio Thukela ou rumo à Colônia de Natal para se distanciar da esfera de influência política zulu, reforçavam a imagem negativa acerca de Shaka (HAMILTON, 1998).

A imagem de Shaka foi ressignificada na década de 1870 nos escritos e nas políticas de tratamento dos nativos promovidas por Shepstone: o *inkosi* passou a ser visto como um soberano autocrático, embora eficiente, cuja autoridade centralizada legitimaria o autoritarismo de Shepstone com base na tradição política zulu. A participação do oficial britânico na coroação de Cetshwayo, em 1873, estava alinhavada a essa perspectiva, a qual foi minada com o advento da Guerra Anglo-Zulu poucos anos depois, momento em que, para justificar o desmembramento do território zulu, a natureza bárbara de Shaka voltou a ser enfatizada. A situação também assinalou um interesse pela história da formação do Reino Zulu e da sua fragmentação e as narrativas dos dois processos tornam-se sintomáticas de ansiedades concernentes à soberania e à expansão territorial em âmbito colonial. Para muitos observadores vitorianos, o expansionismo de Shaka atuava como um elemento análogo e precursor ao colonialismo britânico da segunda metade do século, mas a destruição da Zululândia simultaneamente reafirmava e ameaçava as crenças na supremacia imperial: um lembrete de que impérios, por mais invencíveis que possam parecer, poderiam ser derrotados. Assim, o centro de poder zulu era visto com ambivalência, pois poderia evocar a eficácia da organização política com base em um governo centralizado e autoritário e, ao mesmo tempo, relacionado a uma ameaça “bárbara” ou “selvagem” à expansão do colonialismo em nome do “progresso” e da “civilização” (CHRISMAN, 2000, p. 76, tradução nossa).

Em um espaço razoavelmente curto de tempo, entre o fim da Guerra Anglo-Zulu em 1879 e a década de 1890, profundas transformações marcaram a região que outrora abrigara o Reino Zulu, em especial: a) a deposição e restauração do *inkosi* Cetshwayo (e sua morte, em fevereiro de 1884); b) a fragmentação do território; c) as disputas internas pelo poder entre os uSuthos pró-Cetshwayo e seus rivais liderados pelo chefe Zibhebhu kaMaphitha; d) a dissolução dos regimentos *amabutho* e a eventual anexação do território pela Colônia de Natal, em 1887. Quando Rider Haggard pôs-se a escrever as primeiras páginas de seu *Nada*

the Lily, ambientado nas chefaturas de Shaka e Dingane, a estrutura política dos zulus aparentava-lhe estar em vias de extinção. No prefácio ao romance, deixava claro que em sua juventude “[...] os zulus eram ainda uma nação; agora aquela nação foi destruída, e o objetivo dos seus governantes brancos é arrancar o espírito guerreiro pelo qual ela se destacava, e substituí-lo por um espírito de progresso pacífico” (HAGGARD, 1895, p. xi, tradução nossa). Haggard concluiu que o avanço do colonialismo, visto como uma força benevolente, acarretaria inevitavelmente na erosão das práticas costumeiras e das bases de organização sociopolítica dos africanos, por mais admiráveis que fossem.

O enredo de *Nada the Lily* inicia-se nas vésperas da Guerra Anglo-Zulu, quando um viajante europeu busca auxílio de um velho africano, que se identificava pelo nome de Zweete. O velho, que vivia isolado e era reconhecido na região de Duguza (KwaDuzuka, em Natal) por suas habilidades de divinação, relata ao seu espectador a história trágica do bravo guerreiro Umslopogaas e de Nada, considerada a mais bela mulher zulu. Logo, Zweete revela ao viajante sua verdadeira identidade: o *inyanga* (curandeiro) Mopo que, direta ou indiretamente, provocou a morte de Shaka e de seus meios-irmãos, Dingane e Mhlangane. Logo no início do relato, Mopo deixa claro seus motivos: ele planejou a morte de Shaka após este ordenar a execução de suas esposas, seus filhos e Baleka, a irmã do curandeiro e esposa do *inkosi*. O assassinato de Dingane, por sua vez, foi provocado após causar a morte de Nada, a única filha sobrevivente de Mopo. Haggard parece traduzir as disputas dinásticas e os conflitos políticos dentre as elites zulu em um *tableaux* doméstico, articulando brigas por poder, sucessões familiares e vinganças e, no processo, pessoalizando ações políticas vistas como tirânicas, em Shaka, e a inaptidão para a soberania, em Dingane. Assim, por meio da forma literária do romance histórico, Haggard torna palpável e familiar aos seus leitores personagens e momentos históricos que só seriam acessíveis majoritariamente na escrita “objetiva” e “neutra” de tratados históricos ou em *bluebooks*.

A narrativa oral de Mopo evidencia a apropriação ou a ressignificação de elementos da cultura nguni e de suas formas de relação com o passado. De acordo com Sifiso Mxolisi Ndlovu, os relatos orais, transmitidos de geração em geração entre os zulus, e comumente concernentes às sagas de suas lideranças político-militares, desempenhavam um papel central na sua organização cultural e política. As narrativas orais

referentes ao passado (*umlando*) atuavam na legitimação da autoridade dos chefes, fornecendo senso de coesão social ou política. Os *izibongo*, poemas épicos e enaltecedores, propagavam a visão de que as virtudes mais elevadas entre os zulus eram baseadas no heroísmo e no autossacrifício pelo bem da comunidade. Os *izibongo*, a exemplo daqueles compostos por Magolwane e Mshongweni durante as chefaturas de Shaka e Dingane, contribuíam para a constituição de certa forma de consciência histórica, expressando simultaneamente as visões de mundo das elites dirigentes e as insatisfações de ordem sociopolítica (NDLOVU, 2017, p. 1-35).

Além disso, os poemas de enaltecimento “[...] buscavam destacar a excelência e o valor daqueles a quem eram dirigidos, sendo comum que, à vista da batalha, os guerreiros proclamassem os *izibongo* uns dos outros, como incentivo e mecanismo de força e coesão” (SANTOS, 2017, p. 38). Em *Nada the Lily*, a oralidade africana era mobilizada para fornecer certa aura de autenticidade à narrativa e também como uma forma de alibi político, inocentando o colonialismo britânico pela derrocada do Reino Zulu. Tradicionalmente, essas narrativas orais contribuíam para constituir a visão de mundo e o senso de experiência entre os zulus, mas Haggard apropriou-se do recurso para sedimentar sua perspectiva colonialista acerca da própria desestruturação social e desestabilização política da sociedade nativa.

O relato de Mopo inicia-se na infância: o narrador era filho de Makedama, *inkosi* dos Langeni, os quais “[...] não formavam uma grande tribo; posteriormente, todos os nossos homens capazes constituíam um regimento completo no exército de Chaka, talvez houvesse entre duzentos ou trezentos homens” (HAGGARD, 1895, p. 7, tradução nossa). Mopo e sua mãe, que carregava no colo a irmã mais nova do narrador, Baleka, encontram-se com uma desolada mulher, Unandi (Nandi kaBhebhe eLangeni), acompanhada de seu filho, Shaka. Unandi havia sido expulsa do assentamento (*kraal*) de seu marido, o *inkosi* zulu Senzagkahona, e vagava desolada com o filho em busca de abrigo no seu vilarejo de origem. A mãe de Mopo recusa-se a alimentar os viajantes famintos, mas Mopo apieda-se e entrega uma concha de água para o menino Shaka, o qual profetiza que, no futuro, tornar-se-ia poderoso e destruiria todos os Langeni por recusarem auxílio, com exceção de Mopo:

Muito bem, Mopo; agora vou lhe revelar meu nome. Meu nome é Chaka, filho de Senzangacona, e meu povo se chama Amazulu. E vou lhe dizer algo mais. Sou pequeno hoje, e meu povo é pequeno. Mas eu crescerei, e crescerei tanto que minha cabeça se perderá nas nuvens; você olhará para o alto e não vai conseguir ver. Minha face lhe cegará; será tão brilhante como o sol; e meu povo vai crescer comigo; eles irão devorar todo o mundo. [...] Então eu lembrarei da sua tribo – a tribo dos Langeni, que se recusaram a dar a mim e minha mãe um pouco de leite quando estávamos cansados. Você vê essa cuia; por cada gota que ela consegue carregar, o sangue de um homem será derramado – o sangue de um de seus homens (HAGGARD, 1895, p. 10, tradução nossa).

Após a morte de sua mãe, Mopo e Baleka crescem em relativo isolamento entre os Langeni. Em busca de maior respeitabilidade, Mopo torna-se um *inyanga*, mas após ser injustamente acusado de roubar gado pelo enciumado chefe dos *izinyanga*, o narrador foge da comunidade com sua irmã, Baleka. Haggard utiliza-se da fuga de Mopo para ilustrar os efeitos das guerras de expansão zulu, descritos no romance como um verdadeiro genocídio, exemplar da apropriação da perspectiva shepstoniana na obra do letrado:

E então nós vimos que o *kraal* ao qual o jardim pertencia estava queimado. Nós nos aproximamos dele e – ah! Era uma visão triste para nós. Depois, ficamos acostumados com essas vistas. Por todos os lados jaziam corpos de pessoas mortas, dezenas deles” (HAGGARD, 1895, p. 22, tradução nossa).

Mopo ainda complementa a descrição do cenário, afirmando que “[...] era como se toda a terra tivesse sido manchada com a mão sanguinolenta do Grande Espírito, o Umkulunkulu” (HAGGARD, 1895, p. 22, tradução nossa). A única sobrevivente do ataque revela a Mopo que ele havia sido provocado por Shaka, possivelmente em retaliação por aquela comunidade não ter enviado guerreiros para auxiliar o *inkosi*.

Perseguidos pelos soldados de Makedama, Mopo e Baleka buscam refúgio entre os zulus. O narrador, ao encontrar-se com Shaka, relembra-o da promessa feita na infância e o *inkosi* acolhe os fugitivos em seu palácio. Mopo torna-se *inyanga* e conselheiro de Shaka, enriquecendo-se com gado e esposas. Baleka, por sua vez, torna-se mais uma das esposas do *inkosi* zulu. Para evitar ameaças à chefatura, Shaka ordenara aos seus *izinyanga* que executassem todos os bebês nascidos no harém real. Mopo, contudo, apieda-se de Baleka quando desta nasce um saudável menino e esconde o recém-nascido entre a sua prole. O menino, Umslopogaas, cresce sem saber de suas origens e direitos de primogenitura e, desde a infância, apresenta características que o destacam dos demais zulus: coragem, bravura e força física. O segredo de Umslopogaas era conhecido apenas pelo *inyanga*, por sua irmã, Baleka, e por Unandi, mãe de Shaka e figura influente na corte zulu. Nesse meio tempo, Haggard também apresenta Nada, filha de Mopo e de uma de suas esposas, Macrophah; a beleza de Nada era frequentemente associada à palidez de sua pele, atribuída pelo letrado às origens de Macrophah, filha de uma mulher swazi e de um homem português.

Alguns elementos se destacam na narrativa, a começar pela figura de Nandi, a “mãe dos céus”. As narrativas zulus do período, sobretudo nos *izibongo*, enfatizavam os constantes conflitos entre Nandi e a autoridade masculina do *inkosi* Sensangakhona e, após sua fuga, pelo esforço em proteger Shaka. Assim como a outras mulheres das elites zulus (as *amakhosikazi*) representadas na poesia épica, atribuíam-se a ela características que ressaltavam sua força de vontade e insubmissão à autoridade de Sensangakhona, o qual a expulsara do assentamento principal, esi-Klebeni. A tradição oral representava Nandi como uma figura “extrovertida, naturalmente desconfiada, e determinada a lutar pelos seus próprios direitos”, além de “[...] fazer tudo o que podia para proteger seu jovem filho, cobrindo-o com amor, afeto e cuidado” (NDLOVU, 2019, p. 97, tradução nossa). De acordo com Jennifer Weir, as *amakhosikazi* desempenhavam importantes funções políticas e rituais na sociedade zulu das primeiras décadas do século XIX: além de serem guardiãs de símbolos de poder, muitas *amakhosikazi* controlavam as *amakhanda* (centro de treinamentos de guerreiros) e influenciavam na transmissão e legitimação de poder (WEIR, 2000). Ao recontar o passado zulu, contudo, Haggard promove, a partir de um discurso colonial, uma “reinvenção

do patriarcado” (MCCLINTOCK, 2010), invisibilizando ou marginalizando a autoridade de mulheres zulus. Assim, não ignora a reverência atribuída a Nandi, mas sua morte, e a de todas as outras mulheres na trama, assinala a supressão da autoridade feminina e sua marginalização do campo da política, bem como a desintegração da domesticidade em favor da esfera pública.

A virilidade de Umslopogaas recebe ênfase ao longo da trama, por meio da qual Haggard reforça a associação entre os guerreiros zulus e valores como bravura, coragem e força física. Desde o início da trama, garante aos seus leitores que Umslopogaas “[...] era um grande rapaz à beira da vida adulta, de temperamento feroz, bem grande e crescido para sua idade” (HAGGARD, 1895, p. 66, tradução nossa). Seus feitos hercúleos transpareciam na juventude, em especial no episódio em que Umslopogaas e Nada, perdidos em meio às florestas, depararam-se com uma feiticeira enlouquecida que tenta assassinar a jovem; em um ato de bravura e autodefesa, Umslopogaas a salva, matando a feiticeira. E também em outra situação, quando o jovem zulu captura um filhote de leão para Nada, atitude que resulta em um ataque da manada leonina e no desaparecimento do mancebo africano. Ferido pela leoa, Umslopogaas foi salvo por Galazi, o homem lobo, “[...] um rapaz alto e forte, com uma expressão séria, e uma capa feita de pele de lobo, preta e cinza, recaindo sobre seus ombros de modo que a mandíbula e os dentes do lobo reclinassem sobre sua face” (HAGGARD, 1895, p. 91, tradução nossa).

A leoa – um símbolo de força feminina associado à maternidade – foi derrotada pelo esforço conjunto dos dois heróis negros cuja representação reforçava um simbolismo homosocial e a valorização da nobreza associada à masculinidade. Afinal, assim como Umslopogaas, Galazi descrevia-se como um descendente da elite zulu e herdeiro por direito dos Halakazi, na Suazilândia, após seu pai derrotar o antigo *inkosi*. Clavas, azagaias e peles de lobo: a construção da virilidade de Galazi e Umslopogaas evidenciava as marcas da Antropologia comparativa, na medida em que os termos utilizados por Haggard para descrevê-los evocavam imagens da Antiguidade Clássica, sobretudo de Hércules em peles de leão, ou ainda dos gêmeos Rômulo e Remo, salvos da morte certa por uma loba. Haggard cultivara laços de amizade e sociabilidade intelectual com o antropólogo Andrew Lang e, muito possivelmente por seu intermédio, teve contato com as ideias do “pai” da Antropologia comparativa, E. B. Tylor. Para Lang, que defendeu Haggard diante de

acusações de plágio no ano de 1887, os romances de aventura evocavam o que havia de mais primitivo e bárbaro no indivíduo moderno: “o homem natural que habita em mim, a sobrevivência de algum Bretão de rosto pintado em azul ou algum cigano” (LANG, 1887, p. 686, tradução nossa), o qual prefere “rachar cabeças com Umslopogaas ou Sir Lancelot sob a luz do sol” do que “entristecer-se com a palidez de Dostoiévski” (LANG, 1887, p. 689, tradução nossa).

Em *Primitive Culture*, E. B. Tylor articulou formalmente o método comparativo embasado num estudo das culturas humanas que compreendia a sociedade como constituída por rastros fragmentários de elementos atávicos e ancestrais, suspensos em camadas temporais. Esse princípio possibilitaria comparar fenômenos culturais apartados geográfica ou temporalmente, pois compreendia que todo o desenvolvimento humano seguiria as mesmas tendências imutáveis. Assim, por meio desses personagens zulus, Haggard buscava encontrar as bases fundacionais de sua própria virilidade (europeia ou anglo-saxônica), remetendo-a a personagens que, devidamente fixos na escala evolucionária, poderiam servir de cotejo e comparação etnográfica. Para Haggard, a cultura zulu servia como um remanescente contemporâneo de uma fase mais primitiva ou bárbara da evolução humana, comparável ao primitivismo ancestral dos europeus: a valorização do estudo literário de uma “raça mais primitiva” potencializava um senso de autocompreensão das próprias origens culturais da “raça anglo-saxônica” (LEWIS, 2012, tradução nossa), algo que Haggard explicitara em 1887 durante uma conferência sobre a cultura zulu realizada em Edimburgo, pois afirmava que “[...] do barbarismo nós viemos, e talvez ao barbarismo podemos retornar; diante dessa possibilidade, talvez não seja desnecessário considerar, como uma instância típica, o estado das cousas que geraram a nossa e muitas outras civilizações” (HAGGARD, 1951, p. 53, tradução nossa).

Shaka assume um papel central na primeira metade do romance. Da tradição oral e das narrativas de viajantes, Haggard preservou a imagem de uma figura tirânica e autocrática, que governa seus súditos por meio do terror e da violência. Em certos aspectos, o letrado apropriava-se da perspectiva elaborada por Theophilus Shepstone no início da década de 1870, que reconhecia, de forma simultânea, a violência excessiva causada por Shaka e a sua eficácia enquanto líder. Quanto às polaridades que marcavam a visão dos agentes do colonialismo acerca das

lideranças zulus, vistas ora como soberanos constitucionais e ora como déspotas capazes de provocar atos de violência arbitrária, Haggard não possuía dúvidas em *Nada the Lily*: sua visão da complexa organização política dos zulus era simplificada em favor de uma narrativa centrada no absolutismo de Shaka. Ainda assim, o letrado utiliza-se de Shaka e, em especial, da profecia revelada pelo *inkosi* no momento de sua morte – “[...] os pés de um grande povo branco! Eles esmagarão vocês, crianças de meu pai! Eles governarão a terra que eu conquistei, e vocês e seu povo serão escravos deles!” (HAGGARD, 1895, p. 172, tradução nossa) – para reforçar a apropriação dos territórios zulus pelos articulistas do colonialismo britânico como um destino inevitável.

Durante o episódio de caça, Umslopogaas é arrastado por uma leoa e desaparece. O jovem zulu é resgatado em uma caverna por Galazi, o “homem-lobo”, que controla uma matilha sobrenatural após matar o macho alfa da alcateia. Umslopogaas e Galazi lideram os lobos em ataques contra vilarejos na região e, após derrotarem um de seus líderes, o filho ilegítimo de Shaka apropria-se de sua arma, o machado Groan Maker, e casa-se com Zinita, uma jovem que havia sido forçada ao casamento com um chefe local. Enquanto isso, acometida pela febre, uma das esposas de Mopo revela a Shaka o segredo em torno da paternidade de Umslopogaas: enfurecido pela traição, o *inkosi* zulu assassina a própria mãe e manda executar todas as esposas e filhos de Mopo, com exceção de Nada e Macrophia, as quais fugiram para o território swazi. Posteriormente, Shaka também promove o extermínio de todos os membros da comunidade Langeni, incluindo sua esposa Baleka. Mopo, o único sobrevivente, decide vingar-se de Shaka e articula sua vendeta ao incitar Dingane e Mhlangana a assassinares o *inkosi* e tomarem o poder.

Assim, a segunda parte do romance narra a ascensão de Dingane ao poder zulu. Sua chefatura foi marcada pelos avanços dos Amaboonas (bôeres) e pela resistência de Dingane diante das demandas por terras pelos *vootrekkers*, situação que culmina com o massacre da delegação de Piet Retief em 1836. No romance de Haggard, Dingane era retratado como um *inkosi* suscetível aos excessos sexuais, às fraquezas morais e políticas. Além do mais, incapaz de continuar com a política paternalista de Shaka, que preservava o prestígio de seus guerreiros com a concessão de gado e esposas, Dingane torna-se uma figura impopular: “os soldados amavam o nome de Chaka” (HAGGARD, 1895, p. 244, tradução nossa), afirma Mopo, “[...] pois mesmo que lidasse de forma cruel

com eles, era bravo e generoso. Mas eles não amam Dingaan, pois os seus fardos são os fardos de Chaka, mas seus presentes são os presentes de Dingaan” (HAGGARD, 1895, p. 244, tradução nossa). Com Dingane, Haggard parece retomar um dos estereótipos raciais mais comumente associados aos africanos pelos seus observadores vitorianos: a sexualidade exacerbada. O *inkosi*, fascinado pelos rumores acerca de sua beleza, manda guerreiros em busca de Nada; tanto ele quanto Umslopogaas, que descobre sua verdadeira identidade enquanto filho de Shaka, tornam-se rivais e vítimas da beleza fatal de Nada. O conflito culmina com o assassinato de Dingane, após causar a morte de Nada no final do romance, e a renúncia de Umslopogaas aos seus direitos enquanto sucessor legítimo de Shaka.

De forma breve, Haggard assinala, no desfecho da trama, a ascensão à chefatura zulu de Panda (Mpande kaSenzangakhona), meio-irmão de Shaka, a partir de uma aliança realizada entre os zulus e os bôeres com a intenção de destronar Dingane. O final parece demarcar a erosão do poder tradicional das lideranças zulus e sua transformação em colaboradores, mesmo que relutantes, da propagação da autoridade colonial. Mpande era apresentado como um “[...] homem de coração gentil, que não amava a guerra, e, portanto acreditava-se que ele era meio imbecil” (HAGGARD, 1895, p. 177, tradução nossa), cuja aliança realizada com os bôeres teria garantido o arrefecimento da violência, mas ao custo do enfraquecimento da autoridade centralizada do *inkosi*. Em obras posteriores, como *Child of Storm*, ambientado nas disputas entre Mbuyazi e Cetshwayo, os filhos de Mpande, na década de 1850, o *inkosi* era descrito como inapto e manipulável cujas fraquezas garantiram a ascensão de Cetshwayo – que, como se viu, era responsabilizado por Haggard pela derrocada da Zululândia.

É preciso pontuar que, embora os testemunhos de viajantes europeus, missionários e administradores coloniais do século XIX tenham retratado Mpande como um *inkosi* “pacífico”, as evidências indicam que ele manteve as relações de poder, guerra e política constituídas nas décadas precedentes por Shaka e Dingane. Dessa forma, ele deu continuidade ao sistema *amabutho* de regimentos guerreiros e preservou as instituições religiosas e políticas, a exemplo das *amakhanda* e das expedições de captura de gado, consideradas essenciais para garantir a lealdade de seus guerreiros, recompensados com o espólio das caçadas (ELDREDGE, 2014). Assim, por um lado, a presença de poderes britâ-

nicos na região, principalmente na Colônia de Natal a partir da década de 1840, garantia certa estabilidade e segurança ao território zulu e à autoridade de Mpande, que passou a negociar com os novos poderes coloniais em expansão. Por outro lado, limitava expedições contra outras comunidades, à medida que passou a depender de uma série de negociações diplomáticas com os britânicos em Natal, muitas das quais intermediadas por Theophilus Shepstone. Do ponto de vista de Shepstone, a autonomia política de Mpande era uma ameaça aos interesses coloniais britânicos ao sul e sudeste da África.

As evidências coletadas em *Nada the Lily* sugerem que, por meio do romance histórico narrado por um personagem zulu e dedicado a tratar sobre a ascensão e queda dos *amakhosi* Shaka e Dingane, Haggard visava apresentar ao seu público leitor as particularidades da estrutura política zulu, com ênfase na autoridade pessoal e no despotismo de seus chefes. Shaka era apresentado como um *inkosi* tirânico e vingativo, ainda que eficaz na manutenção da unidade política dos zulus graças às suas atitudes tutelares, perspectiva debitária às apropriações que Haggard perfaz dos posicionamentos de Shepstone; Dingane, por sua vez, era retratado como tomado pelos excessos sexuais e fraquezas políticas, cuja obsessão por Nada resultou em sua morte.

Simultaneamente, ao contar suas histórias após a anexação da Zululândia em 1888 e a morte de seu último *inkosi* independente, o letrado promovia um alibi político, com a intenção de diminuir a responsabilidade do colonialismo britânico na desestabilização do Reino Zulu e de suas instituições político-militares, culpabilizando elementos internos. Para tanto, Haggard apropria-se de elementos da cultura zulu e de práticas costumeiras, a exemplo da oralidade e da divinação, para revestir sua trama com certo tom de legitimidade e autenticidade. Esse quadro sintético, que se atenta aos “[...] laços com o político existentes nos inúmeros campos de atividades e nas relações humanas” (BORGES, 1996, p. 152), tais como na cultura literária, torna-se sugestivo da intersecção entre ideias e posicionamentos políticos de Haggard, especialmente no que se refere à desestruturação de formas tradicionais de organização social na África no contato com os avanços do colonialismo ao longo do século XIX.

Utopias raciais em *Swallow, A Tale of the Great Trek*

Swallow foi inicialmente publicado em folhetim na revista *The Graphic*, entre julho e outubro de 1898, e em volume único em março do ano seguinte. Em *Swallow*, o letrado almejou tratar das trajetórias de homens e mulheres, africanos, bôeres e britânicos durante o Great Trek, entre 1836 e 1838. A trama, um misto de novela sentimental e romance aventureiro, narrava a relação amorosa entre uma jovem bôer, Suzanne Botmar, e o valente órfão anglo-escocês Ralph Kenzie em seus esforços para combater o vilanesco e ambicioso Piet van Vooren. O romance destacava-se do conjunto haggardiano por apresentar uma heroína negra, a sacerdotisa Sihamba Ngenyanga, e uma narradora bôer, Vrow Botmar (Suzanne Naudé Botmar), a mãe de Suzanne, a partir da qual enreda uma perspectiva empática com o lado *afrikaner* da questão. O momento era estratégico, pois a publicação de *Swallow* coincidia com o acirramento das tensões entre britânicos e bôeres ao sul da África, especialmente após o Jameson Raid e a eclosão da Guerra Sul-Africana em outubro de 1899. Ao revisitar algumas das suas opiniões a respeito dos bôeres, Haggard produziu uma narrativa de solidariedade étnico-racial, que interpretava a ocupação do território sul-africano, sobretudo da futura Colônia de Natal, a partir de laços harmônicos entre populações brancas (britânicos e bôeres) e da marginalização dos africanos negros.

A narrativa tem início por volta dos anos de 1820, quando a pequena Suzanne desaparece; a despeito das buscas desesperadas de seus pais, Jan e Suzanne Botmar, a garota retorna ao lar com um menino cuja aparência indicava tratar-se de um náufrago de origem britânica. Suzanne afirma aos pais que aquele era seu “irmão perdido” e que havia sonhado com ele na noite anterior. Por meio de um tutor anglófono, os Botmars descobrem que o garoto se chamava Ralph Kenzie e que sua família, ao retornar da Índia para a Inglaterra, pereceu em um naufrágio na costa africana. Com o passar dos tempos, Ralph e Suzanne tornam-se inseparáveis; Suzanne, por sua delicadeza, ganha o apelido de *Swallow* (Andorinha) dos nativos. Quando o jovem atinge a idade de 19 anos, Jan encontra-se com um advogado britânico e descobre que Ralph era herdeiro de propriedades na Escócia. Simultaneamente, o enriquecido Piet van Vooren, filho de um latifundiário bôer e de uma mulher ne-

gra (daí também chamado de Swart Piet, Piet Negro), começa a cortejar Suzanne, almejando acrescentá-la ao seu harém de esposas africanas. Van Vooren era descrito como um indivíduo cruel, que não hesitava em castigar violentamente seus servos negros e que frequentemente realizava alianças com os zulus para alcançar seus objetivos nefastos. Ralph, apaixonado pela irmã adotiva, pede sua mão em casamento e, ao descobrir a verdade sobre sua genealogia, recusa sua herança, reafirmando que a África se tornara seu novo lar.

Após a partida de Jan e Ralph ao *veldt* para caçar, a jovem Suzanne volta a confrontar-se com Piet van Vooren, agora herdeiro das propriedades de seu pai recém-falecido. Suzanne, que rejeita firmemente as propostas de casamento, depara-se com os lacaios de Piet punindo fisicamente uma curandeira africana, acusada de roubar gado; para salvar a africana, a jovem bôer decide ceder aos pedidos de Piet por um beijo, e a mulher, Sihamba Ngenyanga, é libertada pelos capangas do fazendeiro. Por salvar sua vida, Sihamba promete lealdade perpétua e servidão voluntária a Suzanne e, por possuir habilidades de clarividência, prevê que, em algum momento futuro, ela retribuiria a benevolência da jovem bôer. Ao saber do incidente, Ralph decide confrontar van Vooren, mas o fazendeiro prepara uma armadilha e acerta o escocês com um tiro pelas costas. No ínterim, um africano chamado Zinti descobre os planos de Piet para sequestrar Suzanne, após os pais da jovem recusarem seu ultimato de casamento; Zinti escapa do esconderijo de Piet e alerta Sihamba, que chega a tempo de impedir a emboscada planejada por van Vooren. Temendo as represálias do fazendeiro, Ralph e Suzanne decidem finalmente se casar.

No trajeto ao novo lar, o casal é atacado de surpresa por Piet e seus lacaios, que sequestram Suzanne, atiram em Ralph e lançam seu corpo ao mar. Sihamba e Zinti, que seguiam o casal, resgatam Ralph e, após garantir a segurança do jovem junto aos Botmars, decidem partir ao esconderijo de Piet com o objetivo de resgatar Suzanne. No *kraal*, Sihamba encontra a garota bôer e após Zinti afugentar um dos lacaios de van Vooren, os três personagens escapam em cavalos. Eventualmente, Sihamba e Suzanne alcançam um *kraal* escondido entre as montanhas e pedem proteção ao seu líder, Sigwe, até alcançarem a distante propriedade dos Botmar. Sigwe afirma que, nas noites anteriores à chegada das duas heroínas, sonhara com uma andorinha (*swallow*) branca que havia

sobrevoado seus exércitos e garantido sua vitória. Com base no sonho profético, o *inkosi* promete proteger Suzanne se a jovem acompanhar seus regimentos em uma campanha militar. Temerosas pela proximidade com Piet, as personagens decidem aceitar a proposta e, após o vilão tentar atirar em Sihamba, Sigwe ordena a expulsão do fazendeiro e de seus lacaios do *kraal*.

Por sua diplomacia, Suzanne consegue impedir a guerra entre Sigwe e seus inimigos; contudo, o *inkosi* impede a jovem bôer de deixar seu *kraal*, acreditando que sua fuga atrairia infortúnios. Ainda assim, as duas recebem permissão para visitar a chefatura de Sihamba, os Umpondwana, cujas terras haviam sido devastadas por secas e epidemias. Com a morte de seu último *inkosi*, Sihamba, que possuía parentesco com a dinastia reinante, torna-se a nova chefe dos Umpondwana e divide a chefia com sua companheira bôer. Enquanto isso, os bôeres na Colônia do Cabo, insatisfeitos com a intervenção britânica, decidem migrar para o interior do subcontinente, onde entram em conflito com os ndebele e zulus; Ralph e os Botmars, esperançosos de reencontrar Suzanne, decidem seguir o *voortrekkers*. Após um conflito com os ndebele, Ralph encontra um guerreiro sobrevivente e, ao poupar a vida dele, descobre que era oriundo do *kraal* de Sihamba. Suzanne envia Zinti para encontrar a fazenda de seus pais, mas, após um ano de jornada, descobre que os Botmars haviam partido e retorna aos Umpondwana para relatar à bôer sobre o destino incerto de sua família. No ínterim, Van Vooren, duplamente motivado pela vingança contra Sihamba e por seus desejos por Suzanne, rouba gado zulu e mistura-os ao gado Umpondwana, provocando tensões entre os grupos.

Sihamba recusa os termos apresentados por Piet e pelos chefes zulus e prefere defender seu *kraal*. O ataque dos zulus inicia-se na madrugada, mas eles são incapazes de invadir até encontrar uma passagem de água, vital para a sobrevivência do *kraal*. Ameaçados pelo espectro da sede e da fome, alguns dos guerreiros de Sihamba encontram-se com Piet, que aceita poupá-los se ele puder vingar-se de Sihamba e possuir Suzanne. Com a invasão iminente, Sihamba planeja uma estratégia eficaz para a bôer escapar do *kraal* sitiado: cortar seus cabelos, despír suas roupas e pintar seu corpo para que se assemelhasse a uma mulher africana. Por sua baixa estatura, a chefe africana seria facilmente identificada pelas forças de Piet e decide ficar no *kraal*, enquanto Zinti acompanharia Suzanne pelo caos gerado pela invasão zulu em direção ao acampamento

bôer na região. A sacerdotisa ainda posiciona o cadáver de uma africana, pintado de branco e com as vestes de Suzanne, em um rochedo nas montanhas, para confundir Piet durante o ataque. Exausta pela fuga, a jovem envia Zinti ao acampamento bôer, em busca de auxílio. Ralph e os Botmars, ao saberem das notícias, partem em direção às montanhas em carroças de bois. Finalmente, Ralph encontra o *kraal* e depara-se com o confronto final entre Sihamba e Piet, que dilacera o peito da africana com sua lâmina. Após um breve conflito, o fazendeiro, ferido pela lança do anglo-escocês, despenca para sua morte nos penhascos acima do vilarejo. Os Botmars chegam a tempo para ouvir os últimos suspiros de Sihamba, que garante ao casal que sua filha estava viva e a caminho do acampamento em Natal, mas alertando-os do iminente ataque zulu. Ralph, partindo a cavalo, consegue resgatar Suzanne, e os dois escapam do ataque zulu e advertem os bôeres sobre a invasão no desfecho do romance.

Uma nota final, a título de epílogo, relata que Suzanne Botmar faleceu em sua velhice e que o marido, Ralph, e o filho do casal morreram na batalha de Isandhlwana, durante a Guerra Anglo-Zulu, em 1879. A neta de Suzanne e Ralph, Suzanne Kenzie, conclui o romance, afirmando que se casou com um parente distante dos Kenzie da Escócia, herdando todas as propriedades e riquezas que seu avô recusara.

Ao fazer uso da ficcionalidade, Rider Haggard visou narrar um evento histórico anunciado desde o subtítulo de seu romance – afinal, trata-se de “um conto da Grande Jornada” – a partir dos dramas individuais e coletivos de personagens comuns. Ralph Kenzie, Sihamba e o casal Botmar são alçados ao heroísmo por meio de suas ações em vias de proteger Suzanne, símbolo de feminilidade, e no desfecho do romance, garantia da formação e da ocupação do território sul-africano a partir da mistura entre elementos bôeres e britânicos. Por intermédio das memórias da Vrow Botmar, Haggard almeja descrever os sentimentos daqueles colonos que deixavam suas terras para migrar:

Na manhã seguinte nós partimos [*trekked away*], meus olhos estavam cheios de lágrimas enquanto sentava na primeira carroça, e a paisagem familiar e o lar em que vivi por vinte anos e muito mais desapareciam da minha vista [...]. Há qualquer coisa mais maravilhosa que já tenha acontecido neste mundo

do que a jornada de alguns poucos fazendeiros, com o fardo de mulheres e crianças, e armados apenas com algumas armas antiquadas em uma terra vasta, desconhecida, habitada por selvagens e feras? (HAGGARD, 1899, p. 234, tradução nossa).

Haggard recupera o Great Trek enquanto um processo coesivo, a partir dos esforços conjuntos de britânicos e bôeres na ocupação do interior do subcontinente sul-africano. Se, alhures, o letrado esforçara-se para distinguir britânicos e bôeres a partir de um léxico racial, a exemplo do vilanesco Frank Muller, em *Swallow* Haggard aproxima-se de setores da intelectualidade e da historiografia colonial que sonhavam com a formação de uma África do Sul branca ao final da década de 1890. A perspectiva do autor, ao descrever o martírio dos *voortrekkers*, não estava muito distante daquela elaborada por historiadores como George McCall Theal: uma identidade nacional embasada na legitimidade da unidade cultural partilhada pelos colonizadores (brancos, ou seja, britânicos e bôeres) e de seu lugar em um amplo sistema imperial (SCHREUDER, 1986). Em *Swallow*, Haggard enredou uma narrativa do passado sul-africano baseada em elementos comuns a britânicos e bôeres: a bravura e a coragem, sobretudo nas instâncias de conflito contra o avanço de africanos negros. Assim, da mesma forma que Ralph confronta-se com os zulus em Isandhlwana, Jan Botmar era lembrado por sua atuação “[...] na batalha de Vechtkop, quando Moselikatse [Mzilikazi] enviou seus regimentos para nos destruir, e eu vi aquelas mesmas mãos agarrarem os únicos dois zulus que se infiltraram em nosso *laager* e arremessá-los até que estivessem mortos” (HAGGARD, 1899, p. 2, tradução nossa).

Os conflitos com os ndebele gerados pelo avanço dos bôeres no Great Trek assumiam uma dimensão central na narrativa dos Botmars. A narradora afirma que, após os *voortrekkers* dividirem-se, “nossa linha de marcha situava-se onde Bloemfontein e Winburg estão agora localizadas no Estado Livre de Orange, e foi ao sul do [Rio] Vaal, não longe do Rio Rhenoster, que Moselikatse nos atacou” (HAGGARD, 1899, p. 238, tradução nossa). Em Vechtkop, os bôeres organizaram um *laager* com as carroças de boi e prepararam a defesa armada contra o avanço dos Ndbele:

E então houve um grande silêncio no acampamento, e subitamente no silêncio, Jan, que observava pela fresta, sussurrou:

‘*Allemachter!* Lá vem eles’.

E então eles avançaram, com um impulso e um rugido dos três lados ao mesmo tempo, enquanto os homens seguravam seus fôlegos e preparavam suas faces para o combate. [...] Os selvagens já se encontravam a trinta pés de nós, uma incontável massa de homens amontoados como ovelhas num *kraal*, seus olhos ferozes brilhando como o marfim sob o sol, suas lanças cruéis tremendo nas suas mãos, quando o sinal foi dado, e cada arma, algumas carregadas com balas e outras com pólvora, foram descarregadas contra a multidão (HAGGARD, 1899, p. 238-239, tradução nossa).

Direta ou indiretamente, Haggard remetia seus leitores a uma questão que recentemente foi retomada pela historiografia concernente à África do Sul da metade da década de 1830: os conflitos entre os *voortrekkers* e os *ndebele* provocaram profundas e decisivas transformações nas relações políticas e no controle das terras entre os rios Orange e Limpopo. Por cerca de uma década, Mzilikazi Khumalo (c. 1790-1868), *inkosi* *ndebele*, havia controlado as planícies e a incessante movimentação de seus regimentos *amabutho* garantia a fidelidade das comunidades linhageiras subordinadas e a captura de gado de grupos rivais em uma esfera de influência que se estendia por centenas de quilômetros para além do cerne do reino. As estratégias seguidas pelo chefe garantiam que parte desses territórios permanecesse virtualmente inutilizável, exceto por grupos que não tivessem gado a perder, a exemplo dos *tswana*. Em sua área de influência, Mzilikazi não permitia chefes independentes, forçando muitos deles a se assujeitar de forma voluntária ou migrar para outras regiões. A batalha de Vechktop transformou esse equilíbrio político ao demonstrar que um *laager* defendido de modo adequado poderia resistir aos ataques de um *amabutho*. Mzilikazi, compreendendo o risco e a possibilidade de ataques de reinos inimigos, voltou suas energias para proteger seus rebanhos e cessou as incursões militares contra os *trekkers*, deslocando-se posteriormente rumo

ao norte, território conhecido como Matabelelândia (atual Zimbábue) e estabelecendo seu assentamento principal, Bulawayo (ETHERINGTON, 2001, p. 253-256).

Longe de apresentá-los como conservadores, arcaicos e imutáveis, atitude recorrente nos escritos de britânicos após a guerra de 1881, Haggard define os bôeres – os homens e, sobretudo, as mulheres – como indivíduos comuns que, na sua busca por liberdade, confrontaram-se com o avanço dos Ndbele e dos zulus. A partir da narradora de *Swallow*, Haggard vê os bôeres como um grupo humilhado e ressentido pelo avanço da esfera de influência política britânica na Colônia do Cabo, enaltecendo-os como fervorosamente apegados às suas terras e religiosamente motivados, a despeito de seus preconceitos étnico-raciais com os africanos. A trajetória bôer rumo ao interior do subcontinente era representada como um sintoma de seu martírio, ceifando muitas vidas “[...] pela lança do selvagem, ou pela fome e febre e pelos animais selvagens nas selvas” (HAGGARD, 1899, p. 3, tradução nossa).

A questão racial transparecia com certa frequência, em especial quando Suzanne Botmar apresenta a beleza das mulheres bôeres de sua família como resultado “do nobre sangue francês nas minhas veias, embora eu me importe pouco com isso, estando contente em ser uma dos bôeres, que são todos de sangue nobre” (HAGGARD, 1899, p. 3, tradução nossa). A miscigenação, inclusive com britânicos, era vista por Botmar como um indício do declínio racial, afinal, a união de sua filha e Ralph Kenzie fez com que “[...] nossa bela aparência declinasse” (HAGGARD, 1899, p. 6, tradução nossa). Os bôeres, previamente retratados por Haggard a partir da adjetivação negativa, eram descritos como o resultado do encontro da piedade religiosa huguenote e da bravura e aventureirismo dos holandeses. Comparativamente, Vrow Botmar insiste na superioridade bôer sobre os britânicos, reforçando que esses “[...] estão sempre com pressa, e essa é uma das razões pelas quais nós, bôeres, somos superiores a eles, e quando queremos, podemos ser mestres em tudo, exceto no comércio e especialmente no combate” (HAGGARD, 1899, p. 311-312, tradução nossa).

Haggard ainda narra, de modo romântico, a natureza do interior do subcontinente africano e, pela perspectiva de Vrow Botmar, interpreta o cenário enquanto testemunha da formação da nação sul-africana, afinal, “[...] o *veldt* naqueles dias era diferente do que é agora.

A terra permanece a mesma exceto onde o homem branco construiu cidades, mas o restante mudou. [...] Elas se foram agora, as belas criaturas selvagens” (HAGGARD, 1899, p. 311-235, tradução nossa). O desaparecimento dos espécimes de animais assume, nessa visão, um caráter paradoxal, pois demarca os efeitos colaterais da caça e da expansão da civilização branca nos territórios sul-africanos, mas simultaneamente evoca em Vrow Botmar sentimentos de nostalgia por um passado edênico. A velha bôer descreve de modo ressentido como a fazenda em que vivia com sua família foi vendida, antes de emigrarem, para um “sujeito covarde, um bôer de nascimento, mas, acredito, um espião dos britânicos” e que “o descendente daquele espião” revendera a propriedade a um alto preço, “[...] lucrando largamente da terra que era nossa, mas é tão frequente aqueles cujos corações são pequenos e mesquinhos colherem a recompensa da coragem e dos infortúnios de homens valentes” (HAGGARD, 1899, p. 232, tradução nossa).

A utopia da solidariedade étnico-racial entre britânicos e bôeres, que implicava na subjugação voluntária ou involuntária das populações negras, era metaforizada pelo amor entre Suzanne e Ralph e, contraposta ao plano de fundo da segunda metade da década de 1890, assumia uma característica nitidamente política em um cenário de crescentes tensões interétnicas ao sul da África. O romance havia sido dedicado a Marshal Clark, comissário residente de Assuntos Nativos na Rodésia do Sul, justamente em um período marcado por conflitos entre os ndebele e as tropas coloniais, de modo que a referência a Mzilikazi (Moselikatse), fundador do Reino ndebele (Matabele), não era totalmente aleatória; seu filho e sucessor, Lobengula, havia resistido aos avanços de Cecil Rhodes e da British South Africa Company até o final de 1893. Além disso, as relações entre britânicos e bôeres no Transvaal tornaram-se conflituosas naquela década, mormente devido às políticas econômicas promovidas pelo presidente Paul Kruger e que concerniam ao aumento de taxas sobre a mineração, ao alistamento compulsório e ao confisco de suprimentos de guerra, mesmo de *uitlanders*, estrangeiros destituídos de direitos políticos (LABAND, 2014).

Entre as várias consequências políticas, a devolução do Transvaal após a primeira guerra-sul africana levou a um acirramento das tensões entre os bôeres e os Bagananwa na região de Bochum-Blouberg, até então razoavelmente marcadas por vínculos de cooperação e negociação

nas atividades pecuárias e de caça. Como consequência do fortalecimento político de Kruger, a república transvaalense intensificou as demandas por impostos, pelo controle das terras e da mão de obra nativa na região, circunstâncias que mobilizaram a resistência armada dos Bagananwa, muitos dos quais haviam garantido acesso a armas de fogo em troca pelo trabalho nas minas de Kimberley. Apesar da oposição de muitos britânicos no Transvaal, insatisfeitos com o alistamento obrigatório, a república bôer declarou guerra e mobilizou tropas que avançaram contra os Bagananwa, liderados pelo chefe Malaboch, em abril de 1894. As tropas transvaalenses, seguindo as técnicas militares utilizadas pelas forças britânicas contra os bapedi em 1877, fizeram amplo uso de cargas de dinamite para explodir as cavernas onde os Bagananwa se refugiaram após sua capital ser destruída. A operação foi criticada pelos Randlords britânicos, ricos proprietários das minas, temerosos de que a ação do Transvaal destruísse suas fontes de mão de obra e desencorajasse os africanos a buscar emprego no setor minerador. Com a contínua resistência dos Bagananwa, os estrategistas bôeres recorreram a uma última solução: controlar as fontes de água potável dos africanos, forçando-os, sob a crescente fome e seca, a render-se em julho de 1894 (MAKHURA, 1995, p. 257-276).

Não existem evidências concretas de que Rider Haggard tomara conhecimento da técnica militar utilizada pelos bôeres; ainda assim, o literato incorporou a questão em *Swallow* ao narrar as táticas violentas de Piet van Vooren e de seus aliados zulus para desestabilizar a resistência Umpondwana. A narradora bôer relata que “todos aqueles na montanha começaram a sofrer os horrores da sede. Logo, o gado enlouqueceu e avançava para frente e para trás em bandos, berrando furiosamente e atacando todos que encontravam, pisoteando-os no solo” (HAGGARD, 1899, p. 276, tradução nossa). Após poucos dias,

[...] o grande *kraal* dos Umpondwana tornara-se um inferno, no qual as almas perdidas vagavam atormentadas, pois o sol recaía sobre eles ferozmente, e por todos os lados espalhavam-se homens, crianças e mulheres derrotadas pela tortura da sede (HAGGARD, 1899, p. 277, tradução nossa).

Talvez Haggard tentasse culpabilizar os africanos por seu próprio extermínio, deslocando as origens da tática militar utilizada pelos bôeres às ações dos zulus durante a década de 1830; talvez, simultaneamente, intencionasse denunciar as ações dos bôeres contemporâneos contra os Bagananwa como um sinal de seu barbarismo.

Os gastos contra os Bagananwa resultaram no aumento de taxas e impostos do governo transvaalense e no desgaste das relações anglo-bôeres, em especial pela recusa de Kruger em estender direitos políticos aos *uitlanders*. A situação levaria ao fracassado Jameson Raid entre dezembro de 1895 e janeiro de 1896, um dos principais estopins da Guerra Sul-Africana poucos anos depois. A tentativa malfadada de anexação militar do Transvaal foi idealizada pelo magnata Cecil Rhodes, que no período ocupava o cargo de primeiro-ministro da Colônia do Cabo, e foi coordenada pelo médico Leander Starr Jameson, o qual visava destituir Paul Kruger com o apoio dos *uitlanders*,

[...] que desejavam representatividade política nas Repúblicas bôeres. Além disso, a política econômica das repúblicas – e do Transvaal em especial – era reconhecidamente conservadora, dificultando a expansão do capitalismo imperialista britânico” (GOMES, 2015, p. 28).

Aproximadamente 600 homens avançaram em um levante contra o Transvaal derrotando as tropas bôeres, que foram pegas de surpresa. Contudo, o apoio dos *uitlanders* nunca veio e os soldados de Rhodes e Jameson foram rapidamente derrotados. A ação provocou o deterioramento das já frágeis relações entre britânicos e bôeres. Ademais, forçou Cecil Rhodes a renunciar ao cargo político que ocupava e contribuiu para a eclosão de conflitos entre colonos brancos e grupos nativos, em especial os ndebele e os Shona na Rodésia (atual Zimbábue).

Sabe-se que Haggard não permanecera alheio às notícias dos fracassados esforços no Jameson Raid. No início de janeiro, quando os homens de Jameson foram aprisionados e enviados a Pretória para julgamento, Haggard remeteu uma carta aberta ao periódico londrino *The Times*. No artigo, o letrado apresenta-se como uma autoridade nas questões políticas concernentes ao Transvaal e localiza as origens das discórdias entre britânicos e bôeres nas migrações da década de 1830,

de modo que “daquele momento em diante, a atitude com os ingleses e todos os seus projetos tem sido de latente animosidade, e que de tempos em tempos incendiou a chama da carnificina” (HAGGARD, 1896, p. 4, tradução nossa). Aos *uitlanders*, Haggard enfatiza que “praticamente pagam todas as taxas do país, e gozam de pouquíssimos dos direitos garantidos aos homens livres em outras partes do mundo civilizado” (HAGGARD, 1896, p. 4, tradução nossa). A garantia dos direitos políticos à população estrangeira no Transvaal era negada por Paul Kruger e pelo *Volksraad*, pois temiam a desestabilização de suas políticas governamentais. As demandas dos *uitlanders* seriam, na perspectiva de Haggard, plenamente justas, mas exigiriam “a força das armas, a um custo substancial” (HAGGARD, 1896, p. 4, tradução nossa). Além dos riscos representados por uma guerra entre britânicos e bôeres, “sem falar das tribos nativas que, é possível, seriam arrastadas ao combate”, ainda identifica outra ameaça: os interesses germânicos na região, que representariam um possível obstáculo à unificação sob a fâmula britânica, ou ainda a possibilidade desse “[...] imbróglio africano transformar-se em um de importância europeia” (HAGGARD, 1896, p. 4, tradução nossa).

Tanto na carta aberta publicada no início de janeiro no *The Times* quanto no enredo de *Swallow*, Haggard demonstra-se otimista com a possibilidade de relações mais amenas com os bôeres e que, apesar de ter vivido “[...] a nossa humilhação nacional na África do Sul, eu não tenho nenhum remorso com relação aos bôeres. Pelo contrário, reconheço que eles possuem bons argumentos e qualidades valiosas” (HAGGARD, 1896, p. 4, tradução nossa). Duas semanas depois, após as notícias do fracasso do Raid alcançarem os noticiosos na metrópole, Haggard voltou a manifestar-se publicamente no *The Times*, enfatizando que os resultados do plano representavam “um triste e trágico capítulo na história dos britânicos na África do Sul” (HAGGARD, 1896, p. 11, tradução nossa). Apesar de as ações das tropas de Jameson serem condenadas publicamente como um “crime internacional e um ato de rebelião” (HAGGARD, 1896, p. 11, tradução nossa), o letrado estava crente de que eram movidas pela crença patriótica na salvação do Transvaal. Ainda assim, embora reconheça certas características positivas no caráter dos bôeres, o romancista garantia a seus leitores que a única possibilidade para a estabilidade política na África do Sul dependia do reconhecimento da soberania britânica na região e dos direitos dos *uitlanders* no Transvaal. Subjacentes aos termos mobilizados no documento, residiam as marcas

de certa utopia étnico-racial, na medida em que “[...] se todos os riscos de uma guerra de raças acabarem, a opressão de uma raça sobre a outra pode acabar. Então, e apenas então, holandeses e britânicos podem caminhar lado a lado na marcha da civilização e do pacífico progresso” (HAGGARD, 1896, p. 11, tradução nossa).

Para Haggard, as maiores injustiças recaíam sobre Cecil Rhodes, interpretado pelo letrado como um dos principais articulistas do “extraordinário sucesso pela glória e pelo avanço” do Império Britânico, graças ao que Haggard considerava ser um “[...] amplo intelecto e seus muitos e variados recursos ao desenvolver e proteger os vastos e férteis territórios que ele acrescentou às posses da Coroa” (HAGGARD, 1896, p. 11, tradução nossa). Como mencionado previamente, desde o final da década de 1880 Rhodes e a British South Africa Company controlavam uma área de aproximadamente 750.000 m² no nordeste do território sul-africano e, com a permissão da coroa britânica, comprometera-se a encorajar a colonização e a ampliar as redes ferroviárias e de comunicação ao sul do Zambezi. A eleição de Rhodes ao cargo de primeiro-ministro, em 1890, resultou de uma aliança com o Afrikaner Bond e muitos dos seus líderes tornaram-se acionistas da Company. Pela unificação do território sul-africano e anexação do Transvaal, Rhodes ambicionava estabelecer uma área de livre comércio na África do Sul; o envolvimento com o Jameson Raid e o escândalo público que se seguiu forçaram-no a abandonar o cargo que ocupava (GOMES, 2010, p. 82-83). Em Cecil Rhodes, talvez Haggard encontrasse um espelho distorcido de sua própria trajetória: de “homens supérfluos”, párias em suas pátrias, que se lançaram às colônias para enriquecer e assumir o manto de colonizadores, aventureiros e descobridores, a serviço do Império.

Na imaginação de Haggard, Rhodes atuava como um reflexo de seu personagem Allan Quatermain no campo da Realpolitik, afinal, em *The Days of My Life*, o letrado comparava a Rodésia, uma “terra cheia de diamantes e ouro” (HAGGARD, 1926, p. 242, tradução nossa), com as minas de Kukuanaland de *King Solomon's Mines*. As trajetórias dos dois homens entrecruzaram-se nos clubes londrinos e a personalidade do magnata impressionou Haggard positivamente, embora caracterizasse Rhodes como ambicioso e até mesmo irresponsável. Para o letrado, Rhodes era o último exemplar de uma linhagem de figuras heroicas que incluíam, nas suas palavras, “Alexandre, César, Napoleão, Chaka”

(HAGGARD, 1926, p. 118, tradução nossa). A admiração pela bravura masculina e pelo empreendedorismo a serviço do avanço colonial extravasava as linhas étnico-raciais e as distinções entre líderes “civilizados” e “selvagens” no elogio a Rhodes. Mas a campanha pró-Rhodes não se limitava a cartas endereçadas ao editor do *The Times*, pois, no início de março de 1896, Haggard fora convidado para o jantar anual do New Vagabonds Club, onde discursou largamente a respeito das circunstâncias em torno da derrocada do Jameson Raid e da prisão dos líderes do plano (THE TIMES, 6 mar. 1896, p. 5, tradução nossa). Na semana seguinte, voltou a remeter carta ao *The Times*, na qual alegou que a sentença de morte atribuída a Leander Starr Jameson e seus oficiais seria utilizada “[...] com sucesso, para promover o desarmamento dos uitlanders” (HAGGARD, 1896, p. 10, tradução nossa).

Tanto na metrópole quanto nas colônias, o Jameson Raid dividiu opiniões e as tensões no Transvaal continuaram, sobretudo referentes aos direitos políticos e à garantia de cidadania aos *uitlanders*, bem como aos atritos entre os interesses das companhias de mineração e do governo transvaalense. O Raid fortalecera a posição de Paul Kruger no cenário sul-africano e, poucos meses após o ataque, as eleições no Estado Livre de Orange levaram o candidato do partido pró-Kruger ao poder. As animosidades contra os bôeres também se intensificaram naquele período, reforçando a imagem de extremismo político, fanatismo religioso, degenerescência racial e atraso econômico associado pelos britânicos aos *afrikaners* do Transvaal e do Estado Livre de Orange. Nesse cenário, a segunda Guerra Sul-Africana eclodiu em outubro de 1899, resultado do conflito secular entre britânicos e bôeres e dos embates entre a expansão territorial bôer e os projetos imperialistas britânicos. Aquela que era considerada como a “primeira guerra moderna” e que, esperavam os britânicos, fosse rápida e efetiva na desmobilização bôer, prolongou-se até 1902, com a rendição das repúblicas bôeres e o acordo de paz assinado pelas partes envolvidas no Tratado de Vereeniging.

Convém frisar que a historiografia colonial consagrou a ideia da Guerra Sul-Africana de 1899 como um embate entre “[...] dois grupos brancos, em território africano: britânicos e bôeres, os protagonistas do conflito, pareciam contar apenas eventualmente com o auxílio dos nativos” (GOMES, 2015, p. 32). Simultaneamente, os historiadores *afrikaners*, escrevendo durante o período de estruturação do regime segregacionista na África do Sul, recuperaram a chamada “segunda Primeira

Guerra Sul-Africana” como um épico de resistência e superação dos bôeres diante de infindáveis animosidades, e um evento formativo da própria identidade política *afrikaner*. Desde a década de 1980, e sobretudo após o fim do *apartheid*, a produção historiográfica tem se atentado aos diversos protagonismos em torno dos conflitos, em especial dos negros africanos e das mulheres nas tramas do cotidiano da guerra – daí a preferência pelo termo “Guerra Sul-Africana”, em vez de “guerra bôer”, “Primeira Guerra Sul-Africana” ou ainda a Tweed Vryheidsoorlog (“segunda guerra da liberdade”) (WARWICK, 1983, p. 1-19). As polêmicas em torno dos campos de concentração estabelecidos pelos britânicos para abrigar famílias bôeres e africanas durante a guerra, e que levaram à morte de milhares de pessoas, também receberam a atenção de parte da historiografia recente. Segundo Laura Krebs, os discursos públicos a respeito dos campos de concentração sul-africanos mobilizaram profícuas discussões sobre a honra masculina dos soldados, a violência excessiva mobilizada nas operações militares e as relações étnico-raciais entre britânicos, bôeres e africanos em um período de acalorados debates acerca da identidade nacional no território sul-africano (KREBS, 1999, p. 32-54).

Nas primeiras semanas da guerra, o explorador Frederick Selous, que acumulou experiências militares a serviço da British South Africa Company nos conflitos contra os ndebele e os Shona na década de 1890, remeteu ao editor do *The Times* uma carta na qual reafirmava os prejuízos causados aos *uitlanders* no Transvaal, mas ressaltava como infundadas as acusações de hostilidade e violência por parte dos bôeres transvaalenses. Selous acrescentava que:

o Sr. Rider Haggard nos relatou que acha impossível continuar vivendo no Transvaal em meio aos insultos cotidianos dos bôeres vitoriosos, e ele nos conta que os bôeres observam os britânicos com desprezo e consideram eles como covardes físicos e morais (SELOUS, 1899, p. 15, tradução nossa).

Selous criticava Haggard e outros autores por atribuírem as origens das animosidades entre bôeres e britânicos à devolução do Transvaal em 1881, ignorando um longo histórico de tensões políticas, sociais e econômicas ao sul da África. Tais atitudes concernentes aos bôeres transvaalenses eram associadas à “[...] arrogância e ignorância” (SELOUS,

1899, p. 15, tradução nossa). Haggard não tardou em responder e as páginas do *The Times* anunciavam sua réplica no dia seguinte: às acusações de exagerar as hostilidades bôeres, o romancista retrucava que “[...] se não possuem desprezo, como que duas pequenas Repúblicas, em vez de promover certa medida de reforma eleitoral e retificar alguns abusos, foram ousadas o suficiente para declarar guerra ao Império Britânico?” (HAGGARD, 1899, p. 7, tradução nossa).

Com relação ao histórico das contendas entre bôeres e britânicos, Haggard responde ao afirmar que Selous atribui ao letrado

ignorância sobre a história do Great Trek de 1836. Parece-me estranha a acusação contra um homem que no ano presente publicou um livro que lida com as circunstâncias internas daquele *Trek*, produzido de um estudo compreensivo do período” (HAGGARD, 1899, p. 7, tradução nossa).

Indubitavelmente, Haggard aludia a *Swallow* e transcreve parte do prefácio da obra no artigo, compreendendo-a como um documento legitimador de sua autoridade política sobre as instituições e os costumes bôeres. Não se sabe com precisão o que consistiu o “estudo compreensivo do período” para além das leituras indicadas por Haggard em suas obras precedentes; sabe-se, contudo, que o letrado conhecia o historiador George McCall Theal, e publicou, em julho de 1894, uma resenha de sua obra *South Africa*, parte componente da coleção *The Story of the Nations* (HAGGARD, 1894, p. 10, tradução nossa). A personagem de Sihamba Ngenyanga, ademais, apareceu originalmente nos mitos compilados em *Kaffir Folk-lore* (1886), um estudo sobre práticas culturais e folclore xhosa publicado por McCall Theal. Do encontro com o historiador colonial, Haggard parece ter preservado certa visão empática com o lado bôer, sugerindo um cenário de unidade cultural capaz de abarcar tanto britânicos quanto os descendentes de holandeses na construção de uma classe dirigente na África do Sul – contanto que as instituições políticas permanecessem alinhavadas ao Império Britânico.

Para o letrado, a responsabilidade pelo “infeliz estado” das relações políticas entre as repúblicas e as colônias na África do Sul não se encontrava no “bôer comum”, e sim “no presidente Kruger e no presidente Steyn e na elite de holandeses e manipuladores no Cabo e de algumas

peças na Inglaterra” (HAGGARD, 1899, p. 7, tradução nossa). Assim, da mesma forma que o desfecho de *Swallow* apresentava um final esperançoso para o jovem casal Suzanne e Ralph Kenzie, Haggard encerrava sua carta aberta ao *The Times* com a perspectiva de que “parece-me mais razoável a esperança de que, em algum grau, a qualquer custo [...] o ódio herdado” entre os bôeres seja “[...] obliterado pela influência do tempo e pela gradual mistura entre as duas raças” (HAGGARD, 1899, p. 7, tradução nossa). Os termos não aludiam integralmente a um posicionamento pró-bôer; com efeito, sua defesa de Jameson e Rhodes indicava o modo como que, subjacente às suas utopias étnico-raciais, ainda se sobressaía uma crença em torno da importância do Império. Assim como Ralph salvaria Suzanne dos ataques zulus, Haggard sonhava com o momento em que as forças do Império Britânico salvariam os bôeres das ambições políticas e econômicas da elite pró-Kruger, vistas pelo letrado e por muitos de seus contemporâneos como retrógradas e particularmente nocivas ao desenvolvimento econômico do território sul-africano.

Na eclosão da Guerra Sul-Africana, Haggard foi convidado pelos editores do *The Times* para viajar à África do Sul com o propósito de relatar o desenrolar dos conflitos; a recusa do letrado, que, no período, passou a se interessar por assuntos ligados à política interna e à questão agrária, priva de mais detalhes a respeito de sua perspectiva sobre os conflitos. Contudo, as atividades mensais do Anglo-African Writers’ Club, relatadas com frequência na imprensa periódica, em especial no *The Times* e no *The African Review*, evidenciam os debates políticos nos quais Haggard e outros escritores inseriam-se na época (MONSMAN, 2010).

O Anglo-African Writers’ Club consistia em um clube de jantares mensais, presidido por Haggard em seus anos iniciais, e que incluía, entre seus membros, os escritores Bertram Mitford, William Charles Scully, Henry Anderson Bryden e o historiador Alexander Wilmot, além de frequentadores irregulares, tais como o explorador Frederick Courteney Selous (MONSMAN, 2010, p. 10). Tome-se, a título de exemplo de suas querelas, a ocasião da visita de três *amakhosi* da Bechuanalândia a Londres em 1895: Khama III (*inkosi* dos Bangwato), Sebele I (*inkosi* dos Bakwena) e Bathoen I (*inkosi* dos Bangwaketse), os quais recorreram à rainha Vitória para protestar contra a invasão e apropriação de suas terras por Rhodes. Enquanto um centro ideológico de opinião

jornalística e produção literária concernente à África, o clube dividiu-se em suas perspectivas referentes à visita dos líderes africanos: alguns, a exemplo do viajante francês Lionel Declé, manifestaram-se favoráveis à colonização pela British South Africa Company, enquanto outros, tais como Bryden, acusavam Rhodes de explorar os nativos.

Esperava-se que Khama com os seus companheiros fossem os convidados do *Anglo-African Writers' Club* no jantar mensal desta semana, mas embora estivessem ansiosos para aceitar o convite – o qual, por seu próprio pedido, foi mantido em aberto por uma semana – não puderam participar, pois agora eles estão praticamente nas mãos do Governo. O Sr. A[lexander] Wilmot também foi convidado, mas ele já havia partido para Roma – de fato, não religiosamente. Khama teria aproveitado por si próprio, creio, mas embora já seja um fato bem conhecido que todos os membros do *Anglo-African Writers' Club* são abstêmios, não parece ser o caso dos seus amigos, e eu temo que o chefe ficaria chocado com os ‘homens mortos’ na mesa da noite de quarta-feira (THE AFRICAN REVIEW, 16 nov. 1895, p. 867, tradução nossa).

A nota, possivelmente redigida por Haggard, que atuava como um dos editores da revista *The African Review*, ainda referencia o fato de que Lionel Declé, após a fala de abertura do jantar, manifestou-se com

[...] alguns comentários mordazes sobre *l'affaire Stokes*,⁸ direcionando em algo semelhante a uma denúncia forte contra Khama, a quem o celebrado explorador evidentemente desgosta [...]. O Sr. H.

8 O “caso Stokes” referenciava a execução do comerciante anglo-irlandês Charles Stokes por autoridades belgas no Congo, em janeiro de 1895, episódio que atraiu a atenção do público britânico ao “barbarismo” associado à administração colonial na região. Naquele contexto, foram feitas diversas denúncias contra o projeto colonial belga no Congo, principalmente de missionários britânicos e estadunidenses. Acerca dessa questão, ver: OLIVEIRA, Antônio José Alves. “A única testemunha que não pude corromper”: fotografias e disputas pela verdade no Estado Livre do Congo (1885-1908). *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 7, 2016, p. 277-301.

A. Bryden defendeu Khama calorosamente” (THE AFRICAN REVIEW, 16 nov. 1895, p. 867, tradução nossa).

Bryden, que se tornara reconhecido após publicar relatos de viagens pelo sul da África, manifestara-se publicamente de forma crítica a Cecil Rhodes e em defesa de Olive Schreiner, a qual acusara o *randlord* de permitir que um “pequeno bando de monopolistas” se apropriasse dos recursos minerais na região em benefício próprio (MONSMAN, 2010, p. 12, tradução nossa). O episódio evidencia o modo como o clube também se configurava como um local de discussões intelectuais e de dissidências, ou ainda como um espaço no qual as linhas da sociabilidade, da produção literária e da política, entre jantares e charutos, se entrecruzavam.

Poucos dias após a eclosão da guerra, em outubro de 1899, Haggard presidiu o encontro mensal do Club e, em seu discurso, referenciou sua experiência com a guerra de 1881 e o “tratamento que os ingleses leais receberam” na ocasião. O romancista “acreditava que eles estavam agora, em 1899, colhendo os frutos de 1881” e preferia diferenciar os bôeres comuns, que “custeavam suas opiniões com suas vidas”, do “grupo Holandês [*Hollander*] que os governa”, além de “temer o ódio racial que deve se iniciar” (THE TIMES, 17 out. 1899, p. 6, tradução nossa). Em conclusão, acreditava que “[...] a guerra era absolutamente necessária; foi forçada sobre eles, e deve ser lutada até o amargo desfecho [...]”. O que estavam defendendo agora na África do Sul era a supremacia da Inglaterra e nada mais” (THE TIMES, 17 out. 1899, p. 6, tradução nossa). A empatia com relação aos bôeres comuns e os temores diante das desavenças com base étnico-racial aproximavam-se dos posicionamentos expressos pelo letrado em *Swallow* e convergiam numa utopia de cooperação e solidariedade entre britânicos e bôeres, a despeito das desavenças existentes.

Sob esse prisma de observação, a narrativa de *Swallow* evidencia os esforços em promover um mito fundacional de origem nacional a partir da colaboração e dos papéis complementares entre britânicos e bôeres, personificados em Ralph e Suzanne. Simultaneamente, intencionava fornecer uma alternativa às animosidades crescentes entre os grupos étnicos no momento de sua publicação a partir do exemplo de seus protagonistas: se o amor entre uma mulher bôer e um homem anglo-escocês

era possível em tempos de tensões interétnicas, relações mais solidárias entre britânicos e bôeres também seriam. Em suma, o texto de Haggard demonstra uma tendência geral nas relações entre políticas e linguagem, o fato de que “[...] ao contribuir com a construção de culturas nacionais, romances (e outras obras literárias) narram conflitos entre personagens e sua resolução de forma paralela aos conflitos internos na nação e sua esperança por resolução ou desfecho” (JOHNSON, 2003, p. 6, tradução nossa). Distanciando-se da perspectiva racalista que Haggard cultivara previamente, sobretudo em *Jess*, no qual os bôeres são caracterizados como indivíduos degenerados e politicamente perigosos, o período que emoldurou a publicação de *Swallow* evidencia uma guinada no pensamento do letrado. As marcas do racismo ainda se encontravam presentes em sua produção literária, mas como evidenciado em *Marie*, a ênfase recaía cada vez mais nas distinções entre negros e brancos – e não mais entre britânicos e bôeres.

A “questão nativa” em *Marie*

O final da Guerra Sul-Africana em 1902 deu início a um período de intensas negociações políticas e “[...] alimentou os debates sobre quem estaria apto ou não a pertencer àquela que seria reconhecida como uma nação sul-africana” (GOMES, 2015, p. 127). O próprio Haggard, em carta enviada ao *The Times* alguns anos mais tarde, afirmava que, na sua perspectiva, “[...] a grande questão sobre o futuro do sudeste da África não é, como muitos supõem, aquele da dominação de ingleses ou bôeres, mas o inevitável e distante, assim esperamos, conflito pela supremacia prática entre o sangue branco e o negro” (HAGGARD, 1913, p. 5, tradução nossa). Alfred Milner, que então ocupava o cargo de alto-comissário britânico para as Colônias, compreendia que a conversão das antigas repúblicas bôeres e sua incorporação enquanto províncias britânicas seria necessária para a recuperação econômica, por meio da reestruturação da indústria mineradora, da revigoração da produção agrícola, da reconstrução da rede ferroviária e da unificação dos impostos. O temor de insurgências africanas conduziu a um clima de incertezas entre britânicos e bôeres, ansiosos pela conformação de uma

África do Sul liderada por uma elite branca; o período também contou com o incentivo à imigração de colonos britânicos, numa tentativa de reestruturar a agricultura sul-africana a partir da mão de obra branca, sobretudo na região da Colônia do Rio Orange, correspondente ao antigo Estado Livre de Orange (MARKS, 2011, p. 177). Alinhavado a esses incentivos à imigração branca, Haggard considerava-a como necessária e até mesmo urgente para impedir que a África do Sul “enegrecesse [go *black*]” (HAGGARD, 1924, n.p., tradução nossa).

O desfecho da Guerra Sul-Africana provocou um aparente desequilíbrio nas relações de forças entre trabalhadores africanos e proprietários brancos, causando pânico e temores entre esses últimos, derivados, entre muitos aspectos, da mobilização de africanos como combatentes e informantes durante os conflitos. De acordo com John Higginson, “[...] depois da guerra, contudo, permanecia incerto se as relações entre lavradores negros e arrendatários brancos no Transvaal haviam emborcado ou esfacelado de um modo geral” (HIGGINSON, 2015, p. 65, tradução nossa). Muitos sul-africanos negros, sobretudo no Transvaal, ansiavam que o término dos conflitos garantiria direitos políticos em reconhecimento ao seu potencial econômico e aos serviços prestados durante a guerra. Entretanto, diversas medidas tomadas pela elite local, a exemplo do aumento de impostos, do confisco de armas a partir de 1902 e da recusa em ampliar o sufrágio na Colônia do Transvaal e de Orange, foram utilizadas para minar as demandas da população negra. Ao lado das exigências dos *afrikaners* por compensação pelas perdas durante a guerra, o contínuo acesso de agricultores negros a terras produtivas levantava questões a respeito da apropriação desses terrenos e da remoção de seus habitantes originais. Uma anedota reproduzida no relatório do Comitê de Assuntos Nativos ilustra as instâncias cotidianas da contestação por terra e mão de obra nativa no Transvaal pós-guerra:

Um fazendeiro contou-me que ele estava trabalhando na sua terra, cultivando tabaco, e ele viu alguns nativos atravessando os limites do seu terreno. Como ele precisava de mão de obra, foi até eles e ofereceu 2 xelins e 6 centavos ao dia para trabalhar para ele, mas eles simplesmente se viraram e responderam ‘se você quiser trabalhar por 2 xelins e 6 centavos ao dia, *baas*, nós te contrataremos com muito prazer’ (MORTON, 1985, p. 188, tradução nossa).

Somado ao ressentimento mobilizado contra os britânicos pelas derrotas sofridas durante a guerra, o cenário sul-africano na primeira década do século, em especial nas áreas correspondentes às antigas repúblicas bôeres, levou a uma intensificação da violência e à retomada dos grupos de guerrilhas sob o formato de associações de fazendeiros; diversos casos de apropriação e delimitação de terras foram levados aos tribunais transvaalenses e “[...] os fazendeiros brancos também viam *oorstrooming* e *Swart Gevaar*, ou ‘inundação’⁹ e ‘Perigo Negro’ por trás de qualquer vitória legal de curto prazo dos pequenos proprietários africanos” (HIGGINSON, 2015, p. 104, tradução nossa). Em meio a esse clima de tensões, a questão sul-africana continuava a ocupar espaço nas preocupações de Haggard, afinal, em 1906, quando o Transvaal recebeu a permissão do Império Britânico para eleger seu próprio parlamento, o letrado pronunciou-se em tom crítico à nova constituição promulgada para a colônia sul-africana: “Embora a bandeira Britânica ainda sobrevoe elas [as colônias do Transvaal e do Rio Orange], a garantia de tal Constituição é um presságio da derrocada de qualquer governo britânico efetivo sobre amplas partes da África do Sul” (THE TIMES, 07 ago. 1906, p. 8, tradução nossa). Para ele, as eleições, que seriam realizadas no ano seguinte, levariam a uma vitória eleitoral dos interesses bôeres em decorrência de sua concentração populacional no Transvaal e, portanto, um risco aos resultados conquistados poucos anos antes na guerra.

No período em que se debatia de forma mais acirrada a unificação da África do Sul, Haggard norteou sua produção literária a momentos e personagens históricos considerados constitutivos da formação nacional, das relações interétnicas e da ocupação territorial ao sul do Zambezi. Assim, publicou *The Ghost Kings*, serializado entre outubro de 1907 e junho de 1908 na revista londrina *Pearson’s Magazine*, seguido pela primeira edição no segundo semestre de 1908. Ambientado na Pondolândia, na Zululândia e, muito possivelmente, na atual Botsuana, o romance concentra-se na história de Rachel Dove e Richard Darrien,

9 O termo “*oorstrooming*”, traduzido como “*swamping*” ou “inundação”, era utilizado no início do século XX pelos *afrikaners* para designar os temores relativos ao êxodo de africanos negros para os centros urbanos, assinalando, assim, riscos de perda de mão de obra, maior competitividade no mercado de trabalho e desestabilização do sistema de trabalho migrante. Ver: ALEXANDER, Peter. *Workers, War and the Origins of Apartheid: Labour and Politics in South Africa 1939-48*. Oxford: Currey, 2000, p. 120.

dois jovens de origem britânica que se apaixonam em meio aos eventos associados ao expansionismo zulu na década de 1830. Rachel, a filha de um missionário britânico, era considerada pelos zulus como a encarnação de Inkosazana, um espírito poderoso associado às tempestades. Por esse motivo, Rachel é raptada pelo *inkosi* Dingane e levada até seu assentamento. Simultaneamente, o enigmático Ishmael, um britânico que assimilou costumes nativos, tenta forçar a jovem a casar-se com ele. Rachel é amparada e protegida por Noie, uma mulher nativa descendente do “povo fantasma”, uma civilização dotada de poderes sobrenaturais que vivia ao norte da Zululândia. Na parte final da trama, Rachel e Noie viajam ao norte, resgatam Richard Darrien e impedem o corrupto e ambicioso Eddo de tomar o poder do “povo fantasma”, embora à custa do sacrifício de Noie e de toda a sua raça “fantasma” em uma tempestade sobrenatural.

Haggard ambientou *The Ghost Kings* durante a chefatura de Dingane kaSenzangakhona e parte da trama transcorre no assentamento principal zulu, uMgungundlovu. Apesar de apresentar os zulus como guerreiros violentos, o romancista também deslinda a hipótese de que “nós brancos estamos aptos a nos considerar superiores a tal povo, quando na verdade somos apenas diferentes. De fato, quando se considera, é uma questão se as estirpes mais superiores dos povos bantos não seriam nossos iguais” (HAGGARD, 1908, p. 41, tradução nossa). Não obstante, questiona seus leitores: “[...] seria uma assegai muito mais selvagem que um cartucho? Há uma distância tão grande entre um Chaka e um Napoleão? Pelo menos eles não são hipócritas e não são vulgares; este é um privilégio das nações civilizadas” (HAGGARD, 1908, p. 41, tradução nossa). Em *The Ghost Kings*, Haggard reforçou a ideia da *mfecane* como um fenômeno zulucêntrico, com base na perspectiva adotada por George McCall Theal e originalmente proposta por Theophilus Shepstone. Dessa forma, ao tratar sobre a missão religiosa do pai de Rachel Dove, o letrado descreve que

[...] logo, uma vila de tamanho considerável se formou em torno dele, habitada quase que inteiramente pelos sobreviventes nas tribos de Natal que Chaka havia destruído, e que estavam muito satisfeitas em se assentarem sobre a égide do homem branco” (HAGGARD, 1908, p. 85, tradução nossa).

Na sua perspectiva, a mobilização de Shaka era interpretada como eficaz, autoritária e centralizada, mas o elogio ao “Napoleão negro” convivia com a necessidade pela tutela do “homem branco”.

Em *The Ghost Kings*, Haggard descreve Dingane como supersticioso e profundamente temeroso das profecias que anunciavam sua derrocada: “[...] ‘eu vejo fogo’, ele [Dingane] disse. ‘Sim, neste *kraal*, uMgungundlovu arde, minha casa real queima, e acolá vem os homens brancos montados em cavalos. Oh! Eles se foram” (HAGGARD, 1908, p. 272, tradução nossa). Enquanto Shaka havia sido retratado alhures como um chefe cruel, porém eficiente em seu autoritarismo, Haggard representava o sucessor como o “horrrível Dingaana, que está sempre matando pessoas [...], um monstro maldito” (HAGGARD, 1908, p. 74, tradução nossa) cujo medo, derivado de profecias fatalistas, deixavam-no à mercê dos feiticeiros *isanusi*. Em *The Ghost Kings*, Haggard recuperava certa perspectiva em torno da figura de Dingane produzida ao longo do século XIX em uma interação complexa entre fontes orais de comunidades falantes de isizulu e discursos coloniais, que representavam a figura do chefe zulu, simultaneamente, a partir de traços negativos, exemplificados por sua responsabilidade na morte de seus irmãos e rivais à chefatura, mas também a partir de elementos positivados, em especial, suas políticas mais flexíveis de casamento de seus súditos. Muitas dessas imagens negativas sobre Dingane haviam sido produzidas por seus rivais políticos, que descreveram o *inkosi* zulu como um bárbaro que alcançara a chefatura por meios pouco honrados, um déspota que eliminava rivais por razões arbitrárias (NDLOVU, 2017, p. 74-78).

Haggard compreendia que as instituições sociais e políticas dos zulus estavam, naquele momento, em vias de extinção, sobretudo após a anexação dos territórios da Zululândia às posses britânicas e a morte de Cetshwayo. Mas eventos recentes, somados às discussões a respeito da unidade nacional sul-africana e do estatuto social e jurídico dos africanos, haviam trazido a questão zulu à baila: ao final de 1905, as autoridades em Natal introduziram novos impostos *per capita* sobre os agricultores negros, com o objetivo de forçá-los a servir de mão de obra nos empreendimentos agrários controlados por europeus. Essas taxas provocaram ampla insatisfação, o que desencadeou rumores de insurreições e, após alguns eventos isolados, o governo de Natal declarou lei marcial. Em abril de 1906, o chefe Bambatha kaMancinza, líder da linhagem amaZondi e que havia sido deposto pelas autoridades locais,

deu início a uma revolta que gradativamente teve a adesão de outras chefias zulus. Os rebeldes foram derrotados pelas forças coloniais e os principais chefes, que incluíam Bambatha e Sigananda kaZokufa, líder dos amaCube e membro da linhagem de Shaka, foram capturados ou mortos em batalha. Em 1907, Dinuzulu, herdeiro à chefatura zulu e filho de Cetshwayo, foi aprisionado por suspeita de estar por trás do movimento revoltoso e condenado por alta traição (HAMILTON, 1998, p. 157).

A historiografia recente tem questionado a noção de que a revolta de Bambatha consistiu em um esforço desarticulado de resistência nativa, demonstrando que, ao lado das causas materiais, motivações culturais e políticas levaram essas comunidades zulus a resistirem contra os impostos estabelecidos pelo estado colonial. Ao lado da insatisfação ante as taxas introduzidas e as disputas de longa data entre colonos brancos e africanos pelo controle sobre as melhores terras em Natal e na Zululândia, somavam-se causas ligadas a crenças religiosas de muitos nativos no período da rebelião. As comunidades envolvidas resistiam aos impostos em parte por acreditarem que, após a Guerra Sul-Africana, os Estados coloniais haviam adquirido maior poder destrutivo sobre eles graças ao censo populacional estabelecido pouco tempo antes. Com base em rumores que circularam no período, muitos zulus atribuíam os infortúnios causados pela administração colonial ao fato de que tinham sido abandonados pelos espíritos de seus ancestrais e acreditavam que as forças da natureza puniriam os nativos por sua negligência. O engajamento na revolta e o combate ao estado colonial eram vistos como uma forma de agradar os espíritos irrequietos de ancestrais, de modo que muitas das ações dos resistentes enquadravam-se na lógica de seus sistemas de crença religiosa: uma revolta armada com a intenção de derubar o estado colonial tanto pela força das armas quanto pela ação de fatores sobrenaturais (REDDING, 2000).

Espíritos ancestrais, tempestades sobrenaturais, forças fatalistas da natureza: todos esses elementos parecem ter sido apropriados por Haggard em *The Ghost Kings*. Ademais, o letrado certamente tomara conhecimento das ações políticas de Dinuzulu, pois havia transcrito, na introdução redigida para a segunda edição de *Cetywayo and his White Neighbours*, diversas cartas do chefe zulu endereçadas ao governador de Natal, A. E. Havelock, nas quais relatava o estado de abandono dos

zulus pela administração colonial: “[...] nós [os zulus] vagamos de lugar em lugar, sem ter onde nos enraizar [...]. Nós morreremos, e o país se tornará desolado” (HAGGARD, 1896, p. xxxvii, tradução nossa).

Poucos anos depois, Haggard engajou-se em uma empreitada literária para narrar a derrocada da dinastia de Senzangakhona e a queda do Reino Zulu, em uma trilogia de livros composta por *Marie* (1912), *Child of the Storm* (1913) e *Finished* (1917). Nessas três obras, o letrado relaciona os percalços de seu personagem Allan Quatermain com eventos da história política na África do Sul: o caçador testemunha a migração dos bôeres e o massacre de Piet Retief na década de 1830, a dispersão de africanos no *mfecane* (*Marie*), participa da batalha de Ndongakusuka em 1856, entre Cetshwayo e Mbuyazi (*Child of the Storm*), além de envolver-se na Batalha de Isandhlwana, travada durante a Guerra Anglo-Zulu de 1879 (*Finished*). Em comum, os romances lidam com a saga de Zikali, último membro da linhagem dominante dos amangwane e que utiliza elementos mágicos para vingar-se e causar a derrocada dos zulus – o que demonstra como Haggard, reiteradamente, responsabilizava forças africanas pela queda do Reino Zulu.

Marie, o romance inaugural da trilogia de Zikali, foi serializado na *Cassell's Magazine* entre setembro de 1911 e fevereiro de 1912 e publicado em volume único no final de janeiro deste ano. Narrado em primeira pessoa por Allan Quatermain e descrito na nota introdutória como resultado de um manuscrito deixado pelo caçador e encontrado após sua morte (narrada no romance *Allan Quatermain*, publicado em 1887), *Marie* relata parte da infância e da juventude do protagonista, concentrando-se no seu envolvimento com o Great Trek e o massacre dos bôeres por Dingane. Além da jovem Marie Marais, uma bôer de ascendência huguenote e primeira esposa de Quatermain, a trama apresenta o vilanesco Hernan Pereira, um luso-bôer descrito como ambicioso e calculista; o pai de Marie, Henri Marais, fazendeiro bôer profundamente ressentido com relação à presença dos britânicos no sul da África; e Hans, o empregado khoekhoe, que acompanha Quatermain em suas aventuras. O romance ambienta-se em um plano de fundo histórico marcado pelas tensões políticas entre britânicos, bôeres e zulus, sobretudo quanto ao controle de terras na região entre os rios Tukhela e Umzimvubu, em Natal. Ao lado de *Nada the Lily* e *Swallow*, Haggard promove um quadro explicativo das relações interétnicas no período

marcado pelo início dos projetos colonialistas na África do Sul, atentando-se aos conflitos decorrentes para justificar, em termos shepstonianos, a necessidade de uma autoridade forte e centralizada.

No início da trama na Colônia do Cabo, o garoto Allan é enviado por seu pai, um missionário inglês, para ter aulas particulares com um tutor francês em Maraisfontein, ao lado de Marie Marais. Com o passar dos anos, o jovem Quatermain apaixonou-se pela garota bôer, mas a união dos dois encontra um obstáculo: o pai de Marie havia prometido a filha em casamento para seu primo, o abastado Hernan Pereira. O professor particular dos jovens, Monsieur Leblanc, acidentalmente atira no filho de um chefe qwabe que, em represália, ataca a fazenda dos Marais, onde Allan e Marie refugiam-se e defendem-se com o uso de armas de fogo. No clímax da cena, quando a morte parecia iminente, os jovens confessam seus sentimentos um ao outro e Allan, com apenas dois tiros em sua espingarda, cogita matar Marie e cometer suicídio em seguida, para evitar a morte violenta nas mãos dos qwabe. O casal é salvo no último instante por um grupo de bôeres, mas a invasão, os descontentamentos com a influência política britânica na região e as acusações de roubo de gado contra os africanos levam os bôeres a migrarem rumo ao interior do subcontinente. Henri Marais e a filha juntam-se aos *voortrekkers*. Desolado e de coração partido, Allan ingressa no exército britânico, aprende isizulu e o manejo de armas de fogo, além de envolver-se na chamada “guerra das fronteiras” de 1834-1836.

Após retornar do exército e se entediar com a rotina na missão de seu pai, Allan recebe uma carta de Marie, na qual informa que seu grupo de *voortrekkers* partiu em direção a Delagoa Bay, mas que muitos de seus companheiros morreram devido aos ataques de nativos e os sobreviventes enfrentam a ameaça da fome e epidemias. Quatermain, ao lado do lacaio Hans, parte em direção à trilha dos bôeres e, ao alcançar o acampamento, descobre que Hernan havia sido o responsável por muitos dos problemas enfrentados, como ter abandonado os *voortrekkers* levando quase toda a pólvora das munições. Enquanto em *Swallow* o Great Trek é retratado como a saga heroica de um grupo de bôeres em busca de liberdade, em *Marie* os deslocamentos internos são apresentados como uma verdadeira martirização dos migrantes, deixados à própria sorte, vagando entre pântanos febris e à mercê dos nativos ou de feras selvagens. Ao alcançar o “acampamento da morte”, Allan, guiado “pela mão

de uma criança que parecia um esqueleto” (HAGGARD, 1912, p. 124, tradução nossa), reencontra-se com Marie, que estava “[...] miserável, mas [Allan] não poderia confundir aqueles olhos, aqueles grandes olhos gentis, que haviam crescido de forma pouco natural em sua face pálida, afinada” (HAGGARD, 1912, p. 124, tradução nossa). Após ajudar os *voortrekkers*, Allan convence Henri Marais a aceitar a proposta de casamento do jovem caçador para sua filha e, após encontrar-se com um dos lacaios africanos de Hernan, Quatermain resgata o português, acometido pela febre e abandonado em uma caverna.

Algumas semanas após o resgate, os bôeres, acompanhados por Quatermain, decidem migrar ao sul, em direção ao *laager* de Piet Retief. Hernan Pereira, considerado *persona non grata* pelos migrantes, em especial pela matrona Vrouw Prinsloo, abandona o grupo, amargurado por Allan não ter lhe entregue munições e mantimentos para sua jornada solitária. À noite, o jovem caçador, responsável pela vigia do acampamento, quase é atingido por um tiro de Hernan, que afirma tê-lo confundido com um animal selvagem. Em fúria, Quatermain expulsa Pereira do acampamento e os *voortrekkers* prosseguem em sua jornada:

A jornada [*trek*] diante de nós, embora não muito longa, era de uma natureza extremamente perigosa. Nós teríamos que atravessar cerca de duzentas milhas de um território cuja única coisa que conhecíamos era que os seus habitantes eram os Amatonga e outras tribos selvagens. Aqui, eu devo explicar que após muita discussão, abandonamos a ideia de retornar pela trilha seguida por Marais em sua jornada malfadada rumo a Delagoa. Se seguissemos assim, teríamos que atravessar as terríveis Montanhas Lobombo, sobre as quais era duvidoso se nosso gado conseguiria puxar as carroças. Além do mais, o território além das montanhas possuía poucos animais de caça e também de nativos, de modo que nossa alimentação seria limitada. [...] Então, decidimos arriscar os selvagens e os leões que seguiam a caça nestes territórios quentes, especialmente já que não era ainda a temporada de febre ou de chuvas intensas, de modo que os rios seriam atravessáveis (HAGGARD, 1912, p. 166-167, tradução nossa).

Eventualmente, Allan e os *voortrekkers* são detidos por um regimento zulu, enviado por Dingane, informado da presença do jovem britânico e dos migrantes bôeres por Pereira. Quatermain e os demais são conduzidos como prisioneiros até o *kraal* de Dingane, que demanda informações a respeito dos objetivos dos bôeres em sua jornada. O *inkosi* zulu propõe uma aposta para Quatermain: se o caçador fosse capaz de atirar em três abutres em pleno voo, ele concederia a liberdade a Marie e a seus compatriotas, desafio que o jovem vence após um breve treinamento com Hans. Libertos de uMgungundhlovu, o grupo de Quatermain encontra-se com Piet Retief, personagem histórico e uma das principais lideranças do Great Trek, acompanhado de Hernan Pereira. Allan casa-se com Marie e logo após decide ajudar Piet Retief como mediador em suas negociações junto ao *inkosi* Dingane, na intenção de estabelecer um tratado de paz e de uso de terras entre bôeres e zulus. Retief, após averiguar os fatos recentes com Dingane, descobre que Hernan, com a intenção de incitar o *inkosi* zulu a executar o jovem caçador, havia previamente acusado Quatermain de ser um *isanusi*, o que explicava o episódio envolvendo a captura dos *voortrekkers*.

Como parte do acordo entre os bôeres e os zulus, Quatermain e os *voortrekkers* assumem a responsabilidade de recuperar o gado roubado de Dingane por Sekonyela, um chefe basoto. No clímax, a delegação de bôeres liderados por Piet Retief é traída e executada por Dingane. Quatermain, o único sobrevivente graças à intervenção de Zikali, escapa em tempo de uMgungundhlovu e consegue impedir que Marie, Vrouw Prinsloo e seus familiares sejam mortos em um ataque zulu. Um tribunal bôer, composto, entre outros, por Hernan Pereira, injustamente acusa Quatermain de ter traído os *voortrekkers* e condena o caçador à morte. Para salvar a vida dele, Marie o entorpece com sonífero, esconde-o em meio a arbustos e, vestindo roupas masculinas, é confundida e assassinada por Hernan. Henri, enlouquecido ao descobrir a morte de sua amada filha, fere mortalmente Pereira. Quatermain desperta a tempo de testemunhar a cena e o romance se encerra com o protagonista amargurado e de coração partido, relendo uma carta encontrada junto ao peito de Marie.

Ao retomar o Great Trek como momento formativo da nação sul-africana, Haggard apresenta uma reflexão literária sobre o desequilíbrio de forças políticas na década de 1830, as quais culminaram em conflitos entre brancos e negros para além das fronteiras da Colônia do

Cabo. Trata-se, com efeito, de uma narrativa ambientada nas décadas iniciais da inserção do colonialismo britânico no sul da África, sobretudo pela ação de missionários, tais como o pai de Quartermain, e das consequências políticas da expansão da influência britânica no subcontinente. Embora certo clima de conciliação anglo-bôer permeasse o momento em que Haggard escrevia e publicava *Marie*, os recentes conflitos decorrentes dos choques entre os interesses econômicos britânicos e o republicanismo bôer, sobretudo na guerra de 1899-1902, remetiam muitos dos olhares ao período do Great Trek enquanto chave explicativa das tensões entre os grupos envolvidos.

Dessa forma, Haggard utiliza-se de seus personagens bôeres, especialmente de Marie Marais, para situar seus leitores naquilo que considerava como elementos causais da migração dos bôeres: “[...] nós estamos quase arruinados, especialmente já que o governo britânico está libertando os escravos e nos retribuindo com um pequeno preço, que não chega a um terço do valor deles” (HAGGARD, 1912, p. 45, tradução nossa). O letrado caracteriza a migração como resultado das desavenças referentes à abolição do trabalho servil nas colônias britânicas e a “desentendimentos mútuos”, muitos dos quais derivados do descaso do “governo britânico, ou melhor, do governo partidário” (HAGGARD, 1912, p. v, tradução nossa), cujos “[...] oficiais permanentes e temporários [...] comumente oprimiam ou não representavam” (HAGGARD, 1912, p. v, tradução nossa) os colonos. Ademais, Haggard aponta um acirramento da violência entre bôeres e nativos, que “[...] encorajados pela política variegada desses partidos e seus servidores, frequentemente roubavam gado; e se tivesse chance, assassinavam as mulheres e crianças, como tentaram em Maraisfontein; embora lá, é verdade, eles tinham motivos” (HAGGARD, 1912, p. 66-67, tradução nossa).

Da historiografia colonial, sobretudo das interpretações fomentadas por George McCall Theal, Haggard incorporou diversos episódios históricos, a exemplo das negociações entre Dingane e os bôeres e o massacre do grupo de *trekkers* liderados por Piet Retief, produzindo um panorama literário de eventos que considerava constitutivos do passado sul-africano. Ademais, *Marie* pode ser interpretada como uma narrativa do expansionismo zulu na primeira metade do século, atribuindo a Dingane a formação de rivalidades com os bôeres e responsabilizando o militarismo zulu pelo esvaziamento populacional. Dessa forma, em

sua jornada rumo ao acampamento bôer, Allan e Hans alcançam “um grande *kraal* chamado Fokoti, no rio Umkusi [Mkuze], o qual parecia estar quase deserto” (HAGGARD, 1912, p. 61, tradução nossa), exceto pela presença de uma mulher idosa, a qual, ao ser indagada a respeito do estado do vilarejo, afirma que “todos haviam fugido para as fronteiras da Suazilândia, temendo um ataque dos zulus, cujos territórios começavam para além desse rio” (HAGGARD, 1912, p. 61, tradução nossa). A despeito da ausência de conflitos entre os Tongas e os zulus, a mera presença de “[...] um *impi*, um regimento nas margens do rio”, motivou-os a “ficar longe destas lanças terríveis” (HAGGARD, 1912, p. 61, tradução nossa) e, portanto, deslocando-se territorialmente – um exemplo do medo atrelado por essas narrativas ao avanço zulu, culpabilizando-o pelo “efeito dominó” que teria caracterizado as migrações forçadas de comunidades linhageiras e chefaturas.

Haggard menciona, mesmo que brevemente, a participação de Quatermain nos conflitos entre britânicos e xhosas na década de 1830, os quais afetaram as políticas de tratamento dos nativos nas fronteiras do Cabo Oriental e promoveram uma reorganização geopolítica com a criação da Província de Queen Adelaide, em 1835 – posteriormente conhecida como Kaffraria Britânica –, na intenção de cercar as populações xhosa sob pretextos civilizatórios. Na historiografia colonial, em especial na obra de McCall Theal, a causa do conflito era atribuída a uma ofensiva xhosa, os quais, rompendo alianças prévias estabelecidas com o governo da Colônia do Cabo, declararam guerra e “[...] avançaram subitamente sobre a colônia, roubando praticamente todo o gado ao leste do rio Sunday, queimando casas e assassinando todo homem branco que não fosse capaz de escapar” (THEAL, 1900, p. 188, tradução nossa). A guerra demarcou uma crescente demanda dos colonos pela apropriação de terras e pelo enrijecimento das políticas de tratamento aos nativos, simultaneamente criticando a presença dos discursos humanitaristas e a influência de missionários na esfera da política. As narrativas favoráveis às demandas dos colonos produzidas na década de 1830 criticavam a tutela paternal dos missionários e denunciavam o que consideravam como a ineficácia da administração britânica em lidar com a instabilidade nas fronteiras e com o roubo de gado.

Documentos redigidos no período, a exemplo do relato do colono britânico Robert Godlonton, “A Narrative of the Irruption of the Kaffir

Hordes Into the Eastern Province of the Cape of Good Hope”, reforçavam a imagem dos xhosa como um povo traiçoeiro e incivilizado, insubordinado e naturalmente condicionado à violência (PRICE, 2008, p. 164-165, tradução nossa). Ao afastarem-se da literatura missionária, esses documentos atuavam como “instrumentos que permitiam o domínio britânico”, pois forneciam “[...] um sistema de conhecimento que possibilitava os britânicos a explicarem a si mesmos porque era legítimo seu governo sobre os xhosa, e porque era justificável, em última medida, a destruição da cultura cívica dos xhosa” (PRICE, 2008, p. 171, tradução nossa). A Província de Queen Adelaide, cuja criação visava submeter a autoridade das chefias xhosa à tutela britânica, foi desmantelada pouco tempo depois, mas segundo Richard Price, sua existência marcou uma primeira tentativa de impor um sistema de governo imperial sobre um conjunto amplo de linhagens africanas independentes. Em *Marie*, assim como em outros romances haggardianos, essas referências parecem apontar para contextos de reorganização de espaços geopolíticos e apropriação de territórios, comumente sob pretextos civilizatórios ou para preservar, em tons paternalistas, a liberdade da população nativa diante dos abusos de suas chefaturas, representadas no romance pela figura de Dingane.

Nesse sentido, importa lembrar que o letrado publicou *Marie* no momento imediatamente posterior ao surgimento da União Sul-Africana, em 1910, período em que muitas das discussões foram voltadas para pensar “[...] as balizas de inserção destes sul-africanos no território – bem como a exclusão daqueles que não carregavam no fenótipo a imagem da nação que se queria construir” (GOMES, 2015, p. 4). Um dos principais marcos desse processo foi a implementação do Natives’ Land Act em 1913, medida que proibia a venda de terras aos nativos sul-africanos, confinava uma população de cerca de cinco milhões de africanos a territórios – o que correspondia, aproximadamente, a 7% do território nacional – e criminalizava o arrendamento de terras por parte dos nativos, uma prática bastante comum na África do Sul. Contudo, políticas de legislação e de acesso a terras não eram necessariamente uma novidade naquele momento. Em 1894, Cecil Rhodes, então primeiro-ministro da Colônia do Cabo, promulgou o Glen Grey Act, que colocava um fim ao “acesso comunal à terra, instituindo o sistema de posse individual em uma parcela estipulada do território”, o que promoveu “[...]”

uma desarticulação identitária que passa por uma negação dos espaços da comunidade e da ancestralidade” (GOMES, 2015, p. 4). Os conflitos entre bôeres e zulus em *Marie* traduzem, na perspectiva de Haggard, os impactos resultantes dos contrastes entre práticas costumeiras de uso de terra comunal e a introdução da economia política e da propriedade agrícola privada, questão que se tornava cada vez mais relevante entre os anos de 1890 e 1900 – e ideologicamente justificada no romance pelo argumento do esvaziamento provocado pela violência nativa.

É preciso lembrar que o romancista recorrentemente remetia-se à legitimidade da relação entre os nativos sul-africanos e o uso da terra, sobretudo com base no argumento da ancestralidade, afinal, “[...] no início, a terra era deles” (HAGGARD, 1912, p. v, tradução nossa). Todavia, em *Marie*, o letrado reconhece como igualmente legítima a aspiração dos bôeres à apropriação de terras, fundamentando-se em certo pretexto de *jus solis*: Haggard resgata o suposto tratado assinado entre Piet Retief e Dingane, redigido “em um formato legal ou semilegal”, e que estabelecia a concessão do “[...] lugar denominado Porto de Natal, juntamente com todas as terras anexas, ou seja, do rio Tukhela ao Rio Umzimvubu ao oeste, e do mar em direção ao norte para os bôeres, para sua propriedade eterna” (HAGGARD, 1912, p. 249, tradução nossa). Na lógica do autor, a doação das terras aos bôeres era compatível com a prosperidade de colonos britânicos, a exemplo de Allan Quatermain, que contemplava a vida ao lado de Marie Marais buscando

[...] uma faixa de *veldt* fértil, onde poderíamos nos estabelecer quando fôssemos casados, e tal lugar eu encontrei após alguns empecilhos. Ficava cerca de trinta milhas de distância ao leste, na curva de uma bela correnteza que agora é conhecida como rio Mooi (HAGGARD, 1912, p. 233, tradução nossa).

Se cotejado com os posicionamentos de Haggard após a aprovação da Constituição do Transvaal poucos anos antes, pode-se sugerir que, para o letrado, o direito dos bôeres à posse e ao uso das terras seria plenamente possível, conquanto as instituições políticas e o *status quo* colonial continuassem vinculados ao Império Britânico.

Tanto Haggard quanto seu mentor, Theophilus Shepstone, estabeleceram conexões diretas entre a migração dos bôeres na década de 1830

e o uso de terras. Em artigo publicado num periódico abolicionista em maio de 1881, Shepstone afirmou que a designação de terras para os bôeres avançava sobre territórios ocupados por “consideráveis populações nativas”, as quais se tornariam “[...] uma espécie de servos aos bôeres, que demandavam certa carga de trabalho deles em retorno por proteção. O sistema de aprendizes [*inboekeling*], que há muito tempo existe entre os bôeres, é de fato escravidão disfarçada” (THE ANTI-SLAVERY REPORT, 1881, p. 88, tradução nossa). O Great Trek era visto, nessa lógica, como um anseio por parte dos bôeres em afastar-se não apenas dos abusos do domínio britânico, mas também dos novos sistemas de aquisição de terrenos introduzidos no período, resultantes de mudanças políticas que teriam gerado certo clima de instabilidade e incerteza na posse de terras (SIMPSON, 2016, p. 135). Assim, próximo ao rio Mooi, em terras “que pertenciam a uma tribo exterminada por Chaka”, Allan e um grupo de *voortrekkers* começam a apropriar-se dos terrenos, pois “[...] havia mais terras do que nós poderíamos ocupar” (HAGGARD, 1912, p. 233-234, tradução nossa). Haggard deixa claro, no episódio relatado, o lugar delegado aos nativos nessa narrativa de formação da sociedade colonial: como mão de obra, em especial na construção de cabanas e no preparo da terra para a agricultura.

Nesse sentido, observam-se as incursões ao termo “*natives*”, as quais extrapolam uma centena de recorrências no romance de Haggard. Ao lado das situações referentes à violência, a exemplo do ataque à Maraisfontein pelos guerreiros qwabe, no início do romance, o romancista representa os africanos negros como personagens de plano de fundo, comumente anônimos e associados a negociações por gado ou terras, ou como empregados e servos nas fazendas de proprietários bôeres ou britânicos. Na sua ótica, as experiências da coletividade africana são reduzidas a laços de antagonismo ou de dependência, a exemplo do episódio em que Quatermain apropria-se das terras nativas e ordena “[...] aos nativos que trabalhem para construir uma choça rudimentar que serviria como uma habitação temporária” (HAGGARD, 1912, p. 234, tradução nossa). Dessa forma, Haggard enredava, por meio de seu romance, uma estruturação da ordem política e econômica na colônia dividida em dois mundos: de um lado, o mundo dos colonos brancos, em referência à tranquilidade doméstica e ao uso das terras para sustento econômico; de outro lado, um local reservado aos negros, seja como mão de obra a serviço do colonato, seja como um sujeito mais próximo

do estado da natureza, “[...] perpetuamente fora do tempo na modernidade, à deriva” em um “espaço anacrônico” (MCCLINTOCK, 2010, p. 73).

Assim, apesar de relembrar o público leitor do argumento de ancestralidade vinculado à posse de terras pelos nativos, Haggard enfatiza a sua expropriação em determinadas circunstâncias, além de pregar a importância da mão de obra africana para garantir o domínio político-econômico na região e reestabelecer as relações de subordinação entre europeus e africanos. Por volta daquele período, o letrado compartilhava dos temores de muitos proprietários brancos sul-africanos a respeito do “tratamento desrespeitoso” dos nativos quanto aos europeus, pois afirma que “[...] nos anos 70 [do século XIX] nunca ouvi falar de um ataque sobre uma mulher branca feito por um nativo. Agora, essa história é frequentemente contada” (THE TIMES, 16 ago. 1913, p. 5, tradução nossa). A subordinação de nativos ao trabalho nas propriedades agrícolas era vista, nessa lógica, como uma forma de dissipar as resistências e assimilar os sul-africanos negros à sociedade colonial. Tudo parece indicar que, para Haggard, a expropriação das terras alienaria os nativos do acesso aos melhores terrenos, simultaneamente criando uma força de trabalho barata e acessível, incorporada paulatinamente à lógica da economia política, sobretudo na agricultura e nas atividades de mineração.

Dessa forma, *Marie*, assim como outros romances de Haggard ambientados na África do Sul, relacionava-se ao que Valentin Mudimbe enfatizou como bases explicativas do colonialismo no século XIX: “[...] os procedimentos de aquisição, distribuição e exploração de terras nas colônias; as políticas para domesticar nativos; e a forma de gerir organizações antigas e implementar novos modos de produção” (MUDIMBE, 2013, p. 16). Assim, a estrutura colonial teria produzido um “sistema dicotômico”, fundamentado em “[...] um grande número de oposições paradigmáticas: tradicional versus moderno, oral versus escrito impresso; comunidades agrárias e consuetudinárias versus civilização urbana e industrializada” (MUDIMBE, 2013, p. 18). A partir dessas dualidades estruturantes das relações coloniais, é possível compreender as representações de nativos na escrita literária de Haggard e a expropriação de suas terras pelo colonato branco.

Em *Marie*, o romancista tenta compatibilizar duas visões a respeito do uso das terras. Por um lado, reconhece a legitimidade do direito africano, pelo menos em termos shepstonianos. Isto é, contanto que fossem “justamente governados” (HAGGARD, 1912, p. v, tradução nossa) por uma autoridade centralizada e competente, mesmo que autoritária, e devidamente alocados ou protegidos em territórios dependentes da administração colonial; do contrário, estariam sujeitos a serem escravizados pelos bôeres ou, como no caso dos zulus, estarem em conflito direto e violento com os colonos brancos. Por outro lado, a ênfase atribuída por Haggard à violência gerada pelo contato entre brancos e negros durante o Great Trek parece se aproximar dos temores que cercavam as elites sul-africanas no período de formação da União Sul-Africana, as quais deslocaram a questão racial da tensão entre “[...] britânicos e bôeres/*afrikaners* para uma oposição branco *versus* negros” (GOMES, 2015, p. 168). O medo das invasões nativas nas áreas de mineração levou à demanda por novas medidas que organizassem a inserção populacional, em especial nos centros urbanos, e que controlassem a mão de obra africana, a exemplo do Native Labour Regulation Act, de 1911, que criminalizava a quebra de contrato trabalhista por trabalhadores negros. Ao legitimar a demanda bôer (branca) pelas terras no período da “Grande Jornada”, emoldurada pela perspectiva de que, sob a sombra da “[...] flâmula britânica [...] todas as antigas rivalidades e invejas sanguinolentas sejam esquecidas” (HAGGARD, 1912, p. v, tradução nossa), Haggard reforçava a visão da África do Sul como uma nação dirigida por uma elite branca, formada pela união de britânicos e bôeres e sustentada pelo trabalho negro.

Com a intenção de promover a aproximação entre britânicos e bôeres, Haggard perfaz um movimento de ressignificação e revisão de elementos históricos. Assim, por exemplo, o letrado menciona no prefácio de *Marie* a

[...] crença comum entre os bôeres daquela geração que a morte cruel de Retief e de seus companheiros, e outros infortúnios que caíram sobre eles, deviam-se às conspirações traiçoeiras de um inglês, ou de ingleses, com o déspota, Dingaan (HAGGARD, 1912, p. vi, tradução nossa).

Ao longo da trama, Haggard intenciona demonstrar que o massacre da delegação de Piet Retief teria sido causado por uma conjunção de fatores, que incluíam o aspecto traiçoeiro e capcioso de Dingane, as tramoias do vingativo Zikali, categorizado como o “principal instigador” (HAGGARD, 1912, p. xiii, tradução nossa), bem como as ardilosas estratégias do luso-bôer Hernan Pereira, o qual, com a intenção de vingar-se de Quatermain, perpetua os rumores da culpa britânica na morte dos *voortrekkers*. Até mesmo as causas do Great Trek, em geral atreladas pela historiografia *afrikaner* à opressão britânica, não são relacionadas por Haggard à presença colonial em um sentido amplo, mas sim à ineficácia de determinados oficiais na Colônia do Cabo, atuando em favor de interesses próprios, especialmente os “[...] governadores plenos de autoridade em curto prazo” (HAGGARD, 1912, p. 64, tradução nossa).

Na perspectiva de Peter Colenbrander, os eventos transcorridos em 1838, em especial o massacre de Piet Retief e outros ataques promovidos por Dingane, foram parcialmente responsáveis por moldar as representações desse *inkosi* zulu, associando-o à violência e à martirização dos bôeres. Entretanto, a conduta de Dingane estava longe de representar um ato incompreensível de “selvageria”: além da ausência de informantes europeus acerca dos migrantes que chegavam tão inesperadamente em busca de terras, os principais grupos de *trekkers*, que contabilizavam milhares de pessoas, já desciam da cordilheira Drakensberg antes mesmo do fim das negociações com Piet Retief. A aproximação era por si só alarmante e a situação piorou quando os migrantes armados com espingardas começaram a levantar *laagers* na região e se apropriar da produção agrícola nas terras vizinhas. A utilização de armas de fogo por parte de Retief e o conhecimento de Dingane acerca da destreza dos bôeres com cavalos certamente agravaram as tensões (COLENBRANDER, 1989, p. 89-93, tradução nossa). Por esses motivos, a violência direcionada aos grupos de *trekkers* pode ser interpretada como uma resposta às circunstâncias tensas do momento em questão, descritas em *Marie* a partir da perspectiva de Allan Quatermain.

A aproximação entre britânicos e bôeres na construção de uma elite colonial ocorre simbolicamente por meio do amor entre Marie e Allan, permeado por sonhos malfadados de felicidade conjugal e doméstica. De forma semelhante à *Swallow*, que retrata o triunfo do amor entre uma mulher bôer e um jovem britânico, *Marie* poderia ser categorizado como algo semelhante ao que a crítica literária Doris Sommer

designou de “ficções de fundação”, isto é, uma articulação entre paixões políticas e afetos na ficção oitocentista, sobretudo em romances históricos dedicados a retratar processos de formação nacional. Diante dessa perspectiva, o amor e o desejo sexual entre homens e mulheres apartados por divisões étnicas, regionais, partidárias ou por interesses econômicos contribuiriam para legitimar simbolicamente e solidificar as comunidades nacionais modernas. Nesses romances, o desejo amoroso era reforçado pelos percalços e obstáculos, produzindo nos personagens um esforço emocional para vencê-lo e consolidar a nação, construindo, assim, um Estado no qual a união dos amantes seria possível. Assim, “a paixão romântica [...] forneceu uma retórica para os projetos hegemônicos, no sentido gramsciano de conquistar o adversário através do interesse mútuo, ou do amor, ao invés de coerção” (SOMMER, 2004, p. 21).

Símbolo do heroísmo colonial, Quatermain reunia muitas das características viris valorizadas por Haggard e por muitos outros autores de romances de aventura entre as décadas de 1880 e 1890. Sua condição de *big game hunter* relacionava-se a um fascínio popular com caçadas e safáris africanos que alimentavam os imaginários sociais sobre a África na segunda metade do século XIX. Sua trajetória na defesa das fronteiras da Colônia do Cabo é brevemente mencionada, mas com ênfase em um percurso de conquistas físicas, por meio de medalhas ou pelo acúmulo de cicatrizes, afinal “uma vez fui ferido levemente, e duas vezes escapei quase sem vida. Certa vez fui repreendido por assumir um risco tolo e perder alguns homens. Duas vezes fui condecorado pelo que chamam de ações galantes” (HAGGARD, 1912, p. 101, tradução nossa), tais como salvar os companheiros das lanças inimigas ou executar chefes rivais. Seu esquadrão é enfim dissolvido, e Allan “[...] retorna ao lar, não mais um rapaz, mas um homem, com ampla experiência e conhecimento singular dos nativos, sua linguagem, história, modos de pensamento e ação” (HAGGARD, 1912, p. 102, tradução nossa). Cavaleiro e aventureiro, conjugando valores como a coragem e a bravura na defesa dos mais fracos, Quatermain era retratado por Haggard como o protótipo de uma masculinidade revitalizada pelo viver aventureiro nas colônias.

Publicado poucos meses após o advento da União Sul-Africana, *Marie* apresenta um conjunto de tendências que se aproximam dos debates acerca da formação nacional e da ocupação territorial do sudeste da África: a) a recuperação do Great Trek como episódio formativo

da nação, narrado por Haggard a partir do martírio e do sofrimento de seus articulistas, em especial diante das resistências africanas, vistas pelo letrado como atos arbitrários de violência e tirania; b) a questão do uso e apropriação das terras, elemento que o letrado remete à década de 1830, mas que se encontrava alinhavado a uma inquietação que acompanhava a unificação do território sul-africano no período de publicação de *Marie*, embasado nos paradigmas racialistas de inclusão e exclusão “[...] aos espaços na União Sul-Africana” (GOMES, 2015, p. 4); c) a aproximação entre bôeres e britânicos na formação de uma elite dirigente, metaforizada pelo amor entre Marie e Allan, da mesma forma que, por meio da bravura dos *voortrekkers*, a exemplo do espírito de liderança de Piet Retief, Haggard enreda, mais uma vez, uma utopia étnico-racial voltada à formação do colonato branco. Essa aproximação ocorre na forma de um álibi político – em um esforço de revisão de elementos históricos para amenizar a responsabilidade dos britânicos na formação de rivalidades com os bôeres no período das migrações dos anos de 1830.

CAPÍTULO 4

Na terra dos lírios azuis: domesticidade, colonialismo e ansiedades raciais



Em seus romances e contos, H. Rider Haggard escreveu e reescreveu uma História social e política da África do Sul no longo século XIX, com ênfase em episódios e personagens que considerava representativos da construção da sociedade sul-africana. Em personagens como Allan Quatermain, Haggard aprimorou uma idealização do heroísmo colonial baseado em uma virilidade militante, associada pelo letrado à vigência da hegemonia política e cultural britânica, bem como integrada à ideologia paternalista, que reforçava a crença no aspecto justo e benevolente da presença colonial no subcontinente sul-africano. Personagens como John Neil (*Jess*), Ralph Kenzie (*Swallow*) e Allan Quatermain (*Marie*) transformavam-se em símbolos de identificação coletiva, pois projetavam a ação de homens comuns alçados ao pedestal de heróis por atuarem de modo favorável à perpetuação da autoridade colonial nas regiões retratadas nos romances. Heróis zulus, como Umslopogaas (*Nada the Lily*), atuavam, sobretudo, a partir de elementos oriundos da Antropologia comparativa, como uma forma de legitimar a virilidade a serviço dos interesses britânicos. Sentimentos e características como bravura, lealdade, coragem, força física, individualismo e determinação eram atribuídos a esses personagens e retratavam características que, na perspectiva do letrado, eram necessárias para a sobrevivência nas colônias.

Contudo, o mundo social idealizado por Haggard em seus romances não era exclusivamente habitado por homens. Um olhar minucioso sobre sua produção literária evidencia que suas tramas ambientadas nos territórios sul-africanos do século XIX eram povoadas por homens e mulheres, por africanos e europeus. Esses personagens eram descritos pelo letrado como elementos integrantes do processo de formação da África do Sul, mesmo que retratados como extensões das vontades de homens britânicos ou estigmatizados a partir de argumentos raciais; ainda que descritos, a partir de uma lógica paternalista, como membros de uma sociedade verticalizada, na qual os interesses, as resistências e as solidariedades entre os sujeitos coloniais, vistos como dependentes ou subalternos na lógica de Haggard, são encobertos ou categorizados como sintomáticos de seu primitivismo e barbárie. Este capítulo pretende acompanhar as inflexões e ambiguidades do colonialismo em Haggard a partir desses personagens. Na primeira parte, busca compreender as relações das práticas políticas com o discurso da domesticidade e da feminilidade vitoriana, bem como o modo como o letrado articulava

uma defesa da ação feminina nas colônias como alternativa para as pretensões políticas do movimento sufragista entre as décadas de 1880 e 1890. Por extensão, enfatiza a caracterização da bondade enquanto virtude feminina e elemento estruturante do colonialismo, a partir de relações aparentemente mais horizontais entre mulheres brancas e negras – mas que, nas entrelinhas, reforça uma crença na subserviência de negros perante a autoridade colonial.

A segunda parte do capítulo dialoga com as ansiedades raciais de Haggard, especialmente o lugar da mestiçagem em seus romances e sua idealização da construção da sociedade sul-africana ao *fin-de-siècle*. Em *Jess*, *Swallow* e *Marie*, os personagens categorizados como “*half-breeds*”, resultantes do contato sexual entre brancos e negros, são adjetivados em termos negativos, representados na escrita literária como desequilibrados, violentos e politicamente irresponsáveis. Ademais, esses personagens mestiços eram associados pelo romancista a processos macropolíticos, especialmente as políticas bôeres e sua resistência diante do avanço da esfera de influência britânica na África do Sul. Ou, ainda, vistos como ameaças sexuais, na medida em que desejavam as heroínas britânicas ou bôeres, articulando o simbolismo do colonialismo e um discurso de violência sexual. A análise da mestiçagem nos escritos de Haggard possibilita, finalmente, mapear as marcas das ideias sobre degeneração e dos medos diante do declínio racial na ficção do final do século XIX, em especial na imaginação literária acerca das colônias.

A escolha de Bessie: domesticidade e feminilidade colonial

O censo populacional de 1851 apresentou um crescimento quantitativo no índice de mulheres entre a população britânica e, naquele momento, a imigração feminina para as colônias passou a ser vista como uma solução para esse “problema metropolitano”, sobretudo o que se categorizou na época como “mulheres redundantes”, isto é, solteiras ou desempregadas (DREHER, 1993, p. 3-4, tradução nossa). Os proponentes dessas políticas de imigração na segunda metade do

século XIX argumentavam que o número “anormal” de mulheres britânicas solteiras era um “indicativo de um estado social em desarranjo” (DREHER, 1993, p. 4, tradução nossa), sugestivo da sua incapacidade em observar as mulheres em papéis sociais que não fossem o de “mãe, esposa e dona de casa”. Simultaneamente, a ideia de um excesso feminino apontava para as ansiedades dos setores mais conservadores da sociedade vitoriana diante da possibilidade de essas mulheres ocuparem outras funções sociais e profissionais, tradicionalmente masculinas.

Apesar desses alertas e da formação de diversas associações imigratórias voltadas para mulheres, a exemplo da South African Colonization Society (fundada em 1899), as levadas migratórias que partiam para as colônias continuavam a ser predominantemente compostas por homens. A África do Sul vivenciou um acentuado desnível populacional na quantidade de homens e mulheres como resultado das descobertas das minas de diamantes e de ouro nas décadas de 1860 e 1880, o que atraiu muitos homens jovens para aquelas regiões; situação que se agravou posteriormente com a permanência de diversos soldados britânicos após a Guerra Sul-Africana de 1899. Os temores da miscigenação entre homens britânicos e mulheres bôeres ou africanas tornavam a imigração feminina, dentro desse contexto, uma questão de importância nacional (FREE, 2012).

Embora Haggard tenha sido associado por seus contemporâneos ao romance masculino e à produção de tramas marcadamente homosociais, relacionadas a um esforço de revitalização da virilidade, muitas de suas obras literárias apresentam uma preocupação com a ação de mulheres em âmbito colonial. Tais preocupações eram derivadas não apenas dos desconfortos de Haggard com as “mulheres supérfluas” na metrópole, ou com seu excesso numérico, mas também com as rivalidades nos mundos do trabalho e nos debates acerca do sufrágio universal. Embora o movimento sufragista tenha sido atravancado pela Reform Act de 1884, que manteve a exclusão das mulheres no sufrágio, a emergência da chamada “Nova Mulher” (New Woman) naquele período garantiu visibilidade a muitas das suas defesas, que incluíam o acesso ao ensino superior, a inserção em carreiras profissionais, o direito ao voto e, em alguns casos, a emancipação doméstica e sexual (FREE, 2012).

Frequentemente relacionada às mulheres letradas oriundas das classes médias e às transformações sociais e políticas do *fin-de-siècle*, a Nova

Mulher foi objeto de discussão de incontável número de romances e textos jornalísticos, muitos dos quais dedicados a debater o desafio que elas apresentavam aos valores domésticos tradicionais, sobretudo à maternidade e ao casamento, vistos como destinos naturais femininos. Ao mesmo tempo, muitas dessas narrativas criticavam os hábitos atribuídos às Novas Mulheres – se julgarmos pelas caricaturas da época, elas se entregavam ao excesso de leituras e a incontáveis horas escrevendo, fumavam, bebiam, praticavam sexo fora do casamento, eram adeptas a exercícios físicos, esportes e datilografavam, enfim –, horror dos horrores para muitos homens das classes médias e elites no final do século XIX (FREE, 2012, p. 364).

Médicos e cientistas, por sua vez, advertiam quanto às doenças decorrentes das ambições femininas, as quais incluíam comportamentos aberrantes e esterilidade. As Novas Mulheres eram associadas a uma série de distúrbios nervosos e a outras patologias: anorexia, neurastenia e histeria. Os intelectuais que se detinham em torno das diferenças entre o organismo masculino e feminino interpretavam as mulheres como componentes de espécies inteiramente distintas, submetidas a um alto risco de degenerar-se em um hibridismo psicosexual ao visarem atravessar os limites adequados ao seu sexo (STEPAN, 1994, p. 75). Assim, a obsessão dessas mulheres com o desenvolvimento do cérebro, manifesta pelas aspirações à inserção em carreiras e vínculos formais nas instituições de ensino superior, acarretaria desastrosas consequências para a sobrevivência da raça anglo-saxônica, pois, acreditavam, resultaria em um definhamento de seu útero. Isso ficou evidente no discurso do médico William Withers Moore para a Associação Médica Britânica, em 1886, o qual advertiu que as mulheres emancipadas seriam “de certa forma assexuadas. E a espécie humana terá perdido aqueles que teriam sido seus filhos” (MOORE, 1886, p. 298, tradução nossa). Moore afirmou que o esforço intelectual das mulheres contra “o peso e a força superior do cérebro do homem” causaria um esgotamento de sua “força e energia vital”, tornando-as “inadequadas para maternidade” (MOORE, 1886, p. 299, tradução nossa).

Romancistas como a sul-africana Olive Schreiner, a norte-americana Mary Heaton Vorse e as anglo-irlandesas Sarah Grand e Ella D’Arcy eram consideradas Novas Mulheres por utilizarem a escrita para denunciar as limitações das figurações tradicionais com respeito às relações

de gênero e às falhas do matrimônio enquanto instituição social. Essa atenção literária convergia na constituição de movimentos favoráveis aos direitos civis das mulheres, à sua emancipação sexual, à autonomia profissional e ao acesso ao voto. Esse movimento, embora celebrado por muitos, também foi abominado, sobretudo por literatos que supostamente percebiam nas Novas Mulheres as expressões do declínio político e da masculinização de mulheres. Na perspectiva dos setores mais conservadores da sociedade *fin-de-siècle*, sob uma ótica misógina e racista/racialista, os movimentos favoráveis aos direitos das mulheres eram interpretados como evidências da degenerescência no corpo feminino, pois sugeriam a proeminência de mulheres masculinizadas ou de combatentes selvagens (DIJKSTRA, 1986,). A agressividade masculina no campo de batalha, na indústria ou na política, por outro lado, era considerada como uma expressão da crença oitocentista na via do progresso, ao mesmo tempo que o caminho para a decadência seria pavimentado pelas fraquezas femininas.

Haggard certamente não permaneceu alheio a esses debates que incendiavam o campo da intelectualidade e da literatura no final do século XIX e, pelo menos desde a publicação de *Cetywayo and his White Neighbors*, verbalizou seus posicionamentos acerca dos entrecruzamentos da política colonial e da “questão da mulher”. Afinal, ao tratar sobre os problemas relacionados à desestabilização do Reino Zulu e à deposição de Cetshwayo, o letrado criticava a ação de mulheres letradas, a exemplo de Frances Colenso e Florence Dixie, as quais – na sua visão de mundo – eram movidas pelo excesso de sentimentos, apoiavam fidedignamente o *inkosi* destronado e ignoravam a complexidade dos fatos políticos na Zululândia. Segundo Haggard, essas escritoras haviam sido seduzidas pelas aparências cavaleirescas de Cetshwayo e “suas defensoras mulheres” tentavam convencer o público de modo semelhante à “defesa em um caso de assassinato” (HAGGARD, 1896, p. 11, tradução nossa). E acrescenta:

[...] tendo demonstrado que as alianças assumidas por Cetywayo não valiam nada, elas continuam a demonstrar que, mesmo que tivessem validade, o assassinato a sangue frio, quando perpetrado por um diamante negro como Cetywayo, não corresponde a um grave crime (HAGGARD, 1896, p. 11, tradução nossa).

Em uma resenha publicada na *The African Review*, em 1894, “A Man’s View of a Woman”, Haggard reforçava a perspectiva vitoriana acerca das mulheres enquanto “anjos do lar”, afirmando que “a mulher é sempre potencialmente a criatura nobre, e de fato, frequentemente é, não há dúvidas [...]. Quando imaginamos perfeição em qualquer forma ou formato, geralmente a imaginamos enquanto feminina – pelo menos os homens o fazem” (HAGGARD, 2006 [1894], p. 339, tradução nossa). Ao mesmo tempo, verbalizava algumas das suas preocupações concernentes às “queixas da competição e [a]os números elevados [da população feminina]” (HAGGARD, 2006 [1894], p. 340, tradução nossa), somados à inserção de mulheres na esfera pública e ao caminho inevitável rumo ao sufrágio, a partir dos seguintes termos:

Quanto tempo mais estas miríades numerosas de mulheres, para as quais nunca foi permitido nenhum tipo de oportunidade, continuarão a sorrir e sofrer? [...] Quando ela finalmente ocupar as urnas, e enquanto um fator político ocupar o lugar que seu número lhe propiciará, e o que fazer então? Na imprensa, na literatura, na sociedade já aparecem focos de rebeldia; e embora, talvez felizmente, a nossa geração não viverá para testemunhar isso, todos os homens pensantes precisam refletir acerca do seu destino final e da sua direção (HAGGARD, 2006 [1894], p. 340, tradução nossa).

A intersecção entre a “questão da mulher”, como foi categorizada pelos intelectuais ao final do século XIX, e a “questão sul-africana” pode ser avaliada pelo lugar ocupado pelas mulheres e pelas representações de sua “agency” nos romances sul-africanos de Haggard, os quais articulam heroísmo e domesticidade, aventura e feminilidade. A questão envolve algo semelhante a uma reinvenção da domesticidade em territórios coloniais, na medida em que determinados valores, sentimentos e ações associados às condutas femininas eram enfatizados para consolidar e manter as práticas políticas coloniais. Afinal, como afirma Deirdre David, as mulheres vitorianas descritas na literatura do período em situação colonial eram frequentemente vistas como “símbolos de sacrifício para civilizar o ‘nativo’”, ou ainda “emblemas de adequada administração colonial” (DAVID, 1995, p. 5, tradução nossa), e mobilizadas enquanto tais na manutenção

do Império Britânico. Esse simbolismo da feminilidade (branca, europeia) e das sendas do colonialismo poderia ser vislumbrado na figura da Britannia, a alegoria feminina utilizada pelo menos desde o final do século XVIII para representar a Inglaterra e as suas colônias, que evocava a ideia de uma mãe-pátria governando com simultânea severidade e afeto as suas posses coloniais, seus súditos e nativos (DAVID, 1995, p. 6).

As personagens de Haggard, em especial as irmãs Jess e Bessie Croft, fornecem exemplos das tensões causadas entre modelos tradicionais de feminilidade vitoriana e as aspirações à emancipação por parte das Novas Mulheres e demonstram o modo como o letrado, contrapondo essas questões a um plano de fundo colonial, fornece alternativas de conduta e subjetividade. Redirecionando as energias femininas para a manutenção das colônias, Haggard projeta em seus romances exemplos de “liderança feminina colonial nas fronteiras sul-africanas” a partir de personagens que, por suas proezas físicas ou por sua sensibilidade, eram capazes de “proteger homens e mulheres, brancos ou nativos, domesticando, em essência, o espaço sul-africano por meio de atos de autoridade que são, não menos importantes por serem realizados por mulheres, modernos” (FREE, 2012, p. 365, tradução nossa). Ademais, e de modo distinto aos seus heróis masculinos, muito mais propícios a golpes de loucura, tentações sexuais ou riscos da degenerescência, as mulheres retratadas por Haggard em seus romances sul-africanos não “regridem”, pois constituem um “[...] novo espaço para a autoridade feminina nos seus esforços em domesticar a fronteira sul-africana, reinventando a feminilidade na medida em que reforçam o império” (FREE, 2012, p. 365, tradução nossa). Suas personagens demonstram como o engajamento político ao colonialismo, por sua perfídia e flexibilidade, escoava em discursos sobre a feminilidade e a domesticidade ressignificadas no ultramar.

Elizabeth “Bessie” Croft era apresentada aos leitores de *Jess* nas primeiras páginas do romance, ao auxiliar John Neil no confronto contra um avestruz desgarrado. Haggard não hesita em descrever a personagem como bela e sensível, ainda que fisicamente capaz de confrontar um animal selvagem:

a face era muito bonita, embora parecesse tão pálida agora. Sobrancelhas baixas, coroadas com cabelo louro e macio, o queixo arredondado e branco, os

lábios afáveis, embora espessos. Os olhos não poderiam ver, pois estavam fechados, já que a moça havia desmaiado (HAGGARD, 1887, p. 5, tradução nossa).

Logo de início, o letrado retrata Bessie como uma mulher dotada de características e valores dos mundos socioculturais da metrópole e da colônia, afinal, ela se enquadrava em um perfil conservador de feminilidade doméstica e angelical, mas ao mesmo tempo era descrita como “[...] uma filha da *wilderness*, com um ar muito charmoso em torno dela” (HAGGARD, 1887, p. 6, tradução nossa). Para o romancista e seus personagens, Bessie era “um símbolo de tudo aquilo que é belo e gracioso neste mundo violento”, sempre “[...] tão boa, tão feliz, e tão dócil; uma resposta aos males do mundo, um símbolo da felicidade do mundo, uma encarnação da beleza do mundo!” (HAGGARD, 1887, p. 118, tradução nossa). A personagem inseria-se em um ideal de moralidade desejado para muitas mulheres vitorianas, baseado no cultivo da sensibilidade, na dedicação exclusiva ao cuidado do lar, dos filhos e de seu marido, na moderação e no comedimento da sexualidade.

Sob muitos aspectos, a personalidade de Bessie era caracterizada como uma fonte constante e estável de afeto e ternura, de modo distinto à sua irmã Jess, marcada por sentimentos incontroláveis e paixões incandescentes. Ainda assim, ao marcar a feminilidade de Bessie em terreno colonial, Haggard frequentemente aludia à sensibilidade romântica por meio de metáforas da natureza. Assim, “Bessie era como uma flor; o quanto mais ela se banhava em luz e calor do seu amor, mais a sua personalidade se desenvolvia e desabrochava, espalhando um doce perfume ao seu redor e revelando encantos inesperados” (HAGGARD, 1887, p. 125, tradução nossa). Ao associá-la a metáforas vegetais, Haggard parecia reforçar um *leitmotiv* presente na cultura, nas artes visuais e na ciência do final do século XIX: a ideia de que o corpo feminino se encontrava em um estado natural, primitivo e, portanto, voltado apenas às funções reprodutoras. Seu “desabrochar” implicava em qualidades morais, não necessariamente no aprimoramento intelectual. O letrado assegura aos seus leitores que, apesar de Bessie possuir “mais do que a média comum de inteligência, [...] ela não era uma mulher intelectual”, capaz de cativar um homem graças à sua “indubitável beleza” (HAGGARD, 1887, p. 125, tradução nossa). A feminilidade de Bessie estava, dessa forma, submetida aos imperativos biológicos pautados na

lógica da “seleção sexual” delineada pelo darwinismo na época: a ideia, apresentada por Darwin em *The Descent of Men* (1871), de que o processo de perpetuação das espécies era baseado em uma combinação da escolha das fêmeas por um companheiro e da competição entre os animais machos, situação enredada por Haggard em *Jess* a partir dos conflitos entre o britânico John Neil e o anglo-bôer Frank Muller.

A mobilização de metáforas vegetais em *Jess* atuava para reforçar a domesticidade associada a Bessie. Afinal, seu amor por Neil era descrito como os “prados agradáveis do companheirismo. A visão é limitada, de fato, mas é verdadeira e caseira – repleta de cousas familiares” (HAGGARD, 1887, p. 20, tradução nossa). Por extensão, Bessie era frequentemente associada à segurança doméstica da fazenda Mooifontein, a qual apresentava, entre outros fatores, “[...] numa grande varanda, uma treliça com videiras verdes e trepadeiras que floresciam agradavelmente, e além desta o solo vermelho, margeado com laranjeiras espessas repletas de flores cheirosas e frutos verdes e dourados” (HAGGARD, 1887, p. 30, tradução nossa). Terras férteis, árvores repletas de frutos e “plantações prósperas de eucalipto e acácias negras” (HAGGARD, 1887, p. 30, tradução nossa): termos que retomavam não apenas o motivo edênico em torno do Transvaal, visto por Haggard como um paraíso perdido após sua devolução aos bôeres, mas que também relembavam o aspecto fértil de Bessie, sua capacidade de gerar filhos saudáveis e, por ser uma inglesa de nascimento, sem os riscos da miscigenação étnico-racial. A imagem da prosperidade agrícola em uma fazenda transvaalense distinguia-se de outros cenários sul-africanos, a exemplo do *veldt* habitado por animais selvagens e nativos ou das correntezas caudalosas e inexploráveis de rios, os quais sugeriam possibilidades nas quais os ânimos aventureiros poderiam ser postos à prova, em uma “[...] paisagem exótica e paradisíaca atuando nos colonos como um agente moral, capaz de destruir os fracos e perversos, mas que purifica e nutre os bons e fortes na beleza e na opulência de seu seio” (HUTCHINGS; CHRISTIE; MCLENNAN, 1980, p. 184, tradução nossa).

A fazenda sul-africana transforma-se, na lógica de Haggard, em um microcosmo no qual a feminilidade doméstica pode ser revitalizada em tempos de efervescência de movimentos de mulheres, sobretudo entre as classes médias e as elites letradas, que demandavam maior independência e autonomia, dentro e fora dos lares. Ademais, as dinâmicas entre Bessie Croft, John Neil e Frank Muller evidenciam as extensões dos

discursos naturalistas e evolucionistas na escrita do letrado, afinal, os conflitos entre os homens também sugerem uma disputa pela sobrevivência das raças. É preciso notar que Mooifontein simultaneamente conta uma história dos combates pelo desenvolvimento econômico em terreno colonial: trata-se, afinal, de uma fazenda de avestruzes, os quais foram criados em propriedades rurais da Colônia do Cabo pelo menos desde o início do século XIX, mas cuja produção expandiu-se consideravelmente sob a influência de técnicas agrárias introduzidas pelos colonos britânicos, em especial na então Colônia do Transvaal. Os colonos britânicos incorporaram as primeiras incubadoras para a reprodução de avestruzes, elementos que triplicaram os índices de exportação entre 1869 e 1874, atendendo, sobretudo, às demandas por penas de avestruzes na indústria têxtil europeia. Além disso, esses agricultores introduziram hábitos de empreendedorismo associados a uma competitiva e dinâmica sociedade industrial vinculada aos mercados europeus (BURDETT, 2001, p. 42). A preservação da domesticidade, dentro da visão do romancista, também implicava na manutenção dos interesses econômicos coloniais de agricultores britânicos – tais como Silas e seu parceiro de negócios, John.

Dócil e casta, a personagem Bessie foi construída a partir de ideais de feminilidade cultivados principalmente entre as classes médias na segunda metade do século XIX, que enfatizavam de modo reiterado a associação direta entre a mulher e o espaço doméstico, o casamento e o cuidado dos filhos e do esposo. O amor era visto como o destino natural de Bessie e a promessa do casamento com Neil apresentava-se como um sonho de realização e felicidade doméstica, em uma atualização da celebração romântica do amor, ancorada em enredos melodramáticos que contrapunham bravos heróis a heroínas pálidas e melancólicas. A caracterização ficou evidente em um episódio ocorrido durante a Guerra Sul-Africana, no qual Bessie, informada por carta sobre a suposta morte de seu noivo, inclinou-se sobre a varanda da fazenda,

[...] enquanto a luz do sol parecia visivelmente desaparecer do dia diante de seus olhos, e substituída por uma escuridão fria e infundável. Ele estava morto! Seu amante morrerá! O brilho havia desaparecido de sua vida assim como desaparecera do raiar do dia, e ela estava desolada (HAGGARD, 1887, p. 240, tradução nossa).

O amor atuava como um elemento que reforçava sua feminilidade angelical e a própria jovem reconhecia que “[...] eu não passo de uma fazendeira ignorante, com pouca educação, com nada que me privilegie, e sem riquezas exceto minha aparência” (HAGGARD, 1887, p. 108, tradução nossa). Ainda assim, apesar do modelo conservador de feminilidade da personagem e do peso dos determinismos biológicos, Bessie detinha as rédeas do mundo das sensibilidades, tanto que, diante do pedido de casamento de John, a garota enfatizou ao noivo que “[...] não quero que você se case comigo porque sou uma mulher bonita, como os nativos que se casam com suas esposas. Se você casar comigo, quero que se case comigo porque se importa comigo, com meu verdadeiro eu, e não com meus olhos ou meu cabelo” (HAGGARD, 1887, p. 108, tradução nossa).

Se Haggard garante a Bessie espaço para ação e escolha, este se realiza no terreno das relações intersubjetivas, em especial na recusa dos pedidos incessantes de casamento por parte do vilão anglo-bôer Frank Muller. Esses episódios são marcados por articulações entre a feminilidade doméstica, a política colonial e as disputas entre bôeres e britânicos. Frank Muller, ao argumentar as razões pelas quais Bessie deveria aceitar seu pedido, afirma que “[...] eu sou muito rico, Bessie; tenho um lugar aqui, e também tenho quatro fazendas em Lydenburg, e dez mil *morgen* [8.56 mil hectares] em Waterberg, mil cabeças de gado, centenas de ovelhas e cavalos e dinheiro no banco” (HAGGARD, 1887, p. 36, tradução nossa).

Sabe-se que as riquezas e propriedades de Frank Muller eram oriundas de uma herança deixada pelo seu recém-falecido pai, Jacob, e que, a julgar por diversos episódios no romance, eram mantidas pelo trabalho servil de nativos e pela exploração de *bijwoners*. Esses elementos parecem apontar para uma questão frequente nos relatos sobre o Transvaal bôer: a prevalência do que autores da época descreviam de forma anacrônica como “um tipo de propriedade feudal” (KRIKLER, 1990, tradução nossa) na produção agrícola transvaalense. Nesses relatos acerca da condição agrária do Transvaal, os fazendeiros bôeres visavam controlar a mão de obra africana por meio de contratos que a submetiam aos proprietários de terras brancas, sobretudo pela ação do *veldkornet*, uma autoridade representante dos *landlords* e responsável por intervir, violentamente se necessário, para garantir a obediência dos lavradores aos contratos arrendatários (KRIKLER, 1990, p. 1-40).

Mooifontein distinguia-se desse modelo econômico agrário na medida em que, até mesmo pelo investimento de capital britânico simbolizado por John Neil, representava outro tipo de propriedade agrícola, voltada às sendas econômicas do imperialismo e à exportação para os mercados têxteis europeus.

Apaixonada por John, Bessie recusa os avanços de Muller: “Estou muito grata a você, Sr. Muller”, respondeu Bessie, arrebatando a sua mão, ‘mas, em suma, eu não posso casar-me com você. Não, é inútil, eu não posso de fato” (HAGGARD, 1887, p. 36, tradução nossa). A recusa de Bessie assume uma dimensão política, na medida em que, na lógica de Haggard, as mulheres atuam como símbolos ou metáforas para as terras ou o território transvaalense e, por isso, a rejeição de Muller também demarca uma recusa do domínio político-econômico da elite agrária bôer sobre o Transvaal. A réplica do vilão deixa a tonalidade política do episódio ainda mais evidente: “Veja! Eu quero você – eu preciso possuir você. [...] E vou lhe contar como o farei. Não me importo se custar a minha vida ou a do *rooibaatje* também. *Eu o farei mesmo se precisar promover uma revolta contra o governo*” (HAGGARD, 1887, p. 36-37, , tradução nossa, grifos nossos). Frank Muller não hesita em engajar-se com os bôeres revoltosos, aproveitando-se da oportunidade gerada pela Guerra Sul-Africana para planejar tanto uma carreira política como futuro presidente no Transvaal independente quanto formas perniciosas de forçar Bessie a aceitá-lo enquanto marido. O gesto da jovem, ao fazer uso de sua prerrogativa enquanto “anjo do lar”, evidenciava o modo como “a cultura vitoriana posicionava mulheres em espaços imperiais e autorizava as suas funções no cerne destes espaços” (DAVID, 1995, p. 6, tradução nossa) em defesa do Império nas situações de crises políticas ou sob a ameaça da perda de territórios coloniais.

Finalmente, apesar de toda candura, inocência e fragilidade associadas a Bessie, em terreno doméstico ela também poderia se tornar algo semelhante ao que seu tio Silas categoriza como um “tigre”, especialmente na ausência de notícias sobre John no eclodir da guerra ao final de 1880. Haggard ainda acrescenta que

[...] poderia haver alguma verdade naquela reflexão, mas um tigre não é um animal doméstico agradável, como o pobre e velho Silas descobriria nos dois meses seguintes. O quanto mais Bessie pensava

a respeito, mais indignada ela ficava por terem mandado seu amado para longe (HAGGARD, 1887, p. 232-233, tradução nossa).

Por extensão, quando Silas e a sobrinha são alertados do avanço dos bôeres sobre as propriedades de colonos britânicos, “Bessie categoricamente recusou-se a mover uma polegada” (HAGGARD, 1887, p. 233, tradução nossa), preferindo defender Mooifontein ao lado de seu patriótico tio.

Os ânimos exaltados pela guerra revigoram a feminilidade de Bessie e o desaparecimento de John ou sua possível morte não mais a afetam, afinal “[...] mulheres do seu tipo não morrem de coração partido ou se condenam a uma vida de celibato como sacrifício à tristeza daqueles que partiram” (HAGGARD, 1887, p. 237, tradução nossa). Das montanhas próximas de Mooifontein, Bessie testemunha os sons da batalha de Majuba Hill, que representou uma derrota às tropas britânicas; e, em outro episódio na fazenda, assiste a um “[...] plano de fundo sanguinolento, pois abaixo da laranjeira dois galos rivais brigavam furiosamente” (HAGGARD, 1887, p. 252, tradução nossa) – uma metáfora ao modo como as disputas entre britânicos e bôeres eram traduzidas em um ambiente doméstico, na mesma medida em que a rivalidade entre Frank e John pelo amor de Bessie metaforizava a Guerra Sul-Africana em termos sexuais.

Em suma, por meio de Bessie, Haggard reforça o ideal de feminilidade e domesticidade difundido entre as classes médias vitorianas em um terreno colonial, associando a personagem, entre outros cenários, à fazenda sul-africana. Entretanto, o romancista também situa a personagem no contexto político-econômico do Transvaal na década de 1880, e suas escolhas e ações, em especial no terreno matrimonial, apontam ao modo como esses modelos de feminilidade eram redirecionados para servirem à causa do colonialismo britânico nos territórios sul-africanos. Para o letrado, as forças de Bessie advinham daquilo que categorizava como o lugar natural delegado para as mulheres – o espaço doméstico –, simultaneamente canalizando suas energias não para a luta pelo voto, a independência profissional ou a emancipação feminina, como defendiam as Novas Mulheres naquele contexto, mas para a defesa da esfera de influência colonial britânica. Mesmo sem deixar o ambiente doméstico, Bessie auxilia na resistência da fazenda contra os bôeres e recusa até

o último momento os avanços sexuais de Frank Muller. Assim, a defesa da honra feminina, de sua castidade e domesticidade confundiam-se e entrelaçavam-se aos embates pela supremacia política no Transvaal do início da década de 1880.

“O amor se ergue como o vento sobre o seio tácito de algum mar distante”: o coração partido de Jess Croft

A escrita de *Jess* era, sob muitos aspectos, debitária às leituras de *The Story of an African Farm*, romance de autoria da sul-africana Olive Schreiner, com quem Haggard manteve correspondência em meados da década de 1880. Schreiner, que publicou seu romance utilizando o pseudônimo de Ralph Iron, estava inserida em um amplo debate intelectual a respeito da presença colonial na África do Sul, da exploração de minérios e do uso da mão de obra africana, além de engajar-se publicamente na “questão da mulher”, tanto em seus escritos ficcionais quanto em seus ensaios políticos. Filha de missionários da London Missionary Society, Olive Emilie Albertina Schreiner nasceu em Wittenberg, no nordeste do território sul-africano, em março de 1855. Problemas financeiros em sua família obrigaram-na, desde a adolescência, a trabalhar como preceptora de crianças em fazendas no interior da Colônia do Cabo e, a partir da década de 1870, deu início à produção de pequenos contos e dos primeiros esboços de seu romance mais famoso, *The Story of an African Farm*, o qual articula elementos autobiográficos, posicionamentos políticos, resquícios de suas inquietações religiosas e marcas do cientificismo.

Em 1881, Schreiner partiu para a Inglaterra com a intenção de tornar-se médica, o que não se concretizou devido à saúde debilitada. Na metrópole, passou a ter contato com outros intelectuais, a exemplo do socialista Karl Pearson, do poeta Edward Carpenter, da escritora Eleanor Marx e do médico Havelock Ellis. Após participar dos debates a respeito da sexualidade no Men and Women’s Club, criado por Pearson em 1885, retornou à África do Sul, entregando-se à escrita de contos,

artigos para jornais e ensaios. Além de seu *Thoughts on South Africa* (publicado apenas em 1923), no qual trata positivamente sobre os bôeres, também escreveu a novela alegórica *Trooper Peter Halket of Mashonaland* (1897), obra que denunciava as ações de Cecil Rhodes e da British South African Company na exploração das riquezas minerais e na violência promovida contra os africanos (GOMES, 2010).

Haggard certamente admirara *The Story of an African Farm*, muito possivelmente pelo tom realista e pela profundidade psicológica com os quais Schreiner descrevia o interior sul-africano. A julgar pelas correspondências de Schreiner, o letrado não lhe causara uma impressão particularmente favorável: em uma carta escrita em 1895, a sul-africana afirma que “[à] ler uma das novelas de Haggard seria tão agonizante quanto sentar num quarto e escutar Ta-ra-ra-boom-de-ay de novo e de novo. Elas não são arte para mim [...]. Elas podem ser escritas com os motivos mais nobres e mais elevados; mas são desnecessárias” (SCHREINER, 1895, s.p., tradução nossa). Da parte de Haggard, o letrado deixou registrado em seu diário suas impressões sobre Schreiner pela ocasião do falecimento da autora em dezembro de 1920:

Olive Schreiner morreu. Ela escreveu um ótimo livro, *The Story of an African Farm* e nada mais que tenha sido notável. Eu acho que foi publicado pouco antes de *Jess*. Eu a admirava muito e mantive alguma correspondência com ela; também fui visitá-la. Minha lembrança é dela ser uma moça jovem e pequena de cabelos negros, esperta e agradável, mas particularmente não muito impressionante em qualquer aspecto. Nos seus posicionamentos, ela era fortemente feminista, o que talvez explique por que ela manteve seu próprio [sobre]nome após casada. Ela também era muito antibritânica, o que não é de se espantar, vendo que era filha de um missionário alemão. Particularmente ela detestava a Chartered Company e muitas das suas obras, o que é claro não era também de se admirar, e eu acho que as suas simpatias estavam com os bôeres durante a guerra. Ela passou muitos anos escrevendo um livro sobre mulheres que fez com que a Missionary Society o banisse durante a guerra, de modo que apenas um

fragmento foi publicado. É curioso que uma autora cujo primeiro trabalho de ficção, escrito em sua juventude, tão cheio de premissa, não tenha escrito nada mais de valor. Parece que com aquele conto ela esvaziou-se de tudo o que tinha a falar. Nunca mais a vi depois de 1885 ou 1886 (HAGGARD apud HIGGINS, 1980, p. 210-211, tradução nossa).

The Story of an African Farm consagrou Schreiner como uma celebridade literária após sua publicação, considerada por W. T. Stead, editor da *Pall Mall Gazette* como a “[...] precedente de todos os romances da Mulher Moderna” (STEAD, 1894, p. 64, tradução nossa).

Em linhas gerais, o romance narra as infâncias, juventudes e vidas adultas de três personagens em uma fazenda no Karoo sul-africano: a órfã britânica Lyndall, que desde a infância era marcada por sua personalidade obstinada e, posteriormente, por seus posicionamentos feministas e pelo pensamento livre; sua prima Em, apresentada na trama como uma garota feliz e amistosa, embora enquadrada em um perfil tradicional de feminilidade submissa e doméstica; e Waldo, o filho de um fazendeiro alemão, caracterizado por sua sensibilidade e suas inquietações religiosas. Outros personagens na trama incluem a madrasta bôer de Em, Tant Sannie, viúva solitária e grosseira, proprietária da fazenda; o trapaceiro Bonaparte Blenkins, que tenta persuadir e seduzir Tant Sannie para apropriar-se de suas terras; e o andrógino britânico Gregory Rose, que passa a ocupar o cargo de capataz na fazenda após a morte do pai de Waldo.

Na segunda parte do romance, que acompanha a vida adulta dos personagens, Schreiner revela que Lyndall realizou seu sonho de estudar fora e retorna para passar alguns dias com a família, sendo aguardada ansiosamente por Em. Lyndall, contudo, está grávida de seu amante e recusa-se a casar com o homem que ama com medo de submeter-se de corpo e espírito. A jovem foge para o Transvaal e, no final do romance, é encontrada por Gregory, que se disfarça de enfermeira: Lyndall, abalada pela morte de sua filha recém-nascida, definha até a morte. Na fazenda sul-africana, a vida segue: o casamento de Em e Gregory Rose aproxima-se, Tant Sannie visita a fazenda com seu novo marido, e Waldo, “[...] muito perturbado com a morte de Lyndall, encontra no sono sob

o sol africano a única crença capaz de atenuar sua agonia. E não acorda” (GOMES, 2010, p. 63).

Segundo Raquel Gomes, Lyndall foi constantemente categorizada como um *alter ego* da própria Olive Schreiner, em especial por seus argumentos acerca do lugar social ocupado pelas mulheres em seu tempo. Por meio da personagem, Schreiner problematiza a “dependência econômica e intelectual da mulher, o papel do casamento e da maternidade”, enquanto a roliça bôer Tant Sannie relembra recorrentemente os valores questionados pela narrativa literária, em especial a “[...] religiosidade, acesso ao conhecimento, casamento, sexualidade” (GOMES, 2010, p. 69-70). A recusa do matrimônio e a determinação em criar a filha sem a presença do amante evidenciam a rebeldia de Lyndall diante de um modelo de feminilidade que a sufocava. Ademais, é preciso enfatizar que, a despeito de sua ênfase na experiência colonial branca, o romance não ignora a presença de negros africanos na trama – mesmo que nas margens da narrativa, condizentes com a sua condição diante da sociedade colonial do final do século XIX. Embora os nativos sejam recorrentemente representados pela autora como ladrões ou preguiçosos, a sua presença no romance promove a dinâmica de conflitos e negociações que constituem o tecido de relações sociais na própria fazenda. Nesse microcosmo socioeconômico, Schreiner contrapõe mulheres modernas e antigas; britânicos, bôeres e africanos; e valores contrastantes como a fé e o ceticismo.

Essas questões contextuais possibilitam emoldurar, em termos de apropriação e ressignificação, a imagem da mulher intelectual em terreno colonial tal qual representado por Rider Haggard em sua heroína, a órfã inglesa Jess Croft. Como mencionado previamente, sua irmã Bessie, caracterizada como uma jovem sensível e frágil, doméstica e angelical, assemelhava-se em muitos aspectos a Em, uma das protagonistas do romance de Schreiner, enquanto Jess, com as aspirações intelectuais e ambições à carreira letrada, entrecortada pelos dilemas emocionais, aparenta ser uma versão haggardiana de Lyndall. Jess, que ao longo da trama anseia pela possibilidade de independência financeira na Europa, transforma-se em algo semelhante a uma mulher fatal, que emascula os homens ao seu redor e, no clímax da trama, assassina um homem (Frank Muller) para salvar sua família. Os motivos edênicos que eram aplicados pelo letrado na construção de suas descrições da paisagem

transvaalense eram igualmente articulados ao modo como narra a personalidade de Jess, comparando-a a Eva, personagem bíblica que, traída por seus desejos, leva Adão a cometer o pecado original. Na visão de Haggard, que oscila entre dois polos, Jess era a encarnação da ambição pelo conhecimento e da intensidade dos sentimentos, especialmente do amor e da paixão tórrida que sente pelo noivo de sua irmã.

As distinções entre as irmãs Croft são estabelecidas logo nas primeiras páginas do romance. Bessie, ao descrever a irmã mais velha para John, afirma que “neste lugar, eu represento o trabalho e Jess representa o intelecto [...]. Houve um erro em algum lugar, pois ela ficou com todo o cérebro” (HAGGARD, 1887, p. 24, tradução nossa). Na sua visão, “Jess era a melhor, a mais querida, e a mais inteligente mulher em todo o mundo – nela, acredito, exista apenas um único defeito”: o fato de que “se preocupa demais sobre mim” (HAGGARD, 1887, p. 24, tradução nossa). Apesar da força dos sentimentos de Jess na segunda parte do romance, sua irmã acreditava que

[...] ela é muito fria, fria como uma pedra às vezes, creio, mas quando ela se importa com alguém, é o suficiente para assustar qualquer um. [...] Ela é boa demais para esse lugar, ela deveria ir para a Inglaterra e escrever livros e se tornar uma mulher famosa, contudo, [...] temo que os livros de Jess sejam todos tristes (HAGGARD, 1887, p. 24, tradução nossa).

Os paralelos com Lyndall e, por extensão, com a própria Olive Schreiner, não poderiam ser mais evidentes, em especial pela caracterização da complexidade psicológica da personagem, suas aspirações ao mundo letrado e intelectual – a impossibilidade de realização plena dessas ambições na fazenda transvaalense – e pela recusa a valores tradicionais associados à feminilidade e à domesticidade. Até mesmo as descrições físicas de Jess são reminiscentes àquelas que Haggard, décadas mais tarde, utilizaria para retratar Schreiner:

Ela era pequena e um tanto quanto franzina, com grandes quantidades de cabelo castanho encaracolado; de forma alguma era uma mulher encantadora, como sua irmã indubitavelmente era, mas possuía duas características marcantes – uma feição de

extraordinária e uniforme palidez, e um par dos mais belos olhos negros que ele [John Neil] já havia visto. No conjunto, embora sua altura fosse quase insignificante, ela era uma pessoa de aparência impressionante, com um rosto que qualquer um dificilmente se esqueceria. [...] ‘Oh, céus’, ele pensou consigo mesmo ‘que mulher impressionante! Ela não deve ter muito coração’. Mas logo que ele pensou nisso, a garota observou-o, e então ele percebeu onde sua expressividade recaía. Era naqueles olhos impressionantes. Insensível como sua face era, os olhos negros estavam inflamados com vida e com um tipo de excitação que os fazia brilhar gloriosamente (HAGGARD, 1887, p. 9-10, tradução nossa).

Lyndall recusa o casamento por ser uma atividade econômica e parasitária, que a submeteria à autoridade masculina, enquanto as razões para Jess recusar o matrimônio e a maternidade não partem necessariamente de posicionamentos feministas ou de questionamentos aos valores tradicionais, mas sim das decepções amorosas derivadas do fato de que sua irmã estava comprometida com o homem que amava e, em consequência disso, “ela não tinha mais ânimo para a vida; toda a cor havia desaparecido do céu. O que ela deveria fazer consigo mesma? Casar-se com alguém e ocupar-se em criar um punhado de filhos [...]? Não, ela iria para a Europa e se misturaria à grande correnteza da vida” (HAGGARD, 1887, p. 147, tradução nossa). Para tanto, Jess decide rejeitar as paixões – de modo malfadado, como se sabe –, pois “[...] assim teria mais chances de ter sucesso, pois o êxito é para os insensíveis, os quais também são fortes” (HAGGARD, 1887, p. 147, tradução nossa). Logo, no processo de criação da sua personagem, Haggard a investe com energias semelhantes às de Lyndall, sobretudo na recusa do casamento e da maternidade, mas compreende de forma distinta as motivações de sua heroína. Se Lyndall era movida por princípios feministas e pelo pensamento livre, Jess era movida pela paixão terna e pelo sofrimento amoroso.

O letrado caracteriza o amor que ela desenvolve por John como “[...] o vento sobre o seio tácito de algum mar distante [...], arrastando as águas rumo à tempestade” (HAGGARD, 1887, p. 62, tradução nossa). Pelo compromisso assumido por John com Bessie, os amores de Jess são inevitavelmente dolorosos, associados a fortes golpes de

sofrimento íntimo e da “mais obscura amargura e tristeza”; em nome da felicidade da irmã, estava disposta a sacrificar seu amor pelo capitão britânico e partir “[...] feito uma gazela ferida, e esconder-se até se recuperar – ou morrer” (HAGGARD, 1887, p. 63-64, tradução nossa). Ao lado da melancólica resignação, o amor de Jess era perpassado pelo sofrimento emocional e físico, circunstância ilustrativa das tendências, na literatura produzida na metade do século XIX, em associar a intensidade das sensibilidades a transformações fisionômicas. A questão encontrava-se interligada a discursos de médicos e alienistas do período que acreditavam que as emoções circulavam pelo corpo humano tais como as correntes sanguíneas e eram capazes de afetá-lo fisicamente. Muitos médicos vitorianos acreditavam que as emoções femininas eram suficientemente fortes a ponto de transformar e afetar a fisiologia, sobretudo os ciclos menstruais e as funções reprodutoras (FAULK, 2014, p. 147-149).

O sofrimento por amor era um tema familiar nos romances sentimentais produzidos na segunda metade do século XIX, muitos dos quais retratavam heroínas afetadas física e emocionalmente após serem rejeitadas pelos homens que amavam; os corações partidos frequentemente conduziam a alterações corporais e enfermidades. Em *Jess*, Haggard associa de modo direto a aflição física e mental aos sentimentos amorosos da protagonista, ao afirmar que “[...] o sofrimento, ou o sofrimento mental, é uma prerrogativa de grandeza [...]. Nervos como estes podem se agitar com uma grande felicidade, a qual irá varrer se sentir a massa dos homens” (HAGGARD, 1887, p. 62, tradução nossa). O clímax do martírio de Jess ocorre justamente nas últimas cenas do romance, quando, para proteger a irmã, decide assassinar o vilanesco bôer Frank Muller, que a perseguia; a jovem intelectual era descrita como “[...] uma mulher infeliz, meio de coração partido, assolada pela febre, e quase enlouquecida com o sofrimento da mente e do corpo, aguardando para ver um assassinato sendo cometido!” (HAGGARD, 1887, p. 319, tradução nossa). Da intensidade de seus sentimentos e da dor do coração partido, Haggard consegue vislumbrar um único final para sua heroína: a morte por exaustão, resultado da “[...] fruição de seu amor, e seu leito conjugal” (HAGGARD, 1887, p. 333, tradução nossa), após garantir a sobrevivência e a felicidade conjugal de John e Bessie.

Para John, divido entre sua obrigação com Bessie e seus sentimentos florescentes por Jess, esta última tornava-se “a mais estranha mulher que ele já havia visto, e da sua própria maneira, uma das mais atrativas [...]”. Para ele, Jess era um enigma que ele não conhecia a solução” (HAGGARD, 1887, p. 30, tradução nossa). Em seus passeios pelas redondezas da fazenda, Jess “[...] às vezes começava a falar, mas era sempre sobre livros, ou a Inglaterra, ou alguma questão intelectual. Ela nunca falava sobre si mesma” (HAGGARD, 1887, p. 30, tradução nossa). Intelectual, determinada e ambiciosa, Jess esforçava-se para esconder seus sentimentos e para proteger a irmã. Ademais, de modo semelhante à feminilização da fazenda transvaalense em Bessie, a personalidade obstinada de Jess transparece pelas metáforas vegetais ou animais utilizadas por Haggard. No episódio em que Bessie e John relatam seu confronto com o avestruz desgarrado – que inaugura o romance demonstrando a força viril e masculina do britânico em oposição à natureza selvagem da África –, Jess lamenta a morte da ave, afirmando que “[...] nós éramos grandes amigos. Eu era a única pessoa que conseguia controlá-lo”. Bessie conclui, ao relatar que “[...] o bruto selvagem a seguia como um cão. Era a cousa mais estranha que eu já vi” (HAGGARD, 1887, p. 10, tradução nossa). Enquanto Bessie era associada ao ambiente doméstico da fazenda ou dos jardins transvaalenses, o percurso de Jess era frequentemente perpassado por forças incontroláveis da natureza: tempestades arrebatadoras, correntezas caudalosas de rios ou até mesmo a força comovente de um pôr do sol africano: “[...] o raio desabou sobre sua alma da mesma forma que ele recaiu sobre o pilar de pedra [...]. E caiu de um jeito tão repentino que houvera tão pouca felicidade e esperança!” (HAGGARD, 1887, p. 60, tradução nossa).

As associações entre o corpo feminino e a paisagem transvaalense são recorrentemente reforçadas por Haggard ao descrever sua heroína. Assim, por exemplo, a personagem era relacionada de modo constante a Lion’s Kloof, uma formação natural de pilares rochosos, onde Jess se refugiava para dedicar-se ao desenho ou às suas reflexões intelectuais e sentimentais; é em Lion’s Kloof também que, no desfecho da trama, John e Jess se reencontram, pouco antes da morte da heroína por exaustão. A denominação do lugar, com sua referência felina, retoma certa ideia central de revitalização da feminilidade em territórios coloniais, ao mesmo tempo que sugere a sua proximidade a um estado natural, mais primitivo ou animalesco, mesmo que a serviço do colonialismo – afinal,

os avestruzes da fazenda de Croft integravam o sistema econômico imperialista, e o leão, símbolo de força e vigor, era frequentemente representado em cartazes e ilustrações do Império Britânico. Jess também era associada a metáforas vegetais e uma profusão de “lírios”, “sempre-vivas”, “anêmonas” e as “mais belas flores escarlates” (HAGGARD, 1887, p. 44-45, tradução nossa) cerca a paisagem de Lion’s Kloof. Segundo Elizabeth Chang, esses episódios complementares em Lion’s Kloof correspondem à tonalidade política de Haggard no romance, isto é, “uma investigação detalhada” a respeito das “[...] ações individuais, as quais, por sua vez, revertem nas consequências coletivas e comunais da guerra no Transvaal, contrapostas a outras formas coletivas e de comunhão singular com plantas e outras vidas orgânicas” (CHANG, 2019, p. 134, tradução nossa).

Por meio de Jess, Haggard narra o cotidiano e as dificuldades vivenciadas pelos homens e mulheres britânicos durante os meses da Guerra Sul-Africana de 1880-1881. Afinal, com o coração partido após as notícias do noivado de Bessie e John, a heroína decide viajar para a capital, Pretória, onde estaria acomodada na casa de alguns conhecidos. É nesse ínterim que a guerra eclode e Pretória passa a ser sitiada por tropas bôeres. Enquanto para Silas e Bessie, relativamente protegidos em Mooifontein, a guerra só é ouvida por notícias nos jornais ou pelo ecoar dos distantes sons da artilharia (pelo menos no início dos conflitos), Jess experiencia pessoalmente os atritos entre britânicos e bôeres. A questão ficava evidente com a declaração de lei marcial em Pretória e

a cidade, que era vasta, dispersa e incapaz de defesa, foi abandonada, os habitantes organizados em um *laager* nas colinas acima da cidade. Lá eles estavam, jovens e velhos, doentes e sãos, mulheres delicadas e crianças pequenas, todos amontoados ao ar livre abaixo da entrada de um forte, sem nada além de tendas, carroças e cabanas para protegê-los do forte sol de verão e das chuvas (HAGGARD, 1887, p. 146, tradução nossa).

E ainda:

Enquanto isso, o cerco continuava lentamente. Nenhuma notícia externa alcançava a cidade, mas

aquilo não incomodava muito os habitantes, que estavam certos de que [o comandante George Pomeroy] Colley estava avançando com seu auxílio, e até mesmo faziam apostas sobre a data de sua chegada. Aqui e acolá uma incursão militar era feita, mas como os resultados obtidos eram muito pequenos, e não eram, no conjunto, creditados às nossas tropas, talvez seja melhor não falar sobre isso. John, é claro, participava dessas ocasiões, e então Jess sofreria agonias que se agravavam já que ela precisava escondê-las. Ela vivia em constante terror caso ele estivesse entre os mortos (HAGGARD, 1887, p. 157, tradução nossa).

Os excertos fornecem bons exemplos da tonalidade que o romance assume a partir daquele momento, por demonstrar os impactos da guerra no cotidiano em Pretória e por entrecruzar os sofrimentos físicos e emocionais de Jess às angústias partilhadas por colonos britânicos sitiados no Transvaal e acuados diante dos avanços das guerrilhas bôeres. Haggard também utiliza esse estado de ansiedade e apreensão dos seus personagens para demarcar sua revolta diante da perspectiva de que os colonos transvaalenses haviam sido abandonados à própria sorte pela administração liberal de Gladstone. Subjacente às experiências da guerra, o letrado escoia a visão que, naquele momento, tinha dos bôeres e que, como apontado previamente, seria reformulada em outros de seus escritos, considerando a propensão dos bôeres à revolta e à violência como uma das causas da guerra. As menções aos africanos negros são breves nessa parte do romance, mas aparecem para sugerir que eles seriam aliados naturais dos britânicos, a exemplo de Mouti, um empregado de origem zulu, uma “[...] raça inteligente mas pouco produtiva” (HAGGARD, 1887, p. 197, tradução nossa), e que auxilia Jess e John pela ocasião de sua fuga de Pretória. A morte de Mouti, durante a fuga e o confronto com os bôeres, parece evocar um dos principais argumentos de Haggard em *Jess e Cetywayo and his White Neighbours*: a ideia de que os nativos, desprotegidos da tutela paternal britânica, seriam os mais prejudicados com a devolução do Transvaal aos bôeres.

O episódio do cerco a Pretória também possibilita a Haggard fornecer uma solução conservadora aos impulsos de Jess por autonomia, pois após Neil ser gravemente ferido, Jess passa a tratar dele e a vivenciar

uma experiência idílica de domesticidade e vida conjugal. A heroína, ao descobrir que o amado continuava vivo, desaba em prantos:

[...] era uma posição estranha, e muito comovente. John era apenas um homem, e o espetáculo desta estranha mulher, a quem ele ultimamente ficara tão próximo, desabou na mais intensa emoção, despertada, aparentemente, pela ansiedade sobre seu destino (HAGGARD, 1887, p. 162, tradução nossa).

A ênfase na sensibilidade de Jess assume um lugar político ao ser contraposta aos posicionamentos de Haggard e às circunstâncias da publicação do romance: humanizados, os personagens britânicos na trama poderiam promover com maior facilidade a empatia de seus leitores na metrópole e, por meio desta, convencê-los de que as perdas derivadas da guerra contra os bôeres não foram apenas materiais, sobretudo políticas e econômicas, mas também sensíveis, promovendo um senso generalizado de humilhação, sentimento vinculado ao rebaixamento e à inferioridade, mas também à “[...] mutação da afetividade política, [...] de reações bruscas, de rejeição das humilhações” (ANSART, 2005, p. 20). Por meio da linguagem ficcional, Haggard possivelmente visava, ao tocar no terreno do simbólico e das sensibilidades, alcançar um público muito mais amplo do que aquele de seus escritos políticos e estritamente ensaísticos, mormente *Cetywayo and his White Neighbours*, no qual apresenta muitos dos episódios ficcionalizados em *Jess*.

Em última medida, enquanto Lyndall questiona as bases socioeconômicas e culturais do colonialismo britânico na África – incluindo o casamento e a submissão feminina –, a heroína de Haggard define-se sendo aquilo que Deirdre David categorizou como “[...] o ideal de mulher vitoriana do Império” (DAVID, 1995, p. 77, tradução nossa). O caráter de Jess Croft combina o altruísmo e a força de vontade, a capacidade física para a sobrevivência em território colonial, situação ilustrada, sobretudo, no episódio da fuga de Pretória, e um claro senso de dever e moralidade, responsável por muitos dos seus conflitos internos. Além do mais, embora fosse uma intelectual, Jess se enquadra em um perfil doméstico de feminilidade, especialmente durante o cerco à capital, no qual exerce simbolicamente a função de esposa, mãe e enfermeira, deixando de lado suas ambições literárias.

Enquanto uma mulher do Império, Jess aceita implicitamente a infelicidade e a submissão como o preço a se pagar por sua autoridade colonial, a qual exerce, em especial, com os personagens africanos na trama. O elemento torna-se evidente no clímax do romance, quando Jess tenta convencer Jantje, o empregado negro da fazenda de seu tio, a matar Frank Muller para salvar Bessie e Silas. À medida que se aproximam da tenda onde Muller dormia, Jess incita o africano a “ser homem” (HAGGARD, 1887, p. 319, tradução nossa) e vingar-se do bôer por ter assassinado toda a família de Jantje. O ato derradeiro de Jess – o assassinato do anglo-bôer Frank Muller – igualmente demarca-a como uma heroína patriota ao eliminar uma das lideranças da revolta bôer e cumprir um ato de justiça, algo que, tal qual Haggard acreditava, não havia sido realizado no Transvaal após a guerra. Jess se converte em uma alternativa conservadora às Novas Mulheres (como Lyndall ou Schreiner): seu intelecto e sensibilidade exacerbada são mobilizados a serviço da presença colonial na África Austral, não para questionar as hierarquizações entre homens e mulheres, brancos e negros, mas para garantir uma África do Sul mais segura para a colonização britânica.

“Natureza doce, perspicaz e de bom coração”: Suzanne e Sihamba, ou a bondade enquanto virtude colonial

Em 1895, Rider Haggard candidatou-se ao Parlamento Britânico pelo Partido Conservador, apresentando-se como um candidato preocupado com o estado da economia agrícola na Inglaterra, valendo-se de sua experiência colonial como um argumento de legitimação da sua plataforma política. Os vínculos de Haggard com o campo eram, como é perceptível em sua trajetória, visíveis desde a infância, em um mundo ruralizado de paróquias, proprietários de terras e arrendatários. A partir da última década do século XIX, o letrado identificava um estado generalizado de declínio na produção agrícola britânica e associava a situação a um conjunto mais amplo de fragilidades no Império Britânico. Como alternativa à situação, propunha, sobretudo em seus escri-

tos agrícolas (*The Poor and the Land*, publicado em 1905), a realocação de trabalhadores pobres e desempregados para propriedades agrícolas dispersas nas colônias. O esquema agrário de colonização imaginado por Haggard naquele momento incluía uma parceria entre o governo britânico e instituições de caridade, a exemplo do Salvation Army, em um misto de investimento financeiro estatal e gerência beneficente. Sarah Clark (2017), ao analisar as visões agrárias de Haggard nesse período, descreve essa guinada de perspectiva política em termos de uma “colonização filantrópica”. A caridade promovida pelas elites era vista, sobretudo nos escritos de Haggard, como uma virtude estruturante da autoridade colonial, mormente para proteger ou controlar as populações nativas e as classes menos abastadas (CLARK, 2017, p. 1-17).

Subjacente a essa perspectiva, incidia a crença em atos de bondade enquanto elementos constitutivos das práticas políticas na África, especialmente a partir da relação entre personagens brancas e africanas, as quais, por meio da idealização de possibilidades de solidariedade feminina e interétnica, enredavam, em termos simbólicos, a manutenção dos laços paternalistas e da autoridade das elites brancas nas colônias. A questão ficava evidente em *Swallow*, especialmente na relação entre as personagens Suzanne Botmar e Sihamba Ngenyanga. O vínculo entre essas personagens define-se nos romances de Haggard a partir de uma combinação complexa de elementos de condescendência, sentimento estruturante de muitas das atividades filantrópicas no Oitocentos e definido na inflexão ou ruptura de hierarquizações sociais entre superiores e inferiores em favor de relações mais horizontais, sem romper, necessariamente, com certo senso de autoridade (SIEGEL, 2012). A análise dessas personagens a partir de uma perspectiva histórica ainda possibilita captar um outro movimento, a saber, das práticas sociais e discursos culturais de feminilização da bondade ao longo do século XIX.

A bondade esteve associada, sobretudo em uma longa tradição filosófica e religiosa, a uma disposição para a realização de atos bons em um processo de reencontro com o plano divino. Especialmente no pensamento filosófico aristotélico, a bondade foi definida “[...] como uma virtude moral, portanto uma qualidade aprendida e cultivada pelos indivíduos dotados de razão, capazes de fazer boas escolhas, ou as mais corretas na forma de conduzir suas vidas” (MARTINS, 2013, p. 148). Dentro dessa lógica, as virtudes seriam possíveis a todos os

humanos por serem racionais, mas ajustadas às naturezas e às qualidades específicas de cada um, ou seja, adequadas à condição sociopolítica e ao gênero. Na tradição cristã, a benevolência era uma prática adequada para expressar qualidades morais no amor a Deus e ao próximo, virtudes possíveis para todos os cristãos, homens e mulheres. A partir do humanismo renascentista, com a retomada da cultura clássica, o termo “virtude” passa a ser invocado e recorrentemente associado a valores masculinos e à ação viril pública ou política (virtude monárquica, por exemplo). Por volta desse período (séculos XVI-XVIII), a caridade e a castidade passam a ser vistas como virtudes femininas, para enaltecer os valores morais e espirituais das mulheres. Tanto em romances quanto em tratados político-filosóficos da época, a bondade foi interpretada como uma qualidade naturalmente feminina, alentada por outras características, tais como a modéstia, a castidade, a caridade e a sensibilidade (MARTINS, 2013, p. 143-170).

A associação direta entre a bondade e a feminilidade intensificou-se na virada para o Oitocentos, sobretudo na França e na Inglaterra. Nesse momento, a palavra “filantropia” tornou-se de uso recorrente ao abarcar um vasto leque de ações benemerentes, “[...] fundamentalmente ligada àqueles valores sobre a compaixão e a bondade naturais, extensivos a todos os homens e mulheres racionais e sensíveis” (MARTINS, 2013, p. 167). Entre as ações delineadas no período, encontravam-se as campanhas pelo melhoramento das condições carcerárias, o combate ao alcoolismo, a abolição da escravidão e das penas capitais e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e das mulheres, além do amparo a grupos mais empobrecidos. A filantropia, muito mais ligada a grupos e a ações coletivas, proporcionou um envolvimento crescente de mulheres da classe média e das elites, a despeito das críticas e das contestações. Ao *fin-de-siècle*, a “bondade” era vista como uma palavra feminina não apenas do ponto de vista do léxico gramatical, mas também como uma expressão feminina no terreno do imaginário social e das sensibilidades.

Vistas como sensíveis e de natureza vinculada ao exercício da maternidade, as mulheres eram compreendidas como mantenedoras de sentimentos morais vinculados aos cuidados dos mais fracos. Na conclusão da historiadora Ana Paula Vosne Martins, a feminilização da bondade exerceu um efeito ambíguo, pois por um lado proporcionava

[...] a reclusão ao privado e ao mundo dos sentimentos; de outro, a abertura para sair e participar do mundo público pela prática da benevolência. Caminhos de conformismo, de adequação e de dominação de classe, mas também caminhos para a autonomia, a participação social e o envolvimento com a política e o feminismo (MARTINS, 2013, p. 148).

Além do mais, em um contexto demarcado por reivindicações operárias, sobretudo na França e na Inglaterra, a filantropia promovida pelas classes médias pode ser interpretada como um projeto de amenização dos conflitos sociais, especialmente na atuação junto à pobreza urbana.

O que se pode observar nas últimas décadas do século XIX é uma presença cada vez mais constante de ações femininas ligadas à benevolência e à defesa de direitos dos nativos em terreno colonial, especialmente na África do Sul. Em alguns casos, a exemplo de Florence Dixie e das suas defesas pela restauração de Cetshwayo ao poder zulu, sobretudo em seus escritos *A Defence of Zululand* e *In the Land of Misfortune*, publicados em 1882, a retórica pelos direitos políticos dos nativos convivia com posicionamentos imperialistas e com sua identificação com o Império Britânico; afinal, em seus posicionamentos feministas e críticos à sociedade patriarcal, Dixie identificava-se com o *inkosi* deposto pela autoridade britânica (ANDERSON, 2006, p. 119). Por volta dessa mesma época, Harriette e Frances Colenso, filhas do primeiro bispo anglicano de Natal, John Colenso, publicaram textos em prol dos direitos dos zulus, desarticulados politicamente após o desfecho da guerra de 1879. No ano seguinte após a deflagração da Guerra Sul-Africana, a ativista Emily Hobhouse foi enviada à África do Sul em visita aos campos de concentração estabelecidos pelos britânicos para internar mulheres e crianças bôeres e africanas desalojadas pela sua política de “terra queimada”, que resultou na destruição de fazendas e propriedades. Seu relato, publicado em 1902 sob o título de *The Brunt of War and Where it Fell*, denunciava as péssimas condições sanitárias nos campos de concentração e os índices altíssimos de mortalidade causada pela desnutrição e doenças e gerou acalorado debate em Londres. Estima-se que, até o final da guerra, aproximadamente 28 mil bôeres e 14 mil africanos morreram nos campos de concentração sul-africanos (KREBS, 1999, p. 32-35).

A feminilização da bondade perpassa o conjunto de romances de Haggard, comumente associada a atos altruístas e à dedicação aos mais necessitados, ainda que preservando ou mesmo reforçando a autoridade colonial e a ideia de superioridade moral ou espiritual feminina. A ênfase recai não tanto na bondade entre britânicos ou entre bôeres, a exemplo do sacrifício da bôer huguenote Marie para salvar Allan Quatermain no desfecho do romance homônimo, mas sim nas relações entre mulheres brancas e negras representadas nos romances de Haggard. Nesses romances, a esfera de ação de mulheres em prol de atos benevolentes contribui não apenas para gerar novos espaços de atuação feminina em âmbito colonial, mas acima de tudo para promover o ideário de “colonização filantrópica”. A partir da apropriação de sentimentos como a bondade e o altruísmo, a defesa e a proteção de africanos, Haggard articulava um imaginário social de paternalismo adequado às dimensões políticas de gênero no embate colonial. O caso de Suzanne Botmar e Sihamba Ngenyanga ilustra o modo como, no interior sul-africano da década de 1830, a benevolência e a condescendência femininas relacionavam-se com as dinâmicas das políticas nativas e construía uma imagem empática com o sofrimento de africanos, mas, em última medida, reafirmavam o primado da autoridade colonial branca.

Swallow inicia-se em meados da década de 1820 e acompanha o movimento migratório dos *voortrekkers* rumo ao interior sul-africano. Desde a infância, Suzanne Botmar era apresentada aos leitores como uma jovem de espiritualidade sensível e seus sonhos premonitórios a auxiliaram no resgate do anglo-escocês Ralph Kenzie, abandonado à própria sorte após o naufrágio que causou a morte dos demais membros de sua família. Além disso, a jovem era admirada pelos africanos que viviam na fazenda, sendo afetuosamente apelidada de “andorinha” (*swallow*) desde criança. Além da sensibilidade, Haggard dota sua personagem de qualidades físicas necessárias para a sobrevivência em um território pouco explorado pelos colonizadores brancos em meados das décadas de 1820-1830, afinal, logo nas primeiras páginas do romance, Jan encontra a filha carregando uma espingarda, sugerindo que, desde criança, a personagem adaptava-se às condições violentas na colônia:

‘Eu estava atirando em gazelas e nativos, papai’, ela respondeu, obedecendo-o com um beicinho. ‘Atirando em nativos, você estava? Bom, haverá muita

oportunidade para isso antes de tudo estar ocupado nesta terra, pequena. Mas isso não é trabalho para meninas; você deveria ter nascido um menino, Suzanne'. 'Eu não posso; eu sou uma garota', ela respondeu 'e não tenho nenhum irmão como as outras garotas' (HAGGARD, 1899, p. 11, tradução nossa).

Com a juventude, Suzanne adquire características que a enquadram como uma personagem angelical, dotada de uma “[...] natureza doce, perspicaz e de bom coração – sim, mesmo para os nativos ela tinha sorrisos” (HAGGARD, 1899, p. 30, tradução nossa), mas também de bravura e coragem, explicitadas por seu pai diante do aspecto obstinado da jovem: “[...] a garota tornou-se um tigre, aquela que era tão mansa quanto um cordeiro!” (HAGGARD, 1899, p. 49, tradução nossa). Haggard atualiza os preceitos vitorianos da mulher doméstica e angelical a um terreno colonial, fortalecendo-a fisicamente, tornando-a apta para sobreviver na *wilderness* e, presume-se, para gerar filhos fortes e saudáveis. Ademais, enquanto outras interpretações do Great Trek observam-no a partir do martírio de seus patriarcas, a exemplo das listas de nomes masculinos na narrativa de Stephanus du Toit (ver primeiro capítulo), Haggard compreende esse processo pelo destaque aos espaços de ação e atuação de personagens femininas. *Swallow* enfatiza o protagonismo de mulheres brancas na “Grande Jornada”, afinal, a trama é narrada por uma mulher bôer, forte e contumaz, deriva seu título da filha da narradora e dedica parte significativa do enredo à solidariedade entre Suzanne e Sihamba, as quais se tornam simbolicamente irmãs espirituais: o literato utiliza o termo “*sister*” para caracterizá-las, sugerindo similaridade espiritual e um discurso interétnico capaz de legitimar a autoridade colonial.

Dentre os atos de bondade de Suzanne ao longo do romance, um dos principais episódios reside no capítulo em que a jovem bôer salva a vida de Sihamba, acusada falsamente por Piet van Vooren de roubo de gado. Sihamba Ngenyanga, “aquela-que-caminha-sob-o-luar”, foi descrita pela narradora bôer como uma “pequena feiticeira nativa”, que “não pertencia a nenhuma das tribos do Transkei ou da vizinhança, mas havia desgarrado do Norte; de fato, ela tinha sangue swazi ou algo semelhante” (HAGGARD, 1899, p. 73, tradução nossa). Sob Sihamba, Haggard enfatiza características que a distinguem não apenas de bôeres e de britânicos, mas também de outros nativos:

[...] ela era muito estranha, pois, embora sadia, de forma perfeita e de pele na cor do cobre em vez de negra, ela não era mais alta do que uma criança de doze anos – algo que fazia muitos pensarem que ela era uma bosquímana, o que certamente ela não era (HAGGARD, 1899, p. 73, tradução nossa).

Vrouw Botmar ainda prossegue com as descrições fisionômicas, afirmando que ela “[...] tinha feições pequenas, belos dentes brancos, e uma franja de cabelo negro e ondulado que se destacava ao redor de sua cabeça de modo semelhante às aureolas douradas que os santos usam nas imagens da nossa velha Bíblia” (HAGGARD, 1899, p. 73, tradução nossa). Até mesmo para a matrona bôer, que entre os personagens do romance carrega os mais intensos sentimentos e preconceitos raciais, Sihamba era admirada por auxiliar os colonos com ervas medicinais e amuletos, além de rituais que garantiam chuvas e boas colheitas.

Desde o início, portanto, o letrado enfatiza Sihamba como uma “boa selvagem”, uma mulher africana que, mesmo preservando sua liberdade e práticas culturais, convivia de forma pacífica e em colaboração com os proprietários brancos na região.

Em um dos momentos centrais da trama, Haggard descreve a captura de Sihamba por Piet van Vooren e as ações benevolentes de Suzanne ao salvá-la. A jovem bôer observa “Sihamba, escassamente vestida, pois ela havia sido despida, com seus pequenos pulsos amarrados nas costas e uma corda no pescoço, cuja outra ponta havia sido posicionada sobre o galho da árvore” (HAGGARD, 1899, p. 75, tradução nossa). Sihamba, rodeada por Piet, o qual “gargalhava brutalmente”, e por seus lacaios, compostos em sua “maioria de mestiços errantes que migram de lugar pra lugar buscando hospitalidade” (HAGGARD, 1899, p. 75, tradução nossa), havia sido condenada à morte pelo vilão mediante o que ele categorizou como um “julgamento justo” – para a indignação de Suzanne. Revoltada com o caráter injusto das ações de Piet van Vooren, a jovem bôer afirma que “não é de se espantar que os ingleses cantem uma música sobre nós, bôeres, e a nossa crueldade com os nativos [...]. Isso não é justiça, *myn Heer*, isso é um crime pelo qual, se você escapar da mão dos homens, Deus te levará a prestar contas” (HAGGARD, 1899, p. 76, tradução nossa). Piet sugere a Suzanne que ele perdoaria os crimes de Sihamba se a bôer lhe beijasse, e esta, diante do sofrimento da africana,

decide aceitar o preço pela liberdade: “essa mulher’, disse ela, ‘que me custou a minha honra” (HAGGARD, 1899, p. 79, tradução nossa).

O episódio em questão evocava a ideia de uma feminilidade colonial, baseada na crença da superioridade moral das mulheres, na sua propensão à bondade desinteressada e na aptidão a cometer sacrifícios em defesa das populações nativas (DAVID, 1995, p. 5). De modo semelhante aos romances produzidos pelas Novas Mulheres, Haggard concentra-se em promover espaços de ação independente para sua heroína, direcionando suas energias a atividades que extravasam sua vida doméstica – sem, contudo, rejeitar o primado da domesticidade e de valores como a maternidade ou o casamento. Mesmo sem a presença masculina, o letrado idealiza cenários nos quais mulheres brancas exercem sua autoridade para além do espaço doméstico, mas que, de formas tangenciais, garantem a preservação do lar, sobretudo por meio de valores como a castidade, a moderação, o comedimento e a bondade maternal. No caso de *Swallow*, a ação benevolente de Suzanne ao salvar a vida da africana garante-lhe mais do que a gratidão de Sihamba – garante-lhe um estado de servidão voluntária. Assim, a curandeira afirma à bôer que a sorte “[...] levou à Andorinha [*Swallow*] e à liberdade; não, não para a liberdade, mas para a escravidão, pois eu sou sua escrava, cuja vida você comprou a um grande custo” (HAGGARD, 1899, p. 82, tradução nossa).

Por meio de Sihamba, Haggard remete seu público leitor a um tema consolidado sobretudo na literatura romântica: a ideia da gratidão do escravo. Mormente em romances publicados a partir da segunda metade do século XVIII, momento em que conceitos como igualdade e liberdade passaram a permear o discurso político, a ficção sugeria que a escravidão poderia ser justificada em termos emocionais, a partir de uma relação de gratidão ao mestre benevolente. O tema apareceu, entre outras obras literárias, nas aventuras de Robinson Crusóé, de Daniel Defoe: o nativo Sexta-Feira submete-se ao explorador, ajoelha-se aos seus pés, oferecendo-se feliz como escravo em gratidão por Crusóé salvar sua vida.

O tropo do “escravizado grato” estava enraizado nas discussões a respeito da variação humana no século XVIII, na medida em que, em um primeiro momento, aproximava europeus e africanos em termos de igualdade, mas, no final das contas, sugeria distinções essenciais, já que

os escravizados negros eram associados a sentimentos excessivos e incontroláveis, uma gratidão apaixonada e irracional, que os permitiria aceitar de forma entusiasmada sua condição social. Segundo George Boulukos,

[...] o aspecto sentimental do escravo grato aciona uma tradição estabelecida – familiar desde o final do século XVII – de mobilizar respostas emocionais à opressão e à tortura de modo a se distanciar da responsabilidade por tais aspectos das empreitadas coloniais (BOULUKOS, 2008, p. 14, tradução nossa).

O tropo da gratidão servil também evocava a ideia da bondade como uma forma de classificar os indivíduos em posições de poder, categorizando-os como virtuosos por seus atos de benevolência e generosidade.

A ideia da gratidão nativa e a crença na tendência dos africanos negros à servidão espontânea conectava a vida e a escrita de Haggard. Como mencionado no segundo capítulo, a experiência colonial de Haggard era perpassada pela presença de Masooku (Mazuku), um empregado zulu que aparece, nos escritos autobiográficos do letrado, como modelo de obediência apaixonada e servidão desinteressada. Até mesmo as descrições do africano, comumente referenciado por Haggard enquanto um “garoto”, deixam entrever o *leitmotiv* da dependência, tão caro à visão de mundo paternalista cultivada pelo romancista. Sabe-se que Masooku não era um “garoto” no sentido literal: possuía praticamente a mesma idade de Haggard e pertencia ao grupo zulu Buthelezi; seu pai havia lutado ao lado de Cetshwayo durante a batalha de Ndongakusuka, mas tensões políticas e suspeitas de traição forçaram-no ao exílio em Natal (COAN, 2001, p. 37). Masooku representava, na visão de Haggard, um exemplo de “bom selvagem” pacato e desinteressado, capaz de atos de gratidão e de conformidade com o projeto colonial. A mesma imagem parece repetir-se em *Swallow*: Ralph salva o africano Gaasha, que anteriormente havia sido prisioneiro dos zulus, e com os bôeres se converte no “[...] melhor empregado [*servant*] nativo já visto” (HAGGARD, 1899, p. 246, tradução nossa); e Suzanne, ao escapar da vila dos Umpondwana durante o ataque zulu, resgata uma criança que “[...] até os dias de hoje é um empregado [*servant*] fiel em nossa casa, embora sua barba já seja branca” (HAGGARD, 1899, p. 296, tradução nossa).

Depois de resgatada, Sihamba informa a jovem bôer que, embora desterrada chefatura Umpondwana,

[...] por sangue eu sou sua governante, pois sou a única filha da esposa principal de meu pai. Mas eles não me aceitariam como chefe a menos que eu me casasse com um homem, e sobre casamento não tenho nenhum desejo, pois sou diferente de outras mulheres, tanto em corpo quanto em espírito (HAGGARD, 1899, p. 81, tradução nossa).

Talvez Haggard estivesse incorporando uma questão retomada recentemente pelos historiadores: o fato de que em algumas sociedades africanas da primeira metade do século XIX, especialmente entre os zulus, as condições socioculturais e materiais das mulheres tornaram-se altamente estratificadas e seus papéis sociais passaram a ser determinados não apenas por funções ligadas à reprodução biológica, mas também por associações políticas. Uma das mais importantes transformações na sociedade zulu do período, a saber, a inserção de mulheres como principais praticantes dos ritos de divinação, pode ter sido resultante das insatisfações femininas com a interferência estatal nas suas relações pessoais e no controle sobre o casamento. Ademais, o crescimento da autoridade de mulheres da elite entre os zulus e os swazi, a exemplo das esposas e irmãs de *amakhosi*, mobilizaram práticas culturais e modelos ideológicos que permitiriam que outras mulheres ampliassem suas possibilidades de ação social ao final do século (HANRETTA, 1998, p. 391-399).

Além disso, várias tradições orais e literárias produziram diversos relatos acerca da atuação de mulheres nas transformações sociais e políticas que afetaram o sul da Baía de Maputo nas primeiras décadas do século XIX: além das esposas do chefe Senzangakhona, como a mãe de Shaka, Nandi, os poemas de aclamação (*izibongo*) constantemente referenciam a autoridade da irmã do *inkosi*, Mnkabayi kaJama, que participou da transmissão de poder a Shaka e Dingane; a rainha-guerreira dos Tlokwa (povos de língua e cultura tswana), MaNthatisi; e a influente Ntomabsi, mãe de Zwide, o *inkosi* dos ndwandwe. Tudo indica que, na sociedade zulu desse período, havia uma concepção coletiva de poder político, e as *amakhosikazi* ou *amakhosazana*, esposas, irmãs e filhas dos chefes, eram vistas como transmissoras e guardiãs de autoridade

política, militar e cerimonial (NDLOVU, 2019). O papel de Sihamba, em *Swallow*, parece ser debitário a essa tradição, embora suas ações sejam redirecionadas por Haggard para a manutenção e a preservação da sociedade colonial.

Posteriormente, Sihamba revela a Suzanne que as razões para sua fuga haviam sido mais complexas e estavam diretamente atreladas ao expansionismo zulu e à própria ideia zulucêntrica do *mfecane*. Sihamba afirma pertencer ao “[...] povo de Zwide, que Chaka expulsou da Zululândia, e eu sou por nascimento a chefe dos Umpondwana [...], e que eram as crianças de Zwide, mas agora são crianças de Chaka” (HAGGARD, 1899, p. 181, tradução nossa). O exílio de Sihamba deveria-se não somente à sua recusa em enquadrar-se em um modelo tradicional de casamento, mas também por ter sido contrária ao acordo de paz realizado entre sua linhagem e o *inkosi* dos zulus, e conclui, ao afirmar que “[...] como eu não viveria sendo uma cadela zulu, eu os abandonei” (HAGGARD, 1899, p. 181, tradução nossa). A referência ao *inkosi* Zwide permite localizar as origens de Sihamba enquanto vassala dos Ndwandwe e remete os leitores às rixas entre Dingiswayo, o *inkosi* mthethwa, e Zwide, na região do rio Tukhela nas primeiras décadas do Oitocentos. Os ataques promovidos por Shaka à capital de Zwide forçaram o *inkosi* Ndwandwe e seus aliados a dispersarem-se. Esses eventos integravam os conflitos pela dominação no sudeste sul-africano, marcaram a expansão territorial máxima dos zulus por volta de 1819 e foram parte central no processo de constituição de sua identidade política (ETHERINGTON, 2001).

Sihamba representava, portanto, uma referência de resistência diante da hegemonia zulu, algo que Haggard aludira com Umslopogaas em *Nada the Lily*. Além disso, a bondade desinteressada de Suzanne possibilita inserir a jovem bôer no campo das políticas africanas e da autoridade dos *amakhosi*. Afinal, após Sihamba resgatar Suzanne do cativeiro de Piet, a africana sugere que ambas busquem refúgio junto “[...] ao grande chefe Sigwe, [...] cujas lanças são contadas aos milhares” (HAGGARD, 1899, p. 175, tradução nossa). O *inkosi* Sigwe oferece proteção às mulheres, mas alerta-as de que sua chefatura estava prestes a entrar em guerra contra os endwandwe [ndwandwe]. Contudo, afirma que uma de suas feiticeiras havia previsto que os batalhões seriam vitoriosos caso tivessem o auxílio de uma “Andorinha Branca” e “[...] pouco do seu sangue seria derramado, e você retornaria com honra” (HAGGARD, 1899,

p. 184, tradução nossa). Suzanne/Swallow imediatamente torna-se uma figura de reverência e autoridade entre os africanos devido à cor de sua pele e, ao acompanhar os exércitos de Sigwe, elabora um plano que evita um ataque de seus rivais Mpondos e ainda possibilita a captura de gado inimigo: “[...] e então eles marcharam e, levando o gado capturado com eles, e após esta vitória sem sangue, Suzanne e Sihamba foram grandemente honradas pelos soldados” (HAGGARD, 1899, p. 209, tradução nossa). Após esse episódio, Suzanne negocia pessoalmente os termos com Sikonyana [Sikhunyana], o filho de Zwide e chefe dos Endwandwe, garantindo um resultado satisfatório para Sigwe e evitando a mortandade dos envolvidos em combate:

‘Então, chefe’, ela disse, ‘eu entendo a causa desta guerra e em verdade é uma razão estranha. Ainda assim, como eu devo liderar seus exércitos, e como eu não gosto de ver homens mortos por disputa como essa, aqui e antes de iniciarmos, eu estabelecerei os termos de paz se agradar Sikonyana e o povo de Endwandwe para aceitá-los (HAGGARD, 1899, p. 196, tradução nossa).

Na visão de Haggard, a personagem torna-se responsável pela intermediação das políticas entre linhagens e chefias africanas, assumindo um papel comumente associado na trajetória do letrado a administradores coloniais, a exemplo de Theophilus Shepstone e do próprio dedicatário do romance, Marshal Clarke. Sabe-se que Clarke integrara a comissão responsável pela anexação do Transvaal e, entre as décadas de 1880 e 1890, ocupou o cargo de comissário colonial na Basutolândia e na Zululândia. Descrito por seus contemporâneos como um administrador “justo” e “firme”, ele conseguiu obter a confiança de diversos chefes basotos e mobilizou seu contato pessoal com as lideranças africanas para a resolução de diversas crises internas. Em decorrência do período de Clarke na Basutolândia, a autoridade imperial foi estabelecida sem o uso de forças militares tal qual ocorrido na Zululândia (PHOOFOLO, 2007, p. 84-85). Talvez Haggard, por meio de sua personagem, reinterpretesse essas estratégias mobilizadas pela administração colonial no processo de apaziguamento das resistências africanas, ainda que preservando seus costumes – e há certamente algo de shepstoniano

aqui. Como resultado, enquanto a heroína colonial em outros romances comumente sacrificava-se no seu esforço missionário junto aos nativos, Suzanne destacava-se por participar e intervir diretamente nas relações políticas entre grupos rivais.

Em retribuição, Sigwe permite que Sihamba e Suzanne retornem à povoação da africana, os Umpondwana, protegidos numa fortaleza natural em meio às montanhas rochosas. O retorno de Sihamba coincide com a morte do seu meio-irmão, o *inkosi* Koraanu, e de todos os filhos dele, o que possibilitava à curandeira africana a ascensão à chefia dos Umpondwana. Como resultado, Sihamba e Suzanne governam os Umpondwana em posição de igualdade, ato legitimado “[...] naquele mesmo dia por um grande concílio da tribo [...]. E lá, como uma chefe entre selvagens, Suzanne estava destinada a permanecer por mais dois longos anos” (HAGGARD, 1899, p. 221-222, tradução nossa). Nesses episódios, a autoridade da jovem era justificada por Haggard tanto por ser dotada de características tradicionalmente masculinas, a exemplo da calma, da força física, da coragem e do senso de justiça e liderança, como também por sua brancura, “*white chieftainess*” (HAGGARD, 1899, p. 282, tradução nossa), explicitamente mencionada em pelo menos duas ocasiões. Contudo, enquanto outras amizades entre brancos e negros nos romances de Haggard, a exemplo de Allan Quatermain e o africano Hans, em *Marie*, eram marcadas por uma evidente verticalização, o vínculo entre Sihamba e Suzanne era muito mais baseado na mutualidade e no intimismo, ou ainda “[...] uma versão ligeiramente mais igualitária da sinergia nativo-colonial” (FREE, 2012, p. 381, tradução nossa).

No desfecho da trama, Sihamba sacrifica-se para salvar a vida de Suzanne. Para possibilitar a fuga da bôer, seus cabelos são cortados, sua pele coberta por uma pigmentação negra e seu corpo revestido nas “[...] vestes de mulher nativa feita de pele e miçangas” (HAGGARD, 1899, p. 289, tradução nossa); os demarcadores de sua brancura e feminilidade são ocultados. Durante a fuga, Suzanne é movida pelo instinto maternal e resgata uma criança africana cuja mãe havia sido morta durante a confusão e o pânico no iminente ataque dos zulus. Esse episódio evidencia certa evocação da maternidade enquanto função primordial e destino essencial do corpo feminino e integra um verdadeiro culto à feminilidade fértil e redentora que ganha força entre muitos homens e mulheres das classes médias no século XIX (GAY, 1988, p. 178-180).

Sihamba, por sua vez, permanece na povoação dos Umpondwana e entra em confronto com o vilanesco Piet van Vooren, ato que resulta em seu sacrifício. Sua morte possibilita a reunião dos amantes Suzanne e Ralph e, presumivelmente, marca o retorno da jovem bôer à domesticidade, cuja segurança e estabilidade também foram garantidas por suas ações diplomáticas e apaziguadoras em meio às tensões entre britânicos, bôeres e africanos.

Em suma, Haggard escreveu e publicou *Swallow* em um momento de sua trajetória no qual ações filantrópicas e sociedades beneficentes passavam a integrar sua visão de revitalização do Império Britânico. No romance, e por meio de sua personagem Suzanne, Haggard evoca a ideia da feminilização da bondade, pautada na crença da superioridade moral e espiritual das mulheres; ao mesmo tempo, o letrado promove a possibilidade da bondade enquanto um elemento constitutivo da autoridade colonial. Afinal, é graças à generosidade desinteressada de Suzanne, ao salvar a africana Sihamba, que a jovem passa a ser reverenciada entre os africanos e assume a chefia dos Umpondwana – não pelas armas ou pelo uso da violência, algo mais adequado aos heróis viris como Allan Quatermain, mas por seu senso aguçado de justiça e benemerência. Contraposto a um momento em que as Novas Mulheres demandavam maior autonomia e direitos políticos, Haggard promove uma heroína que se destaca na ausência da autoridade masculina, e não necessariamente em oposição a ela. Como conclui Melissa Free (2012) a respeito de outros exemplos de ação de mulheres na literatura colonialista, Suzanne exemplifica a capacidade de Haggard em imaginar cenários de liderança feminina nas colônias, mas, por seu regresso à domesticidade e à maternidade no desfecho de *Swallow*, também evidencia o caráter conservador de sua misoginia.

“Cães mestiços são difíceis de lidar”: mestiçagem e ansiedades político-raciais

Na segunda metade do século XIX, o conceito de degenerescência, oriundo da medicina alienista francesa e sobretudo dos trabalhos de Bénédict Morel, popularizou-se e vulgarizou-se no outro lado do Canal da Mancha, mormente na escrita de médicos e intelectuais, literatos e jornalistas, os quais mobilizavam ideias de hereditariedade, declínio racial e contágio sanguíneo na articulação das suas tensões e ansiedades sociais. A emergência de teorias pseudocientíficas a respeito do declínio racial derivou de uma série de particularidades históricas daquele momento. No âmago do cientificismo, acirravam-se as preocupações a respeito das relações entre comportamentos desviantes, sobretudo entre as “classes perigosas”, criminosos e delinquentes, e os aspectos físicos pelos quais seriam capazes de serem identificados. Novos campos de conhecimento, a exemplo da Craniologia e da Frenologia e, a partir da década de 1870, a Antropologia criminal, estavam profundamente interessados nas expressões fisionômicas dos homens e das mulheres considerados como degenerados. No final do século, havia um crescente consenso, quase que a ponto do senso comum, de que a modernidade urbana na metrópole e os processos de industrialização desenfreada haviam espalhado uma onda de declínio racial na população europeia. A ideia ameaçadora de que o *fin-de-siècle* também implicava em um *fin-de-race*, marcado pela anarquia social e sexual, desordem racial e exaustão cultural, não passou despercebida por muitos artistas e romancistas nesse contexto (DARMON, 1991; HERMAN, 1991).

Esses temores do declínio racial conectavam as ansiedades entre a metrópole e as colônias, especialmente no contexto da Guerra Sul-Africana de 1899. Naquele momento, um comitê interdepartamental formado por médicos e pesquisadores sociais (Inter-Departmental Committee on Physical Deterioration) concluiu que diversas derrotas sofridas pelos soldados britânicos contra os bôeres eram decorrentes dos lastros da degenerescência, perceptíveis nas fraquezas físicas, nos maus dentes e na má saúde dos recrutas, especialmente advindos das classes operárias. Na metrópole, “[...] a deterioração racial era considerada resultante da fraqueza moral e da ignorância das mães advindas

das classes trabalhadoras, [...] nas colônias, os perigos eram mais generalizados e as possibilidades de contaminação ainda piores” (STOLER, 1991, p. 74, tradução nossa). Na virada do século, medidas amparadas pelo Estado foram direcionadas à vida doméstica nas colônias, sobretudo contra a poligamia ou os riscos da mestiçagem. Nesse contexto, a união inter-racial representava um dos principais riscos para a pureza racial, pois acreditava-se que os homens europeus, em contato com mulheres africanas, contrairiam não apenas doenças, mas também “[...] sentimentos inferiores, inclinações morais e extrema suscetibilidade a estados incivilizados” (STOLER, 1991, p. 84, tradução nossa). Esses temores da degenerescência e da mistura racial implicavam em duas questões centrais: a) classes ou grupos sociais poderiam ser descritos em termos de “raças” e, dessa forma, seriam passíveis de isolamento enquanto seres contagiosos; b) a imagem da degenerescência exalava certa urgência na intervenção estatal, não apenas em âmbito público, como também na esfera íntima e doméstica, na metrópole e nas colônias (MCCLINTOCK, 2010, p. 84).

A mestiçagem ocupava um lugar central nas discussões a respeito da degenerescência racial, especialmente nos imaginários sociais acerca das colônias, lugares em que, distantes das restrições sociais e morais da metrópole, os homens britânicos estariam mais livres para dar vazão ao desejo sexual. Segundo Robert Young (1995), o termo “miscigenação” foi cunhado na década de 1860, em substituição ao conceito de “amalgamação”, até então de uso recorrente nas Ciências Naturais para descrever a união entre diferentes grupos étnico-raciais. Em obras como *Natural History of Man* (1843), de J. C. Prichard, o qual dedicou dois capítulos ao “fenômeno da hibridez” e à “mistura das raças humanas”, a miscigenação não adquiria necessariamente uma conotação negativa, sendo considerada como uma parte constitutiva da perpetuação das espécies. Contudo, a proliferação de teorias raciais poligenistas, que pressupunham a distinção entre “tipos” e “raças superiores e inferiores”, levou a uma acepção negativada da mistura inter-racial: nos escritos do médico e anatomista escocês Robert Knox, a exemplo de *The Races of Men* (1850, segunda edição de 1862), a mestiçagem produziria indivíduos inférteis ou linhagens que eventualmente seriam fadadas a extinguir-se (YOUNG, 1995, p. 10). Naquele contexto, o termo “*half-breed*” (“mestiço”) passou a ser carregado com estigmas morais, religiosos e

sociais, características depreciativas que associavam o hibridismo a certa instabilidade racial e uma tendência à degenerescência.

Aliás, é preciso lembrar que Robert Knox foi um dos pioneiros na introdução de estudos antropométricos e na tipologização racial na África do Sul. Segundo Saul Dubow, seu interesse por anatomia comparativa foi estimulado pela experiência enquanto cirurgião do exército nas fronteiras da Colônia do Cabo no início do século XIX. Knox teria sido um dos primeiros intelectuais a se referir aos khoekhoen como o “povo de pele amarelada no sudeste africano” e creditava a si mesmo a responsabilidade por ter enviado o primeiro exemplar de “crânio nativo” para a Europa. Em seu *The Races of Men*, Knox tentou demonstrar que todos os aspectos da vida humana eram regidos por elementos raciais. O tratado baseava-se fortemente em exemplos retirados do contexto sul-africano e muitas das suas reflexões acerca das características físicas e mentais dos “Bosjeman”, “Hotentotes” e “Caffres”, termos hoje considerados pejorativos, reverberariam em estudos raciais no final do século XIX. Contudo, de um modo geral, a maior parte dos estudos antropológicos, etnográficos e linguísticos na África do Sul até as últimas décadas do século XIX era conduzida por amadores (missionários, viajantes e administradores coloniais), de forma pouco sistematizada e comumente em associação aos seus esforços em traduzir a Bíblia aos nativos, produzir dicionários e manuais de gramática dos idiomas locais ou registrar práticas costumeiras entre as sociedades africanas (DUBOW, 1995, p. 27-33).

A adoção dessas teorias raciais parecia atuar, no caso sul-africano, para legitimar, em tons cientificistas, formas de hierarquização social, paradigmas de inclusão ou exclusão do projeto colonial que se delineava na segunda metade do século XIX. É nesse sentido que a racialização se transformava em um argumento para a sedimentação das diferenças sociais enquanto os discursos acerca da miscigenação atuavam como um lembrete a respeito da impossibilidade de uma nação constituída por “raças mistas” (SCHWARCZ, 1993). Estudos (pseudo)científicos sobre a miscigenação na África Austral tiveram forte impulso com a publicação de *Die Rehebother Bastards und das Bastardierungsproblem bein Menschen* (*Os bastardos de Rehobot e o problema da miscigenação dos seres humanos*), de 1913, do médico alemão Eugen Fischer, cujas pesquisas sobre os mestiços Basters na então chamada “Deutsch-Südwestafrika”

(atual Namíbia) serviram de base para muitos dos argumentos de cientistas e eugenistas acerca das consequências negativas da “hibridização racial”. No caso sul-africano do início do século XX, as preocupações raciais com a miscigenação ou com a degeneração ainda incluíam um elemento de classe social, na medida em que seus articulistas temiam o declínio racial entre os “brancos pobres”, especialmente nas áreas rurais, ou *afrikaners* recém-chegados nos centros urbanos, em um misto de determinismos biológicos e geográficos (DUBOW, 1995, p. 183).

Em muitos dos seus romances, Haggard alude à ameaça representada pela mestiçagem na África. Em *King Solomon's Mines*, a negra Foulata apaixonou-se pelo Capitão Good, mas é convenientemente morta no desfecho do romance, impossibilitando qualquer risco reprodutivo; a própria Foulata reconhece a Quatermain que, a despeito de suas paixões pelo oficial britânico, “[...] o sol não pode acasalar com as trevas, e tampouco o branco com a negra” (HAGGARD, 1901, p. 241, tradução nossa). Em *She*, a nativa Ustane apaixonou-se e, de acordo com os costumes matriarcais de sua comunidade, casa-se com o britânico Leo Vincey, mas é executada pela rainha (branca) Ayesha, enciumada pela relação entre os dois. Embora descrita no romance como angelical e devota a Leo, numa versão africana da feminilidade doméstica vitoriana, sua diferença racial continuava sendo vista como ameaçadora. O temor da degenerescência e da miscigenação informava os imaginários de literatos como Haggard que, mesmo que impressionados e cativados pela beleza nativa, reiteravam os medos acerca da “[...] falibilidade do homem branco e da potência imperial” (MCCLINTOCK, 2010, p. 82). Alhures, sobretudo em seus escritos da década de 1870 e 1880, Haggard já apresentara ansiedades a respeito da poligamia entre os nativos, prática que missionários e colonos recusavam em tom moral, associando-a à degenerescência racial e à sexualidade de africanos, em especial das mulheres negras, vista como desenfreada e periculosa.

Nos romances de Haggard, a imagem da mestiçagem era recorrentemente associada a um sentido macropolítico. Trata-se de personagens como Frank Muller, de *Jess*, fruto da união entre um rico fazendeiro bôer e uma mulher britânica; o vilanesco Piet van Vooren, em *Swallow*, resultante da mestiçagem entre um homem bôer e uma africana negra; e, por fim, o antagonista de *Marie*, Hernan Pereira, um luso-bôer desejoso pela protagonista homônima. Até mesmo em *Nada the Lily*,

ambientado inteiramente no Reino Zulu e com personagens africanos, Haggard sugere as marcas da mestiçagem: a pele alva de Nada era associada pelo narrador às origens étnico-raciais de sua mãe, Macropha, a qual era “[...] de sangue swazi [...]. Dizia-se que ela era a filha de um dos chefes swazi da tribo dos Halakazi, e que ela nasceria de sua esposa era verdade, mas se ele era seu pai eu não sei” (HAGGARD, 1895, p. 47, tradução nossa). Afinal, “antes de ela nascer, havia um homem branco no *kraal* do seu pai. Ele era um português da costa, um homem atraente, e habilidoso no trabalho com ferro” (HAGGARD, 1895, p. 47, tradução nossa), e que, devido à proximidade com a mãe de Macropha, foi executado pelo *inkosi*. Por isso, o narrador especulava que a beleza de Nada, “[...] como a beleza do povo branco” (HAGGARD, 1895, p. 47, tradução nossa), teria suas origens numa união interracial – a mesma beleza que, na segunda parte do romance, captura o amor de Umslopogaas e os desejos de Dingane e, pelo confronto entre as forças rivais, desencadeia uma série de eventos que levaria à derrocada do Reino Zulu.

Em *Jess*, Frank Muller era representado por Haggard como uma ameaça político-econômica, por sua aliança com os bôeres e suas ambições ao expulsar os britânicos do Transvaal, e uma ameaça sexual, devido à obsessão com Bessie, alvo das suas maquinações. Ademais, o personagem era retratado como um indivíduo cruel e capcioso, capaz de infligir vasto leque de violências e punições arbitrárias contra seus empregados nativos e, sobretudo na parte final do romance, Muller metaforiza as ações repressivas promovidas pelos bôeres contra os transvaalenses de origem britânica. Muitas de suas atitudes eram associadas pelo letrado à sua origem inter-racial: Muller era filho de um cruel fazendeiro bôer, Jacob Muller, e de sua esposa britânica, a qual, apesar de pouco referenciada na trama, era descrita como piedosa e gentil, embora enfraquecida pelo alcoolismo e fadada à morte em território colonial. Haggard não poupa termos ao descrever a fisionomia de seu vilão, caracterizando-o como “[...] um homem forte e excessivamente bonito, aparentemente com quarenta anos de idade, de feição empalidecida, olhos frios e azuis-claros, e uma barba dourada que se destacava recaindo sobre seu peito. Para um bôer, ele estava muito bem-vestido em roupas britânicas” (HAGGARD, 1887, p. 25, tradução nossa). A atenção aos detalhes fisionômicos não se distanciava dos discursos racialistas da época, em especial pela crença na capacidade da leitura de traços morais a partir de elementos externos.

Sua posição social, vinculada à elite agrária no Transvaal, era estabelecida desde o início, pois Bessie informa que Frank Muller, “[...] metade bôer e metade britânico, [...] muito rico e muito astuto, e é dono de toda a terra ao redor deste lugar [Mooifontein], de modo que o tio precisa ser polido com ele, embora tampouco goste dele” (HAGGARD, 1887, p. 25-26, tradução nossa). Tudo indica que Muller ilustrava o oportunismo associado por Haggard a diversos bôeres que, prósperos com a anexação do Transvaal às posses britânicas na década de 1870, não hesitariam em recorrer às armas para expulsar os britânicos poucos anos depois. O escárnio de Muller com a presença colonial britânica ao sul da África desponta no momento em que encontra John Neil e identifica-o como um capitão do exército; o vilão anglo-bôer não perde tempo em lembrar o herói de que “[...] vocês *rooibaatjes* não foram muito bem na guerra [Anglo-Zulu]. Eu estava lá com Piet Uys, e foi uma visão e tanto, posso lhe dizer” (HAGGARD, 1887, p. 35, tradução nossa). A ação dos soldados britânicos contra os zulus de Cetshwayo era caracterizada pelo fazendeiro como despreparada e desordenada, já que “[...] eles atiravam – ah, eles atiravam – de qualquer forma, pra qualquer lugar, mas sobretudo nas nuvens, não havia como impedi-los” (HAGGARD, 1887, p. 35, tradução nossa). A despeito da humilhação evocada, Muller lembrava Neil de que “[...] eu não sou um bôer. Eu sou um britânico. Minha mãe era britânica; e além do mais, graças a Lord Carnarvon, todos nós somos britânicos agora” (HAGGARD, 1887, p. 35, tradução nossa) – proposição sintomática de seu oportunismo político, da capacidade em desfrutar das benesses da situação colonial e repudiá-las quando lhe fosse interessante, afinal, afirma que “[...] e assim as árvores costumam se inclinar ao norte quando o vento sopra nelas, mas agora elas se inclinam ao sul, pois o vento mudou. Eventualmente pode voltar ao norte novamente – esse é outro assunto – e então veremos” (HAGGARD, 1887, p. 35, tradução nossa).

Sabe-se que em *Cetywayo and his White Neighbours*, Haggard destilou sua hostilidade contra os bôeres revoltosos, caracterizando-os como fanáticos e retrógrados. Simultaneamente, o letrado tentava denunciar as infrações e os crimes impunes provocados pelos bôeres no calor da Guerra Sul-Africana de 1880-1881, incluindo, entre outros episódios, o massacre de homens e mulheres inocentes, tanto britânicos quanto nativos. Ademais, Muller parecia ser uma ameaça entre os próprios bôeres, já que Jess havia sido informada por um de seus vizinhos, Hans

Coetzee, que “[...] ele denunciou [Hans] ao Veld-Cornet como um *uitlander* e um *verdomde Engelsmann* cerca de dois anos antes da anexação, e tentou persuadir o Landdrost a reportá-lo como um infrator da lei ao Raad” (HAGGARD, 1887, p. 57, tradução nossa). Os termos deixam evidente o modo como Muller encontrava-se intimamente atrelado às instituições sociopolíticas bôeres, a exemplo dos *veldkornets* e do seu sistema de magistratura (Landdrost). Posteriormente, na guerra contra Sekhukhune,

[...] provocou [os bôeres] a confiscar os dois melhores vagões e o gado do tio [Silas Croft] [...]. É um sujeito traçoeiro, Bessie, e um sujeito perigoso; mas tem mais cérebro e mais poder em torno de si do que qualquer homem no Transvaal (HAGGARD, 1887, p. 57, tradução nossa).

Haggard entrelaça a ameaça política representada por Frank Muller ao perigo sexual, afinal, no mesmo diálogo, Bessie afirma que “[...] ‘queria que eu me casasse com ele, e quando eu disse que não o faria, ele se comportou como... Como...’ ‘Como um Bôer’ sugeriu Jess. ‘Como um bruto’, complementou Bessie, com ênfase” (HAGGARD, 1887, p. 58, tradução nossa).

Os termos mobilizados por Haggard em *Jess* conectam-se a tendências mais amplas na imaginação literária e política na década de 1880, sobretudo na idealização dos bôeres como uma população retrógrada e degenerada, afetada pela longa permanência em território africano, ou ainda rebaixados ao nível de africanos: “[...] eu preferiria casar-me com um nativo do que casar-me com você, Frank Muller, não importa o quão grande você possa ser” (HAGGARD, 1887, p. 271, tradução nossa), afirma Bessie. Muller, assim como outros homens bôeres retratados na ficção aventuresca do período, era destituído dos cavalleiros que marcavam a ação de homens britânicos nas estruturas das relações de gênero em terreno colonial; ainda assim, por sua associação à vida nas fronteiras coloniais, Muller era habilidoso na caça e no manejo de armas, além de ser um intrépido estrategista e invejável cavaleiro. Em outros romances publicados no período, tais como *The Young Colonists* (1885) e *With Buller in Natal* (1900), de G. A. Henty, a ação militar dos bôeres recebia elogios por sua coragem e destemor. Contudo, essas

proezas eram frequentemente atribuídas à formação desses homens em um ambiente brutal, uma consequência natural de sua presença prolongada nas colônias e tendência a atos descomedidamente violentos (LEE, 1999, p. 8-9).

Nessas obras literárias e em discursos políticos da época, a violência bôer recaía majoritariamente sobre os africanos, ao mesmo tempo apontando o modo como teriam adotado o primitivismo associado pelos britânicos aos negros africanos, deixando para trás quaisquer traços de justiça e benevolência. bôeres como Muller seriam capazes até mesmo de compactuar com africanos, tal qual a dependência do vilão supersticioso sobre as práticas divinatórias do africano Hendrik. De forma semelhante, ao vislumbrar seus planos futuros para o Transvaal, o personagem evocava a imagem tirânica associada à Shaka:

[...] serei Presidente, e quando for, irei expulsar os Britânicos da África do Sul. Isso eu farei com a ajuda dos zulus de Natal. E então eu destruirei os nativos, como T'Chaka destruiu, mantendo apenas o suficiente para escravos. Este é meu plano, [...] e é um bom plano (HAGGARD, 1887, p. 186, tradução nossa).

Naquele momento da sua trajetória intelectual, Haggard referia-se aos bôeres frequentemente a partir de argumentos raciais, caracterizando-os como degenerados e retrógrados. O caso de Frank Muller ilustra um adensamento desses argumentos, na medida em que o personagem era retratado como o fruto da miscigenação racial, processo que, na imaginação do letrado, resultava em desequilíbrio moral e mental. Desde o início da trama, Silas Croft, que metaforizava a visão de Haggard sobre muitas das atitudes de pequenos colonos britânicos no Transvaal, caracterizava Frank Muller como um indivíduo cuja periculosidade era agravada por sua condição racial:

[...] eu o conheço por muitos anos, e ele tem um coração negro quando provocado. Veja bem, minha querida, você pode lidar com um bôer e você pode lidar com um britânico, mas cães mestiços [*cross-breed dogs*] são difíceis de lidar (HAGGARD, 1887, p. 38, tradução nossa).

As referências animais ficavam claras no racismo/racismo de Haggard e se aproximavam ao que Howard Malchow designou de “imagens góticas de raça” na literatura do *fin-de-siècle*, isto é, a tendência a relacionar a miscigenação com cenários de decadência e extinção racial. Na segunda metade do século XIX, as perspectivas acerca da mestiçagem remetiam aos discursos moralizantes inseridos em uma longa tradição religiosa que observava a miscigenação como resultado de relações fora da santidade do casamento e com a condição da bastardia, somado ao crescente cientificismo e aos discursos (pseudo)científicos acerca da variação humana em termos biológicos. O próprio uso da noção de “mestiço” (*cross-breed*) apontava para os significados negativos associados à miscigenação no discurso racial do final do século XIX em termos supostamente científicos ou darwinistas de “hibridização” (MALCHOW, 1996, p. 176-179).

Ao partir dessa visão negativada da mestiçagem enquanto *locus* de instabilidade racial, Haggard sobrepõe a sexualidade desenfreada de Muller ao seu oportunismo político, já que suas ambições políticas no Transvaal se entrecruzavam aos desejos pela jovem Bessie. Para o vilão, expulsar os britânicos da colônia transvaalense e galgar a posição de presidente da nova república alinhava-se ao intento de possuir Bessie, mesmo em termos da violência sexual. Afinal, afirma que “[...] este é o caminho para conquistar uma mulher – pela captura; e, além disso, elas gostam disso. [...] Será uma corte de sangue. Bem, os beijos serão mais doces, e no final me amará por tudo o que ousei fazer por ela” (HAGGARD, 1887, p. 189, tradução nossa). Na visão do personagem, a violação de Bessie representava a conquista do próprio Transvaal, de modo que, delirante, afirma para si mesmo:

[...] em cinco anos, você terá o poder – poder absoluto. O velho é esperto; ele será Presidente. Mas eu sou mais esperto. [...] Minha língua será doce e minha mão de ferro. [...] Eu expulsarei os britânicos com a ajuda dos nativos, e então eu matarei os nativos e tomarei suas terras (HAGGARD, 1887, p. 189, tradução nossa).

Para garantir sua ascensão ao poder, Muller planeja a morte de Jess e John Neil após a fuga de Pretória e, para forçar Bessie a aceitá-lo,

denuncia Silas Croft ao tribunal dos bôeres insurgentes como traidor da pátria.

Ao descrever seu personagem, Haggard possivelmente ecoava muitos dos preconceitos e do senso comum pautados no racialismo vulgarizado na metrópole que, naquele momento, interpretava a mestiçagem como responsável pela produção de indivíduos verdadeiramente degenerados, localizados no eixo entre a civilização e o primitivismo. Para o letrado, indivíduos como Muller “[...] na sua forma desenvolvida eram felizmente praticamente impossíveis de existirem em uma nação altamente civilizada. O peso morto da lei o esmagaria de volta ao nível da massa humana que o cerca”. Nas regiões “mais selvagens do planeta”, contudo, tipos híbridos seriam possíveis, sobretudo “[...] naqueles lugares onde um grupo oriundo de uma raça superior domina sobre a densidão de milhares de inferiores” (HAGGARD, 1887, p. 243, tradução nossa). Aos determinantes biológicos somavam-se influências socioambientais, pois “[...] a companhia de homens altamente desenvolvidos [...] talha a individualidade” (HAGGARD, 1887, p. 243, tradução nossa). As metáforas biológicas, em um contexto pós-darwinista, ficam evidentes na escrita de Haggard, na medida em que o romancista compara a formação do caráter humano ao crescimento de árvores nas campinas, onde, solitárias, “assumem a forma distorcida de sua natureza” e, em florestas, onde “[...] a árvore cresce em direção de onde a luz está” (HAGGARD, 1887, p. 243, tradução nossa), adaptando e restringindo sua forma na companhia de outros vegetais. Por esse motivo, o caráter de Frank Muller localizava-se:

[...] na junção entre as águas da civilização e do barbarismo. Muito civilizado para possuir aquelas virtudes selvagens que, da sua maneira, representam a parte de bondade inata que a Natureza considerou adequada à mistura; e muito bárbaro para se submeter às restrições mais tenras da sociedade cultivada, ele é ao mesmo tempo forte nas forças de ambos e fraco nas suas fraquezas. Animado pelo espírito do barbarismo. Superstição; e quase inteiramente destituído do espírito de civilização (HAGGARD, 1887, p. 244, tradução nossa).

É interessante denotar também que, por intermédio de seu personagem, Haggard apresenta aos leitores as dinâmicas internas de autoridade entre os bôeres revoltosos. Isso porque, logo após a eclosão dos conflitos, Muller reúne-se secretamente com um general bôer – muito possivelmente uma ficcionalização de Piet Joubert, comandante-geral das tropas bôeres entre 1880 e 1900, além de membro do triunvirato responsável pela administração do governo provisório estabelecido pelos revoltosos em dezembro de 1800. O general bôer, orgulhoso da bravura de suas tropas em avanço contra os britânicos, questiona Muller: “[...] como isso terminará? Você não é tolo; me diga, como terminará?” (HAGGARD, 1887, p. 186, tradução nossa). O vilanesco anglo-bôer responde-lhe que “[...] no final, conquistaremos nosso país de volta. É isso que o armistício significa. [...] Nós teremos nosso país de volta, e você será o Presidente da República” (HAGGARD, 1887, p. 186, tradução nossa). A réplica do general expressava os temores nutridos por muitos observadores contemporâneos do lado britânico dos conflitos, em especial frente ao esfacelamento dos projetos confederacionistas e a uma unificação sul-africana sob bandeira bôer:

O governo britânico está tão louco quanto seus oficiais. Eles vão desistir. Mas isso significa mais que aquilo, Frank; vou lhe contar o que significa [...], o triunfo do Bôer por toda a África do Sul. Bah! Burgers não era um tolo quando ele falava sobre uma grande República Holandesa. Eu já fui duas vezes para a Inglaterra, e conheço o Britânico. Eu consigo medi-lo pelos seus *veldtschoens* [sapatos]. Ele não sabe de nada – nada. Ele entende do seu comércio; ele está submerso no seu comércio, e não sabe pensar em nada mais. [...] Eles falam de honra e patriotismo também, mas ambos são deixados de lado pelo comércio. E eu lhe digo isso, Frank Muller: é o comércio que fez o Britânico, e é o comércio que irá destruí-lo. Bem, que seja. Nós teremos nossa parte: África para os Africaners. O Transvaal para os transvaalenses primeiro, depois o resto (HAGGARD, 1887, p. 186, tradução).

Aqui, assim como alhures, Haggard visava interpretar aquilo que considerava como um dos traços predominantes da personalidade dos bôeres, a saber, seu apego violento ao território sul-africano e uma vontade lancinante de revanche contra os britânicos pela anexação do Transvaal em 1877. A morte de Frank Muller, no desfecho da trama, revestia o romance com um tom agridoce, pois seu desaparecimento permitiria a sobrevivência de Silas Croft e a felicidade conjugal de Bessie e John Neil, mas à custa da perda do território colonial transvaalense para os bôeres revoltosos. O letrado parece utilizar seu personagem anglo-bôer como uma válvula de escape para denunciar os crimes impunes perpetrados pelos bôeres durante o conflito, ao mesmo tempo que alerta seu público leitor, tal qual exemplificado no excerto acima, sobre as ambições bôeres para os demais territórios sul-africanos. Haggard certamente baseava-se na experiência da guerra e dos eventos subsequentes na década de 1880: liderados por Paul Kruger, os bôeres do Transvaal utilizaram-se da instabilidade e do clima de guerra civil estabelecido entre os zulus após a destituição de seu último soberano independente, Cetshwayo, durante a Guerra Anglo-Zulu de 1879, para garantir a posse de terras naquela região. Além disso, estabeleceu as repúblicas bôeres de Stellaland e Goschen, em 1882, criadas para dificultar as rotas comerciais britânicas rumo ao norte a partir da Bechuanalândia, e da Nieuwe Republiek (Nova República), em 1884, num território previamente ocupado pelos zulus, em troca do reconhecimento de Dinuzulu como sucessor de Cetshwayo.

Em *Swallow*, as ansiedades político-raciais de Haggard concentram-se em outro elemento presente no cenário sul-africano: o *half-caste* Piet van Vooren, no afã de rastrear os resultados fisiológicos, intelectuais e morais resultantes da união entre homens brancos e mulheres negras no período das grandes migrações das primeiras décadas do século XIX. Sabe-se que no contexto de emergência das teorias racialistas do final do Oitocentos e da criação de legislações segregacionistas nos territórios sul-africanos, a união inter-racial entre brancos e negros era vista como particularmente periculosa e apontada como um fator em potencial para a degenerescência racial. A sexualidade das mulheres africanas, interpretada nos discursos (pseudo)científicos como desenfreada e incontrolável, era comumente culpabilizada pelos deslizes extraconjugais de muitos homens de ascendência europeia nas colônias. Ademais, no

veredicto popular, “[...] o *half-caste* é conhecido por sua covardia e falta de ajuste ao convívio social, o que o torna material perfeito para a formação de ladrões e prostitutas” (GOMES, 2010, p. 95). Naquele mesmo período, intelectuais como Olive Schreiner atentavam ao fato de que a posição social ocupada pelo *half-caste* na comunidade colonial era particularmente peculiar, afinal ele seria resultante da união entre mulheres negras e escravizadas e homens brancos, dominantes e afoitos.

É preciso também lembrar que, nas últimas décadas do século XIX, um amplo debate a respeito da identidade de *half-castes* e *coloureds* no sul da África começa a ganhar forma, sobretudo na esteira dos discursos racialistas que compreendiam que esse grupo era, em suma, o resultado da mestiçagem; híbridos raciais destinados à inferioridade. Na virada do século, foram circunscritos a uma zona intermediária em termos sociais, raciais e políticos, entre brancos e não brancos. O argumento utilizado no período reforçava que esses indivíduos e grupos de *half-castes* eram destituídos de uma “harmonia interna ao ser” e, por integrarem uma sociedade que diminuía as possibilidades de mobilidade social, enquadravam-se em uma espécie de “limbo jurídico”, uma identidade de entremeio, portanto desclassificados enquanto sujeitos políticos e tampouco submetidos às leis nativas (MAMDANI, 1996, p. 19, tradução nossa).

Entretanto, grupos políticos que defendiam os interesses de *coloureds* começaram a se mobilizar na virada do século, em especial em torno da African Political Organization, fundada na Cidade do Cabo, em 1902, e dirigida por Abdullah Abdurahman, do Coloured People’s Vigilance Council, dirigido por Francis Peregrino, e da Stone, liderada por John Tobin (SALVE, 2012, p. 170-172). Especificamente, a African Political Organization organizou-se na primeira década do século XX em torno de um projeto assimilacionista, por meio de ações e negociações, no afã de estabelecer uma identidade *coloured* como fundamentalmente distinta – em termos sociais e legais – daquela dos nativos. Não existem evidências de que Haggard travara contato com, ou tivesse conhecimento desses movimentos políticos; contudo, seu tom reacionário com relação ao lugar social ocupado pelo *half-caste* enquadrava-se em um momento no qual essa categoria social adquiria uma conotação política nas tramas partidárias da África do Sul.

Ao partir dos estereótipos raciais e de seu racismo latente, Haggard imagina o *half-caste* não como um indivíduo que ocupa um lugar incerto na estrutura social colonial, mas sim como um homem degenerado, fruto dos elementos negativos derivados da união inter-racial. Assim como Frank Muller, Piet van Vooren era retratado em *Swallow* como uma ameaça econômica por deter o controle sobre as terras aráveis no interior do subcontinente sul-africano; uma ameaça política, por construir alianças com os zulus e incitá-los a atacar tanto os bôeres quanto outras linhagens africanas; e, finalmente, um perigo sexual e racial, por seus desejos incontroláveis por Suzanne Botmar e, ademais, por manter um harém de esposas africanas, presumindo-se, portanto, que Piet van Vooren continuaria a produzir crianças bastardas e mestiças. O personagem ainda era retratado como um indivíduo altamente supersticioso e seu apelido, Swart Piet (Piet Negro), derivava não tanto de suas origens, mas sim de sua proximidade com empregados nativos e por utilizar-se de práticas religiosas africanas para cumprir seus objetivos, em especial a divinação. Traíçoeiro, não mede esforços para conquistar Suzanne e vingar-se de Sihamba, a ponto de provocar a guerra entre os zulus e os Umpondwana. Em última medida, para Haggard, que temia a mistura entre as raças, a morte de Piet demarca a impossibilidade da existência do mestiço na sociedade colonial imaginada em seus romances.

De modo semelhante ao anglo-bôer em *Jess*, Piet van Vooren encarnava uma mistura de elementos da civilização e barbárie, incorporando em seu comportamento traços negativos de ambos. Seu pai, Herr van Vooren, era descrito pela matrona Botmar como

[...] um homem muito rico, de longe o mais rico de nós bôeres da fronteira, e ele veio morar aqui nestes rincões afastados por algum ato criminoso que ele cometeu; eu acho que foi a execução de alguma pessoa de cor quando estava furioso (HAGGARD, 1899, p. 18, tradução nossa).

Herr van Vooren ainda era representado como “um homem muito estranho e temido [...], sua avó havia sido uma chefe entre os nativos vermelhos, mas se foi esse o caso, o sangue tornava-se mais aparente no seu filho” (HAGGARD, 1899, p. 18-19, tradução nossa). Botmar, portanto, descrevia o caráter de Piet van Vooren como resultado da união

entre a crueldade bôer com os negros africanos e os elementos negativos associados às “raças inferiores” (HAGGARD, 1899, p. 18-19, tradução nossa). Dessa forma, desde criança “sua face negra e temperamento selvagem” haviam garantido a Piet o apelido de “pequeno nativo” e, em vida adulta, os nativos o chamavam de “Cabeça-de-Touro” (HAGGARD, 1899, p. 25, tradução nossa). Ademais, a narradora bôer sugere que Herr van Vooren havia introduzido o *half-caste* a práticas religiosas africanas, sumarizadas como “rituais secretos e diabólicos” (HAGGARD, 1899, p. 25, tradução nossa) – um claro indicativo, na perspectiva de Haggard ou pelo menos de sua narradora, da associação entre elementos culturais nativos e ideias de degenerescência racial ou inferioridade moral, sem mencionar a incapacidade do letrado em compreender as religiosidades africanas exceto por meio de estigmatizações.

Piet van Vooren também aparece na trama como um alerta ao público leitor britânico a respeito dos riscos que a África poderia acarretar nos indivíduos de ascendência europeia, em especial a regressão racial, afinal o personagem era descrito por Sihamba como “[...] nascido do sangue branco e preto, e falso para ambos e uma desgraça para ambos” (HAGGARD, 1899, p. 78, tradução nossa). Ao analisar as representações de bôeres na ficção anglófona no período entre as guerras sul-africanas, Lee conclui que Piet van Vooren, por sua origem mestiça, era um “[...] produto vivo e simbólico de um imperialismo fracassado, da Europa branca seduzida pela mãe negra simbólica – a África. Swart Piet sucumbiu aos aspectos sensuais da cultura africana, incluindo aspectos pagãos de magia, feitiçaria e superstição” (LEE, 1999, p. 17-18, tradução nossa).

Além disso, como supramencionado, Piet mantinha um *kraal* escondido entre as montanhas, onde vivia em regime de poligamia com suas esposas africanas: uma de suas concubinas, Asika, confirma que “Cabeça-de-Touro, nosso chefe, é um homem maligno. Oh! Eu sei, pois sou uma das suas esposas nativas” (HAGGARD, 1899, p. 161, tradução nossa); e que van Vooren, aquele que possuía “[...] sangue nativo nas suas veias” (HAGGARD, 1899, p. 320, tradução nossa), pretendia capturar Suzanne, reiteradamente descrita como dotada de uma racialidade superior, para incluí-la em seu harém. Haggard, que escrevia em um momento no qual a ideia de uma sociedade colonial sul-africana era imaginada tanto por literatos quanto por políticos e historiadores

(vide George McCall Theal) enquanto dirigida por uma elite branca, nascida da união anglo-bôer, certamente aludia aos riscos que a miscigenação com “raças inferiores” poderia acarretar. A poligamia era vista, em *Swallow*, não apenas como uma ameaça racial por permitir a (re) produção de *half-castes*, mas também como um sinal da persistência de instituições nativas diante do projeto colonial.

Como demonstrou Anne McClintock, a questão da poligamia estava diretamente relacionada ao controle da mão de obra nativa. Diversos documentos coloniais da segunda metade do século XIX evidenciam que os ataques de missionários e colonos às práticas poligâmicas eram, com efeito, ataques aos hábitos de trabalho. Afinal, o “[...] trabalho excedente que o homem negro controlava através de suas esposas era visto como uma ameaça direta e mortal aos lucros dos colonos” (MCCLINTOCK, 2010, p. 372). Entre os zulus, por exemplo, a unidade fundamental da sua organização social era o lar (*umuzi*), no qual um único homem (*umnumzana*) tinha autoridade sobre suas esposas, filhos, gado, jardins, pastos. Cada uma das esposas trabalhava em suas próprias terras, vivendo com os filhos em casas separadas, o que favorecia uma estrita divisão sexual do trabalho. Em *Cetywayo and his White Neighbours*, Haggard já havia apresentado a ideia de que a poligamia era a base do poder zulu e a circulação de mulheres representava a veia jugular de sua estrutura sociopolítica e militar. Diante da impossibilidade de dissolver certas práticas costumeiras entre os africanos, incluindo a poligamia, tanto Haggard quanto Theophilus Shepstone haviam sido favoráveis a um sistema de taxas e impostos sobre as esposas, de modo a desviar os “[...] lucros femininos do lar para o tesouro colonial, na forma de impostos de moradia e de casamento” (MCCLINTOCK, 2010, p. 374). Em *Swallow*, a poligamia aparece como o epicentro das maquinações vilanescas de Piet van Vooren: não o sistema bôer de latifúndios e fazendas, como em *Jess*, mas sim o *kraal*, o harém de esposas africanas (e, presume-se, de filhos bastardos), os lacaios nativos.

Assim como no caso de Frank Muller, Haggard utiliza-se de descrições fisionômicas para demarcar a racialidade de Piet van Vooren, vista na ótica do letrado como fundamentalmente distinta do heroico Ralph, cuja expressão facial era associada a “[...] um cavalo puro-sangue” (HAGGARD, 1899, p. 94, tradução nossa). Piet, por sua vez, destacava-se pela força física,

[...] pois ele tinha a vantagem de cinco anos [a mais], com olhos nativos e arredondados, negros e cruéis, cabelo negro e crespo que recaía sobre sua testa, lábios vermelhos e espessos, o lábio inferior recaindo de modo que os dentes brancos e largos e uma linha de gengivas pudessem ser vistos (HAGGARD, 1899, p. 94, tradução nossa).

Haggard assegura ao personagem características comumente presentes nas descrições de masculinidade em seus romances, a exemplo da “força bovina”. Contudo, sua constituição física era atrelada à condição racial, de modo que em sua face ficava visível

[...] a crueldade e o calculismo de uma raça negra, misturada com a mente e a dominação da branca; um homem mal e terrível, que não conhece mestre exceto suas paixões, e nenhuma religião exceto a feitiçaria negra e a vil superstição (HAGGARD, 1899, p. 94, tradução nossa).

Sua loucura, caracterizada como hereditária – “[...] eu sou louco, eu sei que estou louco, como meu pai e avô foram antes de mim” (HAGGARD, 1899, p. 166, tradução nossa) –, era agravada com as paixões desenfreadas e o desejo sexual por Suzanne Botmar. Conjugando entrecruzamentos de questões raciais e de gênero, Haggard visava caracterizar o *half-caste* como um obstáculo para a civilização, o resultado de um imperialismo fracassado, um lembrete das ansiedades brancas e de sua “vulnerabilidade” diante das massas de africanos que estariam “inundando as cidades” (DUBOW, 1995, p. 181, tradução nossa) no final do século XIX e início do século XX.

A associação simbólica entre a mestiçagem e o fracasso de determinadas políticas de colonização ultramarina ficam evidentes no antagonista de *Marie*, o luso-bôer Hernando Pereira. Seu ódio movido contra o aventureiro Allan Quatermain provoca o agravamento das relações entre os zulus e os *voortrekkers*, o que fornece um alibi literário às crenças vigentes no período de que o massacre de Piet Retief e de sua expedição havia sido causado pela intervenção britânica na região. Não parece ser aleatório o fato de o personagem, enlouquecido pelos ciúmes, ser relacionado por Haggard à presença lusitana no sul da África: desde

Cetywayo and his White Neighbours, já havia caracterizado a empreitada colonial portuguesa na região da Baía Delagoa como ineficaz e improdutiva. Na sua perspectiva, a região “[...] era de nenhum valor direto para Portugal exceto pela honra e glória da coisa. Portugal nunca fez nada com ela, da mesma forma que com suas outras posses africanas, e nunca fará nada com ela” (HAGGARD, 1896, p. lxvi, tradução nossa). A alternativa ao “orgulho nacional português” dependeria das negociações com os britânicos com o intento de ceder seus territórios coloniais, caso contrário, estariam fadados ao mesmo destino de suas outras colônias, “[...] que estavam inteiramente nas mãos das tribos nativas, muitas das quais submissas ao grande chefe zulu, Umzeila [Muzila, *inkosi* de Gaza], que possui sua fortaleza no nordeste” (HAGGARD, 1896, p. 94, tradução nossa). O colonialismo português no sudeste da África, especialmente nas regiões correspondentes à costa moçambicana, era retratado como retrógrado, claudicante e politicamente desarticulado – uma sombra trepidante de um glorioso passado colonial.

O período que emoldura a publicação de *Cetywayo and his White Neighbours* e *Marie* também foi marcado por disputas territoriais entre o Império Britânico e Portugal a respeito dos limites geopolíticos entre as terras administradas pela British South Africa Company, especialmente a Matabelelândia, a Mashonalândia, regiões da então Rodésia, e as colônias portuguesas de Moçambique e Angola. Como contextualizou o historiador Valdemir Zamparoni, a presença portuguesa na costa oriental africana, na região ocupada atualmente por Moçambique, relacionou-se à expansão ultramarina em busca por especiarias no século XVI. Até o século XIX, os portugueses concentravam-se no litoral, assentando-se em uma rede de feitorias e portos e atuando intensamente na comercialização de marfim e escravos. A abolição do sistema escravocrata no final do século XIX, entre outros fatores, levou a novas configurações políticas na administração colonial portuguesa, pela

[...] constituição de um novo tipo de colônia, baseado sobretudo na prestação de serviços – portos, ferrovias – e no fornecimento de força de trabalho migrante para as colônias vizinhas do *hinterland* e para as *plantations*, nas áreas controladas pelas companhias concessionárias capitalistas (ZAMPARONI, 1998, p. 21).

Diversas medidas foram adotadas para garantir a coerção e a proletarização da mão de obra nativa, incluindo um sistema de trabalhos forçados (*chibalo*) e o estabelecimento “[...] de impostos diversos, sendo o principal deles, o de *palhota*; imposição do *vinho colonial* e proibição das bebidas ditas *cafreaais*, além da *obrigação do trabalho* e do cultivo obrigatório” (ZAMPARONI, 1998, p. 42, grifos do autor).

A despeito dos esforços portugueses em manter o controle sobre a região do vale do rio Zambeze desde a metade do século XIX, diversos interesses políticos conflitantes estavam em jogo, a exemplo dos avanços do Transvaal sobre a Baía Delagoa, da fundação da colônia alemã de Angra Pequena (Namíbia) e das cláusulas estabelecidas na Conferência de Berlim, as quais estabeleceram o pressuposto da ocupação efetiva de áreas coloniais almejadas pelas potências europeias. Em meados da década de 1880, o governo português reivindicou as terras ao norte do Zambeze, as quais haviam sido ocupadas por missionários britânicos e avançavam sobre os territórios administrados pela British South Africa Company. As expedições portuguesas sobre o atual território do Malawi não foram reconhecidas pelos britânicos, o que levou a uma crise política e diplomática em 1890 e a um ultimato por parte do governo britânico que exigia a retirada das tropas lusitanas. Após conflitos armados entre os oficiais de Rhodes e as tropas portuguesas, os governos envolvidos iniciaram negociações que culminaram na assinatura, em 1890, de um tratado luso-britânico, que fixava as fronteiras das colônias de Angola e Moçambique, transferia a província de Manicalândia (atualmente no Zimbábue) aos britânicos e formalizava os limites dos territórios administrados por Rhodes (SCHREUDER, 1980). Além disso, é preciso acrescentar que os interesses pela região no vale do rio Zambeze haviam se intensificado depois da descoberta de diamantes e ouro entre os rios Vaal e Orange e que as ambições de Portugal sobre a província de Manicalândia incluíam os esforços em controlar as atividades de mineração naquela região (SANTOS, 2017, p. 227).

Percebe-se, portanto, que Haggard escrevia em um contexto marcado por recentes rivalidades entre forças lusitanas e britânicas, empenhadas em manter o controle político e econômico sobre o planalto do rio Zambeze. Dessa forma, Hernando Pereira era apresentado na trama não necessariamente como uma ameaça racial – afinal, era o resultado da união entre descendentes de europeus –, mas sim como um risco econômico. Desde o início da trama, era descrito como o filho de uma

mulher bôer “que casou com um português da Baía Delagoa chamado Pereira, e que veio à Colônia do Cabo para negociar, muitos anos antes, e lá se estabeleceu” (HAGGARD, 1912, p. 47, tradução nossa). Ambos estavam mortos, e o filho, primo de Marie Marais, “[...] havia herdado toda a sua fortuna, muito considerável” (HAGGARD, 1912, p. 47, tradução nossa). A família Pereira havia enriquecido graças às atividades comerciais do pai de Hernan, o qual “negociava vinho e bebidas espirituosas [*spirits*] sob algum monopólio governamental”. Após sua morte, “o governo da Colônia retirou o monopólio” das bebidas, “[...] o qual [Hernan] considerava como um plano e um escândalo, um ato que deixou Hernando Pereira muito furioso, embora ele não precisasse mais de dinheiro, e lançou-se de coração e alma nos esquemas dos bôeres insatisfeitos” (HAGGARD, 1912, p. 47, tradução nossa). Como resultado, Pereira envolveu-se nos planos dos *voortrekkers*, tornou-se uma das lideranças no movimento migratório e, graças aos seus contatos na Baía Delagoa, mobilizou a partida de uma das caravanas para aquela região. O resultado foi trágico, já que o comboio de *voortrekkers*, que incluía Marie Marais e seu pai, sofreu pela escassez de recursos, epidemias e fome, além dos ataques de nativos.

Hernan era descrito por Haggard como um “homem alto e escuro, [...] um valentão opulento” (HAGGARD, 1912, p. 47, tradução nossa), e também como um “[...] homem alto e esplêndido, que se erguia diante de [Allan] com suas roupas refinadas, pois ele estava ricamente vestido à moda do período” (HAGGARD, 1912, p. 53, tradução nossa). A despeito da generosidade e bravura de Quatermain, que resgata Hernando após abandonar os *voortrekkers* e padecer de malária, o luso-bôer tenta assassinar o herói em diversas situações, em represália ao relacionamento entre Allan e Marie: “Hernan Pereira”, [Allan] disse, “[...] você é um mentiroso e um covarde. Você tentou me matar porque Marie me ama e te odeia, e você quer forçá-la a casar-se com você” (HAGGARD, 1912, p. 165, tradução nossa). Como resultado, Quatermain passa a considerá-lo como “[...] mais perigoso para mim do que todos os homens e feras selvagens na África juntos” (HAGGARD, 1912, p. 147, tradução nossa). Posteriormente, Quatermain descobre que a captura dos *voortrekkers* realizada pelos zulus havia sido resultado de um acordo secreto entre Dingane e Hernan Pereira. Além disso, após o massacre de Piet Retief e de sua delegação, o luso-bôer é o primeiro a acusar Allan de ser o responsável pelas mortes, envolve-se no julgamento bôer que o

condena à execução e, posteriormente, conspira para que a pena seja executada de modo imediato sob o risco de intervenção britânica. Ao imaginar o *Great Trek* a partir das trajetórias de homens e mulheres comuns, Haggard produz uma versão do passado que retira a responsabilidade da presença colonial britânica pelo acirramento da violência interétnica na região e culpabiliza bôeres e luso-bôeres, como Hernan Pereira, pelos martírios de Piet Retief e seus companheiros.

O mundo social descrito em *Marie* ainda era permeado pelo peso do racismo, mas comparativamente aos outros romances, as distinções entre brancos e negros eram mais acentuadas do que as diferenças entre britânicos e bôeres, tal qual em *Jess*. Como supramencionado, Haggard estava preocupado em elaborar quadros explicativos para a formação de uma elite colonial, surgida a partir da união de elementos britânicos e *afrikaners*. Isso explicaria, talvez, os motivos pelos quais a racialidade de Hernan Pereira não tenha sido tão enfatizada quanto a de seus antecessores (Frank Muller e Piet van Vooren).

Entretanto, conclui-se, a mestiçagem continuava a ser uma questão presente e estigmatizada na produção literária de Haggard. Anne McClintock sugere que essa ansiedade trazia consigo algo como uma nota autobiográfica, já que Haggard partilhava, assim como muitos homens da alta classe média no período tardo-vitoriano, uma preocupação com as origens e a “pureza” sanguínea. Para desconforto de Haggard e de sua primeira biógrafa (sua filha, Lílias Haggard), a linhagem familiar não parecia ser inteiramente sadia, já que sua bisavó judia-russa teria transmitido, por meio de seu “malfadado sangue”, traços de instabilidade mental (MCCLINTOCK, 2010, p. 347-348). É preciso lembrar dos termos utilizados pelo letrado para descrever-se em sua infância: criança estúpida e incompetente, apto somente a ser um verdureiro, sem futuro num mundo rural marcado pelo declínio das relações paternalistas e pela queda dos preços na produção agrícola. Sua idiotice talvez fosse compreendida na lógica do final do século XIX enquanto congênita e derivada das misturas interétnicas, sem mencionar o explícito antissemitismo. Para redimir sua mácula, Haggard lançar-se-ia ao serviço colonial em Natal na adolescência, engajaria fervorosamente os projetos anexacionistas e confederacionistas na década de 1870, testemunharia a guerra entre os bôeres e britânicos entre 1880-1881 e, ressentido com a derrota, retornaria à metrópole para destilar suas paixões políticas na escrita literária.

A análise dos personagens mestiços, *half-castes* e *coloureds*, na ficção de Haggard possibilita denotar a extensão dos discursos racialistas e degeneracionistas na imaginação literária, bem como a construção e a consolidação do racismo, especialmente a partir das figurações sobre a África e os africanos na intenção de legitimar práticas políticas nas colônias. Ainda que ambivalente a respeito de certos aspectos, como demonstrado por sua admiração pelas instituições e pela disciplina militar entre os zulus, persiste nos romances de Haggard traços daquilo que Valentim Mudimbe designou de “biblioteca colonial”, isto é, um conjunto de discursos constituídos no signo da alteridade, erigidos a partir do Ocidente em categorias etnocêntricas que teriam interferido fortemente na compreensão das circunstâncias sociais concretas vivenciadas no continente, tanto dos atores externos quanto dos próprios africanos (MUDIMBE, 2013, p. 12). A mobilização de categorias raciais desempenhava um evidente papel político nos esforços da empreitada colonial em cercear e subjugar as populações africanas, bem como vilificá-las enquanto sub-humanos para, assim, legitimar práticas como a violência, o extermínio étnico, a segregação e a expropriação de terras. Por tocar no simbólico, no imaginário e no afetivo, e sobretudo por contribuir para legitimar o colonialismo diante da opinião pública, os romances aventurecos desempenharam uma função nada desprezível nesse processo marcado pela corrida colonial.

Rider Haggard e seu coração das trevas: literatura, colonialismo, racismo

.....

Em 1902, Joseph Conrad, literato polonês radicado na Inglaterra, publicou *Heart of Darkness* (*Coração das Trevas*), baseado em sua experiência como capitão de uma embarcação que viajou pelo rio Congo em 1890 a serviço da Société Anonyme Belge pour le Commerce du Haut-Congo. O romance relata o trajeto de Marlow, um aventureiro inglês que percorre o Congo a serviço de uma companhia de exploração de marfim. Ele parte ao interior do território em busca de Kurtz, um renomado caçador desaparecido. A carga dramática do romance intensifica-se à medida que sua embarcação avança pela África Equatorial. Finalmente Marlow localiza Kurtz e encontra-se não com um aventureiro poético e destemido, mas com uma figura enlouquecida e debilitada. Segundo Raquel Gomes, Conrad utilizou sua literatura para promover uma “denúncia da opressão colonialista que vitimava o Congo Belga”, não somente das atrocidades cometidas com africanos, mas também da “[...] desconstrução da humanidade dos homens que acaba dialogando, direta ou indiretamente, com as ações imperialistas/colonialistas” (GOMES, 2008, p. 14).

Conrad não estava sozinho. Quando Olive Schreiner publicou sua novela *Trooper Peter Halket of Mashonaland*, a obra vinha acompanhada de uma fotografia no seu frontispício: três chefes ndebele enforcados por ordens da companhia de Cecil Rhodes após serem acusados de espionagem em 1896. Diversos jornais britânicos publicaram notícias de que os julgamentos arbitrários e os enforcamentos estavam se tornando práticas comuns em Bulawayo. Utilizando uma linguagem alegórica, *Trooper Peter Halket* denunciava a exploração do trabalho nativo por companhias privadas, “[...] personificando a questão na figura do próprio Cecil Rhodes” (GOMES, 2010, p. 28). Dentro desse quadro, as últimas palavras de Kurtz, “O horror! O horror!”, podem ser lidas como um comentário à escuridão presente no coração dos homens, à barbárie que se encontra escondida sob a frágil camada de civilização, à sua própria loucura e, por conseguinte, à insanidade representada pelo colonialismo europeu na África. Louco e degenerado, Kurtz aparece, nessa

ótica, como uma metáfora daqueles indivíduos que, por sua ganância ou crueldade, engajavam-se de forma apaixonada e violenta com a exploração colonial. *Heart of Darkness* permaneceria, assim, como uma denúncia da irracionalidade do imperialismo e da violência colonial.

Até a metade do século XIX, a África do Sul era entendida, do ponto de vista das políticas coloniais, como uma expressão geográfica: um conceito que referenciava uma série de territórios divididos entre territórios nativos, colônias britânicas e repúblicas bôeres. Vários eram os fatores que, pelo menos até a década de 1870, desencorajavam os interesses políticos coloniais na região, incluindo a expressividade das repúblicas bôeres, fortemente apegadas à sua independência, os altos custos envolvidos nas propostas de confederação ou de unificação e o número significativo de estados africanos que resistiam aos avanços do colonialismo. A situação se alterou drasticamente com a descoberta das jazidas de diamantes na Griqualândia Ocidental e as perspectivas de descoberta de ouro em vasta quantidade.

A atividade mineradora desdobrou-se na expansão do investimento de capital estrangeiro na região, o que levou os britânicos a agir de forma enérgica na afirmação de sua hegemonia política e expansão colonialista. Dessa forma, nas duas décadas seguintes, diversas comunidades nativas foram invadidas, conquistadas ou anexadas, circunscritas a territórios ou protetorados ou, ainda, desmanteladas pela força das armas, a exemplo do Reino Zulu, anexado formalmente às posses britânicas no final da década de 1880. Ao mesmo tempo, interesses conflitantes entre bôeres e britânicos no controle do território das regiões de mineração e na extensão dos direitos políticos aos *uitlanders* levaram à eclosão de disputas seculares, mormente nas guerras sul-africanas (BHEBHE, 2010).

Esses processos macropolíticos que emolduraram a intensificação de práticas políticas coloniais nos territórios sul-africanos no último quartel do século XIX provocaram, ainda, transformações socioeconômicas, sobretudo nos usos de terras e na questão da mão de obra africana. Como se viu, as descobertas de jazidas de minérios promoveram expressivas levas migratórias de trabalhadores temporários, oriundos da África Oriental e da África Central, muitos dos quais remunerados com armas e munições, situação que levaria a um notável desequilíbrio de forças nos conflitos entre europeus e reinos africanos. Ademais,

desde os anos 1870 as necessidades da agricultura comercial, praticada pelo colonato branco, criara uma demanda significativa por mão de obra e territórios como Natal, o Estado Livre de Orange e o Transvaal obtiveram amplos contingentes de trabalhadores entre os seus vizinhos africanos, espoliados de suas terras e cuja liberdade de deslocamento era fortemente restringida graças à introdução de um sistema de passes. O contexto marcou aquilo que poderia ser caracterizado como um “processo de proletarização” (AJAYI, 2010), baseado na expropriação de terras previamente pertencentes a comunidades nativas ou a chefias africanas, o que criaria um vasto número de populações sem-terra, deixadas sem escolha a não ser trabalhar em condições rigorosas fixadas por seus rivais brancos.

Foi nesse contexto da “questão sul-africana”, de profundas e expressivas transformações políticas, que H. Rider Haggard, um jovem oriundo do interior ruralizado da Inglaterra, deixou a metrópole e partiu para a África do Sul com a intenção de ocupar um cargo no serviço colonial. Tratava-se, afinal, de um momento no qual a imaginação de muitos homens e mulheres na metrópole era informada com textos e imagens que enfatizavam as colônias como territórios exóticos e perigosos, repletos de seres incompreensíveis, mas simultaneamente destacavam as suas riquezas naturais, sobretudo o ouro e os diamantes, e a premissa do rápido enriquecimento. Não obstante, as colônias ofereciam a esses homens uma oportunidade para se verem livres das rigorosas restrições morais e sociais da metrópole, espaços onde suas virilidades seriam revitalizadas nas vivências perigosas das fronteiras coloniais e onde indivíduos comuns e ressentidos, vistos como arrivistas sociais ou “homens supérfluos” por muitos de seus contemporâneos, poderiam revestir-se com o manto de aventureiros e descobridores. Muitos desses arrivistas sociais, após retornarem à metrópole ou ainda nas colônias, deixaram escritos e publicaram suas impressões de viagens, narrativas nas quais suas trajetórias eram sacralizadas como modelos de identificação coletiva e que contribuía para a formação do arcabouço imaginativo de boa parte do seu público leitor – gente que nunca havia deixado a metrópole, mas que, página após página, refestelava-se com descrições apaixonadas e altamente estereotipadas de nativos perigosos, animais ferozes, vivências aventureiras e naturezas exuberantes.

Com relação ao aventureirismo, ao ímpeto pelo risco e pela aventura, lugar comum em muitos dos romances produzidos no século XIX

e ambientados nas regiões almeçadas pelas práticas coloniais, o pensamento político de Hannah Arendt fornece chaves explicativas para a compreensão dessa paixão política característica do colonialismo oitocentista: o amor pela expansão, a conquista pela conquista, em um misto de arrogância e respeito. Segundo Arendt, o romance, que acompanhou o declínio do drama e intensificou o interesse pelo âmagô individual, apresentou

[...] as paixões humanas como o destino do homem, sem vício nem virtude, nem razão, nem livre-arbítrio. Só o romance na sua completa maturidade, tendo interpretado e reinterpretado toda a gama dos temas humanos, podia pregar o evangelho da paixão do homem pelo seu próprio destino (ARENDR, 1989, p. 171).

Se o colonialismo proporcionou, como afirma Arendt, a emancipação política das classes médias, foi ao heroísmo colonial que muitos de seus leitores e leitoras recorriam em busca de alívio e compensação emocional ou financeira de seus próprios limites. Nesses romances, encontravam-se com as peripécias do pequeno herói, que tem no Robinson Crusoe de Daniel Defoe seu protótipo, o qual se responsabilizava pela conquista de fortunas graças à genialidade ou ao mero acaso do destino e que conforma uma nova atitude política diante da conquista de outros territórios.

As paixões políticas cultivadas por esses romances aventurecos, que se sustentavam sob a sensibilidade romântica e contribuía para a legitimação pública do colonialismo e do racismo, intensificaram-se entre as décadas de 1870 e 1890. Esse momento marcou um acirramento nas disputas parlamentares a respeito dos territórios sul-africanos e na emergência de projetos confederacionistas. Políticos e administradores coloniais, a exemplo de Henry Bulwer e Theophilus Shepstone, haviam sido encarregados com as dimensões mais pragmáticas e aproveitaram-se da frágil situação político-econômica do Transvaal para garantir a sua anexação entre 1876 e 1877. Os transvaalenses haviam sido derrotados pelos bapedi e as contas públicas e gastos militares estavam prestes a levar o estado à bancarrota, o que municiou as forças britânicas com argumentos para promover a anexação. Shepstone, que por muito tempo

envolveu-se com a administração de nativos na Colônia de Natal e foi o responsável pela comitiva que anexou o Transvaal, inadvertidamente provocou dois conflitos na região: a Guerra Anglo-Zulu, motivada por interesses coloniais em controlar mão de obra e o território zulu, e a Primeira Guerra Sul-Africana, que levou à “perda” ou à “devolução” do território transvaalense aos bôeres.

Apesar da fragmentação territorial que marcava o subcontinente sul-africano naquele período, a ideia de uma África do Sul unificada começava a ser gestada. Diversos intelectuais anglo-africanos ou bôeres começaram a pensar em projetos de compreensão do passado sul-africano para compor quadros explicativos para sua contemporaneidade geopolítica. Assim, entre as décadas de 1870 e 1880, historiadores amadores, a exemplo de Alexander Wilmot, John Centlivres Chase e Stephanus du Toit, vinculados a instituições culturais ou políticas, publicaram tratados histórico-geográficos que visavam reintegrar a região a quadros macropolíticos e, a partir de uma visão etnocêntrica, narrar o seu “progresso” rumo à civilização e à modernização.

Tais narrativas igualmente contribuíram para a construção de certo mito fundacional em torno do Great Trek, um processo histórico de migrações de bôeres rumo ao interior do subcontinente na metade da década de 1830, os quais eram frequentemente descritos nessas obras como aventureiros ou mártires em busca de liberdade e longe da influência política britânica. Ao mesmo tempo, autores como George McCall Theal associavam esse contexto aos efeitos das “guerras de extermínio” promovidas pelos zulus nas primeiras décadas do século XIX e que teriam resultado num efeito dominó de extermínio étnico e esvaziamento territorial. O aprimoramento dessa versão zulucêntrica, do que ficou conhecido posteriormente como “*mfecane*”, era intrínseco aos interesses políticos e econômicos da época, sobretudo concernentes à autonomia do Reino Zulu, vista por muitos apologistas do colonialismo como um empecilho à construção de uma África do Sul dirigida por uma elite branca.

Muitos romances aventureiros publicados a partir da década de 1880 e ambientados na África do Sul eram informados por esse contexto e até mesmo com certa frequência contribuíam para uma reescrita do passado “pré-colonial” ou colonial, geralmente com a intenção de culpabilizar os africanos pela desestruturação de suas sociedades.

A ficção de aventura no *fin-de-siècle* contribuiu para reformulações em torno da própria acepção cultural da aventura e do personagem do aventureiro: não mais aquela figura ladina, byroniana, envolvida em peripécias amorosas e românticas, mas sim o homem bravo e viril, capaz de romper com os limites geográficos da Europa para conquistar territórios e riquezas. Ademais, os romances de aventura contribuía para a afirmação pública do colonialismo ao apresentarem a conquista de outros territórios como o resultado das ações de homens e mulheres comuns, dotados de emoções e sentimentos que poderiam capturar o engajamento afetivo dos leitores e das leitoras. Por elencarem episódios e personagens históricos, especialmente as guerras sul-africanas, os romances de aventura colaboraram para a formação de certa consciência histórica, ao narrarem momentos que poderiam ser considerados como formadores da África do Sul.

Nesse ponto, é preciso lembrar que essas narrativas de entretenimento, aparentemente triviais e inofensivas, reforçavam um dos aspectos mais violentos e insidiosos do colonialismo: o racismo. Embora os escritores de ficção nem sempre fossem tão explícitos em sua linguagem racial, seu racismo era igualmente pernicioso, sobretudo pela frequência e pela rápida circulação em múltiplas comunidades de leitores. Por vezes, epítetos e insultos racistas aparecem de forma dispersa, aparentemente desmotivada ou incidental, projetada por atitudes cotidianas e habituais com relação aos africanos. Em outros casos, o racismo se faz presente na caracterização unidimensional da personalidade de personagens negros, retratados como selvagens e violentos, bárbaros e primitivos ou, ainda, como “alívio cômico” para deleite e riso de seus espectadores europeus. Metáforas e comparações animais contribuíam para o *leitmotiv* da degenerescência racial e a violência contra africanos; em muitos desses romances, aparecia como uma prática corriqueira, vista muito mais como defensiva do que ofensiva.

A crítica literária e a historiografia têm demonstrado que as atitudes racistas na ficção aventuresca tornaram-se muito mais intensas à medida que o colonialismo se intensificava nas últimas décadas do século XIX, sobretudo após a Conferência de Berlim. Afinal, o racismo era “[...] essencial para a relativa estabilidade” (KATZ, 1987, p. 131, tradução nossa) do colonialismo britânico, um agente intrínseco à organização do Império, capaz de legitimar e justificar a conquista de outros territórios com base no argumento de que seus habitantes, vistos como

inferiores, requeriam a tutela benevolente e civilizacional do Império ou, em sua propensão à violência, necessitavam ser neutralizados por serem ameaças. No jogo político engendrado pelo colonialismo, o racismo provocava nos apologistas do Império um efeito de “perda do senso de realidade” no “contato com outros povos”, uma conjuntura de elementos capazes de instrumentalizar a ordenação das sociedades coloniais com base na arbitrariedade justificada pela crença na “[...] superioridade da raça branca” (HERNANDEZ, 2008, p. 93). A partir dessa percepção, o racismo estrutura-se na ausência de valor atribuído ao ser humano, o negro africano que, destituído de “qualidades substanciais” (HERNANDEZ, 2008, p. 93), perde a possibilidade de ser tratado como um semelhante.

Por sua perniciosidade e violência, pelos gastos dispendiosos e desavenças político-partidárias em torno da expansão colonial na África, o colonialismo demandava elementos ideológicos capazes de comover a população e engajá-la afetivamente com essas práticas políticas. Daí a importância de uma série de representações e práticas culturais ou simbólicas, que contribuíam para justificar o colonialismo e o racismo. Nesse ponto, a literatura desempenhava um papel importante, pois colaborava para tornar o projeto colonial algo familiar a muitos de seus leitores e leitoras na metrópole. Nos romances publicados no último quartel do século XIX, o colonialismo não era visto como resultado da ação de Estados ou partidos políticos, mas sim como direito e dever de indivíduos comuns, que encontravam nos territórios ultramarinos a possibilidade de vivências aventurescas, de fortes emoções, coroadas pelo rápido enriquecimento e ascensão social. As diferenças entre as raças “civilizadas” e as “primitivas” ou “selvagens” eram mobilizadas nessas ficções como um dos critérios essenciais para glorificar o “fardo do homem branco”, a crença na missão civilizadora dos europeus, sobretudo de britânicos, na África.

H. Rider Haggard, por sua vida e escrita, certamente encontrava-se inserido nessa economia emocional baseada em cultivos de ódio, ressentimentos e mágoas, paixões e afetos políticos do colonialismo. Daí a importância de interpretar a experiência colonial de Haggard e seu engajamento fervoroso com a administração da Colônia de Natal e com a anexação do Transvaal entre 1875 e 1881. Jovem ambicioso, descrito por seus contemporâneos como um indivíduo franzino e considerado por

sua família como estúpido e inconsequente, Haggard ascendeu rapidamente aos círculos da elite política colonial. Ao mesmo tempo, produziu suas primeiras incursões ao mundo das letras ao redigir artigos e relatos de viagens que foram publicados em revistas na metrópole. Esses textos de juventude evidenciam um esforço político para justificar a anexação do Transvaal, bem como apresentar ao seu público as particularidades da questão nativa na África do Sul. Haggard considerava o colonialismo britânico como uma força paternal e tutelar, justa e bondosa, capaz de promover a civilização no “continente negro”. Por outro lado, um aspecto paradoxal desponta de seus escritos: a percepção de que o colonialismo arruinaria práticas culturais e formas tradicionais de organização social e política de comunidades africanas.

Amargurado com a devolução do Transvaal aos bôeres após o final da Primeira Guerra Sul-Africana e nostálgico pela África perdida de sua juventude, Haggard retornou à metrópole. Seu regresso também coincide com o momento em que os projetos confederacionistas, mobilizados por administradores coloniais como Bartle Frere e Theophilus Shepstone, caíram por terra. Foi nesse período, entre os anos de 1882 e 1885, que Haggard tentaria se inserir no mundo intelectual e no campo literário. Seus primeiros esforços, por meio de romances sentimentais e dramas domésticos, receberam pouca atenção do público leitor. O ensaístico *Cetywayo and his White Neighbours*, que teve uma segunda edição apenas após o sucesso editorial de seus romances aventurecos, apresentava muitos dos ressentimentos de Haggard com a perda territorial na África do Sul, bem como as críticas ao governo liberal de William Gladstone, que o letrado responsabilizava pelas derrotas contra os bôeres. Categorizado por Haggard como uma “história política” da questão nativa, *Cetywayo* também apresenta as perspectivas do escritor a respeito do Reino Zulu e dos seus dirigentes e fornece pistas dos posicionamentos políticos acerca da destituição de Cetshwayo e da divisão territorial da Zululândia após a derrota na Guerra Anglo-Zulu.

A partir desse ponto, privilegiamos uma história cultural e política do literário para investigar os romances de Haggard em sua interlocução com o contexto das políticas coloniais nos territórios sul-africanos, em recusa a vertentes teórico-metodológicas que consideram “o texto pelo texto”. A perspectiva de análise visou estabelecer interligações e complexas conexões engendradas entre as percepções de mundo de Haggard

em suas ficções, sua experiência colonial e os debates político-partidários a respeito da África do Sul. Por esse motivo, o literário torna-se um ponto de partida para interrogar o tipo de racionalidade mobilizada pelo sujeito histórico em questão, levando em consideração o modo como ele lidava com os conflitos, as ambiguidades e as incoerências que fazem parte das vivências humanas ao longo do tempo. Adicionalmente, seus romances convertem-se em chaves de análise dos processos de produção de imaginários políticos a respeito da África do Sul, os quais, revestidos com afetos e sensibilidades, informavam corações e imaginações de muitos dos seus leitores e leitoras na metrópole e nas colônias.

Os romances aventurecos de Haggard demonstram o modo como o “inconsciente imperial”, do qual tratou Laura Chrisman, se materializava por intermédio da escrita literária. Em *Jess*, ambientado em uma fazenda no interior do Transvaal, o letrado visou relatar a experiência da derrota e da humilhação no conflito entre britânicos e bôeres entre 1880 e 1881. Nesse romance, personagens como Silas Croft, o pequeno colono abandonado à própria sorte e expatriado após a devolução do território aos bôeres, sinalizavam as perspectivas de Haggard a respeito da humilhação política e econômica pós-1881. A morte de sua heroína, a intelectual apaixonada Jess Croft, metaforizava a perda da colônia, convertida na escrita do letrado em um verdadeiro paraíso perdido, repleto de oportunidades econômicas, especialmente agrárias, porém entregue aos bôeres insurgentes. Aliás, em *Jess*, Haggard destila com maior intensidade suas animosidades e seus estereótipos raciais contra os bôeres, representando-os, especialmente por meio de seu vilão, Frank Muller, como degenerados, afetados pela longa permanência no continente africano, religiosamente fanáticos, politicamente irresponsáveis. *Jess* aproxima a política e as sensibilidades ao apresentar determinados afetos e emoções (humilhação, mágoa, ressentimento, sofrimento amoroso) como resultantes dos conflitos entre britânicos e bôeres.

Escrito poucos meses após a anexação da Zululândia às posses britânicas na África Austral, *Nada the Lily*, um romance histórico ambientado nas chefaturas de Shaka e Dingane, visava fornecer quadros explicativos para a derrota zulu, simultaneamente construindo álibis políticos que fossem capazes de redimir a culpa britânica na desestabilização e destruição de formas tradicionais de organização social e política africana. *Nada the Lily* igualmente demonstra as vias pelas quais Haggard

adere a certo paradigma shepstoniano de compreensão da sociedade zulu, o qual pressupunha que o seu governo eficaz dependia de poderes centralizados e de uma política autoritária. Ao mesmo tempo, o letrado aproxima-se de certas perspectivas da historiografia colonial produzida na segunda metade do século XIX e que foram responsáveis pela construção de uma interpretação zulucêntrica dos processos sociais e políticos que marcaram o sul da Baía de Maputo nas primeiras décadas do Oitocentos. Aqui, assim como alhures, Haggard responsabilizava o modelo militar implementado por Shaka pelo extermínio étnico e esvaziamento populacional, o qual, nessa narrativa, teria formado um vácuo a ser eventualmente ocupado pelos *voortrekkers* em meados dos anos de 1830.

As tensões políticas entre bôeres e britânicos intensificaram-se na metade da década de 1895, quando velhos ressentimentos e disputas territoriais foram inflamados pelo chamado “Jameson Raid”, uma tentativa malfadada de invadir e anexar o Transvaal, engendrada por Cecil Rhodes e Leanderr Star Jameson. Paradoxalmente, aquele mesmo contexto foi marcado por esforços de alguns intelectuais, sobretudo alinhavados ao chamado “sul-africanismo”, que vislumbravam a formação de uma elite colonial construída a partir da aliança de bôeres e britânicos e pela subjugação das populações africanas, relegadas à força de trabalho. O amor da bôer Suzanne Botmar e do jovem anglo-escocês Ralph Kenzie em *Swallow* metaforizava essas utopias étnico-raciais. Enquanto uma “ficção de fundação” (expressão de Doris Sommer), *Swallow* visava engajar afetivamente seus leitores e leitoras numa trama em que o amor entre elementos britânicos e bôeres justificaria a unificação dos territórios sul-africanos – ainda que submetidos à autoridade do Império Britânico. A trama era contraposta a um plano de fundo histórico: as sagas de homens e mulheres bôeres que, descontentes com a esfera de influência britânica, deixaram a Colônia do Cabo entre 1836 e 1838 e migraram rumo às regiões ocupadas no final do século por Natal e pelas repúblicas bôeres. Em paralelo, Haggard apresenta a saga de Sihamba Ngenyanga, a chefe dos Umpondwana, que une esforços a Suzanne para protegê-la do vilanesco Piet van Vooren e resistir ao avanço dos guerreiros zulus sobre seu pequeno reino.

A eclosão da segunda Guerra Sul-Africana em 1899 esfacelou muitas dessas esperanças de convivência harmoniosa entre britânicos e bôeres.

As resistências africanas naquele contexto – a exemplo da Chimurenga dos ndebele e dos Shona, em 1896, que opôs esses povos aos colonos brancos na Matabelelândia e na Mashonalândia – demonstravam que o avanço do colonialismo britânico na África também suscitava iniciativas africanas em face da partilha e da conquista. O coração partido de Allan Quatermain e a morte de sua esposa, a bôer Marie Marais, em *Marie*, parecem tocar diretamente nessa questão: a violência, as suspeitas e os preconceitos entre britânicos e bôeres como um empecilho para a concretização de uma elite branca capaz de controlar as massas de populações negras na África do Sul. *Marie* foi publicado poucos meses após a União Sul-Africana ser aprovada e, nesse romance, Haggard parece alinhar-se a uma perspectiva que deslocava as oposições entre britânicos e bôeres para as oposições entre brancos e negros. Ao mesmo tempo que reconhece as demandas ancestrais de sul-africanos negros por suas terras, o romancista retoma o martírio de Piet Retief para legitimar a apropriação de territórios por bôeres e britânicos, marginalizando africanos ou subjugando-os enquanto mão de obra. Assim como em outros de seus romances, Haggard retoma em *Marie* uma preocupação com as políticas zulus nos idos de 1830, caracterizando Dingane como um indivíduo cruel e supersticioso, facilmente influenciável pelas maquinações do vilão, o luso-bôer Hernan Pereira.

Em comum, esses romances mobilizam personagens contrapostos a um plano de fundo histórico, por meio do qual Haggard visava selecionar eventos e episódios significativos do processo de ocupação territorial e formação da nação sul-africana. As migrações dos bôeres e seus conflitos com britânicos, o expansionismo dos zulus, as disputas territoriais e as contendas pelo poder político na África do Sul são apresentados ao seu público leitor a partir das impressões e dos sentimentos de seus heróis e heroínas. Com efeito, as sensibilidades – amores, ódios, mágoas, ressentimentos – aparecem, na ficção de Haggard, como um componente essencial de compreensão do passado sul-africano e como força motriz de transformação social e política. De forma simultânea, as entrelinhas dos seus romances possibilitam vislumbrar as políticas de resistência adotadas pelos reinos, estados e chefias africanas nesse processo, movimentos que, pela perspectiva colonialista, eram vistos como primitivos e irracionais, ausentes de sentido político ou de organização. Ao narrar suas histórias, Haggard também se atentava às instâncias de colaboração entre africanos e europeus no embate colonial,

a exemplo de Allan Quatermain e seu laçao Hans, em *Marie*, ou de Suzanne e Sihamba, em *Swallow*. Contudo, é importante lembrar que “[...] resistência e colaboração não obedecem a uma lógica única, nem estão submetidas a um único parâmetro de ação e legitimidade” (PARADA; MEIHY; MATTOS, 2013, p. 40), afinal, “[...] o que os europeus encontravam nas colônias não era um terreno aberto para a dominação econômica, mas pessoas capazes de lograr e minar os princípios e práticas” (STOLER; COOPER, 1997, p. 5, tradução nossa) que estruturavam o colonialismo. A ficção de Haggard possibilita rastrear as extensões de seu racismo ao dividir os africanos entre “bons selvagens”, subservientes e úteis ao colonialismo, e “maus selvagens”, a exemplo dos zulus, vistos pelo letrado e por muitos de seus contemporâneos como uma ameaça aos projetos expansionistas do Império.

A crítica literária e a historiografia têm enfatizado nos romances de Haggard traços essenciais do culto da masculinidade no final do século XIX por meio da valorização da potência viril, da capacidade de ação, do gosto pela aventura e por seu engajamento explícito ou implícito com as forças de manutenção e expansão do Império Britânico. Entretanto, a ação de mulheres, africanos e *half-castes* em suas ficções ilustra as complexidades do tecido social das colônias retratadas na literatura e, por extensão, o modo como Haggard visava solucionar crises e dilemas metropolitanos por meio dos destinos de seus personagens sul-africanos. Nesse sentido, o romancista criou personagens como Bessie Croft, que se enquadra em um modelo vitoriano de feminilidade doméstica reforçado nas elites e nas classes médias ao longo do século XIX – o anjo do lar, a *proper lady* – com base na abnegação, na exaltação da castidade e do sentimento, na sublimação da sexualidade e na valorização do casamento e da maternidade. Contudo, Haggard atribui à personagem outros valores necessários para a sobrevivência nas colônias, a exemplo da resistência física e da determinação de caráter. Sua recusa em casar-se com Frank Muller assumia uma função política, na medida em que metaforizava a resistência britânica diante dos avanços bôeres. Por meio de Bessie, Haggard enredava uma personagem que se fortalecia na ausência de homens, e não necessariamente em oposição a eles. Sua irmã, Jess, apresentava qualidades que, no período, eram associadas às Novas Mulheres e às sufragistas, sobretudo pela valorização do intelecto e pela forte personalidade. No final, entretanto, ela se redime ao amor e sacrifica-se para garantir a sobrevivência e a felicidade da irmã e do homem que amava.

Em *Swallow*, Haggard narrou as aventuras de Suzanne Botmar e Sihamba Ngenyanga que, após fugirem da Colônia do Cabo e das maquinações diabólicas de Piet van Vooren, buscam refúgio em uma cheftura independente e passam a governar os Umpondwana. Por meio da ação dessas personagens, é possível perceber o modo como, na visão de mundo de Haggard, a benevolência e a bondade desinteressada tornam-se elementos estruturantes do colonialismo. Por salvar a vida de Sihamba, Suzanne consegue influenciar os destinos da política africana e ocupa a chefia dos Umpondwana, resistindo diante dos avanços zulus. Suzanne Botmar tornava-se o paralelo ficcional de um elemento do colonialismo que passa a ganhar forças no final do século XIX: não mais o uso da força e do controle militar, mas sim a persuasão administrativa e a burocratização, que ficavam cada vez mais expressivas nas políticas que visavam o controle das populações negras. Portanto, a heroína bôer não estava muito distante de figuras como Theophilus Shepstone e Marshal Clarke, funcionários civis e administradores coloniais que, nas memórias de Haggard, haviam promovido a causa do colonialismo graças à negociação com as elites africanas.

Os romances do letrado de Norfolk apresentam também ansiedades e uma preocupação evidente com a condição social do mestiço na sociedade sul-africana, elemento que se encontra diretamente interligado às particularidades do seu pensamento racial e do seu racismo expresso na literatura. Haggard escrevia justamente em um momento no qual diversas associações e organizações formavam-se na África do Sul com o objetivo de reivindicar direitos sociais e políticos aos africanos negros, aos *half-castes* ou *coloureds*. Mas informado por um racismo fortemente hierárquico, que considerava a mestiçagem como sintoma da degeneração, Haggard não era capaz de encontrar um lugar social para os *half-castes* em seus romances. Todos eles enlouqueciam e degeneravam, tornavam-se ameaças políticas, econômicas e sexuais, conspiravam contra a felicidade dos colonos britânicos. Todos eles encontravam fins trágicos e refletiam o que o letrado possivelmente considerava como modelos fracassados de colonialismo, sobretudo de portugueses e holandeses (bôeres) na África Austral. Vilanizados, vilificados enquanto sub-humanos, dificilmente atrairiam a empatia de seus leitores e leitoras e, por suas ações abomináveis, seriam desmerecedores de direitos políticos e de privilégios sociais na sociedade sul-africana que se delineava.

Face às transformações nos territórios sul-africanos na segunda metade do século XIX, muitas das quais reverberações da expansão político-econômica engendrada pelo colonialismo, a produção literário-intelectual de Haggard visava fornecer respostas aos impasses deflagrados pela “questão sul-africana”. A despeito de seu ávido interesse pelas formas de organização social e política de reinos e estados africanos, sobretudo dos zulus, o projeto literário do romancista parecia enveredar-se, nas primeiras décadas do século XX e especialmente após a União Sul-Africana, em um esforço de legitimar a composição de uma elite sul-africana a partir da coexistência de elementos britânicos e bôeres. Essa estrutura sociopolítica ainda seria mantida pela apropriação de terras e pela subjugação da população negra à função de mão de obra nas lavouras, indústrias ou na mineração, momento de institucionalização de leis segregacionistas que, ao longo do século XX, fundamentaram vasto leque de violências simbólicas e concretas no regime de *apartheid*.

A problematização histórica das circunstâncias políticas do racismo e do colonialismo integra um esforço (igualmente político) para desnaturalizá-las e, assim, abominar qualquer tipo de ação contrária aos direitos humanos e à construção de uma sociedade plural, democrática. Investigar as ideias políticas de Haggard, sua produção literária e suas propostas para a África do Sul implica em mapear o seu “coração das trevas” – a mobilização de discursos raciais e racistas, os ódios e ressentimentos, as mágoas e humilhações e o modo como esses sentimentos confluíam no campo da política e da literatura. Como se viu, os abusos e violências do colonialismo já eram reconhecidos e denunciados no final do século XIX. Acompanhar a trajetória e os escritos de Haggard permite demonstrar como indivíduos comuns e ressentidos, “homens supérfluos”, engajavam-se fervorosa e apaixonadamente com processos macropolíticos responsáveis pelo “horror! o horror!”, do qual tratou o enlouquecido Kurtz no desfecho da novela de Joseph Conrad.

Referências

.....

Fontes:

CAREY-HOBSON, Mary Ann. **At home in the Transvaal**. Londres: Sonnenschein, 1884.

CAREY-HOBSON, Mary Ann. **The farm in the Karoo**: or, what Charley Vyvyan and his friends saw in South Africa. Londres: Juta, Heelis & Company, 1883.

CARNARVON, Lord. Imperial Administration. **The Fortnightly Review**, London, v. 24, July-Dec.1878, p. 760.

COLENSO, Harriette. **The present situation among the zulus, with some suggestions for the future**. Londres: Burt & Sons, 1893.

DU TOIT, Stephanus Jacobus. **Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal van Ons Volk**. Paarl: D. F. Du Toit & Co., 1895.

HAGGARD, H. Rider. Umslopogaas and Makokel. Sir H. Rider Haggard on zulu Types. **The Times**, London, 16 Aug. 1913, p. 5.

HAGGARD, H. Rider. 'South Africa', a review of The Story of the Nations by G. M. Theal. **The African Review**, Tanzania, n. 7, July 1894, p. 10.

HAGGARD, H. Rider. A Man's View of a Woman [1894]. *In*: HAGGARD, H. Rider; STAUFFER, Andrew (org.). **She**: a History of Adventure. Ontario: Broadview Press, 2004.

HAGGARD, H. Rider. A Visit to the Chief Secocœni. **Gentleman's Magazine**, London, n. 241, Sept. 1877.

HAGGARD, H. Rider. A Zulu War-Dance. **Gentleman's Magazine**, London, n. 243, July 1877.

HAGGARD, H. Rider. About Fiction. **Contemporary Review**, Cambridge, Feb. 1887.

HAGGARD, H. Rider. **Allan's Wife**. Nova York: M. J. Ivers & Co., 1899.

HAGGARD, H. Rider. **Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recent events in Zululand, Natal and the Transvaal.** Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896.

HAGGARD, H. Rider. Jameson's Surrender. **The Times**, London, 14 Mar. 1896, p. 10.

HAGGARD, H. Rider. **Jess.** London: Smith, Elder & Co., 1887.

HAGGARD, H. Rider. **Marie.** London: Longman's, Green & Co., 1912.

HAGGARD, H. Rider. **Nada the Lily.** London: Longman's, Green & Co., 1895.

HAGGARD, H. Rider. **Swallow, a tale of the great trek.** London: Longman's, Green & Co., 1899.

HAGGARD, H. Rider. The Crisis in the Transvaal. **The Times**, London, 02 Jan. 1896, p. 4.

HAGGARD, H. Rider. **The days of my life.** London: Longmans, Green & Co., 1926. 2 vol.

HAGGARD, H. Rider. **The ghost kings.** London: Cassel and Company, 1908.

HAGGARD, H. Rider. The Transvaal Crisis. **The Times**, London, 13 Jan. 1896, p. 11.

HAGGARD, H. Rider. The Transvaal. **Macmillan's Magazine**, London, v. 36, n. 211, May 1877.

HAGGARD, H. Rider. The War. **The Times**, London, 25 Oct. 1899, p. 7.

HENTY, G. A. **The young colonists: a story of the Zulu and Boer wars.** London: Blackie & Son, 1885.

HENTY, G. A. **With Roberts to Pretoria: a tale of the South African war.** New York: Charles Scribner's Sons, 1901

LANG, Andrew. Realism and Romance. **Contemporary Review**, London, n. 52, pp. 683-693, July/Dec. 1887.

LATHAM, Robert Gordon. **The natural history of the varieties of man.** London: John Van Voorst, 1850.

MANN, Robert James. **The Zulus and Boers of South Africa: a fragment of recent history.** Londres: Edward Stanford, 1879, p. 3.

MARTINEAU, John. **The life and correspondence of Sir Bartle Frere**. London: Albermale, 1895.

MOORE, William. The higher education of women. **British Medical Journal**, London, 14 Aug. 1886, p. 298-299.

ROSE, Cowper. **Four years in Southern Africa**. London: Colburn & Bentley, 1829, p. 64.

SCHREINER, Oliver. **The story of an african farm**. London: Chapman and Hall, 1892.

SELOUS, Frederick. The War. **The Times**, London, 24 oct. 1899, p. 15.

SHEPSTONE, Theophilus. The zulus. **Cape Monthly Magazine**, Cape Town, v. 11, Aug. 1875, pp. 95-96.

SIR T. SHEPSTONE. On slavery in the Transvaal. **The anti-slavery reporter**, London, v. 1, n. 6, June 1881, p. 88.

STEAD, W. T. The Novel of the modern woman. **Review of Reviews**, London, v. 10, 1894, p. 64.

THEAL, George McCall. **Compendium of South African history and geography**. Alice, South Africa: Lovedale Missionary Institution, 1878.

THEAL, George McCall. **Kaffir Folk-lore**: a selection from the traditional tales current among the people living on the eastern boarder of the Cape colony. London: Swan Sonnenschein, 1886, p. 58-61.

THEAL, George McCall. **The History of the emigrant Boers in South Africa, or, the wanderings and wars of the emigrant farmers from their leaving the Cape Colony to the acknowledgment of their independence by Great Britain**. London: Swan Sonnenschein, Lowrey & Co., 1888.

THEAL, George McCall. **The story of the nations**: South Africa. London: T. Fisher, 1900.

THOMPSON, George. **Travels and adventures in Southern Africa**. London: Colburn, 1827, p. 353-355.

WILMOT, Alexander. **History of the zulu war**. London: Richardson, 1880.

WILMOT, Alexander; CHASE, John Centlivres. **History of the colony of the Cape of Good Hope**. Cape Town: J. C. Juta, 1869.

Periódicos:

Punch, or the London charivari.

The Spectator.

The Times.

The African Review.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. As memórias do outro. *In*: ROCHA, João Cezar de Castro. **A força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011.

AJAYI, Jacob Adeniyi. A África às vésperas da conquista europeia. *In*: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). **História geral da África: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

ALEXANDER, Peter. **Workers, war and the origins of Apartheid: labour and politics in South Africa 1939-48**. Oxford: Currey, 2000.

ANDERSON, Catherine. Red coats and black shields: race and masculinity in British representations of the Anglo-Zulu War. **Critical Survey**, Oxford, v. 20, n. 3, p. 6-28, 2008.

ANDERSON, Monica. **Women and the politics of travel (1870-1914)**. Madison: Farleigh Dickinson University Press, 2006.

ANNIS, Mathew. Half devil and half child: British perceptions of native opponents in Southern Africa (1878-1879). **Journal of the Anglo zulu War Historical Society**, v. 23, p. 1-11, June 2008.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: UFPR, 2019.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. *In*: MARSON, Isabel (org.). NAXARA, Márcia (org.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? *In*: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella (org.). BREPOHL, Marion (org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UnB, 2002.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: PUC-SP, 2014.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ATMORE, Anthony; MARKS, Shula. The imperial factor in South Africa in the nineteenth century: towards a reassessment. **Journal of Imperial and Commonwealth History**, London, v. 3, n. 1, p. 120-127, 1974.

AXELSON, Eric. **Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BEGHETTO, Lorena. **Aventura e alteridade**: o domínio de outros territórios na literatura de aventura de Emilio Salgari. 2014. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2014.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BHEBHE, Ngwabi. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul. *In*: AJAYI, Jacob Adeniyi (org.). **História geral da África**: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 151-160, 1996.

BOULUKOS, George. **The grateful slave**: the emergence of race in eighteenth century British and American culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BOYD, Kelly. **Manliness and the boy's story paper in Britain: a cultural history (1855-1940)**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

BRANTLINGER, Patrick. **Dark vanishings: discourse on the extinction of primitive races (1800-1930)**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

BRANTLINGER, Patrick. **Rule of darkness: british literature and imperialism, 1830-1914**. New York: Cornell University Press, 1990.

BRANTLINGER, Patrick. **Victorian literature and postcolonial studies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

BRANTLINGER, Patrick. Victorians and africans: the genealogy of the myth of the dark Continent. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 12, n. 1, p. 185-186, 1985.

BREPOHL, Marion. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do império, 1896-1914. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 13-29, 2013.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. **Empires in world history: power and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

BURDETT, Carolyn. **Olive Schreiner and the progress of feminism: evolution, gender, empire**. Basingstoke: Palgrave, 2001.

CANNADINE, David. **The decline and fall of the british aristocracy**. London: Picador, 1992.

CHANAIWA, David. Iniciativas e resistências africanas na África meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

CHANG, Elizabeth Hope. **Novel cultivations: plants in british literature of global nineteenth century**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2019.

CHRISMAN, Laura. **Rereading the imperial romance: british imperialism and south african resistance in Haggard, Schreiner and Plaatje**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CHRISMAN, Laura. The imperial unconscious? Representations of imperial discourse. **Critical Quarterly**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 38-58, 1990.

CLARK, G. S. Imperial Stereotypes: G. A. Henty and the boy's own empire. **The Journal of Popular Culture**, New Jersey, v. 18, n. 4, p. 43-51, 1985.

- CLARK, Sarah. **Regeneration of empire: agrarian vision and philanthropic colonization in H. Rider Haggard's novels**. 2017. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Victoria University, Wellington, 2017.
- COAN, Stephen. Introduction. *In*: HAGGARD, H. Rider. **Diary of an african journey**. New York: New York University, 2001.
- COBBING, Julian. The Mfecane as alibi: thoughts on dithakong and Mbolompo. **Journal of African History**, Cambridge, v. 29, p. 487-519, 1988.
- COHEN, Morton. **Rider Haggard: his life and work**. London: Palgrave Macmillan, 1968.
- COLENBRANDER, Peter. The zulu kingdom, 1828-1879. *In*: DUMINY, Andrew (org.); GUEST, Bill (org.). **Natal and zululand: from earliest times to 1910**. Pietermaritzburg: University of Natal, 1989.
- COPE, R. L. Local Imperatives and imperial policy: the sources of lord carnarvon's South African Confederation Policy. **The International Journal of African Historical Studies**, Boston, v. 20, n. 4, p. 601-626, 1987.
- CURRAN, Andrew. **The anatomy of blackness: science and slavery in an age of enlightenment**. Baltimore: John Hopkins University, 2013.
- DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- DAVID, Deirdre. **Rule Britannia: women, empire and victorian writing**. Ithaca: Cornell, 1995.
- DEANE, Bradley. Imperial boyhood. **Victorian Studies**, Indiana, v. 53, n. 4, p. 689-714, 2001.
- DELIUS, Peter. Migrant labour and the Pedi before 1869. **Collected seminar papers on the societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries**. London: Institute of Commonwealth Studies, 1977.
- DELIUS, Peter. The History of Migrant Labor in South Africa (1800-2014). SPEAR, Thomas (org.); ACHEBE, Nwando (org.). **Oxford Research Encyclopedia of African history**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- DIJKSTRA, Bram. **Idols of perversity: fantasies of feminine evil in fin-de-siècle culture**. Nova York: Oxford University Press, 1986.

DREHER, Nan. Redundancy and emigration: the 'woman question' in Mid-Victorian Britain. **Victorian Periodicals Review**, South Dakota, v. 26, n. 1, p. 3-17, 1993.

DUBOW, Saul. **A commonwealth of knowledge**: science, sensibility and white South Africa (1820-2000). Oxford: Oxford University Press, 2006.

DUBOW, Saul. **Scientific racism in modern South Africa**. Cambridge: University Press, 1995.

DUNAE, Patrick A. Boys' Literature and the idea of empire. **Victorian Studies**, Indiana, v. 24, n. 1, p. 105-121, 1980.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 13-28, 2002.

ELDRIDGE, C. C. **England's mission**: the imperial idea in the age of Gladstone and Disraeli, 1868-1880. London: Palgrave Macmillan, 1973.

ELDRIDGE, C. C. **The imperial experience**: from Carlyle to Foster. London: Macmillan, 1996, p. 57.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

ELDREDGE, Elizabeth. **The creation of the Zulu kingdom, 1815-1828**: war, shaka and the consolidation of power. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ETHERINGTON, Norman. Labour supply and the Genesis of South African Confederation in the 1870s. **Journal of African History**, Cambridge, v. 20, n. 2, p. 235-253, 1979.

ETHERINGTON, Norman. The 'Shepstone system' in the colony of Natal and beyond the borders. In: DUMINY, Andrew (org.); GUEST, Bill (org.). **Natal and Zululand from earliest times to 1910**: a new history. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989.

ETHERINGTON, Norman. **The great treks**: the transformation of Southern Africa (1815-1854). London: Pearson, 2001.

FAULK, Laura Jane. **Body language**: pain in Victorian literature. 2014. Tese (Doutorado em Literatura) – Louisiana State University, New Orleans, 2014.

FOSTER, Jeremy. **Washed with sun**: landscape and the making of white South Africa. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

- FOURIE, Fiona. A “new woman” in the eastern Cape. **English in Africa**, Grahamstown, v. 22, n. 2, p. 70-88, 1995.
- FREE, Melissa. “It is I who have the power”: settling women in Haggard’s South African imaginary. **Genre: Forms of Discourse and Culture**, Norman, v. 45, n. 3, p. 359-394, 2012.
- GAY, Peter. **A experiência burguesa: a educação dos sentidos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- GAY, Peter. **A experiência burguesa: o cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GILIOMEE, Hermann. **The afrikaners: biography of a people**. London: Hurst & Company, 2011.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34 / Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 121-141, 1998.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. **De espinhos e agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje, 1902-1930**. 2015. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. O lugar das trevas: leituras e releituras de O Coração das Trevas em Tempos de Pós-Modernismo. **Revista Veredas da História**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2008.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. **Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. Para quem contar sua história: *Mhudi*, de Sol Plaatje, 1930. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 36-51, 2016.
- GREEN, Martin. **Dreams of adventure, deeds of empire**. New York: Routledge, 1979.

- GROOT, Jerome de. **The historical novel**. London: Routledge, 2010.
- GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- GUMP, James. Origins of the zulu kingdom. **The Historian**, Abingdon, v. 50, n. 4, p. 521-534, 1988.
- GUY DALE, Alexander. **Paternalism in crisis: aristocratic responses to the agricultural depression in England (1870-1900)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de York, New York, 2012.
- HAEFELE-THOMAS, Ardel. **Queer others in victorian gothic: transgressing monstrosity**. Cardiff: University of Wales Press, 2012.
- HAGGARD, Liliás. **The cloak that I left: a biography of the author, Henry Rider Haggard**. London: Hodder & Stoughton, 1951.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC, 2016.
- HALL, Catherine (org.); ROSE, Sonya (org.). **At home with the empire: metropolitan culture and the imperial world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HAMILTON, Carolyn. **Terrific majesty: the powers of shaka zulu and the limits of historical invention**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- HANRETTA, Sean. Women, marginality and the Zulu state: women's institutions and power in the early nineteenth century. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 39, n. 3, p. 391-399, 1998.
- HAWKINS, Angus. **Victorian political culture: Habits of heart and mind**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- HERMAN, Arthur. **A ideia da decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HIGGINS, D. S (org.). **The private diaries of Sir H. Rider Haggard**. London: Cassell, 1980.

HIGGINSON, John. **Collective violence and the agrarian origins of South African apartheid (1900-1948)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 65.

HUTCHINGS, Geoffrey; CHRISTIE, Sarah; MACLENNAN, Don. **Perspectives on south african fiction**. Johannesburg: Donker, 1980.

HUTCHINSON Bertram. Some Social Consequences of nineteenth century missionary activity among the South African Bantu. **Africa: Journal of the International African Institute**, Cambridge, v. 27, n. 2, p. 160-177, Apr. 1957.

IVEY, Jacob Mckinnon. **The white chief of Natal: Sir Theophilus Shepstone and the british native policy in mid-nineteenth century Natal**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – University of Central Florida, Orlando, Florida, 2008.

JENKINS, T. A. **Disraeli and victorian conservatism**. London: Macmillan, 1996.

JOHNSON, David. **Imagining the Cape Colony: history, literature and the South African Nation**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

JONES, Arthur Keppel. **Rhodes and Rhodesia: the white conquest of Zimbabwe (1884-1902)**. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1983.

KALIFA, Dominique. Escribir una historia del imaginario (siglos XIX-XX). **Secuencia, Benito Juárez**, n. 105, p. 1-17, 2019.

KATZ, Wendy. **Rider Haggard and the fiction of empire: a critical study of British imperial fiction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KREBS, Paula M. **Gender, race and the writing of empire: public discourse and the Boer War**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KRIKLER, Jeremy. **The agrarian class structure of the Transvaal colony**. Paper não-publicado. Institute of Commonwealth Studies, p. 1-40, 1990.

LABAND, John. **Historical dictionary of the Zulu wars**. Maryland: Scarecrow Press, 2009.

LABAND, John. **The Transvaal Rebellion: the first Boer war, 1880-1881**. New York: Routledge, 2014.

LEE, Todd. The fiction of difference: the afrikaner in british adventure fiction. **UCLA Historical Journal**, Los Angeles, v. 18, p. 1-26, 1999.

LEGASSIK, Martin. British hegemony and the origins of segregation in South Africa. *In*: BEINART, William (org.); DUBOW, Saul (org.). **Segregation and Apartheid in twentieth-century South Africa**. London: Routledge, 1995.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: USP, 1996.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEWIS, Spalding. Romancing the Zulu: H. Rider Haggard, *Nada the Lily* and Salvage Ethnography. **English in Africa**, Eastern Cape, v. 39, n. 2, p. 69-84, 2012.

LINDGREN, Bjorn. Power, education and identity in post-colonial Zimbabwe: the fate of King Lobengula of Matabeleland. **African Sociological Review**, Senegal, v. 6, n. 1, 2002.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LORIGA, Sabina; SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 11-22, 2003.

LORIGA, Sabina; SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. **Revista História da Historiografia**, Mariana, n. 9, ago. 2012.

LOUIS, W. Roger. The stokes affair and the origins of the anti-Congo campaign, 1895-1896. **Revue belge de Philologie et d'Histoire**, Bruxelles, v. 43, n. 2, p. 572-584, 1965.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações: do século XIX aos nossos dias. Salvador, São Paulo: EDUFBA / Casa das Áfricas, 2011. v. II.

M'BOW, Amadou Mahtar. Prefácio. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África**: metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. v. I.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

MAKHURA, Tlou. Another road to the Raid: the neglected role of the Boer-Bagananwa war as a factor in the coming of the Jameson Raid (1894-1895). **Journal of Southern African Studies**, Abingdon, v. 21, n. 2, p. 257-267, 1995.

MALCHOW, Howard. **Gothic images of race in nineteenth-century Britain**. Stanford: Stanford University Press, 1996.

MALKIN, Emily. **Imperialism, white nationalism, and race: South Africa, 1902-1914**. 2008. Monografia (Graduação em História) – Wesleyan University, Middletown, 2008.

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and subjects: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MARKS, Shula. Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth century. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 55-80, 1972.

MARKS, Shula. War and union, 1899-1910. *In*: ROSS, Robert (org.); MAGER, Anne Kelk (org.); NASSON, Bill (org.). **The Cambridge History of South Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. v. 2.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Nem Minotauro, nem maternal: repensando o conceito de paternalismo no contexto da formulação das políticas da maternidade. *In*: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010.

MEREDITH, Martin. **Diamond's, gold and war: the British, the Boers and the making of South Africa**. New York: Public Affairs, 2007.

- MEREDITH, Martin. **O destino da África**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- MONSMAN, Gerald. **Colonial voices: the Anglo-African high romance of empire**. New Orleans: University Press of the South, 2010.
- MORRIS, Donald. **The washing of the spears**. London: Random, 1989, p. 597-601.
- MORTON, R. Fred. Linchwe I and the Kgatla Campaign, 1899-1902. **Journal of african history**, Cambridge, v. 26, n. 2-3, p. 16-191, 1985.
- MOSMAN, Gerald. *H. Rider Haggard on the imperial frontier*. Greensboro: University of Carolina, 2006.
- MUDIMBE, Valentim Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Lisboa: Mangualde, 2013, p. 12.
- NASH, Julie. **Servants and paternalism in the works of Maria Edgeworth and Elizabeth Gaskell**. Hampshire: Ashgate, 2007.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Brasília: UNB, 2004.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e textos literários: alguns apontamentos. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 44, p. 37-48, 2006.
- NAXARA, Márcia. Natureza e civilização. *In*: ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004.
- NDLOVU, Sifiso Mxolisi. **African perspectives of king Dingane Kasenzangakhona**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- NDLOVU, Sifiso Mxolisi. Women, authority and power in precolonial South-east Africa: the production and destruction of historical knowledge on queen mother Ntombazi of the Ndwandwe. *In*: WORGER, William H. (org.); AMBLER, Charles (org.); ACHEBE, Nwando (org.). **A companion to african history**. Hoboken: Wiley & Sons, 2019.
- NGCONGCO, Leonard D. O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos. *In*: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). **História geral da África: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 106.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Antônio José Alves. “A única testemunha que não pode corromper”: fotografias e disputas pela verdade no Estado Livre do Congo (1885-1908). **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Morrinhos, v. 7, p. 277-301, 2016.

PARADA, Mauricio; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira. **História da África contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Pallas, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.); LANGUE, Frédérique (org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PHOOFOLO, Pule. Ambiguous interactions: Basotho-colonial relations on the eve of the rinderpest outbreak, 1896. *In*: KOLAPO, Femi (org.); AKURANG-PARRY, Kwabena (org.). **African agency and european colonialism: latitudes of negotiation and containment**. Lanham: University Press of America, 2007.

PINTO, Sarah. Emotional histories and historical emotions: looking at the past in historical novels. **Rethinking History**, Abingdon, v. 14, n. 2, p. 193-200, 2010.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

PRICE, Richard. **Making Empire: colonial encounters and the creation of imperial rule in nineteenth-century Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia Historia**, v. 21, n. 34, p. 305-324, jul. 2005.

PROST, Antoine. As palavras. *In*: RÉMOND, Rene (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RANGER, Terence. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. *In*: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

REDDING, Sean. A Blood-Stained Tax: Poll Tax and the Bambatha Rebellion in South Africa. **African Studies Review**, Cambridge, v. 43, n. 2, p. 29-54, Sept. 2000.

RICHARDS, Jeffrey. With Henty to Africa. *In*: RICHARDS, Jeffrey (org.). **Imperialism and Juvenile Literature**. Oxford: Manchester University Press, 1989.

RICHNER, Jürg Emil. **The historiographical development of the concept mfecane and the writing of early Southern African history (1820-1920)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Rhodes University, Grahamstown, 2005.

ROBERTS, David. **Paternalism in early Victorian England**. London: Croon Helm, 1979.

ROTBURG, Robert. **The Founder: Cecil Rhodes and the pursuit of power**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

SALVE, Giovani Grillo de. **Uma história de traição: um projeto assimilacionista coloured na Cidade do Cabo, 1906-1910**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

SANTOS, Kennya Souza. **As guerras Anglo-bôeres através de caricaturas da revista ilustrada Punch Magazine (1881-1902)**. 2014. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, Florianópolis, 2014.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. *In*: RAGO, Margareth (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP/IFICH, 2014.

SCHREUDER, D. M. **The scramble for Southern Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SIEGEL, Daniel. **Charity and condescension: victorian literature and the dilemmas of philanthropy**. Athens: Ohio University Press, 2012.
- SILVA, Bruno da. **Inventário do homem americano: viagens, teorias, degeneração e composição das raças nos séculos XVII e XVIII**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- SIMPSON, Kathryn. **H. Rider Haggard, Theophilus Shepstone and the Zikali trilogy: a revisionist approach to Haggard's african fiction**. 2016. Tese (Doutorado). Napier University, Edinburgo, 2016.
- SMITH, K.W. The fall of the bapedi of the north-eastern Transvaal. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 10, n. 2, p. 237-252, 1969.
- SOMMER, Doris. **Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- STIEBEL, Lindy. **Imagining Africa: landscape in H. Rider Haggard's romances**. Westport: Greenwood Press, 2001.
- STOLER, Ann Laura. Carnal knowledge and imperial power: gender, race and morality in colonial Asia. *In*: DI LEONARDO, Micaela (org.). **Gender at the Crossroads of Knowledge: feminist anthropology in the postmodern era**. Berkeley: University of Carolina Press, 1991.
- STOLER, Ann Laura; COOPER, Frederick. Between metropole and colony: rethinking a research agenda. COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura. **Tensions of empire: colonial cultures in a bourgeois world**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- SUZMAN, Mark. **Ethnic nationalism and state power: the rise of Irish Nationalism, Afrikaner Nationalism and Zionism**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1999.
- THERON, Bridget. Shepstone and the Transvaal Colony. **Kleio**, London, v. 34, p. 104-127, 2002.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. **A formação do romance inglês**. São Paulo: Hucitec, 2007.

VENAYRE, Sylvain. Une histoire des representations: l'aventure lointaine dans la France des années 1850-1940. **Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique**, Paris, n. 84, p. 93-112, 2001.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. **Africa and the africans in the nineteenth century: a turbulent history**. New York: Sharpe, 2009.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. *In*: FERRO, Marc (org.). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

WARWICK, Peter. **Black people and the south african war (1899-1902)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. **Revista Letras**, Curitiba, n. 43, p. 47-59, 1994.

WESSELING, H. **Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WORDEN, Nigel. **The making of modern South Africa: conquest, Apartheid, democracy**. Oxford: Wiley-Blackwel, 2012.

WRIGHT, John; HAMILTON, Carolyn. Traditions and transformations: the Phongolo-Mzimkhulu region in the late eighteenth and early nineteenth centuries. *In*: DUMINY, Andrew (org.); GUEST, Bill (org.). **Natal and zululand: from earliest times to 1910**. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989.

WYLIE, Dan. **Myth of Iron: Shaka in history**. Scottsville: University of Kwa-zulu-Natal Press, 2006.

YOUNG, Robert. **Colonial Desire: hybridity in theory, culture and race**. London: Routledge, 1995.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. **Entre narros & mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890-c.1940**. 1998. 582 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

Sobre o autor

.....

Evander Ruthieri da Silva

Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, na qual também atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em História. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, com estágio de doutorado no exterior pela University of Exeter, no Reino Unido. É autor dos livros: “Bram Stoker e a questão racial” (Prismas, 2017) e “Entre o escudo e a azagaia: uma história política do Reino Zulu no século XIX” (EdUERJ, 2023); além de outros capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais. Foi professor visitante no Departamento de Estudos Africanos e Antropologia da University of Birmingham, no Reino Unido e na Wydział Filologiczn (Faculdade de Filologia) da Jagiellonian University, na Polônia

Na terra dos lírios azuis

literatura e colonialismo no sul da África

Este livro trata de questões referentes à porção sul do continente africano nos romances de aventura do escritor inglês H. Rider Haggard, analisando suas conexões com os embates políticos relacionados ao processo de invasão e exploração colonial nos territórios que viriam a constituir a África do Sul mais tarde. Na primeira parte, a obra discute a trajetória intelectual do romancista, conectando-a com a experiência colonial e os conflitos pela terra na África Austral. Por conseguinte, a segunda parte está concentrada no estudo das representações literárias presentes em quatro romances de aventura ambientados na região, os quais construía um imaginário específico da conquista colonial. Dessa forma, adotando uma abordagem histórica e dialogando especialmente com a história política e social da cultura, o livro se dedica à análise das relações entre: literatura, colonialismo e racismo. É problematizado, sobretudo, o imaginário político construído nos romances de aventura e a idealização da sociedade colonial no sul da África no final do século XIX, fundamentada na formação de uma elite branca e na exploração de terras e mão de obra africana.



EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

EDUNILA – Editora Universitária
Campus Integração
Av. Tancredo Neves, 3147 - Porto Belo
Foz do Iguaçu – PR | CEP: 85867-970
editora@unila.edu.br
<https://portal.unila.edu.br/editora>